RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2009

Senhores Acionistas,

A Administração da Tractebel Energia S.A. ("Tractebel Energia", "Tractebel" ou a "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. As informações estão apresentadas em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Tractebel Energia alcançou um excelente desempenho econômico-financeiro no ano de 2009, traduzido em um lucro líquido de R$ 1.134 milhões, superando em 2% o resultado do ano anterior e que representa um valor recorde pelo sexto exercício consecutivo. Seu significado é ainda maior por ter sido obtido em um ano marcado pela crise mundial.

Foi também o ano em que se consolidou nosso segundo ciclo de expansão. A Companhia vem mantendo-se desde o início das suas atividades na liderança do setor privado de geração de energia elétrica, o que atesta como correta sua estratégia de avaliação de riscos e oportunidades de mercado. O primeiro ciclo foi concluído em 2003, quando atingimos um índice de crescimento de 58% da capacidade instalada própria original. Ao término de 2009, depois da entrada em funcionamento da Usina Hidrelétrica São Salvador, localizada em Tocantins, passamos a operar na Região Norte e elevamos nossa capacidade a 6.431 MW, ou seja, 73% a mais ao longo de 11 anos. Ao final de mais um ano de trabalho intenso, vemos emergir uma empresa de indiscutível solidez, que responde por um parque gerador com 19 usinas e que representa aproximadamente 7% da capacidade do Sistema Interligado Nacional.

Outro fator de relevância no caminho da expansão responsável que marcou 2009 foi a aquisição da participação de 40,07% na Usina Hidrelétrica Estreito, em construção na divisa entre Tocantins e Maranhão, já com os riscos mais representativos da implantação de um empreendimento hidrelétrico de grande porte superados. Esta usina agregará ao parque nacional uma capacidade instalada de 1.087 MW, dos quais 436 MW serão adicionados à da Tractebel Energia, que será também responsável por sua operação e manutenção.

O ano de 2009 foi também de superação de marcos na área de produção para a Tractebel Energia. Em agosto, foi atingido o recorde mensal de geração de energia elétrica: 4.028.231 MWh, ou 5.414 MW médios. Para esta marca contribuíram todas as usinas do nosso portfólio, incluindo as eólicas, PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas - e São Salvador. Outro recorde ocorreu em 9 de dezembro, quando as usinas operadas pela Companhia atingiram o valor instantâneo máximo de potência de 6.807 MW, ou seja, um fator de capacidade de 90,9% sobre os 7.490 MW por nós operados. No ano, o índice de disponibilidade das usinas, descontadas as paradas programadas, alcançou 98,9%, o maior de nosso histórico. Estas marcas demonstram a capacidade da Companhia em responder prontamente e com confiabilidade à demanda e assim corresponder à reação brasileira à crise de 2009.

Necessário observar que esta mesma crise, que trouxe impacto na atividade de importantes setores industriais do país, acarretando reduções de demanda por parte dos clientes do mercado livre, não atingiu nossa Companhia com a mesma intensidade. Se, por um lado, a estratégia de conceder flexibilidade nos contratos com este segmento acarretou a redução de vendas, por outro, nos permitiu adquirir menor volume de terceiros para recompor nossas disponibilidades e assim manter nosso portfólio equilibrado.

Em mais uma demonstração do nosso compromisso com a sustentabilidade, iniciamos em 2009 o processo de certificação nas normas OHSAS 18001 e NBR 16001, respectivamente de Saúde e Segurança no Trabalho e Responsabilidade Social, em 14 usinas: as mesmas 13 já certificadas nas normas ISO 9001, da Qualidade, e 14001, do Meio Ambiente, mais São Salvador. A meta é obter estas novas certificações em 2010, simultaneamente à renovação das existentes, obtidas em 2007 e cuja validade é de três anos. Na sequência, a Companhia pretende buscar a certificação das demais usinas do seu parque gerador, ou seja, as adquiridas e as que entraram em operação recentemente, uma vez mais criando valor para todos os seus públicos de interesse. Aliás, o compromisso da Tractebel Energia com a sustentabilidade possibilitou nossa permanência no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, do qual temos tido a satisfação de fazer parte ininterruptamente desde o seu lançamento, em 2005.

Dentre as iniciativas em prol do meio ambiente e da comunidade, foram iniciadas as obras do Parque Ambiental Jorge Lacerda, uma área de 50 hectares, localizada junto ao Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, na cidade de Capivari de Baixo, no sul de Santa Catarina. O parque estará aberto ao público em 2011 e se tornará uma importante opção de lazer educativo e cultural. Contará com lago, pistas de caminhadas e ciclovias, um museu do Complexo, horto florestal e concha acústica, com mecanismos sustentáveis, como a captação da água da chuva, seu aquecimento com garrafas plásticas recicladas e o tratamento de esgoto por um sistema no qual uma vegetação própria se alimenta do material orgânico e torna a água reutilizável. Cinzas descartadas pelo Complexo misturadas com cimento serão empregadas na construção das edificações, da pista de caminhadas e ciclovia - uma solução que vem sendo empregada com cimenteiras da região, substituindo parte do cimento convencional ou a areia fina para blocos de concreto, inclusive para casas populares. O Parque contará com um Centro de Cultura e Sustentabilidade, com auditório de 340 lugares para manifestações artísticas e culturais, oficinas de música, teatro, dança e inclusão digital, galpão de exposições e registro da memória do município e do Complexo. A gestão deste polo de lazer, educação e cultura ficará a cargo de uma associação autônoma, composta por representações regionais, tudo isso ratificando a postura da Tractebel Energia como promotora de iniciativas sustentáveis, contemplando de forma clara suas três dimensões: ambiental, social e econômica.

Vemos 2010 como outro ano de consolidação do nosso segundo ciclo de expansão, a partir da inauguração da usina de biomassa Destilaria Andrade, de 33 MW e localizada no estado de São Paulo, e da PCH Areia Branca, de 20 MW, em Minas Gerais, eventos que possibilitarão à nossa Companhia operar nas cinco regiões do Brasil. Além de Estreito, ainda neste ciclo é esperado o ingresso em nosso parque gerador de 50,1% da Usina Hidrelétrica Jirau, de 3.450 MW. Desta forma, a Tractebel Energia atingirá, ao final deste segundo ciclo de crescimento, 8.633 MW de capacidade própria, uma ampliação de 132% em relação a 1998, ano de sua constituição.

Estamos certos de que é desta maneira que se preserva cada vez mais o meio ambiente, gerando mais valor para a sociedade e para os nossos acionistas, a quem, juntamente com nossos empregados, clientes, fornecedores e todos aqueles que interagem com nossas atividades, gostaríamos de agradecer pela dedicação, apoio e confiança.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor-Presidente

Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração

1. PERFIL INSTITUCIONAL

A Tractebel Energia, maior geradora privada de energia elétrica do Brasil, atua há mais de 10 anos na implantação e operação de usinas geradoras e na comercialização de energia elétrica.

Com sede em Florianópolis, Santa Catarina, a Companhia tem ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. É controlada pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), subsidiária do grupo franco-belga GDF SUEZ, um dos maiores do mundo nas áreas de energia, água e gestão de resíduos.

A capacidade instalada total do parque gerador da Companhia é de 6.431 MW, o que representa aproximadamente 7% da capacidade instalada do Sistema Interligado Nacional (SIN). Essa capacidade, composta em 82% provenientes de fontes renováveis, é resultante de 19 usinas, sendo oito hidrelétricas, seis termelétricas e cinco complementares - uma a biomassa, duas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e duas eólicas. Em 2009, a Tractebel Energia gerou cerca de 8% da produção do SIN.

Destas, 17 usinas são integralmente controladas pela Tractebel Energia, e em duas, nas hidrelétricas Itá e Machadinho, possui participação em consórcios. Considerando-se também as parcelas detidas por outros investidores, a capacidade instalada total do parque operado pela Tractebel Energia é de 7.490 MW.

2. EXPANSÃO DO PARQUE GERADOR

Em 2009, entrou em operação a Usina Hidrelétrica São Salvador, localizada no Rio Tocantins (TO). Com 243 MW de capacidade instalada e 148 MW médios de energia assegurada, a usina produz o suficiente para abastecer uma cidade com cerca de 1 milhão de habitantes.

Outras três usinas estão em construção - Usina Hidrelétrica Estreito (1.087 MW), em Estreito (TO), Usina Termelétrica Destilaria Andrade (33 MW), em Pitangueiras (SP) e PCH Areia Branca (20 MW), em Caratinga (MG). Considerando-se a energia que corresponde à participação da Tractebel Energia nesses projetos, serão agregados 474 MW à capacidade instalada própria da Companhia.

Em dezembro de 2009, a Tractebel Energia foi contratada pelo Consórcio Estreito para a operação e manutenção da usina de mesmo nome. Assim, a capacidade total operada pela Companhia será elevada em 1.140 MW. Permanentemente, novos projetos são analisados para a ampliação sustentável do negócio.

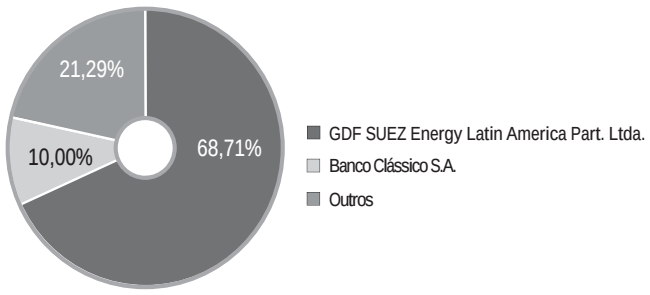
2.1. Controle Acionário

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social da Companhia totalizava R$ 2.445,8 milhões, composto por 652.742.192 ações ordinárias negociadas regularmente na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob o código TBLE3. A Tractebel Energia possui um programa de ADRs (*American Depositary Receipts*) Nível I, negociados no mercado de balcão norte-americano sob o código TBLEY, tendo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

A GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda., integrante do grupo GDF SUEZ, possui o controle acionário da Companhia, respondendo por 68,71% de seu capital.

Continua...

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 1
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_relatorio.indd 1 16/3/2010 16:45:41



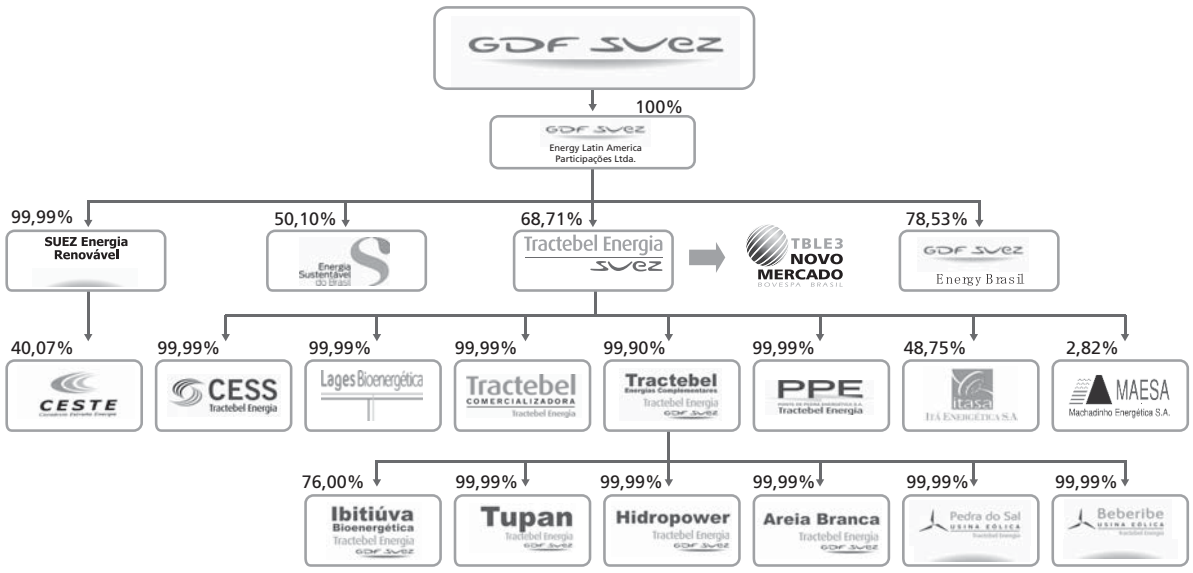
2.2. Estrutura Societária

A Tractebel Energia detém o controle direto ou indireto das seguintes empresas: Companhia Energética São Salvador; Lages Bioenergética Ltda.; Seival Participações S.A.; Ponte de Pedra Energética S.A.; Tractebel Energias Complementares Participações Ltda.; e Tractebel Energia Comercializadora Ltda. Esta intermedeia e opera compras, vendas, importações e exportações de energia elétrica no mercado de livre negociação.

A Companhia possui também participação de 2,82% na Machadinho Energética S.A. (Maesa) e de 19,28% no consórcio de exploração da Usina Hidrelétrica Machadinho.

Além disso, a Tractebel Energia possui o controle compartilhado da Itá Energética S.A. (Itasa), empresa que detém a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Itá, com participação de 48,75%, e do Consórcio Itá, responsável pela construção do empreendimento, com 39,5%. Estas participações totalizam a detenção de 70% da Usina Hidrelétrica Itá.

Organograma Societário



Obs.: Estrutura simplificada

2.3. Aquisições de Controladas

Em 17 de junho de 2009, a Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP), anteriormente denominada Gama Participações Ltda., controlada integral da Companhia, concluiu a operação de aquisição de 99,99% do capital social das empresas Hidropower Energia S.A., Tupan Energia Elétrica S.A., Eólica Beberibe S.A., Eólica Pedra do Sal S.A., Hidrelétrica Areia Branca S.A. e Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda.

Em 21 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração da Tractebel Energia aprovou, por unanimidade, a aquisição de 99,99% das ações ordinárias da SUEZ Energia Renovável S.A. (SER) detidas pela GSELA. A SER detém uma quota de participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia, criado em 5 de novembro de 2002 para a implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Estreito. A aquisição terá que ser ratificada em Assembleia Geral Extraordinária a ser convocada com essa finalidade, após a obtenção das aprovações necessárias à conclusão da transação.

3. AMBIENTE ECONÔMICO

A economia brasileira encerrou o ano de 2009 com queda de 0,26%, segundo projeções do Banco Central feitas ao final do ano, resultado da recessão enfrentada no primeiro semestre, com o agravamento da crise econômica internacional. Apesar do valor negativo apresentado, houve retomada do crescimento no início do segundo semestre, antes das economias norte-americana, da Zona do Euro e japonesa, que apresentaram forte queda da economia desde o início da crise.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) se manteve dentro da meta estabelecida pelo governo, fechando o ano em 4,3%, resultado 1,7 p.p. menor ante 2008, que foi de 5,9%.

Durante o ano, o Banco Central cortou por diversos meses a taxa de juros Selic, que fechou 2009 em seu piso, a 8,75% ao ano. Isso representou uma queda de 5 p.p. em relação ao ano anterior, voltando ao patamar abaixo dos 10 pontos rompido em 2007.

Em relação ao câmbio, o dólar apresentou forte desvalorização frente ao real, devido à depreciação internacional da moeda e à grande entrada de dólares com o retorno dos investimentos estrangeiros no país. A moeda norte-americana encerrou o ano cotada a R$ 1,74, o que representou uma desvalorização de 25,3% perante a moeda brasileira, maior recuo desde que o real foi implantado como moeda oficial do Brasil.

O resultado global do balanço de pagamentos brasileiro em 2009 foi superavitário em US$ 46,6 bilhões, expressivo aumento em relação aos US$ 2,97 bilhões registrados em 2008. Esse resultado é composto pela conta de transações correntes - deficitária em US$ 24,3 bilhões no período -, pela conta de capital e financeira - positiva em US$ 70,5 bilhões - e pela conta de erros e omissões, que somou US$ 0,4 bilhão.

A balança comercial brasileira teve superávit de US$ 24,62 bilhões em 2009, menor saldo desde 2002. O valor é 1,4% inferior ao registrado em 2008, que totalizou US$ 24,96 bilhões. Esse resultado é reflexo da desaceleração global, que reduziu o volume de exportações e importações. As exportações caíram 22,2% em 2009 na comparação pela média diária, totalizando US$ 152,25 bilhões, enquanto as importações caíram 25,3%, somando US$ 127,64 bilhões.

O fluxo cambial no país, que considera a soma dos resultados financeiro e comercial, fechou o ano com resultado positivo, com a entrada de US$ 28,7 bilhões, melhor índice desde 2007, enquanto em 2008 o saldo foi negativo em US$ 983 milhões. A recuperação é explicada principalmente pelo aquecimento do mercado financeiro nacional motivado pela retomada do crescimento da economia brasileira.

4. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Afetado pela crise econômica e consequente retração da demanda por energia por parte das indústrias, o consumo de energia elétrica no Brasil em 2009 totalizou 388.204 GWh, indicando queda de 1,1% em relação ao do ano anterior, conforme dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

O primeiro semestre acumulou retração de 2,7% no consumo total, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. No segundo semestre do ano, a recuperação lenta e gradual da economia resultou em um pequeno crescimento de 0,3% no consumo de energia em comparação ao mesmo período do ano anterior.

No ano, o consumo na indústria caiu 8,0% em relação a 2008, enquanto que os consumos residencial e comercial subiram 6,2% e 6,1%, respectivamente.

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1. Disponibilidade

Em 2009, as usinas operadas pela Tractebel Energia alcançaram o patamar de 98,9% de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, o que representou um recorde para a Companhia dentro do seu histórico, sendo 99,5% nas usinas hidrelétricas, 96,8% nas usinas termelétricas e 92,7% nas usinas complementares, ou seja, PCHs, eólicas e as movidas a biomassa.

Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global foi de 95,1%, sendo 96,5% para as hidrelétricas, 88,6% para as termelétricas e 89,1% para as complementares.

5.2. Produção

A produção de energia elétrica nas usinas operadas pela Tractebel Energia em 2009 foi de 31.763 GWh (3.626 MW médios), sendo 27.251 GWh (3.111 MW médios) provenientes das hidrelétricas, 4.178 GWh (477 MW médios) das termelétricas e 334 GWh (38 MW médios) das usinas complementares. Em relação a 2008, houve uma pequena queda de geração total, de 5,7%, o que pode ser atribuído à forte estiagem que afetou a Região Sul do país no primeiro semestre do ano.

A geração hidrelétrica foi 3,4% menor; a termelétrica, 22,8% menor; e a das complementares mais de 500% maior, sendo que neste caso a comparação fica comprometida devido ao ingresso considerável destas usinas durante e após 2008.

Como a capacidade instalada de origem hidrelétrica da Tractebel Energia representa aproximadamente 80% do total e as maiores hidrelétricas estão localizadas no sul do país, fica evidente a relação entre as condições hidrológicas verificadas nesta região e o nível de produção da Companhia.

Cabe ressaltar que o aumento da geração hidrelétrica da Companhia não resulta necessariamente em melhoria de seu desempenho econômico-financeiro. Da mesma forma, a redução daquele tipo de geração não implica obrigatoriamente em deterioração do desempenho econômico-financeiro. Esta característica deve-se à adoção do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que compartilha os riscos de geração hidrelétrica entre os seus participantes.

Com relação à geração termelétrica da Companhia, o seu aumento reduz a exposição ao Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), sendo o inverso também verdadeiro, mantidas as outras variáveis.

5.3. Clientes

Com uma diversificada carteira de clientes, a Tractebel Energia atende às distribuidoras de energia, por meio de leilões de energia organizados pelo Governo, às comercializadoras e clientes livres (majoritariamente grandes consumidores industriais), por meio de contratos flexíveis no tocante ao volume de energia contratada e à duração.

Continua...

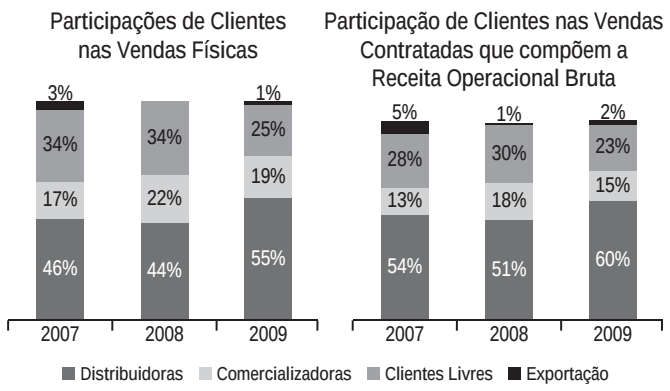
DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 2
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_relatorio.indd 2
16/3/2010 16:45:44

Adicionalmente, no segmento de clientes livres, a Companhia adota a estratégia de diversificação de vendas entre indústrias de diferentes setores da economia.

Com um estreito relacionamento com seus clientes, a Companhia detecta suas necessidades e desenvolve produtos e serviços individualizados, que atendem especificamente sua demanda e contribuem para sua fidelização.

Ao final de 2009, a Tractebel Energia contava com mais de 140 clientes. No exercício, os clientes livres representaram 25,1% do portfólio nas vendas físicas da Companhia e 23,3% da receita operacional bruta relativa às vendas contratadas, o que representou reduções de 8,8 p.p. e 7,1 p.p., respectivamente, em relação ao ano anterior.

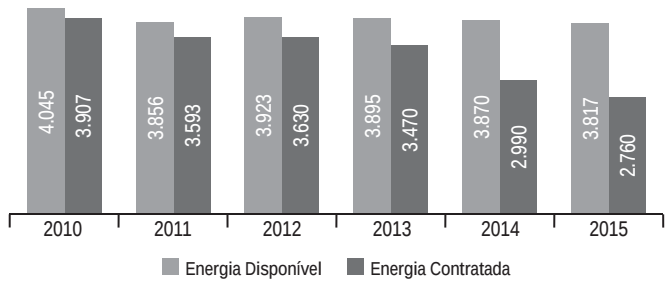
A redução do volume vendido para os clientes livres, da ordem de 23,8% em relação a 2008, reflete, em partes aproximadamente iguais, o término de contratos que tiveram sua energia direcionada para as distribuidoras - em razão do início de fornecimento de 874 MW médios para o *pool* - e os efeitos da crise mundial sobre a produção desses clientes, e consequentemente seu menor consumo de energia.



5.4. Balanço de Energia

Com base em previsões do setor, que apontam para um potencial aumento de preço de energia, a Companhia optou por ter parte de sua disponibilidade descontratada a partir de 2011.

De acordo com os dados de capacidade comercial própria e contratos de compra e venda em vigor na data de 31 de dezembro de 2009, o balanço de energia da Tractebel Energia mostra que a Companhia está com sua disponibilidade de energia, incluindo aquisições de terceiros, quase totalmente contratada em 2010.



6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Tractebel Energia obteve em 2009 um excelente desempenho econômico-financeiro, apesar do cenário econômico adverso descrito anteriormente.

A mudança de tratamento contábil aplicada em 2009 aos contratos de *swap* de submercados de energia, que passaram a ser apresentados líquidos no item receita operacional bruta e aos encargos de uso de rede elétrica e conexão, que passaram a ser apresentados no item custos de energia elétrica e serviços e não mais no item despesas com vendas, determinou a reclassificação de valores de algumas rubricas. De modo a permitir a análise entre os períodos comparados, os valores de 2008 e 2007 apresentados a seguir já contemplam tais reclassificações.

6.1. Principais Indicadores

As informações apresentadas a seguir se encontram em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Contábeis.

Indicadores	2007	2008	2009	Variação 09/08
Indicadores Econômicos (R$ milhões)				
Receita Operacional Bruta	3.338,3	3.793,3	3.886,3	2,5%
Receita Operacional Líquida	3.017,0	3.400,3	3.496,7	2,8%
EBITDA *(1)*	1.850,7	2.176,6	2.177,7	0,1%
Margem EBITDA (%)	61,3	64,0	62,3	(1,7 p.p.)
Resultado de Serviço - EBIT *(2)*	1.620,0	1.910,2	1.837,8	(3,8%)
Resultado Financeiro	(134,7)	(320,7)	(239,8)	(25,2%)
Lucro Líquido	1.045,7	1.115,2	1.134,4	1,7%
Indicadores Financeiros (R$ milhões)				
Ativo Total	6.598,0	8.341,8	9.654,1	15,7%
Patrimônio Líquido	2.816,9	3.170,8	3.681,3	16,1%
Investimentos	379,4	1.488,9	323,6	(78,3%)
Dívida Líquida Ajustada *(3)*	1.019,1	2.558,6	2.160,0	(15,6%)
Ações				
Nº de Ações (mil)	652.742	652.742	652.742	-
Lucro Líquido por Ação (R$)	1,6019	1,7084	1,7379	1,7%
Preço Médio da Ação - ON (R$) *(4)*	20,32	20,99	19,33	(7,9%)
Distribuição de Dividendos (R$ milhões)	993,0	756,0	623,9	(17,5%)
Mercado				
Vendas de Energia (GWh)	32.800	30.661	30.911	0,8%
Vendas de Energia (MW Médios) *(5)*	3.744	3.491*(5)*	3.529	1,1%
Corpo Funcional				
Empregados (nº)	917	941	990	5,2%

(1) EBITDA representa: lucro operacional + resultado financeiro + depreciação e amortização.

(2) EBIT representa: lucro operacional + resultado financeiro.

(3) Dívida líquida ajustada = dívida bruta - caixa e equivalentes de caixa.

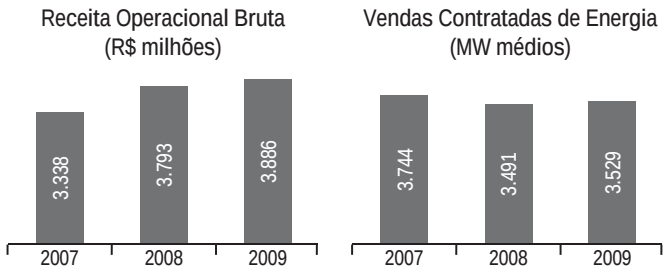
(4) Média simples dos preços de fechamento.

(5) 2008 foi ano bissexto, o que influencia no cálculo de MW médios vendidos.

6.2. Receita Operacional Bruta

No exercício de 2009, a receita operacional bruta alcançou R$ 3.886,3 milhões, 2,5% superior àquela auferida em 2008, que foi de R$ 3.793,3 milhões. A evolução ocorreu em função, substancialmente, do que segue: (i) redução de R$ 230,9 milhões na receita de transações com a CCEE, conforme descrito a seguir em item específico; (ii) incremento de R$ 26,3 milhões na receita de exportação de energia para a Argentina e o Uruguai; (iii) ganho de R$ 35,0 milhões em razão do acordo com o Consórcio São Salvador para a indenização de perdas e danos resultantes do atraso na conclusão das obras da usina São Salvador; e (iv) aumento de R$ 264,7 milhões derivado do aumento do preço médio de venda em 7,7%, desconsiderando-se as exportações, cujos preços são voláteis e distorcem a análise de preços médios, de R$ 112,46/MWh para R$ 121,11/MWh, efeito que já embute a mudança na composição do portfólio de vendas da Companhia resultando na diminuição dos volumes vendidos através de contratos bilaterais para distribuidoras, comercializadoras e clientes livres e no correspondente aumento dos volumes vendidos para o *pool* de distribuidoras nos leilões com início de fornecimento em 1º de janeiro de 2009. Alternativamente, é correto afirmar que o crescimento da receita decorrente das vendas das empresas adquiridas ou que entraram em operação comercial durante ou após 2008 foi de R$ 131,1 milhões, considerando neste montante a indenização citada no item (iii) acima.

No acumulado de 2009, a quantidade de energia elétrica vendida atingiu 30.911 GWh (3.529 MW médios), 0,8% maior que os 30.661 GWh (3.491 MW médios) do ano de 2008.



6.2.1. Suprimento de Energia Elétrica

No acumulado de 2009, a receita de suprimento de energia, aquela originária da venda a agentes que não consumidores livres, alcançou R$ 2.828,3 milhões, superior em 18,7% à apresentada no mesmo período do ano anterior, que foi de R$ 2.383,1 milhões, efeito, principalmente, do seguinte: (i) acréscimo de venda em R$ 68,3 milhões pelas empresas adquiridas ou que entraram em operação durante ou após 2008; (ii) incremento no fornecimento para distribuidoras no valor de R$ 428,1 milhões (equivalentes a 3.251 GWh - 371 MW médios), em virtude da conjunção da venda ao *pool* de distribuidoras com o encerramento de contratos bilaterais que não foram renovados com algumas delas; (iii) queda na venda para comercializadoras no valor de R$ 93,6 milhões (correspondentes a 974 GWh - 112 MW médios), motivada pela necessidade de atendimento à já citada mudança na composição do portfólio de vendas; e (iv) aumento no preço médio de venda para as distribuidoras e comercializadoras em 5,0%, resultando em crescimento na receita de R$ 42,8 milhões.

6.2.2. Fornecimento de Energia Elétrica

A receita anual do fornecimento de energia (venda a consumidores livres) foi de R$ 878,8 milhões, decréscimo de 17,1% quando comparado aos R$ 1.059,5 milhões de 2008, consequência da combinação do seguinte: (i) queda do volume de vendas resultante do término de contratos e da redução de quantidades contratadas causada pela crise mundial, que resultou na diminuição da venda em R$ 298,7 milhões (correspondentes a 2.639 GWh - 301 MW médios); e (ii) elevação do preço médio de venda em 11,1%, proporcionando o crescimento da receita em R$ 118,1 milhões. Cabe considerar que a referida redução foi compensada pelo incremento da venda ao *pool* de distribuidoras, conforme anteriormente mencionado.

6.2.3. Transações no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

No acumulado de 2009, a receita foi de R$ 65,1 milhões, valor substancialmente inferior ao de 2008, que foi de R$ 296,0 milhões. Maiores explicações sobre estas operações podem ser encontradas no item detalhamento das operações na CCEE.

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 3
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_relatorio.indd 3
16/3/2010 16:45:46

6.2.4. Exportação de Energia Elétrica

No exercício de 2009, a receita obtida com a exportação para a Argentina e Uruguai atingiu R$ 60,7 milhões, superior aos R$ 34,4 milhões obtidos no exercício de 2008.

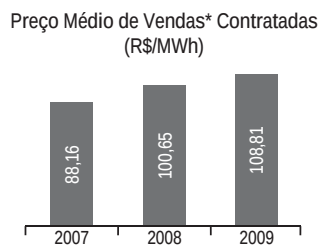
6.3. Deduções da Receita Operacional

No ano de 2009, as deduções alcançaram R$ 389,6 milhões, valor pouco inferior ao de 2008, que foi de R$ 393,1 milhões, correspondendo a respectivamente 10,2% e 10,5% da receita bruta, excluída a exportação, sobre a qual não incide PIS, Cofins e ICMS. A variação dos saldos justifica-se basicamente (i) pela elevação do PIS e Cofins no montante de R$ 32,6 milhões devido à mudança do sistema cumulativo (alíquota a 3,65%) para o não cumulativo (alíquota a 9,25%, mas com direito a crédito sobre determinadas transações) sobre os contratos com preços pré-determinados encerrados ao longo de 2008 e 2009; e (ii) pela queda do ICMS no valor de R$ 37,0 milhões, motivada pela redução do volume de vendas para consumidores industriais, transações em que há incidência de ICMS.

6.4. Receita Operacional Líquida

No exercício de 2009, a receita operacional líquida alcançou o valor de R$ 3.496,7 milhões, 2,8% acima do registrado em 2008, que foi de R$ 3.400,3 milhões. O aumento apresentado está diretamente relacionado ao comportamento da receita operacional bruta e das deduções da receita operacional, conforme anteriormente mencionado.

No acumulado do ano, o preço médio passou de R$ 100,65/MWh em 2008 para R$ 108,81/MWh em 2009, representando crescimento de 8,1%. Os referidos aumentos refletem o reajuste dos preços dos contratos existentes e os preços dos novos contratos, principalmente aqueles com os consumidores livres e com o *pool* de distribuidoras, conforme anteriormente mencionado.



* Preço médio de venda de energia, líquido das exportações e deduções sobre a receita operacional.

6.5. Custos de Energia Elétrica e Serviços

No exercício de 2009, os custos cresceram 5,4% em relação a 2008, atingindo R$ 1.463,3 milhões e R$ 1.388,3 milhões, respectivamente. Estas variações decorreram, principalmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

- **Energia elétrica comprada para revenda:** redução foi de R$ 53,7 milhões, originada conforme mencionado no item fornecimento de energia elétrica, e do menor volume de venda para comercializadoras, em decorrência da perda de atratividade derivada do menor Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) médio registrado durante 2009, R$ 38,74/MWh vis-à-vis R$ 135,29/MWh em 2008, sendo que a queda do volume comprado foi de 1.325 GWh (151 MW médios) e o acréscimo no preço da energia comprada foi de 19,1%. Uma considerável parte deste volume comprado foi contratada anos atrás, portanto, não guardando relação com o PLD médio mais baixo de 2009, de modo a possibilitar a Companhia vender produto de 30 anos no leilão de energia "botox" com início de entrega em 2009.
- **Transações no âmbito da CCEE:** redução de R$ 79,0 milhões em 2009, conforme comentado a seguir em item específico.
- **Encargos de uso de rede elétrica e conexão:** aumento de R$ 27,5 milhões no ano de 2009, em razão principalmente da incidência dos referidos encargos devidos pelas empresas adquiridas ou que entraram em operação durante e após 2008.
- **Combustíveis para produção de energia elétrica:** queda de R$ 66,4 milhões refletindo principalmente a combinação dos seguintes fatores: (i) consumo de óleo diesel nas usinas William Arjona e Alegrete, no valor de R$ 92,4 milhões em 2008 e inexpressivo em 2009, em virtude (i.i) do despacho em 2008 destas usinas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) com o objetivo de manter a segurança energética do sistema elétrico e devido às baixas afluências verificadas em determinados períodos daquele ano (estes custos foram compensados pelo aumento da receita na CCEE, conforme descrito em item específico), e (i.ii) da exportação, também em 2008, de energia para a Argentina e Uruguai através da Usina Termelétrica Alegrete; (ii) consumo de carvão no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda para geração de energia para exportação no montante de R$ 31,9 milhões no ano de 2009 e inexpressivo em 2008; e (iii) redução de R$ 5,6 milhões pelo ajuste no custo da biomassa utilizada para a geração de energia da Unidade de Co-geração Lages.
- **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** redução de R$ 1,6 milhão em decorrência principalmente da combinação do menor volume de geração hidrelétrica, ocasionado pela estiagem que atingiu a Região Sul do país no 2T09, com o reajuste tarifário anual.
- **Pessoal:** aumento de R$ 4,1 milhões justificado pelo reajuste salarial e de benefícios.
- **Materiais e serviços de terceiros:** acréscimo de R$ 8,6 milhões no ano de 2009, em razão principalmente das despesas com materiais e serviços incorridas pelas empresas adquiridas ou que entraram em operação durante e após 2008.
- **Depreciação e amortização:** aumento de R$ 75,3 milhões em 2009, em razão substancialmente da depreciação dos ativos das empresas adquiridas ou que entraram em operação durante e após 2008.

6.6. Detalhamento das Operações na CCEE

Os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos, sendo esta a razão para a criação do presente tópico. Assim, ele nos permite realizar uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente estes elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do chamado "risco de submercado"; (iii) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (iv) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (v), naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

No acumulado de 2009, o resultado líquido foi uma despesa de R$ 58,9 milhões contra uma receita líquida, no ano anterior, de R$ 251,1 milhões, ou seja, uma variação negativa no resultado de R$ 310,0 milhões entre os anos analisados. Esta variação decorreu, principalmente, pelo seguinte:

I. houve uma deterioração de R$ 26,5 milhões no resultado com o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que se transformou de uma receita líquida de R$ 12,3 milhões em 2008 em uma despesa líquida de R$ 14,2 milhões em 2009, em razão da redução de 3,4% na geração hidrelétrica da Companhia em 2009 causada pelos menores índices pluviométricos que em 2008. Parte deste aumento foi compensada por menor despesa com royalties, conforme descrito no item compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. Desta forma, falta explicar o saldo positivo de R$ 238,8 milhões para o resultado da CCEE em 2008 e o saldo negativo de R$ 44,7 milhões em 2009, o que é feito em II e III a seguir, respectivamente;

II. ao longo do ano de 2008, ocorreram grandes oscilações no PLD. Consequência da oportuna estratégia de alocação de energia assegurada anual das hidrelétricas, de uma maneira geral as posições vendedoras foram liquidadas em meses em que o PLD ficou elevado, enquanto que as posições compradoras recaíram sobre meses com PLD baixo. Os efeitos decorrentes desta combinação de resultados mensais foram os principais responsáveis pelos R$ 238,8 milhões mencionados no item I; e

III. em 2009, com a combinação do baixo PLD médio e da menor necessidade de geração fora da ordem de mérito, verificou-se a redução de 22,8% na geração termelétrica da Companhia, conforme comentado no item produção. Tal redução contribuiu para uma maior posição compradora ou menor posição vendedora na CCEE, dependendo do mês. Além de mais baixo, o PLD apresentou desvio-padrão bem inferior ao longo de 2009, reduzindo o potencial de ganho (e perda) decorrente da citada estratégia de alocação. Adicionalmente, as posições compradoras foram mais significativas nos meses em que o PLD foi um pouco mais elevado. Estes efeitos foram os principais responsáveis pelos R$ 44,7 milhões mencionados no item I.

6.7. Despesas Gerais e Administrativas

No ano de 2009, as despesas gerais e administrativas aumentaram ligeiramente, de R$ 162,3 milhões para R$ 162,9 milhões, em decorrência principalmente da combinação do seguinte: (i) crescimento das despesas com pessoal de R$ 5,1 milhões devido ao reajuste de salários e benefícios anuais; (ii) redução de R$ 2,8 milhões das despesas com contribuições e doações; e (iii) queda de R$ 1,8 milhão da despesa com depreciação e amortização.

6.8. Constituição de Provisões Operacionais

Em 2009, as despesas foram de R$ 30,9 milhões, ou seja, R$ 26,9 milhões superiores às de 2008, que foram de R$ 4,0 milhões. A variação decorre principalmente da combinação dos seguintes fatores: (i) provisão para contingências cíveis de R$ 30,4 milhões relativa substancialmente ao pleito de revisão de benefícios de aposentadoria pelas fundações de previdência privada patrocinadas pela Companhia; (ii) complemento da provisão anual para benefício pós-emprego de R$ 20,4 milhões; e (iii) reversão de provisão para contingências trabalhistas e fiscais de R$ 23,3 milhões devido a trânsito em julgado favorável e acordos realizados em ações judiciais.

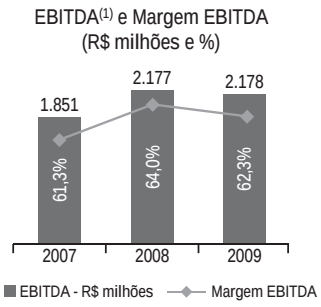
6.9. Recuperação de PIS e Cofins e Ganhos em Ações Judiciais

No exercício de 2008, a Companhia reconheceu receita não recorrente de R$ 76,4 milhões relativa à recuperação de PIS e Cofins recolhidos indevidamente em períodos anteriores. Este montante refere-se, substancialmente, aos referidos impostos pagos sobre os valores relativos à recuperação do consumo dos combustíveis fósseis adquiridos com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que, de acordo com a orientação contida em despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a partir de novembro de 2005 deixaram de ser reconhecidos como receita operacional e passaram a ser contabilizados em conta retificadora de custo da produção de energia elétrica. Já no exercício de 2009, a Companhia registrou ganho não recorrente de R$ 8,4 milhões resultante de acordo judicial relativo à rescisão do contrato de construção da usina de biomassa São João.

6.10. EBITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos acima mencionados, o EBITDA foi de R$ 2.177,7 milhões no exercício de 2009, ligeiramente superior ao registrado no ano de 2008, que foi de R$ 2.176,6 milhões. A margem EBITDA em 2009 alcançou 62,3%, enquanto a de 2008 foi de 64,0%.

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 4
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_relatorio.indd 4 16/3/2010 16:45:48



(1) EBITDA representa: lucro operacional + resultado financeiro + depreciação e amortização.

A fim de possibilitar a reconciliação do resultado operacional com o EBITDA, apresentamos a tabela abaixo:

(Valores em R$ mil)	2007	2008	2009	Variação 09/08
Resultado Operacional	1.485.338	1.589.520	1.598.011	0,5%
(+/–) Resultado Financeiro	129.482	320.676	239.789	(25,2%)
(+) Depreciação e Amortização	235.866	266.381	339.912	27,6%
EBITDA	**1.850.686**	**2.176.577**	**2.177.712**	**0,1%**

6.11. Resultado Financeiro

6.11.1. Receitas Financeiras

No acumulado de 2009, as receitas financeiras foram de R$ 86,9 milhões, R$ 36,3 milhões inferiores às de 2008, que foram de R$ 123,1 milhões, em função substancialmente do que segue: (i) queda de R$ 23,2 milhões na renda de aplicações financeiras devido à menor taxa de juros do mercado em 2009, um estímulo ao aumento de consumo para mitigar os reflexos da crise mundial; (ii) decréscimo da variação monetária sobre depósitos vinculados a litígios, no valor de R$ 4,3 milhões, em razão basicamente da menor taxa Selic entre os períodos comparados; e (iii) redução de R$ 8,8 milhões na variação monetária sobre contas a receber de longo prazo, em virtude da suspensão da atualização dos valores a receber.

6.11.2. Despesas Financeiras

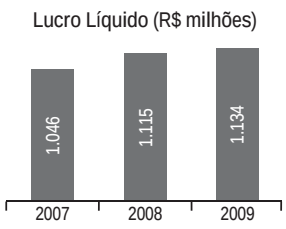
No exercício de 2009, as despesas financeiras caíram R$ 117,1 milhões, passando de R$ 443,8 milhões em 2008 para R$ 326,7 milhões em 2009 em razão, principalmente, da combinação dos efeitos a seguir descritos: (i) ganho cambial não realizado de R$ 157,9 milhões sobre os empréstimos e financiamentos resultante da desvalorização do dólar e do euro frente ao real; (ii) acréscimo de R$ 92,6 milhões nos encargos de dívida, em decorrência essencialmente dos encargos sobre as dívidas das empresas adquiridas ou que entraram em operação durante e após 2008, no valor de R$ 54,4 milhões, e sobre a 3ª e 4ª emissão de debêntures, no montante de R$ 50,1 milhões, e da redução de R$ 8,7 milhões dos encargos das notas promissórias quitadas em 2009; (iii) queda de R$ 76,8 milhões na variação monetária de dívidas, devido, principalmente, à menor variação do IGP-M e do IPCA em 2009 em relação a 2008; e (iv) perda de R$ 18,6 milhões na remuneração do Bônus do Tesouro dos Estados Unidos garantidores do empréstimo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

6.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa recuou de R$ 474,4 milhões em 2008 para R$ 463,7 milhões em 2009, valores correspondentes a, respectivamente, 29,8% e 29,0% do lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social.

6.13. Lucro Líquido

No exercício de 2009, o lucro líquido atingiu R$ 1.134,4 milhões, 1,7% superior ao do ano anterior, que foi de R$ 1.115,2 milhões, e representou R$ 1,737895 por ação. Excluindo-se os efeitos, líquidos de impostos, da indenização não recorrente reconhecida em 2009 em decorrência da rescisão do contrato de construção da usina de biomassa São João, de R$ 5,5 milhões, e da receita também não recorrente de R$ 50,4 milhões reconhecida em 2008 relativa à recuperação do PIS e Cofins recolhidos indevidamente em anos anteriores, o lucro líquido do ano em análise seria superior em 6,0% em relação ao do exercício anterior.



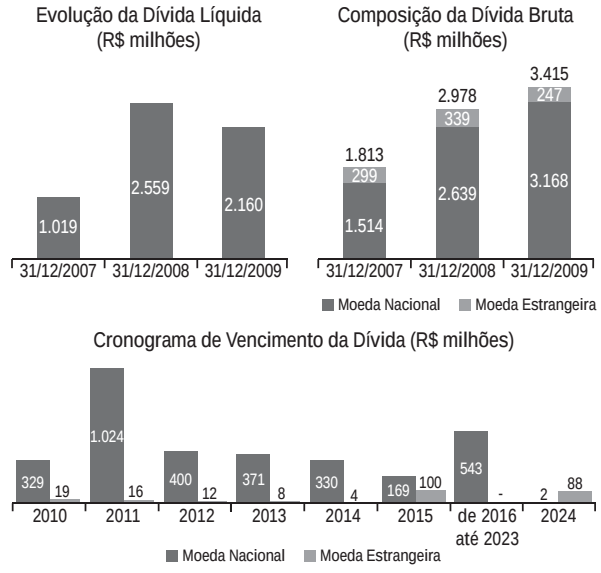
Do lucro líquido apurado no exercício, a Companhia distribuiu a seus acionistas R$ 623,9 milhões sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, o que representou um *payout* de 55,0%.

6.14. Endividamento

Em 31 de dezembro de 2009, a dívida líquida (dívida total menos caixa e equivalentes) da Companhia era de R$ 2.160,0 milhões, 15,6% inferior aos R$ 2.558,6 milhões registrados em 31 de dezembro de 2008, devido ao maior volume de recursos aplicados ao final de 2009 oriundos do saque de R$ 400,0 milhões da 4ª emissão de debêntures comentadas a seguir.

A dívida bruta total consolidada, representada principalmente por empréstimos, debêntures e financiamentos, totalizava R$ 3.414,6 milhões em 31 de dezembro de 2009, um incremento de 14,6% comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2008. Do total da dívida no final do período, 7,2% eram em moeda estrangeira (11,4% ao final de 2008), parcela que não estava sujeita a instrumentos de *hedge*.

O acréscimo do endividamento da Tractebel Energia está relacionado, principalmente, à combinação dos seguintes fatores: (i) saque junto ao BNDES e seus agentes financeiros no valor total acumulado de R$ 96,3 milhões entre os períodos, para fazer frente aos investimentos na Usina Hidrelétrica São Salvador, PCH Areia Branca e Usina Eólica Pedra do Sal (Pedra do Sal quitou o empréstimo ponte com o ABN Amro Real com aporte do BNDES); (ii) terceira emissão de debêntures de R$ 600,0 milhões, realizada no 2T09, cujo valor foi utilizado para quitar as notas promissórias da quarta emissão no valor de R$ 300,0 milhões, realizada em fevereiro de 2009, e parte dos R$ 400,0 milhões referentes às notas promissórias da terceira emissão, realizada em 20 de maio de 2008 e com vencimento em 15 de maio de 2009; (iii) quarta emissão de R$ 400,0 milhões em debêntures, realizada no 4T09, cujo valor destinou-se à aquisição da SUEZ Energia Renovável (SER), à redução de custos e alongamento de dívidas, bem como ao reforço do capital de giro para a condução dos negócios da Companhia; (iv) variação cambial positiva de R$ 77,7 milhões; e (v) a combinação de geração de encargos com amortizações de empréstimos e financiamentos em 2009, resultando em um valor líquido de R$ 182,9 milhões, em amortizações no período.



7. INVESTIMENTOS

7.1. Manutenção, Revitalização e Ampliação do Parque Gerador

Em 2009, foram aplicados R$ 198,2 milhões nas construções da Usina Hidrelétrica São Salvador, da Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca, da Usina Eólica Pedra do Sal e da Usina Termelétrica Destilaria Andrade.

Além disso, foram investidos R$ 3,5 milhões no projeto da Usina Termelétrica Seival e R$ 3,0 milhões na aquisição de projetos de geração de energia eólica.

Outros R$ 118,9 milhões foram direcionados em 2009 aos projetos de manutenção e revitalização de suas usinas.

Desta forma, em 2009 os investimentos totalizaram R$ 323,6 milhões, valor 78,3% inferior aos R$ 1.488,9 milhões referentes ao ano anterior, devido à elevada soma de recursos investidos em 2008 na aquisição de seis usinas.

A previsão dos investimentos em manutenção e aqueles já comprometidos com a UHE São Salvador e os projetos UTE Destilaria Andrade, PCH Areia Branca e UHE Estreito totaliza R$ 2.211,7 milhões em 2010, R$ 178,2 milhões em 2011 e R$ 113,0 milhões em 2012.

7.2. Pesquisa e Desenvolvimento

Como forma de buscar soluções sustentáveis para suas operações e interagir com as instituições e fundações de ensino e pesquisa locais, a Tractebel Energia desenvolve seu programa anual de pesquisa e desenvolvimento, conforme determinação da Aneel.

Como forma de buscar soluções sustentáveis para suas operações e interagir com as instituições e fundações de ensino e pesquisa locais, a Tractebel Energia desenvolve seu programa anual de pesquisa e desenvolvimento, conforme determinação da Aneel. Em 2009, foram investidos R$ 41,4 milhões entre diversos projetos e recolhimentos ao Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Os projetos abrangem, principalmente, as seguintes áreas de criação e investimento:

- fontes alternativas de geração de energia elétrica;
- geração termelétrica;
- gestão de bacias e reservatórios;
- meio ambiente;
- eficiência energética;
- operação de sistemas de energia elétrica; e
- supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica.

Além disso, a Companhia investe continuamente em melhorias em tecnologia, com ênfase em seu parque gerador e sistemas informatizados, ciente de que o desenvolvimento científico e tecnológico é essencial à manutenção do alto padrão de qualidade dos seus serviços.

Informações sobre como participar do Programa, legislação envolvida, projetos realizados e em andamento, prêmios recebidos, entre outras, podem ser obtidas no website da Companhia, www.tractebelenergia.com.br, no link Pesquisa e Desenvolvimento.

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A conduta dos negócios da Companhia segue as melhores práticas de governança corporativa e o compromisso com a prestação de contas e com a transparência da gestão. As ações da Tractebel Energia são negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, segmento composto por ações de companhias que adotam práticas de governança corporativa adicionais às exigidas pela legislação brasileira.

Sua estrutura de controle interno foi adequada aos regulamentos da Sarbanes-Oxley (SOX), lei norte-americana voltada às companhias de capital aberto que visa à criação de mecanismos confiáveis de auditoria e segurança das informações para garantir a veracidade do conteúdo dos relatórios financeiros.

O Conselho de Administração da Companhia é composto por nove membros efetivos, sendo um Presidente, um Vice-Presidente, um representante dos empregados e dois membros independentes. A Diretoria Executiva possui sete membros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandatos de três anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho Fiscal, por sua vez, é um órgão não permanente, sendo instalado a pedido dos acionistas. Atualmente é formado por três membros e três suplentes, eleitos em maio de 2009, com mandato de um ano.

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 5

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_relatorio.indd 5 16/3/2010 16:45:50

A Tractebel Energia conta ainda com órgãos de apoio, que contribuem em áreas específicas do negócio para executar suas atividades de forma eficiente e sustentável. Sua estrutura é formada por oito comitês, cujas ações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração, sendo eles os Comitês de Energia, de Gerenciamento de Risco, Financeiro, de Planejamento Tributário, de Ética, de Inovação, de Sustentabilidade e Estratégico.

8.1. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária da Companhia tem direito de:

- voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária;
- de receber dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado, conforme previsto na política de dividendos que, adicionalmente, declara intenção de pagar em cada ano calendário dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em valor não inferior a 55% do lucro líquido ajustado em distribuições semestrais;
- de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social;
- de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição; e
- de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com o regulamento do Novo Mercado, as ações ordinárias podem ser incluídas em oferta pública de ações, em decorrência da alienação do controle da Companhia, recebendo, no mínimo, 100% do preço pago por ação ordinária do bloco de controle. Além disso, a Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

8.2. Política de Divulgação de Informações

A Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Ações da Tractebel Energia atende às regras de transparência e às exigências dos órgãos reguladores do mercado financeiro, como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a BM&FBovespa. A Companhia divulga fatos relevantes conforme a Instrução nº 358/02 da CVM, que exige a disponibilização de dados sobre seus negócios, de forma a dar aos investidores tempo hábil para a tomada de decisão. As divulgações dos resultados trimestrais, dos fatos relevantes, *release* de resultados, dos relatórios anuais, dos documentos arquivados na CVM, das políticas e práticas da Companhia e outras informações institucionais estão disponíveis no website de Relações com Investidores (www.tractebelenergia.com.br).

8.3. Código de Ética

A conduta de todos os empregados e parceiros da Companhia é pautada pelo seu Código de Ética, atualmente em sua segunda versão, que reafirma os valores corporativos, esclarece questões de comportamento ético e define princípios a serem observados no relacionamento com os públicos com os quais a Companhia interage. O Comitê de Ética da Tractebel Energia desenvolve constantemente ações de formação e conscientização, a fim de garantir o conhecimento adequado do Código de Ética ao público em geral e, principalmente, aos empregados.

Alinhado aos valores e princípios da GDF SUEZ, o documento é distribuído a todos os empregados, disseminado na Intranet e está disponível no website da Companhia (www.tractebelenergia.com.br).

8.4. Regimento Interno do Conselho de Administração

Há dois anos a Tractebel Energia elaborou e implantou, com base em documento similar utilizado por seu controlador, o Regimento Interno do Conselho de Administração. O documento visa assegurar a eficácia da contribuição de cada Conselheiro, em linha com os padrões de valores, ética e integridade independentes que se espera que eles venham a observar. O documento está disponível no site da Companhia (www.tractebelenergia.com.br), na seção "Governança Corporativa" sob o item "Códigos e Políticas".

9. MERCADO DE CAPITAIS

A Tractebel Energia possui ações ordinárias negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa sob o código TBLE3. Suas ações integram o Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG), o Índice de Energia Elétrica (IEE) e, desde o início da carteira, em 2005, suas ações foram selecionadas, pelo quinto ano consecutivo, a compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

A Companhia negocia ainda ADRs (*American Depositary Receipts*) Nível 1 no mercado de balcão norte-americano *Over-The-Counter* (OTC) sob o código TBLEY, sendo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

O ano de 2009 começou marcado pelo agravamento da crise econômica internacional iniciada em 2008, que atingiu o setor bancário e os mercados monetário e de capitais, que sofreram quedas significativas. A economia brasileira, também impactada pela crise, porém em menor grau que as economias norte-americana e da Zona do Euro, apenas no segundo semestre voltou a apresentar sinais de crescimento.

Neste cenário, o Ibovespa se recuperou e encerrou 2009 com alta de 82,7%, superando o declínio de 41,2% do ano anterior, acompanhado da valorização de 59,1% do Índice do Setor Elétrico (IEE), que em 2008 havia apresentado queda de 11,6%. As ações da Tractebel Energia encerraram o ano em alta de 16,1%.

Os papéis da Companhia registraram presença em 100% dos pregões da BM&FBovespa em 2009, sendo que o volume médio diário de negociação foi de R$ 13,6 milhões no período.

9.1. Relações com Investidores

O departamento de Relações com Investidores é responsável pelo atendimento aos acionistas, investidores e potenciais investidores e pela divulgação de informações sobre o desempenho da Companhia por meio de eventos, como o da Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capitais (Apimec), bem como por teleconferências e visitas às centrais geradoras, por meio do programa Por Dentro da Tractebel. Adicionalmente, participa constantemente de conferências e seminários dos principais bancos de investimento e corretoras, promovendo assim o acesso necessário do público investidor às informações da Companhia. Os canais de contato com os investidores e analistas de mercado são o website de relações com investidores, o telefone do departamento (48 3221-7221) e as reuniões diretas.

10. RECURSOS HUMANOS

A Tractebel Energia estrutura e implanta suas políticas de recursos humanos com o objetivo de nortear a atuação da Companhia na busca de um ambiente de trabalho ético, justo e responsável que garanta condições de desempenho, desenvolvimento e reconhecimento aos empregados.

Para manter essa estrutura, tendo como base a valorização do ser humano, e sustentar sua estratégia de negócio, a Companhia investe continuamente no desenvolvimento de programas de comunicação que fortalecem atitudes e comportamentos alinhados à cultura organizacional.

A cada dois anos, a Tractebel Energia avalia o desempenho da gestão de recursos humanos com o objetivo de estreitar a relação de confiança entre os empregados e a Companhia. Em 2009, ano em que foi realizada a última pesquisa de clima, os resultados da pesquisa de clima revelaram um índice de satisfação com o ambiente de trabalho de 70%, aumento de 11 p.p. desde o início do processo. Esse índice está acima da média do mercado geral e do setor elétrico, que registram 60% de satisfação.

Para suprir sua necessidade de profissionais especializados e qualificados, demandados pelos serviços oferecidos, a Companhia desenvolve o Programa de Sucessão, que objetiva a manutenção do corpo funcional sempre atualizado e qualificado, a contratação de novos empregados e a condução de um programa de desligamento voluntário vinculado à preparação de sucessores, com datas de saída programadas pela Companhia.

Em 2009 foram 82 admitidos e 33 desligados, compondo um quadro de empregados, ao final do período, de 990 empregados, sendo 861 homens e 129 mulheres. Desse total, 38% dos empregados têm formação universitária e 44% o segundo grau técnico.

A Tractebel Energia possui Acordos Coletivos de Trabalho assinados com sindicatos que representam seus empregados, em conformidade com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que incluem temas como reajuste salarial, planos de previdência e benefícios, segurança e saúde, equipamentos de proteção, treinamento e educação aos socorristas e às Comissões Internas de Prevenção a Acidentes (CIPAs).

10.1. Saúde e Segurança

Todas as operações da Companhia são conduzidas levando em conta práticas e programas voltados à saúde e segurança no trabalho tanto para os empregados próprios quanto para os de empresas de serviços terceirizados.

Em 2009, a Tractebel Energia atingiu todas as metas estabelecidas de saúde e segurança no trabalho, inclusive a de nenhum acidente fatal. A taxa de frequência foi de 3,3 e a taxa de gravidade de 0,078 para um total de 5.102.753 horas trabalhadas no ano por empregados próprios e de empresas prestadoras de serviços.

A Companhia busca constantemente aprimorar sua política de saúde e segurança, além de buscar conscientizar os empregados para a melhoria desses índices. Anualmente, é realizado um check-up médico para todos os empregados, que, além disso, possuem um plano individual de saúde que estabelece metas associadas, por exemplo, a peso e nível de colesterol, com base nos resultados dos exames.

10.2. Benefícios

São oferecidos a todos os empregados e seus dependentes um auxílio à recuperação da saúde, que cobre as áreas médica, odontológica, farmacêutica e psicológica, fonoaudiológica e nutricional. Além disso, a Tractebel Energia oferece seguro de vida em grupo, cobertura para incapacidade e invalidez, licença maternidade e paternidade, auxílio creche às empregadas, alimentação e vale transporte, previdência privada e auxílio no atendimento aos portadores de necessidades especiais.

O plano de previdência privada da Tractebel Energia é administrado pela PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar, constituído por 50% de contribuição dos empregados e 50% da Companhia, e tem a participação de 99,0% dos empregados, em sua grande maioria em plano de contribuição definida.

A Companhia também patrocina 2.167 ex-empregados aposentados, que são de sua responsabilidade, e que optaram por não fazer parte do plano da Tractebel Energia na PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar, e fazem parte da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS).

Em 2009, o total de recursos repassados pela Companhia para os fundos de pensão foi de R$ 48,6 milhões.

10.3. Treinamento e Desenvolvimento

Com o objetivo de sempre proporcionar oportunidades de desenvolvimento e qualificação aos seus empregados, a Companhia possui um programa de treinamento e desenvolvimento e oferece auxílio à formação educacional em diferentes níveis acadêmicos. Em 2009, a média de treinamento por empregado foi de 81,4 horas/empregado e mais de R$ 137 mil foram oferecidos em bolsas de formação educacional.

Desde 2000, a Tractebel Energia promove o Programa de *Trainees* para identificar, desenvolver, qualificar e investir em novos talentos. O programa já formou 80 profissionais, dos quais 59 permanecem em diversas áreas da Companhia.

10.4. Remuneração e Participação nos Resultados

A Tractebel Energia adota a equidade salarial entre gêneros e etnias. Alinhada às práticas de mercado, a remuneração fixa dos empregados da Companhia é monitorada por meio de pesquisas salariais periódicas.

Os empregados recebem ainda uma participação anual nos resultados, proporcional à remuneração e ao desempenho individual e alcance das metas previamente estabelecidas. Em 2009, foram distribuídos aos empregados R$ 14,6 milhões como participação nos resultados do exercício anterior.

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 6
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
perfran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_relatorio.indd 6
16/3/2010 16:45:53

10.5. Balanço Social

Tractebel Energia - Consolidado	2009	2008
1. BASE DE CÁLCULO	**R$ mil**	**R$ mil**
1.1 - Receita Líquida	3.496.677	3.400.250
1.2 - Resultado Operacional	1.598.011	1.589.520
1.3 - Folha de Pagamento Bruta	97.220	93.011

2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R$ mil	% sobre a Folha de Pagamento Bruta	% sobre a Receita Líquida	R$ mil	% sobre a Folha de Pagamento Bruta	% sobre a Receita Líquida
2.1 - Alimentação	7.960	8,19	0,23	7.191	7,73	0,21
2.2 - Encargos Sociais Compulsórios	31.444	32,34	0,90	29.517	31,73	0,87
2.3 - Previdência Privada	34.934	35,93	1,00	32.745	35,21	0,96
2.4 - Saúde	12.770	13,14	0,37	11.058	11,89	0,33
2.5 - Educação	3.037	3,12	0,09	3.955	4,25	0,12
2.6 - Participação nos Resultados	17.010	17,50	0,49	14.982	16,11	0,44
2.7 - Outros Benefícios	6.496	6,68	0,19	5.377	5,78	0,16
TOTAL (2.1 a 2.7)	**113.651**	**116,90**	**3,27**	**104.825**	**112,70**	**3,09**

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R$ mil	% sobre o Resultado Operacional	% sobre a Receita Líquida	R$ mil	% sobre o Resultado Operacional	% sobre a Receita Líquida
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	827.523	51,78	23,67	840.816	52,90	24,73
3.2 - Contribuição p/ a Sociedade/Investimentos na Cidadania	9.078	0,57	0,26	8.429	0,53	0,25
TOTAL (3.1 a 3.2)	**836.601**	**52,35**	**23,93**	**849.245**	**53,43**	**24,98**

4. INDICADORES AMBIENTAIS	R$ mil	% sobre o Resultado Operacional	% sobre a Receita Líquida	R$ mil	% sobre o Resultado Operacional	% sobre a Receita Líquida
4.1 - Relacionados com a operação da Empresa	13.685	0,86	0,39	11.281	0,71	0,33
4.2 - Relacionados com projetos em curso	53.462	3,35	1,53	38.331	2,41	1,13
TOTAL (4.1 a 4.2)	**67.147**	**4,21**	**1,92**	**49.612**	**3,12**	**1,46**

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	Quantidade	Quantidade
5.1 - Nº de empregados no final do exercício	990	941
5.2 - Nº de admissões durante o exercício	82	61
5.3 - Nº de empregados (as) terceirizados	729	2.235
5.4 - Nº de estagiários (as)	71	61
5.5 - Nº de empregados (as) acima de 45 anos	362	382
5.6 - Nº de mulheres que trabalham na Companhia	129	122
5.7 - % de cargos de chefia ocupados por mulheres	3,70%	3,70%
5.8 - Nº de negros (as) que trabalham na Companhia	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a este indicador.	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a este indicador.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A gestão da Tractebel Energia guia seus negócios sempre compromissada com a excelência de sua operação e responsabilidade de sua atuação. A cultura organizacional e as práticas da Companhia refletem esse compromisso com o equilíbrio entre o crescimento da Companhia e o desenvolvimento sustentável e balanceado das dimensões econômica, social e ambiental de todos os seus públicos.

Essas premissas são aplicadas à gestão socioambiental da Companhia por meio de quatro diretrizes:

- **operacional:** maximizar a geração de energia observando o planejamento do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), preservando as condições ambientais e garantindo a segurança dos aproveitamentos;
- **ambiental:** gerar energia em observância às normas de segurança, ao uso racional dos recursos naturais e à preservação do patrimônio público;
- **patrimonial:** utilizar estritamente as áreas necessárias aos empreendimentos, realocar áreas remanescentes para uso social e ambiental, detectando e impedindo seu uso irregular; e
- **relacionamento com a sociedade:** participar da vida das comunidades localizadas nas áreas de influência dos empreendimentos, procurando identificar e satisfazer suas expectativas, disponibilizando mecanismos de comunicação abertos e permanentes.

Para promover e manter o conceito de desenvolvimento sustentável internamente e conciliar os interesses dos diversos públicos que interagem com a Companhia, a Tractebel Energia conta com um Comitê de Sustentabilidade, que desenvolve o sistema pró-ativo de responsabilidade socioambiental e assegura a transparência das ações e o uso ético dos recursos aplicados.

Como reflexo de seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, a Tractebel Energia foi selecionada em 2009, pelo quinto ano consecutivo, para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, composta por ações de empresas com reconhecido compromisso com práticas de sustentabilidade e que apresentam os melhores desempenhos com relação à eficiência econômica, comunicação e relacionamento com seus públicos de interesse, responsabilidade socioambiental e governança corporativa. A Companhia se mantém no Índice desde sua criação, em 2005.

11.1. Gestão Ambiental

A gestão ambiental da Companhia está amparada na utilização de programas e outras ferramentas que permitem identificar e administrar os impactos gerados e, assim, minimizá-los por meio de melhorias operacionais e de controle dos riscos.

Para isso, as operações são realizadas em conformidade com o Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Meio Ambiente, que mantém mecanismos e procedimentos operacionais adequados a cada uma das usinas, levando em conta as especificidades das atividades envolvidas e as características socioambientais de cada região.

Nas hidrelétricas, por exemplo, são desenvolvidas ações para mitigar ou compensar os impactos decorrentes da implantação e da operação dos reservatórios das usinas. Nas termelétricas, por sua vez, o foco está no controle da qualidade do ar, do volume e da qualidade dos efluentes líquidos e dos resíduos sólidos, e no uso racional de recursos naturais.

Além disto, todas as operações da Companhia encontram-se alinhadas com seu Código de Ética e com seu Código de Meio Ambiente, atendendo às expectativas de seu público de interesse, sobretudo, os órgãos ambientais competentes.

As usinas de geração de energia operadas pela Tractebel Energia possuem as certificações internacionais NBR ISO 9001:2000 e NBR ISO 14001:2004 (com exceção da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, das PCHs Rondonópolis e José Gelazio da Rocha e das usinas eólicas Beberibe e Pedra do Sal, que passaram a integrar os ativos da Companhia a partir de 2008) e estarão sendo submetidas à auditoria de certificação segundo os requisitos da NBR 16001 (Responsabilidade Social) e OHSAS 18001 (Saúde e Segurança Ocupacional) no final de 2010.

A Unidade de Co-geração Lages é oficialmente registrada junto ao Comitê Executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, como atividade que atende aos requisitos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e está habilitada a gerar créditos de carbono, conforme estabelecido pelo Protocolo de Kyoto, e comercializá-los pela empresa Lages Bioenergética Ltda.

As emissões de gases que a operação da usina evita são reconhecidas globalmente como créditos de carbono, que podem ser comercializados. Esses créditos são obtidos pela usina ao gerar energia a partir de resíduos da indústria madeireira da região, pois a emissão do gás metano que seria liberado com a decomposição natural da madeira contribuiria mais intensamente para o efeito estufa do que os gases resultantes do processo de combustão da mesma, em especial, o gás carbônico (CO_2).

Até 2009, 1,2 milhão de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) já haviam sido vendidas. Em 2006 e 2008, respectivamente, 190 mil e 270 mil RCEs foram vendidas no mercado de Créditos de Carbono. No ano de 2009, 750 mil RCEs foram vendidas ao *Prototype Carbon Fund* (PCF). Essa última venda deve ser entregue em parcelas anuais de 88 mil toneladas até 2013, com a última parcela, de 134 mil toneladas, a ser repassada em 2014. O PCF é o fundo para compra de créditos de carbono administrado pelo Banco Mundial e o volume da compra representa 40% do total de RCEs a serem emitidas futuramente.

11.2. Gestão Social

Buscando gerar valor e desenvolvimento para as comunidades do entorno de suas usinas, a política de responsabilidade social da Companhia guia as ações em três grandes áreas: programas sociais, programas ambientais e programas culturais.

Nos três programas, são desenvolvidos e apoiados projetos e atividades nas áreas de educação, voluntariado, cidadania, desenvolvimento cultural, conscientização, melhoria e educação ambiental, geração de emprego e renda e inserção no mercado de trabalho.

Além disso, desde o início do projeto de construção de seus empreendimentos, a Companhia realiza estudos de impacto socioambiental nas comunidades locais. Os estudos levantam aspectos da fauna e flora, cultura e história da comunidade e, com base nisso, propõem programas mitigadores de impacto, de modo a possibilitar a melhoria na qualidade de vida das populações atingidas, preservando o meio ambiente, resgatando sua identidade e a memória dos habitantes e construindo um lago na área do reservatório que fomente o turismo e, consequentemente, o desenvolvimento do comércio local.

Na implantação das usinas também são promovidas reuniões com representantes das comunidades, que ajudam na compreensão das características presentes nas construções locais, facilitando a realização de benfeitorias, entendidas como medidas compensatórias, que abrangem aspectos que vão além dos exigidos por lei.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme o disposto no Artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03, a Tractebel Energia informa que os auditores independentes da Companhia e de suas controladas, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2009.

13. AGRADECIMENTOS

A Tractebel Energia agradece a todos seus empregados, clientes, fornecedores, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia em 2009.

A Administração

Continua...

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 7
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_relatorio.indd 7 16/3/2010 16:45:53

...Continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora 2009	Controladora 2008	Consolidado 2009	Consolidado 2008
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.093.839	318.620	1.254.640	420.005
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	354.676	371.041	435.292	387.579
Dividendos a receber de controladas		12.347	9.000	-	-
Alienação de bens e direitos	11	-	17.448	-	17.448
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	15.255	17.069	72.920	27.035
Estoques	7	39.419	57.749	44.652	58.788
Cauções e depósitos vinculados	8	31.491	-	33.511	1.414
Ativo fiscal diferido	9	15.310	13.642	15.896	14.488
Outros		34.477	34.463	31.870	31.480
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**1.596.814**	**839.032**	**1.888.781**	**958.237**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	27.861	22.613	74.482	106.682
Cauções e depósitos vinculados	8	-	-	63.738	25.162
Depósitos judiciais	22	167.649	159.906	168.427	161.005
Alienação de bens e direitos	11	86.886	68.469	86.886	68.469
Ativo fiscal diferido	9	211.059	201.673	223.265	208.431
Partes relacionadas	33	35.654	6.300	-	-
Outros		4.888	1.613	21.685	18.040
		533.997	**460.574**	**638.483**	**587.789**
Investimentos	12	**2.012.093**	**1.604.629**	**33.783**	**30.812**
Imobilizado	13	**3.310.823**	**3.414.337**	**6.978.033**	**6.638.263**
Intangível	14	**18.238**	**19.840**	**115.062**	**126.715**
		5.341.154	**5.038.806**	**7.126.878**	**6.795.790**
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**5.875.151**	**5.499.380**	**7.765.361**	**7.383.579**
TOTAL		**7.471.965**	**6.338.412**	**9.654.142**	**8.341.816**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora 2009	Controladora 2008	Consolidado 2009	Consolidado 2008
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	16	171.019	149.029	246.117	212.367
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27	251.422	154.497	251.422	154.497
Empréstimos e financiamentos	17	67.954	512.519	221.346	671.913
Debêntures	18	117.340	50.111	126.407	60.591
Tributos e contribuições sociais	19	381.416	370.548	411.616	404.108
Obrigações trabalhistas	20	40.708	36.559	41.233	37.759
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	21	43.061	55.037	48.112	60.270
Provisão para contingências	22	12.580	10.140	12.677	10.262
Concessões a pagar	23	1.857	1.873	37.419	2.343
Benefícios pós-emprego	24	25.478	21.642	25.478	21.642
Partes relacionadas	33	-	-	-	221.306
Outros		41.846	42.748	66.514	55.376
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**1.154.681**	**1.404.703**	**1.488.341**	**1.912.434**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	17	276.776	403.363	1.465.106	1.580.325
Debêntures	18	1.577.213	632.984	1.601.783	665.744
Obrigações trabalhistas	20	4.547	5.648	4.547	5.648
Provisões para contingências	22	71.017	71.512	78.536	75.750
Concessões a pagar	23	307.432	285.782	920.055	556.683
Benefícios pós-emprego	24	358.952	321.800	358.952	321.800
Passivo fiscal diferido	25	36.535	36.535	47.146	38.135
Outros		3.545	5.297	8.409	14.509
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**2.636.017**	**1.762.921**	**4.484.534**	**3.258.594**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	26	2.445.766	2.445.766	2.445.766	2.445.766
Reservas de capital	26	91.695	91.695	91.695	91.695
Reservas de lucros	26	1.143.806	633.327	1.143.806	633.327
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.681.267**	**3.170.788**	**3.681.267**	**3.170.788**
TOTAL		**7.471.965**	**6.338.412**	**9.654.142**	**8.341.816**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA - DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de Lucros – Reserva legal	Reservas de Lucros – Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31.12.2007		**2.445.766**	**91.695**	**249.496**	**29.896**	**-**	**2.816.853**
Efeito dos ajustes da Lei 11.638/07	2	-	-	-	(4.919)	-	**(4.919)**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.115.153	**1.115.153**
Destinação do lucro:							
- reserva legal	26	-	-	55.758	-	(55.758)	**-**
- dividendos e juros sobre o capital próprio - R$ 1,1586484519 por ação	27	-	-	-	-	(756.299)	**(756.299)**
- reserva de retenção de lucros	26	-	-	-	303.096	(303.096)	**-**
SALDOS EM 31.12.2008		**2.445.766**	**91.695**	**305.254**	**328.073**	**-**	**3.170.788**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.134.398	**1.134.398**
Proposta da Administração de destinação do lucro:							
- reserva legal	26	-	-	56.720	-	(56.720)	**-**
- dividendos e juros sobre o capital próprio - R$ 0,9558426155 por ação	27	-	-	-	-	(623.919)	**(623.919)**
- reserva de retenção de lucros	26	-	-	-	453.759	(453.759)	**-**
SALDOS EM 31.12.2009		**2.445.766**	**91.695**	**361.974**	**781.832**	**-**	**3.681.267**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Continua...

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 8
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_Quadros_notas.indd 8 16/3/2010 16:37:56

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2009	Controladora 2008	Consolidado 2009	Consolidado 2008
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Suprimento de energia elétrica		2.746.652	2.361.026	2.828.342	2.383.081
Fornecimento de energia elétrica		232.785	383.042	878.846	1.059.455
Transações no âmbito da CCEE		58.696	285.520	65.075	295.971
Exportação de energia elétrica		60.661	34.395	60.661	34.395
Outras receitas		21.147	23.931	53.395	20.421
		3.119.941	**3.087.914**	**3.886.319**	**3.793.323**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL					
PIS e Cofins		(230.570)	(194.057)	(294.039)	(261.355)
ICMS		(39.870)	(68.308)	(66.491)	(103.515)
ISS		(395)	(357)	(464)	(373)
Pesquisa e desenvolvimento		(25.812)	(25.350)	(28.648)	(27.830)
		(296.647)	**(288.072)**	**(389.642)**	**(393.073)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**2.823.294**	**2.799.842**	**3.496.677**	**3.400.250**
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS					
Energia elétrica comprada para revenda		(199.914)	(166.619)	(392.099)	(445.773)
Transações no âmbito da CCEE		(121.881)	(40.988)	(123.945)	(44.909)
Encargos de uso de rede elétrica e conexão		(217.027)	(205.160)	(263.029)	(235.556)
Custo de produção de energia elétrica	28	(512.471)	(558.923)	(674.146)	(650.948)
Custo dos serviços prestados	28	(10.114)	(11.077)	(10.114)	(11.077)
		(1.061.407)	**(982.767)**	**(1.463.333)**	**(1.388.263)**
LUCRO BRUTO		**1.761.887**	**1.817.075**	**2.033.344**	**2.011.987**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	28	(12.565)	(11.467)	(14.831)	(14.527)
Despesas gerais e administrativas	28	(150.001)	(145.517)	(162.896)	(162.319)
(Constituição) reversão de provisões operacionais, líquida	29	(22.196)	813	(30.894)	(3.094)
Recuperação de PIS e Cofins	30	-	76.431	-	76.431
Ganhos em ações judiciais		8.392	2.595	8.392	2.595
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		4.858	(937)	4.685	(877)
		(171.512)	(78.082)	(195.544)	(101.791)
Resultado do serviço		**1.590.375**	**1.738.993**	**1.837.800**	**1.910.196**
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	12	104.553	54.698	-	-
Amortização de ágio	12	(2.710)	(3.031)	-	-
		101.843	**51.667**	**-**	**-**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	31	69.768	110.095	86.883	123.136
Despesas financeiras	31	(205.598)	(345.453)	(326.672)	(443.812)
		(135.830)	**(235.358)**	**(239.789)**	**(320.676)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		**1.556.388**	**1.555.302**	**1.598.011**	**1.589.520**
Imposto de renda	10	(307.567)	(320.542)	(336.668)	(346.923)
Contribuição social	10	(114.423)	(119.607)	(126.945)	(127.444)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.134.398**	**1.115.153**	**1.134.398**	**1.115.153**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM R$		**1,74**	**1,71**	**-**	**-**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2009	Controladora 2008	Consolidado 2009	Consolidado 2008
Atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		1.134.398	1.115.153	1.134.398	1.115.153
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:					
Depreciação e amortização	28	217.166	208.375	339.912	266.383
Resultado de participação societária	12	(101.843)	(51.667)	-	-
Variação monetária e cambial, líquida		(82.542)	127.142	(82.364)	154.662
Juros líquidos		62.339	80.672	146.311	147.461
Constituição (reversão) de provisões operacionais, líquida		35.970	(21.940)	46.098	(18.112)
Recuperação de PIS e Cofins	30	-	(76.431)	-	(76.431)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(11.053)	(213)	(5.637)	(4.917)
Outros		(2.986)	1.425	(2.794)	1.450
		1.251.449	**1.382.516**	**1.575.924**	**1.585.649**
Redução (aumento) nos ativos					
Consumidores, concessionárias e permissionárias		16.365	(25.161)	(47.713)	(30.581)
Tributos e contribuições sociais a compensar		1.969	25.363	(5.988)	26.511
Estoques		18.330	(8.273)	14.136	(8.705)
Cauções e depósitos vinculados/judiciais		(18.124)	34.374	(62.798)	59.219
Alienações de bens e direitos		(6.476)	(7.013)	(6.476)	(7.323)
Créditos da conta consumo de combustível (CCC/CDE)		9.494	(10.757)	9.494	(10.757)
Outros		1.564	213	(9.592)	(7.047)
		23.122	**8.746**	**(108.937)**	**21.317**
Aumento (redução) nos passivos					
Fornecedores		21.990	(86.490)	33.749	(63.125)
Tributos e contribuições sociais		(18.149)	140.450	(25.855)	99.452
Obrigações trabalhistas		3.024	6.667	2.345	4.742
Provisão para contingências		(9.524)	(8.767)	(9.519)	(7.235)
Benefícios pós-emprego		(40.250)	(31.390)	(40.250)	(31.390)
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento		(11.976)	9.992	(12.158)	11.302
Outros		(7.354)	1.496	937	16.947
		(62.239)	**31.958**	**(50.751)**	**30.693**
Recursos provenientes das atividades operacionais		**1.212.332**	**1.423.220**	**1.416.236**	**1.637.659**
Atividades de investimento					
Aumento em investimentos, líquido das disponibilidades	12	(313.040)	(885.312)	(2.971)	(831.451)
Aplicação no imobilizado		(110.238)	(69.923)	(315.563)	(401.700)
Aplicação no intangível	14	(3.603)	(607)	(4.621)	(65.331)
Dividendos recebidos de controladas		4.071	64.402	-	-
Recursos utilizados nas atividades de investimentos		**(422.810)**	**(891.440)**	**(323.155)**	**(1.298.482)**
Atividades de financiamento					
Empréstimos, financiamentos e debêntures		1.299.480	400.000	1.404.796	583.531
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures		(789.897)	(103.476)	(946.795)	(187.011)
Disponibilidades recebidas na incorporação de controlada		-	28.344	-	-
Partes relacionadas		(28.745)	-	(221.306)	-
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio		(495.141)	(1.109.783)	(495.141)	(1.109.783)
Recursos utilizados nas atividades de financiamentos		**(14.303)**	**(784.915)**	**(258.446)**	**(713.263)**
Total dos efeitos no caixa e equivalentes		**775.219**	**(253.135)**	**834.635**	**(374.086)**
Caixa e equivalentes					
Saldo inicial		318.620	571.755	420.005	794.091
Saldo final		1.093.839	318.620	1.254.640	420.005
		775.219	**(253.135)**	**834.635**	**(374.086)**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 9

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_Quadros_notas.indd 9 16/3/2010 16:37:58

...Continuação

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2009	Controladora 2008	Consolidado 2009	Consolidado 2008
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Receitas de vendas e serviços		3.119.941	3.087.914	3.886.319	3.793.323
Recuperação de PIS e Cofins	30	-	76.431	-	76.431
Outros		14.078	1.658	13.307	1.718
		3.134.019	**3.166.003**	**3.899.626**	**3.871.472**
(-) Insumos					
Material	28	(21.453)	(21.042)	(23.300)	(22.733)
Serviço de terceiro	28	(97.420)	(98.153)	(119.222)	(111.217)
Combustível para produção de energia	28	(32.547)	(92.456)	(37.582)	(103.968)
Energia elétrica comprada para revenda		(199.914)	(166.619)	(392.099)	(445.773)
Transações no âmbito da CCEE		(121.881)	(40.988)	(123.945)	(44.909)
Encargos de uso de rede elétrica e conexão		(217.027)	(205.160)	(263.029)	(235.556)
Seguros	28	(8.302)	(7.906)	(9.754)	(9.159)
Outros		(50.272)	(24.235)	(59.988)	(33.372)
		(748.816)	**(656.559)**	**(1.028.919)**	**(1.006.687)**
VALOR ADICIONADO BRUTO		**2.385.203**	**2.509.444**	**2.870.707**	**2.864.785**
Depreciação e amortização	28	(217.166)	(208.375)	(339.912)	(266.383)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		**2.168.037**	**2.301.069**	**2.530.795**	**2.598.402**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Receitas financeiras	31	69.768	110.095	86.883	123.136
Resultado de participações societárias	12	101.843	51.667	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		**2.339.648**	**2.462.831**	**2.617.678**	**2.721.538**

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora 2009	%	Controladora 2008	%	Consolidado 2009	%	Consolidado 2008	%
Remuneração:								
Do trabalho								
Remuneração e encargos	96.696	4,13	94.389	3,83	98.761	3,77	97.682	3,59
Benefícios	35.014	1,50	30.731	1,25	35.213	1,35	30.889	1,13
FGTS	7.076	0,30	6.041	0,25	7.286	0,28	6.380	0,23
Participação nos resultados	16.929	0,72	14.905	0,61	17.010	0,65	14.982	0,55
	155.715	**6,65**	**146.066**	**5,94**	**158.270**	**6,05**	**149.933**	**5,50**
Do governo								
Impostos federais	687.701	29,40	663.026	26,92	793.973	30,33	766.468	28,17
Impostos estaduais	40.496	1,73	68.462	2,78	67.522	2,58	103.674	3,81
Impostos municipais	1.014	0,04	820	0,03	1.117	0,04	863	0,03
Encargos setoriais	114.382	4,89	116.088	4,71	134.243	5,13	133.636	4,91
Encargos s/ concessão a pagar	23.498	1,00	42.785	1,74	60.990	2,33	83.371	3,06
	867.091	**37,06**	**891.181**	**36,18**	**1.057.845**	**40,41**	**1.088.012**	**39,98**
Do capital de terceiros								
Encargos e variações monetárias/ cambiais	162.904	6,96	292.106	11,86	243.760	9,31	343.427	12,62
Aluguéis	10.236	0,44	11.586	0,47	11.686	0,45	11.961	0,44
Outras despesas financeiras	9.304	0,40	6.739	0,27	11.719	0,45	13.052	0,48
	182.444	**7,80**	**310.431**	**12,60**	**267.165**	**10,21**	**368.440**	**13,54**
Do capital próprio								
Reserva legal	56.720	2,42	55.758	2,26	56.720	2,17	55.758	2,05
Juros sobre o capital próprio	194.000	8,29	176.000	7,15	194.000	7,41	176.000	6,47
Dividendos	429.919	18,37	580.299	23,56	429.919	16,42	580.299	21,32
Reserva de retenção de lucros	453.759	19,41	303.096	12,31	453.759	17,33	303.096	11,14
	1.134.398	**48,49**	**1.115.153**	**45,28**	**1.134.398**	**43,33**	**1.115.153**	**40,98**
	2.339.648	**100,00**	**2.462.831**	**100,00**	**2.617.678**	**100,00**	**2.721.538**	**100,00**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em Florianópolis (SC), e tem como atividade a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Sua capacidade instalada, incluindo a participação nos consórcios Itá e Machadinho, passou a ser de 6.431 MW, com a entrada em operação da UHE São Salvador, dos quais aproximadamente 80% em usinas hidrelétricas, 18% em termelétricas e 2% em energias alternativas. A capacidade de fornecimento de energia elétrica da Companhia, incluindo o contrato de compra de longo prazo firmado com a controlada Itá Energética S.A. (Itasa), é de 6.468 MW.

Para o ano de 2010 a Companhia possui, através de sua controlada Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP), anteriormente denominada Gama Participações Ltda., dois novos projetos em construção, que irão agregar 38 MW em seu parque gerador em 2010.

Os principais eventos societários realizados no ano de 2009 estão sumarizados a seguir:

a) Emissão de títulos e valores mobiliários

No mês de março de 2009 a Companhia realizou a 4ª emissão de notas promissórias no montante de R$ 300.000, através de distribuição pública restritas, as quais foram destinados ao pagamento de dívidas e ao financiamento do capital de giro.

Em abril de 2009 foi efetuada a 3ª emissão de debêntures da Companhia, a 2ª no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição Pública da Companhia, no valor de R$ 600.000, cujos recursos foram utilizados para a liquidação integral das notas promissórias acima mencionadas e o pagamento de parte da dívida representada pelas notas promissórias emitidas em maio de 2008 e vencidas em maio de 2009.

No mês de dezembro de 2009 foi feita a 4ª emissão de debêntures, através de oferta restrita, no montante de R$ 400.000. Esta emissão será destinada à aquisição da SUEZ Energia Renovável (SER), detentora da participação no Consórcio Estreito (vide detalhes a seguir), à redução dos custos e alongamento de dívidas, bem como ao reforço do capital de giro para a condução dos negócios da Companhia.

Maiores informações sobre as referidas emissões estão contidas nas Notas 17 e 18.

b) Aquisição de projetos de geração de energia eólica

A Companhia, através de sua controlada integral TBLP, adquiriu em novembro de 2009, empresas que possuíam projetos de geração de energia eólica no Estado do Ceará, cuja capacidade instalada é de 121,9 MW. Alguns desses projetos foram habilitados no leilão de energia de reserva promovido pela Aneel no mês de dezembro, porém não tiveram sua energia contratada em razão dos baixos preços ofertados pelos concorrentes no leilão. Maiores informações estão descritas na Nota 12.b.2.

c) Aquisição da SUEZ Energia Renovável S.A. (SER)

Em 21.12.2009 a Companhia assinou o Contrato de Compra e Venda da totalidade das ações ordinárias de emissão da SER. A SER possui participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste), criado para a implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito), em construção na divisa entre Tocantins e Maranhão, cuja capacidade instalada é de 1.087 MW. O valor a ser pago pela aquisição será de R$ 604.390 e as principais condições da aquisição podem ser observadas na Nota 38.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, quando aplicável, as regulamentações do órgão regulador Aneel. Os valores apresentados, textos e tabelas, estão expressos em milhares (de reais e outras moedas), exceto onde indicado de maneira diferente.

Adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil

A Companhia está adotando os dispositivos da Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. A referida lei visou, principalmente, a atualização da lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade.

A Companhia está adotando também a Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, a qual introduziu algumas alterações à legislação societária, Lei nº 6.404/76, e instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, pelo qual foi prevista a possibilidade da neutralidade tributária no biênio 2008/2009 sobre os ajustes contábeis decorrentes da adoção das alterações efetuadas pela Lei nº 11.638/07 para as empresas que não aderiram ao RTT. Este regime vigerá até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis.

A data de transição utilizada para a aplicação dos dispositivos da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 foi 01.01.2008, conforme opção constante da Deliberação CVM nº 565/08.

As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil, entretanto, conforme facultado pela referida deliberação da CVM, os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra lucros acumulados na data de transição, sem efeito retrospectivo sobre as demonstrações contábeis.

As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW médio, potência instalada e número de funcionários entre outros não são examinadas pelos auditores independentes.

Continua...

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 10
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_Quadros_notas.indd 10 16/3/2010 16:37:58

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)

Os efeitos no patrimônio líquido de 31.12.2008 resultantes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 decorreram da baixa de gastos diferidos, no valor de R$ 6.689 (R$ 4.919 líquido dos efeitos fiscais), no consolidado, que não tiveram como ser reclassificados para o ativo imobilizado ou intangível.

Alterações nas práticas contábeis brasileiras aplicáveis a partir de 2010

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo CPC.

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, 26 novos pronunciamentos técnicos (CPC) e 12 interpretações técnicas (ICPC), conforme relacionados abaixo, haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010 e com aplicação retrospectiva a 2009 para fins de comparabilidade. A Companhia não aplicou os referidos pronunciamentos antecipadamente em 2009, como facultado pela CVM.

Os pronunciamentos e as interpretações técnicas emitidas em 2009 foram os seguintes:

CPC	Título
15	Combinação de negócios
18	Investimento em coligada
19	Participação em empreendimento controlado em conjunto (*Joint Venture*)
20	Custos de empréstimos
21	Demonstração intermediária
22	Informação por segmento
23	Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro
24	Evento subsequente
25	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
26	Apresentação das demonstrações contábeis
27	Ativo imobilizado
30	Receitas
32	Tributos sobre o lucro
33	Benefícios a empregados
36	Demonstrações consolidadas
37	Adoção Inicial das IFRSs
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
43	Adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40

ICPC	Título
01	Contratos de concessão
03	Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil
07	Distribuição de dividendos in natura
08	Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
09	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial
10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo imobilizado e CPC 28 - Propriedade para investimento

A Companhia analisou os respectivos pronunciamentos técnicos e acredita que, exceto quanto à interpretação técnica ICPC 08, cujos efeitos estão mencionados a seguir, os demais pronunciamentos não resultarão em impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

O ICPC 08 prevê que o valor dos dividendos acima do mínimo estabelecido em Lei não aprovado em assembleia não devem ser provisionados, devendo ser apresentados destacado no patrimônio líquido. Caso essa interpretação técnica fosse adotada no exercício findo em 31.12.2009, o passivo circulante estaria apresentado a menor e o patrimônio a maior no montante de R$ 81.913.

Demonstrações contábeis consolidadas

São eliminados os investimentos da investidora no capital das investidas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as companhias consolidadas.

Os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas da Itasa são consolidados na proporção da participação da Companhia em seu Capital Social, por se tratar de controle compartilhado.

Em face da participação da controladora nas demais sociedades controladas ser de 99,99%, não houve efeito da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações contábeis consolidadas. Maiores informações sobre as controladas que foram consolidadas podem ser verificadas na Nota 12.

A autorização para conclusão das Demonstrações Contábeis da Companhia ocorreu no dia 22.02.2010 em reunião da Diretoria Executiva da Companhia.

Reclassificações

Os contratos de *swap* de submercado de energia, a partir de janeiro de 2009, passaram a ser apresentados líquidos na receita bruta. De modo a facilitar a análise entre os períodos comparados, a rubricas "Receita operacional bruta" e "Energia elétrica comprada para revendas" relativas ao ano de 2008, no resultado consolidado, foram reclassificadas, passando de R$ 3.834.117 para R$ 3.793.323 na "Receita operacional bruta" e de R$ 486.567 para R$ 445.773 na "Energia elétrica comprada para revenda".

Os encargos de transmissão, que até o exercício findo em 31.12.2008 vinham sendo registrados no grupo de contas "Despesas com vendas", passaram a ser apresentados no grupo "Custos de energia elétrica e serviços". De forma a manter a consistência entre os anos apresentados de forma comparativa, os valores relativos ao exercício findo em 31.12.2008 foram reclassificados.

3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros: são classificados em destinados à negociação e mantidos até o vencimento dependendo da finalidade dos referidos instrumentos. Os destinados à negociação são avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado, e os mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. A Companhia não possui instrumentos classificados como disponíveis para venda, os quais seriam avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos na conta de ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável.

b) Caixa e equivalentes de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São classificados como instrumentos financeiros destinados à negociação e estão registrados pelo valor do custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

c) Consumidores, concessionárias e permissionárias: são ativos financeiros mantidos até o vencimento, deduzido de provisão para ajuste ao valor de realização, se aplicável.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis riscos na realização de créditos a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias e de outros créditos, com base em análise individual dos créditos existentes.

e) Imposto de renda e contribuição social diferidos (Ativo fiscal diferido): são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, vigentes na data do balanço, e são reconhecidos com base nas diferenças temporárias. A segregação entre circulante e não circulante obedece à expectativa de realização dos valores que lhe dão origem. A controlada PPESA possui isenção parcial do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, por estar localizada em área incentivada da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

f) Estoques: as matéria-primas, os insumos para a produção de energia elétrica e o almoxarifado estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o valor de mercado. Os adiantamentos a fornecedores estão registrados ao custo.

g) Demais ativos: os sujeitos a juros e variação monetária são instrumentos financeiros mantidos até o vencimento atualizados de acordo com as condições contratadas até a data do balanço, e os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. Ambos são reduzidos de provisão para ajuste ao valor de recuperável, quando aplicável.

h) Investimentos: os investimentos em sociedades controladas e controlada em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos são reconhecidos ao custo de aquisição, que não excede o valor de mercado;

i) Imobilizado: é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão das Usinas, quando aplicável, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro (UC) que compõem os empreendimentos. A Companhia entende que as referidas taxas refletem as vidas úteis dos seus ativos imobilizados. As taxas médias anuais de depreciação apuradas pela Companhia e suas controladas estão demonstradas na Nota 13-a.

Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. Até 31.12.1998, foram capitalizados juros sobre o capital próprio vinculado às obras em andamento, em consonância com a legislação específica do setor elétrico.

j) Intangível: os com vida útil definida são registrados pelo custo de aquisição, reduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear. Os com vida útil indefinida, se aplicável, são contabilizados ao custo e não são amortizados. Ambos são submetidos ao teste de imparidade anualmente ou sempre que existam indícios de que o ativo intangível possa ter perdido valor.

k) Avaliação do valor de recuperação dos ativos: a Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis dessas unidades geradoras de caixa ou intangíveis, ou, ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. De acordo com a avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que as suas unidades geradoras de caixa ou intangíveis não serão recuperados com as suas operações futuras.

l) Empréstimos, financiamentos e debêntures: são instrumentos financeiros mantidos até o vencimento e são atualizados pelas taxas de câmbio ou índices contratuais e pelos juros incorridos até a data do balanço patrimonial, deduzidos dos custos incorridos na captação dos recursos (ver Nota 17 e Nota 18).

m) Demais obrigações: são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

n) Provisão para contingências: são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, cíveis, trabalhistas, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Estas provisões estão sendo apresentadas líquidas dos depósitos judiciais a elas relacionadas. As referidas provisões são atualizadas pelos índices e taxas estabelecidas pelas autoridades fiscais e os honorários de advogados relacionados com tais provisões são registrados.

o) Benefícios pós-emprego: são registrados com base em avaliação atuarial, pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, complementados pelos valores projetados atuarialmente e atualizados mensalmente pelos índices contratuais, no que se refere às obrigações já contratadas (ver Nota 24).

p) Ajuste a valor presente: os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado.

Continua...

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 11
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_Quadros_notas.indd 11
16/3/2010 16:37:59
pefran 11 3885.9696

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)

q) Resultado do exercício: as receitas e despesas são registradas com observância do regime de competência dos exercícios.

r) Reconhecimento dos efeitos inflacionários: estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições legais e contratuais. Em conformidade com as disposições da Lei nº 9.249, de 26.12.1995, a partir de janeiro de 1996 foi extinta a sistemática de correção monetária. Desta forma, os valores correspondentes ao ativo permanente e ao patrimônio líquido estão corrigidos somente até 31.12.1995.

s) Uso de estimativas: a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se à vida útil do ativo imobilizado, à avaliação de imparidade de ativos, ao registro das provisões para crédito de liquidação duvidosa, contingências e benefícios pós-emprego, bem como à apresentação do perfil de exigibilidade das mesmas e de realização do respectivo ativo fiscal diferido.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Caixa e depósitos bancários à vista	7.501	8.761	42.522	25.389
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais *(1)*				
Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)	1.085.336	258.434	1.188.297	313.385
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	25.473	-	30.890
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	13.201	-	16.008
	1.085.336	297.108	1.188.297	360.283
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	12.751	-	15.463
	1.085.336	309.859	1.188.297	375.746
Instituições Financeiras *(2)*				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.002	-	2.084	8.373
Operações compromissadas em Debêntures	-	-	21.737	10.497
	1.002	-	23.821	18.870
	1.093.839	**318.620**	**1.254.640**	**420.005**

(1) São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas por uma taxa pré-fixada e estão lastreadas em títulos públicos federais.

(2) Banco Safra, Banco Itaú Unibanco Holding S.A., Banco do Brasil, Banco Votorantim, Banco Bradesco e Caixa Econômica Federal (CEF).

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo e Multimercado, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos. O referido instrumento financeiro está classificado como mantido para negociação, sendo avaliado pelo valor do custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, o qual corresponde ao seu valor justo.

Os fundos exclusivos não possuem obrigações financeiras significativas, estando estas limitadas aos honorários de serviços de administração dos ativos, de execução das transações de investimentos e de auditoria, além de despesas gerais e administrativas.

A política da Companhia define como caixa e equivalentes de caixa, o caixa, os depósitos à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são classificados como destinados à negociação.

A Tractebel Energia S.A. (TBLE) possuía aplicações financeiras em CDB, no valor de R$ 2.603, no Banco Santos, cujo saldo foi integralmente provisionado para perdas em decorrência da falência do banco decretada no ano de 2005.

5 - CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora				
	2009				2008
	Vincendos	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias		
Circulante					
Concessionárias	187.986	-	-	187.986	179.973
Comercializadoras	106.003	15.406	-	121.409	145.290
Consumidores livres	21.327	166	183	21.676	36.848
Exportação	-	-	740	740	740
Transações no âmbito da CCEE					
- Correntes	14.453	7.874	538	22.865	3.809
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	12.076	122.574	122.574
- Outras	-	-	-	-	4.381
	124.951	7.874	12.614	145.439	130.764
	440.267	**23.446**	**13.537**	**477.250**	**493.615**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(122.574)
	329.769	**23.446**	**1.461**	**354.676**	**371.041**

Os valores a receber de comercializadoras vencidos até 90 dias correspondem a faturas pendentes de recebimento da controlada integral Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC), as quais foram integralmente quitadas no mês de janeiro de 2010.

	Consolidado				
	2009				2008
	Vincendos	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias		
Circulante					
Concessionárias	251.120	-	-	251.120	212.305
Comercializadoras	62.733	-	-	62.733	62.298
Consumidores livres	92.074	2.677	183	94.934	101.125
Exportação	-	-	740	740	740
Transações no âmbito do CCEE					
- Correntes	15.277	8.078	542	23.897	4.862
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	13.944	124.442	124.442
- Outras	-	-	-	-	4.381
	125.775	8.078	14.486	148.339	133.685
	531.702	**10.755**	**15.409**	**557.866**	**510.153**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(122.574)
	421.204	**10.755**	**3.333**	**435.292**	**387.579**

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 25 dias da data de competência do faturamento.

Agentes com ações judiciais ou inadimplentes

A provisão para devedores duvidosos sobre os valores vincendos foi constituída em virtude de incertezas quanto à realização de créditos decorrentes de transações ocorridas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), atualmente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cujos agentes devedores ingressaram com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico.

Os valores vencidos há mais de 90 dias, identificados com "Agentes com ações judiciais ou inadimplentes", referem-se, substancialmente, a transações no âmbito do MAE, relativos a débitos de agentes inadimplentes na 1ª liquidação do MAE, realizada em 30.12.2002. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas de recebimento do referido crédito, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R$ 12.076, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

6 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Circulante				
ICMS	7.189	15.973	8.973	16.027
Imposto de renda	146	-	9.841	3.292
Contribuição social	-	-	5.514	1.226
Cofins	4.015	3.568	37.425	6.392
PIS	865	769	8.119	1.730
INSS	3.040	2.419	3.048	4.028
	15.255	**22.729**	**72.920**	**32.695**
(-) Provisão para perdas na recuperação de créditos de ICMS	-	(5.660)	-	(5.660)
	15.255	**17.069**	**72.920**	**27.035**
Não Circulante				
ICMS	10.507	6.392	13.460	9.944
Cofins	11.685	8.215	47.564	74.370
PIS	2.563	1.809	10.352	16.171
INSS	3.106	6.197	3.106	6.197
	27.861	**22.613**	**74.482**	**106.682**

A provisão para perdas na realização de crédito acumulado de ICMS foi constituída em virtude da dificuldade de compensação total do ICMS sobre a aquisição de combustíveis para produção de energia elétrica na UTE William Arjona, no Estado do Mato Grosso do Sul, tendo em vista que parcela substancial da venda de energia elétrica naquele estado ocorria com diferimento de ICMS.

Em 2008, a Tractebel Energia recebeu Notificação da Secretaria de Estado de Fazenda do Mato Grosso do Sul, informando que a Companhia não teria o direito de manter os créditos acumulados de ICMS, com o argumento de que as vendas de energia elétrica com diferimento ou não-incidência de ICMS eliminam o direito a manutenção dos créditos. Com base nesta decisão, a Companhia decidiu baixar R$ 34.478 do referido crédito e reverter à respectiva provisão para recuperação do mesmo. No corrente ano, a Companhia baixou o saldo remanescente de R$ 5.660 e reverteu a respectiva provisão para perda em razão da impossibilidade de recuperação do crédito.

Os valores a recuperar de PIS e Cofins se referem, substancialmente, a opção pela utilização do direito aos créditos sobre as construções e compras de edificações e aquisições de máquinas e equipamentos, conforme previsto na legislação específica, os quais são compensados no período de respectivamente, 24 e 48 meses, a partir do início da operação comercial das Usinas.

7 - ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Matéria-prima e insumos para produção de energia	5.969	21.458	10.453	21.458
Almoxarifado	22.190	20.111	22.904	20.800
Adiantamentos a fornecedores	10.504	12.933	10.508	13.244
Outros	756	3.247	787	3.286
	39.419	**57.749**	**44.652**	**58.788**

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 12
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_Quadros_notas.indd 12 16/3/2010 16:38:00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)

O almoxarifado é composto de materiais necessários à operação e manutenção das unidades geradoras da Companhia. Os adiantamentos a fornecedores foram realizados, substancialmente, para aquisição de matéria-prima para produção de energia, carvão mineral.

8 - CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
Circulante	**2009**	**2008**	**2009**	**2008**
Conta reserva (CCEE)	31.491	-	33.511	1.414
Não Circulante				
Conta reserva serviço da dívida	-	-	63.738	25.162
	31.491	**-**	**97.249**	**26.576**

Conta reserva (CCEE): destina-se a assegurar a liquidação financeira das operações de compra e venda de energia elétrica no âmbito da CCEE, em consonância com as regras daquele mercado, os quais estão aplicados em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e em operações compromissadas com debêntures.

Conta reserva (serviço da dívida): em cumprimento às exigências contidas nos contratos com os agentes financiadores, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF), as controladas da Companhia mantém recursos financeiros vinculados destinados a garantir o pagamento dos serviços da dívida. Estes recursos também estão aplicados em CDBs e em operações compromissadas com debêntures, e devem ser mantidos em conta reserva durante a vigência dos contratos.

As aplicações nas contas reservas acima mencionadas são realizadas em bancos elegíveis pela Política de Gestão Financeira da Companhia.

9 - ATIVO FISCAL DIFERIDO

	Controladora				
	2009				2008
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**Total**	**Total**
RIC *(*)*	145.865	36.466	-	36.466	36.637
Benefícios pós-emprego	263.890	65.972	23.750	89.722	72.255
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675	41.675
Provisão para contingências	109.430	27.358	9.849	37.207	37.668
Provisão para perdas com créditos de ICMS	-	-	-	-	1.924
Depreciação acelerada na UTE William Arjona	18.508	4.627	1.666	6.293	7.429
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	3.469	1.249	4.718	6.144
Ágio incorporado	14.587	3.647	1.313	4.960	6.526
Outros	15.673	3.919	1.409	5.328	5.057
		176.101	**50.268**	**226.369**	**215.315**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		12.227	3.083	15.310	13.642
Não circulante		163.874	47.185	211.059	201.673
		176.101	**50.268**	**226.369**	**215.315**

	Consolidado				
	2009				2008
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**Total**	**Total**
RIC *(*)*	145.865	36.466	-	36.466	36.637
Benefícios pós-emprego	263.890	65.972	23.750	89.722	72.255
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675	41.675
Provisão para contingências	138.632	29.290	12.478	41.768	40.766
Provisão para perdas com créditos de ICMS	-	-	-	-	1.924
Depreciação acelerada na UTE William Arjona	18.508	4.627	1.666	6.293	7.429
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	3.469	1.249	4.718	6.144
Ágio incorporado	14.587	3.647	1.313	4.960	6.526
Outros	67.651	7.473	6.086	13.559	9.563
		181.587	**57.574**	**239.161**	**222.919**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		12.658	3.238	15.896	14.488
Não circulante		168.929	54.336	223.265	208.431
		181.587	**57.574**	**239.161**	**222.919**

(*) Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)

A realização dos ativos fiscais diferidos, oriundos das diferenças temporárias, dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas.

O horizonte de realização do ativo fiscal diferido e sua recuperação, através de geração de lucros tributáveis futuros, foram estimados conforme quadro a seguir:

Ativo fiscal diferido, registrado	**Controladora**	**Consolidado**
2010	15.310	15.896
2011	27.233	34.136
2012	26.249	27.488
2013	16.759	17.904
2014	26.357	27.488
2015 a 2016	72.205	73.167
2017 a 2019	42.256	43.082
	226.369	**239.161**
Ativo fiscal diferido, não registrado		
2020	734	734
2021	734	734
2022	734	734
2023 a 2025	2.202	2.202
2026 a 2028	2.202	2.202
2029 em diante	1.686	1.686
	8.292	**8.292**
	234.661	**247.453**

O ativo fiscal diferido não registrado corresponde a RIC, cuja realização ocorre na proporção da depreciação dos respectivos ativos, cujo prazo, atualmente, ultrapassa 10 anos, resultando em ativo fiscal diferido não reconhecido, em observância à Instrução CVM nº 371, de 27.06.2002.

10 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora			
	2009		2008	
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
Resultado antes dos tributos	**1.556.388**	**1.556.388**	**1.555.302**	**1.555.302**
Diferenças permanentes				
Amortização de ágio	2.710	2.710	3.031	-
Gratificação e 13º de dirigentes	2.464	-	2.389	-
Doações	4.930	4.930	3.715	3.715
Equivalência patrimonial	(104.553)	(104.553)	(54.698)	(54.698)
Juros sobre o capital próprio	(194.000)	(194.000)	(176.000)	(176.000)
Reversão de ágio amortizado na incorporação de controlada	-	-	(23.032)	-
RIC	(14.655)	-	(14.655)	-
Outras	(3.039)	(3.039)	1.613	414
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.250.245**	**1.262.436**	**1.297.665**	**1.328.733**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(312.562)**	**(113.620)**	**(324.416)**	**(119.586)**
Incentivos fiscais	4.971	-	3.872	-
Outros	24	(803)	2	(21)
Imposto de renda e contrib. social - resultado	**(307.567)**	**(114.423)**	**(320.542)**	**(119.607)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(315.649)	(117.394)	(320.699)	(119.663)
Diferido	8.082	2.971	157	56
	(307.567)	**(114.423)**	**(320.542)**	**(119.607)**

	Consolidado			
	2009		2008	
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
Resultado antes dos tributos	**1.598.011**	**1.598.011**	**1.589.520**	**1.589.520**
Diferenças permanentes				
Amortização de ágio	13.517	13.517	3.031	-
Gratificação e 13º de dirigentes	2.612	-	2.537	-
Doações	5.012	5.012	7.265	7.265
Juros sobre o capital próprio	(194.000)	(194.000)	(176.000)	(176.000)
Reversão de ágio amortizado na incorporação de controlada	-	-	(23.032)	-
RIC	(14.655)	-	(14.655)	-
Diferença de base de cálculo nas controladas tributadas pelo lucro presumido	(17.487)	(14.778)	(4.835)	(3.263)
Outras	(4.901)	(4.826)	15.408	11.734
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.388.109**	**1.402.936**	**1.399.239**	**1.429.256**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(347.028)**	**(126.265)**	**(349.809)**	**(128.634)**
Ajuste do IR e CS do ano anterior	(2.123)	31	(1.695)	172
Incentivos fiscais	11.661	-	4.481	-
Outros	822	(711)	100	1.018
Imposto de renda e contrib. social - resultado	**(336.668)**	**(126.945)**	**(346.923)**	**(127.444)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(341.891)	(127.359)	(348.875)	(130.409)
Diferido	5.223	414	1.952	2.965
	(336.668)	**(126.945)**	**(346.923)**	**(127.444)**

A controlada PPESA possui redução de imposto de renda e adicionais, equivalente a 75% calculados sobre o lucro da exploração, pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, em função de estar localizada em área incentivada da Sudam. Esta redução, no valor de R$ 6.608 (R$ 3.894 em 2008), está apresentada no grupo incentivos fiscais, no quadro acima.

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 13
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_Quadros_notas.indd 13 16/3/2010 16:38:01

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)

11 - ALIENAÇÕES DE BENS E DIREITOS

	Controladora e Consolidado	
Classificação no Balanço	**2009**	**2008**
Circulante	-	17.448
Não Circulante	86.886	68.469
	86.886	**85.917**

O valor apresentado acima corresponde ao saldo contábil a receber da Elétrica Jacuí S.A. (Eleja) relativo à venda do empreendimento termelétrico Jacuí, líquido do ajuste a valor presente de R$ 13.875 (R$ 18.071 em 2008). A Eleja é uma sociedade de propósito específico (SPE), controlada por sociedade detentora dos direitos de exploração de jazidas de carvão mineral na região do projeto Jacuí, a qual, nos termos do contrato, assumiu a responsabilidade pela conclusão do projeto.

Em garantia ao cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento do preço de compra, a Eleja concedeu a Tractebel Energia, em promessa de penhor e hipoteca, os direitos, bens, máquinas, imóveis e seus acessórios, que foram objeto do contrato de compra e venda entre as partes.

As condições contratuais estabelecem que os valores da venda devam ser atualizados pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) e ser recebidos em 36 parcelas a partir da data de início da operação comercial da UTE Jacuí ou da data que se completarem quatro anos, contados a partir da venda. Considerando que os valores contratuais estão a preço futuro, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente, aplicando a taxa de desconto de 10% a.a., taxa compatível com os parâmetros de mercado na data da transação.

No ano de 2008 a Companhia iniciou um processo de negociação de venda do referido crédito a um potencial interessado em investir na Eleja. Entretanto, no segundo trimestre de 2009, as negociações foram encerradas sem que houvesse um desfecho para que o negócio fosse concretizado.

A partir de fevereiro de 2009 a Eleja deixou de pagar as parcelas mensais devidas, cujo valor acumulado em 31.12.2009 é de R$ 16.266. Em julho de 2009, após diversas tentativas frustradas para que a Eleja retomasse os pagamentos devidos, concluiu-se não restar à Companhia outra alternativa que não fosse a de se iniciar o processo de execução judicial do seu crédito.

Tal execução, prevista contratualmente, foi em montante equivalente à totalidade da dívida, uma vez que falta de pagamento pela Eleja faz com que o total da dívida existente seja considerada automaticamente vencida e exigível.

A Companhia, considerando o pressuposto da prudência, a partir de julho de 2009, deixou de reconhecer os juros e a atualização monetária dos valores a receber da Eleja. Adicionalmente, diante da incerteza quanto ao prazo para realização do crédito em referência, a Companhia reclassificou para o não circulante o saldo que em 30.06.2009 estava apresentado no ativo circulante. O valor nominal da dívida, em 31.12.2009, atualizado pelo IGP-DI, era de R$ 100.253.

A dinâmica da ação de execução permite, em caso de permanência da inadimplência por parte da Eleja, solicitar a penhora dos bens dados em garantia, para a quitação dos valores devidos. Atualmente, esse conjunto de bens, que poderão ser penhorados, possui avaliação de mercado em montante suficiente para a recuperação do crédito registrado, motivo pelo qual a Administração da Companhia julgou não ser necessária à constituição de qualquer provisão para perda.

O processo de execução judicial está sob análise do juízo e a administração da Companhia está envidando esforços para que a citação ocorra em breve.

12 - INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
Participações societárias permanentes:				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial				
Equivalência Patrimonial	1.945.501	1.535.327	-	-
Ágio	35.780	38.490	-	-
Avaliadas pelo custo de aquisição	28.796	28.796	31.767	28.796
Bens e direitos para uso futuro	1.895	1.895	1.895	1.895
Outros investimentos	121	121	121	121
	2.012.093	**1.604.629**	**33.783**	**30.812**

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, até 31.12.2009, os ativos e passivos registrados no balanço patrimonial de abertura das entidades adquiridas são reconhecidos como investimento pela empresa compradora e o ágio apurado nas aquisições corresponde ao montante pago que excede o valor contábil do patrimônio líquido da entidade adquirida. Este procedimento foi adotado pela Companhia nos balanços individuais da Tractebel Energia e de suas controladas utilizadas como veículo para aquisição de empresas.

Para elaboração do balanço patrimonial consolidado, a Companhia considerou que os ágios pagos nas suas aquisições estão fundamentados na exploração do direito de utilização do bem público estabelecido nos contratos de concessão e estão apresentados no ativo imobilizado, juntamente com o valor de cada concessão considerada como parte desses ativos, quando aplicável, em razão desse direito não ser separável, ou seja não poder ser vendido ou transferido individualmente sem o ativo imobilizado.

b) Participações societárias permanentes

b.1) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

	2009				2008	
Empresas	**Lote de mil ações ou quotas**	**Partici-pação (%)**	**Lucro líquido (Prejuízo)**	**Patrimônio líquido**	**Lucro líquido (Prejuízo)**	**Patrimônio líquido**
Itasa *(1)*	253.607	48,75	50.011	636.194	35.160	598.059
CEM *(2)*	-	-	-	-	11.122 *(*)*	-
CESS *(3)*	309.289	99,99	18.610	324.801	(185)	270.474
Lages *(4)*	30.530	99,99	16.831	64.056	7.187	47.225
TBLC *(5)*	4.200	99,99	40.278	72.077	27.599	31.799
EAS *(6)*	645.270	99,99	14.655	653.481	(6.445)	638.826
TBLP *(7)*	509.010	99,90	(9.725)	497.632	(1.652)	235.170
Delta *(8)*	24.468	99,99	(475)	23.040	(68)	20.007
Lagoa Formosa *(9)*	270	99,99	(1)	269	-	270

(*) Lucro líquido em 29.02.2008, data base para a incorporação na Tractebel Energia.

(1) Itá Energética S.A. (Itasa).

(2) Companhia Energética Meridional (CEM), incorporada em 29.02.2008.

(3) Companhia Energética São Salvador (CESS), operação comercial iniciada em agosto de 2009.

(4) Lages Bioenergética Ltda. (Lages).

(5) Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC).

(6) Energia América do Sul Ltda. (EAS), Sociedade de Propósito Específico (SPE) usada como veículo da aquisição de 99,99% da PPESA.

(7) Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP), anteriormente denominada Gama Participações Ltda., SPE utilizada como veículo de aquisição de 99,99% da Tupan Energia Elétrica S.A. (Tupan), Hidropower Energia S.A. (Hidropower), Eólica Beberibe S.A. (Beberibe), Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal), Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca) e, Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda. (EBSC), e para a participação na Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva).

(8) Delta Energética S.A. (Delta), SPE utilizada como veículo para aquisição da Seival Participações S.A.

(9) Lagoa Formosa Bioenergética Ltda. (Lagoa Formosa).

Movimentação dos investimentos

Equivalência Patrimonial

Empresas	**Saldos em 31.12.2007**	**Incorporação de controlada**	**Aumento de capital**	**Equivalência patrimonial**	**Dividendos**	**Ajuste Lei 11.638/07**	**Saldos em 31.12.2008**
Itasa	284.419	-	-	17.140	(7.500)	(2.505)	291.554
CEM	443.744	(454.866)	-	11.122	-	-	-
CESS	268.943	-	3.000	(185)	-	(1.284)	270.474
Lages	40.345	-	-	7.187	-	(307)	47.225
TBLC	4.200	-	-	27.599	-	-	31.799
EAS	1	-	645.270	(6.445)	-	-	638.826
TBLP	1	-	236.821	(1.652)	-	-	235.170
Delta	20.898	-	-	(68)	-	(823)	20.007
Lagoa Formosa	50	-	220	-	-	-	270
Outras	1	-	1	-	-	-	2
	1.062.602	**(454.866)**	**885.312**	**54.698**	**(7.500)**	**(4.919)**	**1.535.327**

Empresas	**Saldos em 31.12.2008**	**Aumento de capital**	**Equivalência patrimonial**	**Dividendos**	**Baixa**	**Saldos em 31.12.2009**
Itasa	291.554	-	24.380	(5.790)	-	310.144
CESS	270.474	37.345	18.610	(1.628)	-	324.801
Lages	47.225	-	16.831	-	-	64.056
TBLC	31.799	-	40.278	-	-	72.077
EAS	638.826	-	14.655	-	-	653.481
TBLP	235.170	272.187	(9.725)	-	-	497.632
Delta	20.007	3.508	(475)	-	-	23.040
Lagoa Formosa	270	-	(1)	-	-	269
Outras	2	-	-	-	(1)	1
	1.535.327	**313.040**	**104.553**	**(7.418)**	**(1)**	**1.945.501**

Ágio - Controladora

Empresas	**Saldos em 31.12.2007**	**Incorporação de controlada**	**Amor-tização**	**Saldos em 31.12.2008**	**Amor-tização**	**Saldos em 31.12.2009**
Itasa	5.721	-	(2.288)	3.433	(2.288)	1.145
CEM	22.289	(21.546)	(743)	-	-	-
CESS	35.057	-	-	35.057	(422)	34.635
	63.067	**(21.546)**	**(3.031)**	**38.490**	**(2.710)**	**35.780**

As amortizações dos ágios estão baseadas no fundamento econômico do direito de utilização do bem público estabelecido nos contratos de concessão, conforme previsto na Deliberação CVM 618/09. O ágio na CESS será amortizado até 22.04.2037 e o ágio na Itasa até 30.06.2010.

Informações sobre as controladas

A estrutura societária simplificada da Tractebel Energia está apresentada no relatório de administração que compõe as demonstrações contábeis completas.

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 14
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_Quadros_notas.indd 14
16/3/2010 16:38:01

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)

1) Itá Energética S.A. (Itasa) - controlada em conjunto

A Itasa tem como objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Itá em parceria através de consórcio, mediante concessão outorgada pela União Federal por intermédio da Aneel, com prazo de vigência de 35 anos, a partir de 28.12.1995. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e possui capacidade instalada de 1.450 MW e 720 MW médios de energia assegurada. Nos termos do Contrato de Consórcio, a controlada Itasa tem direito à quantidade de energia equivalente a 60,5% de 668 MW médios.

As ações representativas do Capital Social da Itasa são detidas pela Tractebel Energia, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Companhia de Cimento Itambé, na proporção de 48,75%, 48,75% e 2,50%, respectivamente.

Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da controlada em conjunto estão demonstrados a seguir, os quais foram consolidados nas demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas, na proporção dos investimentos da Companhia no Capital Social da controlada:

ATIVO	**2009**	**2008**
Ativo circulante	79.207	60.077
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	4.184	5.657
Imobilizado	857.427	899.114
Intangível	20.516	30.769
	882.127	935.540
TOTAL	**961.334**	**995.617**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo circulante	117.447	117.628
Passivo não circulante	207.693	279.930
Patrimônio líquido	636.194	598.059
TOTAL	**961.334**	**995.617**
RESULTADO		
Receitas operacionais brutas	251.953	233.150
Deduções da receita operacional	(25.500)	(23.659)
Receitas líquidas de vendas	**226.453**	**209.491**
CUSTOS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	**(93.432)**	**(90.849)**
LUCRO BRUTO	**133.021**	**118.642**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(33.581)	(20.447)
Outras receitas (despesas), líquidas	1.658	(95)
	(31.923)	**(20.542)**
Resultado do serviço	**101.098**	**98.100**
Despesas financeiras, líquidas	**(25.413)**	**(45.030)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	**75.685**	**53.070**
Imposto de renda e contribuição social	(25.674)	(17.910)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**50.011**	**35.160**

2) Companhia Energética Meridional (CEM)

Em 28.03.2008, a Tractebel Energia incorporou a sua controlada integral CEM, mediante a versão do seu acervo líquido, na data base de 29.02.2008, no valor de R$ 454.866, avaliado a valor contábil por empresa especializada.

A CEM detinha a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, norte do Estado de Goiás, com capacidade instalada de 450 MW e 273,4 MW médios de energia assegurada. A concessão para a construção e exploração do empreendimento tem prazo de vigência de 35 anos, a partir de 27.08.1998 e foi transferida para a Companhia após a conclusão da operação de incorporação.

3) Companhia Energética São Salvador (CESS)

A CESS detém a concessão da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHSA), localizada no Rio Tocantins, nos Municípios de São Salvador do Tocantins e Paranã, no Estado de Tocantins, com potência mínima instalada de 243,2 MW e energia assegurada de 148,5 MW médios. O prazo da concessão é de 35 anos, contados a partir de 23.04.2002, data da assinatura do Contrato de Concessão.

Em outubro de 2006, a CESS comercializou no 3º Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos, que se iniciará em janeiro de 2011, 148 MW médios com empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

O início da operação comercial da primeira unidade geradora foi em agosto de 2009 e da segunda unidade no final do mês de novembro de 2009.

4) Lages Bioenergética Ltda. (Lages)

A Lages detém a autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para, através da central geradora termelétrica Lages localizada no Município de Lages (SC), atuar como produtor independente de energia utilizando-se de um turbogerador a vapor de 28 MW que consome resíduos de madeira como combustível. A autorização para implantação e exploração do empreendimento tem prazo de 30 anos, a contar de 30.10.2002.

A Usina de Cogeração, no ano de 2006, obteve o registro no Comitê Executivo de Mecanismo do Desenvolvimento Limpo (MDL) da Organização das Nações Unidas (ONU) por utilizar resíduos de madeira para negociar créditos de carbono.

5) Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC)

A Sociedade tem por objeto social a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades.

6) Energia América do Sul Ltda. (EAS)

A EAS é uma controlada integral da Companhia que possui o controle acionário da Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA). A PPESA por sua vez, detém a concessão da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, uma usina hidrelétrica com capacidade instalada de 176,1 MW (energia assegurada de 131,6 MW médios) que está em operação comercial desde setembro de 2005, localizada no Rio Correntes, Estado de Mato Grosso. Possui isenção parcial do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, por estar localizada em área incentivada da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

O ágio pago pela EAS teve como fundamento a exploração do direito de utilização do bem público estabelecido no contrato de concessão e, no consolidado, está apresentado no ativo imobilizado, juntamente com o valor de cada concessão considerada como parte desse ativo, em razão desse direito não ser separável, ou seja, não poder ser vendido ou transferido individualmente sem o ativo imobilizado. O ágio será amortizado no prazo da concessão da Aneel que se encerra em 30.09.2034. O saldo em 31.12.2009 era de R$ 391.521, líquido da amortização acumulada de R$ 26.113.

7) Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP)

A TBLP, anteriormente denominada Gama Participações Ltda., tem por objeto social participar no capital e outras sociedades e concentrar os projetos referentes a energias alternativas de sua controladora Tractebel Energia.

Os ágios pagos pela TBLP nas aquisições das empresas abaixo relacionadas tiveram como fundamento a exploração do direito de uso do bem público previstos nos contratos de concessão ou autorização e, no consolidado, estão reconhecidos no ativo imobilizado, juntamente com o valor de cada concessão ou autorização considerada como parte desse ativo, em decorrência desse direito não ser separável, ou seja, não poder ser vendido ou transferido individualmente sem o ativo imobilizado.

As principais informações referentes às controladas da TBLP estão descritas a seguir:

7.1) Tupan Energia Elétrica S.A. (Tupan)

A Tupan detém autorização outorgada pela Aneel para explorar a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Rondonópolis, com capacidade instalada de 26,6 MW, e está em operação comercial desde dezembro de 2007. A PCH está localizada em Rondonópolis (MT), no Rio Ponte de Pedra e, tem energia assegurada de 14 MW médios. A Tupan possui 118,36 GWh/ano de energia contratada com a Centrais Elétricas do Brasil S.A. (Eletrobrás), através do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), até 2027, ao preço de R$ 159,20/MWh (base 31.12.2009).

O ágio pago pela TBLP será amortizado no prazo da autorização da Aneel que se encerra em 18.12.2032. O saldo em 31.12.2009 era de R$ 86.991,líquido da amortização acumulada de R$ 3.796.

7.2) Hidropower Energia S.A. (Hidropower)

A Hidropower detém autorização outorgada pela Aneel para explorar a PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha, com capacidade instalada de 23,7 MW, em operação comercial desde fevereiro de 2007. Localizada em Rondonópolis (MT), no Rio Ponte de Pedra, a PCH tem energia assegurada de 11,9 MW médios. A Hidropower possui 100,49 GWh/ano de energia contratada até 2027 com a Eletrobrás, através do Proinfa, ao preço de R$ 159,20/MWh (base 31.12.2009).

O ágio pago pela TBLP será amortizado no prazo da autorização da Aneel que se encerra em 18.12.2032. O saldo em 31.12.2009 era de R$ 79.517, líquido da amortização acumulada de R$ 3.470.

7.3) Eólica Beberibe S.A. (Beberibe)

A Eólica Beberibe S.A. detém autorização outorgada pela Aneel para explorar o Parque Eólico Beberibe, com capacidade instalada de 25,60 MW e energia assegurada de 8 MW médios. Localizada em Beberibe (CE), possui 85,07 GWh/ano de energia contratada por 20 anos com a Eletrobrás, através do Proinfa, ao preço de R$ 256,83/MWh (base 31.12.2009). A empresa entrou em operação comercial em setembro de 2008.

O ágio pago pela TBLP será amortizado no prazo da autorização da Aneel que se encerra em 03.08.2033. O saldo em 31.12.2009 era de R$ 48.877, líquido da amortização acumulada de R$ 2.073.

7.4) Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal)

A Eólica Pedra do Sal S.A. detém autorização outorgada pela Aneel para explorar o Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 17,85 MW e energia assegurada de 8 MW médios. Localizada em Parnaíba (PI), possui 66,29 GWh/ano de energia contratada com a Eletrobrás através do Proinfa, por 20 anos, ao preço de R$ 243,96/MWh (base 31.12.2009). A operação comercial da sociedade foi iniciada em dezembro de 2008.

O ágio pago pela TBLP será amortizado no prazo da autorização da Aneel que se encerra em 01.10.2032. O saldo em 31.12.2009 era de R$ 23.744, líquido da amortização acumulada de R$ 1.092.

7.5) Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca)

A Hidrelétrica Areia Branca S.A. detém autorização outorgada pela Aneel para explorar a PCH Areia Branca, com capacidade instalada de 19,80 MW. Localizada em Caratinga (MG), possui 90,84 GWh/ano de energia contratada por 20 anos com a Eletrobrás, através do Proinfa, ao preço de R$ 159,51/MWh (base 31.12.2009). A operação comercial da sociedade está prevista para o 2º trimestre de 2010.

O ágio pago pela TBLP será amortizado no prazo da autorização da Aneel que se encerra em 02.05.2030. O saldo em 31.12.2009 era de R$ 7.676, líquido da amortização acumulada de R$ 377.

7.6) Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda. (EBSC)

A EBSC é uma sociedade prestadora de serviços administrativos e tecnológicos para as empresas anteriormente mencionadas e foi adquirida em dezembro de 2008.

7.7) Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva)

A Ibitiúva foi constituída em 2008, para participar, através do Consórcio Andrade, do 1º Leilão de Energia de Reserva, promovido pela Aneel.

O Consórcio Andrade é formado pela Ibitiúva e pela Andrade Açúcar e Álcool S.A., controlada da Açúcar Guarani S.A. e, vendeu 20 MW médios de energia elétrica no referido Leilão, pelo preço atualizado de R$ 167,17/MWh (base 31.12.2009), a ser entregue por um período de 15 anos, a partir de 2010.

A energia elétrica vendida será gerada pela UTE Destilaria Andrade, em implantação no Município de Pitangueiras (SP), que terá capacidade instalada de 33 MW e garantia física de 20 MW médios e, utilizará como combustível o bagaço resultante do processamento da cana-de-açúcar na unidade produtora de açúcar e etanol Andrade do Grupo Guarani. O investimento previsto para a construção da Usina é de R$ 120.000 com recursos próprios e através de financiamento que está em fase final de negociação com o BNDES.

As obras civis tiveram início em 27.04.2009 e estão em ritmo acelerado visando atender o cronograma de implantação, cuja previsão de entrada em operação é para o 2º trimestre de 2010.

Continua...

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 15
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_Quadros_notas.indd 15 16/3/2010 16:38:02

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)

7.8) Projetos de Geração de Energia Eólica

Em agosto de 2009, a TBLP adquiriu pelo montante de R$ 2.998, empresas que possuem projetos de geração de energia eólica denominado Projeto Trairí, cuja capacidade instalada é de 121,9 MW. Cinco desses projetos participaram do leilão de energia de reserva promovido pela Aneel em dezembro de 2009, porém não tiveram sua energia contratada.

Os projetos adquiridos possuem medições de vento, certificação de geração de energia, licenças ambientais prévias e contrato de arrendamento e, em fase de execução, estão os projetos básicos e de impacto ambiental, exigidos para a licença de instalação.

O ágio pago pela TBLP no montante de R$ 2.971 tem como fundamento os direitos adquiridos e será amortizado nos prazos das autorizações a partir do início da operação comercial das empresas.

A Companhia está avaliando a melhor alternativa para viabilizar a implantação dos referidos projetos.

8) Lagoa Formosa Bioenergética Ltda. (Lagoa Formosa)

A Sociedade é controlada integral da Tractebel Energia e foi constituída com o objetivo de construir a Usina Cogeração São João, um empreendimento à biomassa de cana-de-açúcar em consórcio com a empresa Dedini Açúcar e Álcool Ltda. (Dedini), pertencente ao Grupo Dedini Agro.

Em setembro de 2007, a Dedini foi adquirida pelo grupo espanhol Abengoa, que optou por desfazer tal parceria. A Tractebel Energia, entretanto, teria direito a uma compensação financeira a título de indenização pelo descumprimento dos termos contratados entre as partes. O projeto havia vendido 23 MW médios, a partir de 2010, no 1º Leilão de Fontes Alternativas promovido pela Aneel, em junho do ano corrente, cujo compromisso de implantação e entrega permanece com a Dedini.

No ano de 2008 a Companhia recebeu parte do valor incontroverso da causa, relativo à multa contratual, no valor de R$ 2.595 e permaneceu em discussão quanto à parte que a Companhia entende como valor indenizável.

Em novembro do corrente ano, foi celebrado um instrumento de transação entre a Companhia e a Abengoa, em razão da ação de execução, na qual formalizou-se um acordo em que a Abengoa concordou em pagar a Tractebel Energia a quantia de R$ 10.000 destinados a recomposição de danos e lucros cessantes sofridos, finalizando assim o litígio entre as partes, sendo essa quantia reconhecida no resultado de 2009.

A Lagoa Formosa não exerceu atividades operacionais até o presente exercício.

9) Delta Energética S.A. (Delta)

A Delta possui o controle da Seival Participações S.A. (Seival), uma *holding* de propósito específico, detentora de 99,99% do Capital Social da Usina Termelétrica Seival Ltda. (UTE Seival), sediada na cidade de Charqueadas (RS).

A aquisição da Seival teve como principal objetivo acrescentar ganhos ao desenvolvimento do projeto para exportação de energia ao Uruguai, uma vez que detém os direitos (incluindo autorização da Aneel, licença prévia e opção de compra de imóvel) para implantar e explorar uma termelétrica a carvão em Candiota (RS), com potência instalada de até 540 MW.

O preço de aquisição foi de R$ 23.813 e a diferença entre o montante pago e o valor contábil patrimonial da Seival foi de R$ 19.528, o qual será amortizado a partir do início da operação comercial da UTE Seival.

Em 2009 as Sociedades não exerceram quaisquer atividades operacionais.

b.2) Avaliadas pelo custo de aquisição

Machadinho Energética S.A. (Maesa)

A Companhia possui R$ 28.793 de investimento na Maesa avaliado ao custo de aquisição, considerando que a Companhia não tem o controle individual ou compartilhado desse investimento, equivalente à participação acionária de 2,82%. A Maesa é uma sociedade de propósito específico constituída com a finalidade de contratar o fornecimento de bens e serviços necessários à implantação da Usina Hidrelétrica de Machadinho (UHE Machadinho), bem como à obtenção do financiamento e fornecimento de garantias correspondentes para a construção do empreendimento. O Consórcio Machadinho é composto pela Tractebel Energia S.A., no qual participa com 19,28% e por outras empresas consorciadas, que juntas detém 80,72%.

13 - ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição

	Controladora				
	2009				2008
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizações em Serviço					
Geração Hidráulica					
UHE Salto Santiago	2,42	645.107	(534.962)	110.145	120.623
UHE Salto Osório	2,68	333.147	(246.513)	86.634	93.194
UHE Passo Fundo	2,35	121.064	(96.517)	24.547	26.085
UHE Itá (em consórcio)	3,58	1.233.372	(308.935)	924.437	968.610
UHE Machadinho (em consórcio)	3,18	179.851	(37.032)	142.819	149.148
UHE Cana Brava	3,03	964.585	(192.280)	772.305	805.808
		3.477.126	**(1.416.239)**	**2.060.887**	**2.163.468**
Geração Térmica					
Complexo Jorge Lacerda	4,69	2.556.432	(1.546.683)	1.009.749	1.074.101
UTE Charqueadas	8,34	63.119	(51.734)	11.385	8.000
UTE Alegrete	3,62	8.289	(7.403)	886	933
UTE William Arjona	4,31	174.706	(83.580)	91.126	95.260
		2.802.546	**(1.689.400)**	**1.113.146**	**1.178.294**
Equipamentos Gerais e Outros	10,00	**60.236**	**(25.517)**	**34.719**	**25.430**
		6.339.908	**(3.131.156)**	**3.208.752**	**3.367.192**

(continua)

(continuação)

	Controladora				
	2009				2008
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizações em Curso					
Geração Hidráulica					
UHE Salto Santiago		7.181	-	7.181	4.737
UHE Salto Osório		4.148	-	4.148	1.465
Outras UHE (obras de adição)		1.348	-	1.348	3.193
		12.677	**-**	**12.677**	**9.395**
Geração Térmica					
Complexo Jorge Lacerda		41.510	-	41.510	21.447
UTE Charqueadas		52.571	-	52.571	21.998
Outras UTE (obras de adição)		601	-	601	236
		94.682	**-**	**94.682**	**43.681**
Equipamentos Gerais e Outros		**5.107**	**-**	**5.107**	**3.824**
		112.466	**-**	**112.466**	**56.900**
Total das imobilizações		**6.452.374**	**(3.131.156)**	**3.321.218**	**3.424.092**
Obrigações especiais		**(10.395)**	**-**	**(10.395)**	**(9.755)**
		6.441.979	**(3.131.156)**	**3.310.823**	**3.414.337**

	Consolidado				
	2009				2008
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizações em Serviço					
Geração Hidráulica					
UHE Salto Santiago	2,42	645.107	(534.962)	110.145	120.623
UHE Salto Osório	2,68	333.147	(246.513)	86.634	93.194
UHE Passo Fundo	2,35	121.064	(96.517)	24.547	26.085
UHE Itá (em consórcio)	3,58	1.777.400	(436.552)	1.340.848	1.405.332
UHE São Salvador	3,62	1.276.151	(18.031)	1.258.120	-
UHE Machadinho (em consórcio)	3,18	179.851	(37.032)	142.819	149.148
UHE Cana Brava	3,03	964.585	(192.280)	772.305	805.808
UHE Ponte de Pedra	3,66	1.187.747	(111.106)	1.076.641	1.121.642
PCH Rondonópolis	4,04	184.484	(10.432)	174.052	181.618
PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha	3,80	156.011	(10.731)	145.280	151.360
		6.825.547	**(1.694.156)**	**5.131.391**	**4.054.810**
Geração Térmica					
Complexo Jorge Lacerda	4,69	2.556.432	(1.546.683)	1.009.749	1.074.101
UTE Charqueadas	8,34	63.119	(51.734)	11.385	8.000
UTE Alegrete	3,62	8.289	(7.403)	886	933
Unidade de Cogeração Lages	4,38	76.164	(18.275)	57.889	60.837
UTE William Arjona	4,31	174.706	(83.580)	91.126	95.260
		2.878.710	**(1.707.675)**	**1.171.035**	**1.239.131**
Geração Eólica					
EOL Beberibe	4,70	185.770	(11.732)	174.038	182.610
EOL Pedra do Sal	4,08	118.610	(5.546)	113.064	-
		304.380	**(17.278)**	**287.102**	**182.610**
Equipamentos Gerais e Outros	10,00	**61.129**	**(25.678)**	**35.451**	**25.665**
		10.069.766	**(3.444.787)**	**6.624.979**	**5.502.216**
Imobilizações em Curso					
Geração Hidráulica					
UHE Salto Santiago		7.181	-	7.181	4.737
UHE Salto Osório		4.148	-	4.148	1.465
UHE São Salvador		49.805	-	49.805	870.081
PCH Areia Branca		133.518	-	133.518	98.586
Outras UHE (obras de adição)		2.835	-	2.835	4.717
		197.487	**-**	**197.487**	**979.586**
Geração Térmica					
Complexo Jorge Lacerda		41.510	-	41.510	21.447
UTE Charqueadas		52.571	-	52.571	21.998
UTE Destilaria Andrade		62.378	-	62.378	10.180
Outras UTE (obras de adição)		4.233	-	4.233	1.070
		160.692	**-**	**160.692**	**54.695**
Geração Eólica - Pedra do Sal		**174**	**-**	**174**	**107.792**
Equipamentos Gerais e Outros		**5.221**	**-**	**5.221**	**3.854**
		363.574	**-**	**363.574**	**1.145.927**
Total das imobilizações		**10.433.340**	**(3.444.787)**	**6.988.553**	**6.648.143**
Obrigações especiais		**(10.520)**	**-**	**(10.520)**	**(9.880)**
		10.422.820	**(3.444.787)**	**6.978.033**	**6.638.263**

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 16
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_Quadros_notas.indd 16
16/3/2010 16:38:03

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora			Consolidado		
	Em serviço	**Em curso**	**Total**	**Em serviço**	**Em curso**	**Total**
Saldo em 31.12.2007	**2.670.671**	**64.027**	**2.734.698**	**4.010.038**	**724.178**	**4.734.216**
Ingressos						
UHE Salto Osório	-	12.354	12.354	-	12.354	12.354
UHE Cana Brava	825.608	476	826.084	-	-	-
UHE Ponte de Pedra	-	-	-	1.129.404	7.374	1.136.778
UHE São Salvador	-	-	-	-	288.516	288.516
PCH Rondonópolis	-	-	-	181.923	-	181.923
PCH Eng. José Gelazio da Rocha	-	-	-	151.626	-	151.626
PCH Areia Branca	-	-	-	-	98.586	98.586
Complexo Jorge Lacerda	-	23.467	23.467	-	23.467	23.467
UTE Charqueadas	-	20.007	20.007	-	20.007	20.007
UTE Destilaria Andrade	-	-	-	-	10.180	10.180
EOL Beberibe	-	-	-	197.490	-	197.490
EOL Pedra do Sal	-	-	-	-	107.815	107.815
Demais usinas	472	17.494	17.966	598	18.681	19.279
Transferência dos ativos diferido e intangível	-	-	-	3.196	255	3.451
Transferência para o realizável de créditos de PIS e Cofins *(*)*	-	-	-	(13.459)	(72.427)	(85.886)
Transferências	80.925	(80.925)	-	93.059	(93.059)	-
Depreciação	(207.467)	-	(207.467)	(248.627)	-	(248.627)
Baixas	(3.017)	-	(3.017)	(3.032)	-	(3.032)
Saldo em 31.12.2008	**3.367.192**	**56.900**	**3.424.092**	**5.502.216**	**1.145.927**	**6.648.143**
Ingressos						
UHE Salto Osório	-	3.563	3.563	-	3.563	3.563
UHE Salto Santiago	-	7.490	7.490	-	7.490	7.490
UHE São Salvador	-	-	-	-	455.875	455.875
PCH Areia Branca	-	-	-	-	34.930	34.930
Complexo Jorge Lacerda	-	55.556	55.556	-	55.556	55.556
UTE Charqueadas	-	35.417	35.417	-	35.417	35.417
UTE Destilaria Andrade	-	-	-	-	52.199	52.199
EOL Pedra do Sal	-	-	-	-	10.815	10.815
Demais usinas	-	8.469	8.469	-	13.370	13.370
Transferências	54.929	(54.929)	-	1.451.119	(1.451.119)	-
Depreciação	(211.961)	-	(211.961)	(326.756)	-	(326.756)
Baixas	(1.408)	-	(1.408)	(1.600)	(449)	(2.049)
	3.208.752	**112.466**	**3.321.218**	**6.624.979**	**363.574**	**6.988.553**
Obrigações Especiais	(10.395)	-	(10.395)	(10.520)	-	(10.520)
Saldo em 31.12.2009	**3.198.357**	**112.466**	**3.310.823**	**6.614.459**	**363.574**	**6.978.033**

(*) Transferência para o ativo circulante e realizável a longo prazo dos créditos de PIS e Cofins sobre as aquisições de máquinas e equipamentos e edificações da CESS.

Conforme mencionado na Nota 23, a Companhia, no ano de 2009, registrou a concessão da UHE São Salvador. A outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União foram reconhecidas a valor presente da concessão no ativo imobilizado em contrapartida com o passivo circulante e não circulante.

c) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas

A Lei nº 8.987/95, de 13.02.2005, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, prevê o seguinte em seu Art. 36, *"A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido"*.

O Decreto nº 2003, de 10.09.1996, que regulamenta a produção de energia elétrica por produtor independente e por autoprodutor, estabelece o que segue em seu Art. 20, *"No final do prazo da concessão ou autorização, os bens e as instalações realizados para a geração independente e para a autoprodução de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados.*

Parágrafo 1º. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do poder concedente.

Parágrafo 2º. No caso de usinas termelétricas, não será devida indenização dos investimentos realizados, assegurando-se, porém, ao produtor independente ou ao autoprodutor remover as instalações."

Considerando a interpretação da legislação anteriormente mencionada de que não haverá indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original, a Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2007, passou a depreciar estes ativos de acordo com as taxas determinadas pela Aneel, limitada ao prazo de concessão, em que pese os contratos e a legislação preverem a possibilidade da renovação da concessão.

d) Apropriação dos encargos financeiros

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos da CESS e da Areia Branca, cujos valores consolidados em 2009 foram de R$ 41.175 e R$ 4.923, respectivamente, estão sendo reconhecidos no imobilizado em curso. No ano de 2008 o valor capitalizado da CESS foi de R$ 44.890.

e) Obrigações especiais

Referem-se a obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica e representam os valores aplicados nos empreendimentos sob concessão, com recursos da União e de doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador. A quitação dessas obrigações dar-se-á no vencimento das respectivas concessões, estabelecido pelo Poder Concedente.

f) Redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou, ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. Até o momento não existem indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos na Companhia.

g) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes concessões e autorizações para exploração de energia elétrica:

	Detentora da concessão ou autorização	**Capacidade instalada MW**	**Data do ato**	**Vencimento**
I - Concessões				
UHE Salto Santiago	Controladora	1.420	28.09.1998	27.09.2028
UHE Salto Osório	Controladora	1.078	28.09.1998	27.09.2028
UHE Passo Fundo	Controladora	226	28.09.1998	27.09.2028
UHE Itá	Controladora/Itasa	1.450	28.12.1995	16.10.2030
UHE Machadinho	Controladora	1.140	15.07.1997	14.07.2032
UHE Cana Brava	Controladora	450	27.08.1998	26.08.2033
UHE Ponte de Pedra	PPESA	176	01.10.1999	30.09.2034
UHE São Salvador	CESS	243	23.04.2002	22.04.2037
II - Autorizações				
Complexo Jorge Lacerda	Controladora	857	28.09.1998	27.09.2028
UTE Charqueadas	Controladora	72	28.09.1998	27.09.2028
UTE Alegrete	Controladora	66	28.09.1998	27.09.2028
UTE William Arjona	Controladora	190	02.06.2000	28.04.2029
UTE Destilaria Andrade	Consórcio Andrade	40	05.04.2000	04.04.2030
Unidade de Cogeração Lages	Lages	28	30.10.2002	29.10.2032
PCH Rondonópolis	Tupan	27	19.12.2002	18.12.2032
PCH Eng. José Gelazio da Rocha	Hidropower	24	19.12.2002	18.12.2032
PCH Areia Branca	Areia Branca	20	03.05.2000	02.05.2030
EOL Pedra do Sal	Pedra do Sal	18	02.10.2002	01.10.2032
EOL Beberibe	Beberibe	26	04.08.2003	03.08.2033

A concessão relativa à UHE Itá está compartilhada com a controlada em conjunto Itasa (ver Nota 12.b.1) e a Companhia possui 1.090 MW da capacidade instalada. Com referência à concessão da UHE Machadinho a Tractebel Energia detém 404 MW do total instalado. A participação remanescente pertence a outros concessionários que compõem o Consórcio Machadinho (ver Nota 12.b.2).

h) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

i) Bens da União utilizados pela Companhia

A Companhia exerce a posse e opera a Usina Termelétrica Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW e uma vila residencial com 15 casas, localizada no Município de Alegrete (RS), de titularidade da União e cedida em regime especial de utilização.

14 - ATIVO INTANGÍVEL

a) Composição

	Controladora					
	2009			2008		
	Custo corrigido	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**	**Custo corrigido**	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**
Direito de uso	14.730	(10.138)	4.592	11.110	(9.225)	1.885
Ágio incorporado da CEM	44.578	(30.932)	13.646	44.578	(26.623)	17.955
	59.308	**(41.070)**	**18.238**	**55.688**	**(35.848)**	**19.840**

	Consolidado					
	2009			2008		
	Custo corrigido	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**	**Custo corrigido**	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**
Direito de uso	17.260	(11.058)	6.202	15.741	(9.475)	6.266
Direito de compra de energia	64.561	-	64.561	64.561	-	64.561
Ágio incorporado da CEM	44.578	(30.932)	13.646	44.578	(26.623)	17.955
Ágio incorporado da Itasa	72.793	(61.668)	11.125	72.793	(54.388)	18.405
Ágio Seival Participações	19.528	-	19.528	19.528	-	19.528
	218.720	**(103.658)**	**115.062**	**217.201**	**(90.486)**	**126.715**

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 17
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_Quadros_notas.indd 17 16/3/2010 16:38:04

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)

O direito de uso e o direito de compra de energia possuem vidas úteis definidas. O primeiro está sendo amortizado em cinco anos e o segundo será amortizado durante a vigência do contrato de compra, de 2013 a 2023.

Os ágios incorporados da CEM e da Itasa também possuem vida útil definida e serão amortizados, respectivamente, até fevereiro de 2013 e dezembro de 2011. A amortização do ágio pago pela Seival Participações ocorrerá a partir do início da operação comercial da Usina, cuja data ainda não pode ser prevista devido ao estágio em que se encontra o projeto.

b) Mutação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2007	**2.185**	**72.081**
Ingresso direito de uso	607	770
Ingresso direito de compra de energia	-	64.561
Transferências do ativo diferido e imobilizado	-	7.059
Transferência do ágio da incorporação CEM	17.956	-
Amortização	(908)	(17.756)
Saldo em 31.12.2008	**19.840**	**126.715**
Ingresso direito de uso	3.603	4.621
Transferência para o imobilizado	-	(3.118)
Amortização	(5.205)	(13.156)
Saldo em 31.12.2009	**18.238**	**115.062**

15 - UNIDADES 4 E 5 DA UTE WILLIAM ARJONA

As unidades geradoras 4 e 5 da Usina Termelétrica William Arjona, com potência total de 70 MW,utilizam gás natural para geração de energia elétrica e foram implantadas com o objetivo específico de atender a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), sob a regência do Contrato de Suprimento de Energia Elétrica firmado em 10.01.2002, com vigência até 31.12.2004.

A Administração da Companhia vinha considerando a possibilidade de desativar tais unidades geradoras no final do contrato com a CBEE. Em linha com esta possibilidade, a Companhia amortizou o valor econômico destes ativos no período de sua utilização, atingindo um valor residual compatível com o valor estimado de alienação.

Em 26.10.2004 a Administração da Companhia comunicou à assessoria do MME que, após o término do contrato com a CBEE, as referidas unidades geradoras seriam mantidas e estariam à disposição para operação centralizada, de acordo com as normas e procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a partir de 01.01.2005, nas mesmas condições das unidades 1, 2 e 3.

Desta forma, o processo de depreciação das referidas unidades não foi interrompido. Concomitantemente com a depreciação, a Companhia vem revertendo a amortização acelerada reconhecida ao longo do contrato com a CBEE.

O valor residual das unidades geradoras 4 e 5 em 31.12.2009 e 2008 é de R$ 33.134.

16 - FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Energia elétrica comprada	53.766	46.492	76.770	78.579
Transações no âmbito da CCEE	370	2.002	2.325	3.851
Encargos de uso da rede elétrica	69.742	64.196	76.502	67.852
Combustíveis fósseis/biomassa	630	-	798	145
Materiais e serviços	46.511	36.339	89.722	61.940
	171.019	**149.029**	**246.117**	**212.367**

17 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora					
	2009			2008		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas	15.824	127.240	143.064	24.173	175.841	200.014
BNP Paribas (*Floating Rate Note*)	-	100.293	100.293	-	129.526	129.526
Deutsche Bank	-	-	-	4.490	-	4.490
Encargos	3.060	-	3.060	4.568	-	4.568
	18.884	**227.533**	**246.417**	**33.231**	**305.367**	**338.598**
Moeda nacional						
Eletrobrás	30.318	10.796	41.114	27.445	41.114	68.559
BNDES	14.965	34.917	49.882	14.947	49.823	64.770
Banco do Brasil	3.529	3.530	7.059	3.529	7.059	10.588
Notas Promissórias	-	-	-	400.000	-	400.000
Encargos	258	-	258	33.367	-	33.367
	49.070	**49.243**	**98.313**	**479.288**	**97.996**	**577.284**
	67.954	**276.776**	**344.730**	**512.519**	**403.363**	**915.882**

	Consolidado					
	2009			2008		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas	15.824	127.240	143.064	24.173	175.841	200.014
BNP Paribas (*Floating Rate Note*)	-	100.293	100.293	-	129.526	129.526
Deutsche Bank	-	-	-	4.490	-	4.490
Encargos	3.060	-	3.060	4.568	-	4.568
	18.884	**227.533**	**246.417**	**33.231**	**305.367**	**338.598**
Moeda nacional						
Eletrobrás	30.318	10.796	41.114	27.445	41.114	68.559
BNDES	75.412	573.608	649.020	47.816	389.259	437.075
Agentes Financiadores do BNDES	71.504	561.833	633.337	52.650	725.722	778.372
Banco do Brasil	7.495	30.630	38.125	7.495	38.125	45.620
BRDE	6.835	11.391	18.226	6.826	18.203	25.029
Caixa Econômica Federal (CEF)	5.479	49.315	54.794	5.157	51.574	56.731
Notas Promissórias	-	-	-	400.000	-	400.000
ABN AMRO Real	-	-	-	55.026	-	55.026
Bradesco	-	-	-	829	-	829
Encargos	5.419	-	5.419	35.438	10.961	46.399
	202.462	**1.237.573**	**1.440.035**	**638.682**	**1.274.958**	**1.913.640**
	221.346	**1.465.106**	**1.686.452**	**671.913**	**1.580.325**	**2.252.238**

Em maio de 2008 a Companhia emitiu 40 (quarenta) Notas Promissórias no valor total de R$ 400.000, as quais venceram e foram resgatadas em maio de 2009. A liquidação financeira ocorreu com recursos próprios e oriundos da 3ª emissão de debêntures simples da Companhia, conforme mencionado na Nota 18.

Em março de 2009 a Companhia concluiu o processo de distribuição pública restrita da 4ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, ocorrida nos termos da Instrução CVM nº 400, tendo sido emitidas 300 Notas Promissórias no valor total de R$ 300.000, com vencimento em março de 2010, tendo como coordenador o Banco Votorantim. As referidas Notas Promissórias foram quitadas antecipadamente, em abril de 2009, com os recursos oriundos da 3ª emissão de debêntures simples da Companhia, conforme descrito na Nota 18.

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2007	**71.255**	**345.302**	**416.557**	**121.024**	**970.731**	**1.091.755**
Ingressos	400.000	-	400.000	416.708	166.823	583.531
Incorporação da CEM	15.203	62.153	77.356	-	-	-
Aquisição da PPESA	-	-	-	42.023	252.135	294.158
Aquisições efetuadas pela TBLP *(*)*	-	-	-	54.488	225.025	279.513
Transferências	64.727	(64.727)	-	142.906	(142.906)	-
Encargos gerados	72.475	110	72.585	114.956	47.992	162.948
Variações cambiais	10.879	69.364	80.243	11.275	69.364	80.639
Remuneração de garantias depositadas	-	(8.839)	(8.839)	-	(8.839)	(8.839)
Amortizações	(122.020)	-	(122.020)	(231.467)	-	(231.467)
Saldo em 31.12.2008	**512.519**	**403.363**	**915.882**	**671.913**	**1.580.325**	**2.252.238**
Ingressos	300.000	-	300.000	309.000	96.316	405.316
Transferências	66.619	(66.619)	-	222.709	(222.709)	-
Encargos gerados	58.862	54	58.916	110.439	71.196	181.635
Variações cambiais	(7.866)	(69.816)	(77.682)	(7.866)	(69.816)	(77.682)
Remuneração de garantias depositadas	-	9.794	9.794	-	9.794	9.794
Amortizações	(862.180)	-	(862.180)	(1.084.849)	-	(1.084.849)
Saldo em 31.12.2009	**67.954**	**276.776**	**344.730**	**221.346**	**1.465.106**	**1.686.452**

(*) Referem-se aos ingressos referentes aos empréstimos das empresas Tupan, Hidropower, Pedra do Sal, Eólica Beberibe e Areia Branca, adquiridas pela TBLP, controlada integral da Companhia.

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 18
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_Quadros_notas.indd 18 16/3/2010 16:38:04

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)

c) Composição por tipo de moeda estrangeira e indexadores nacionais

	Controladora					
	2009			2008		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano (USD)	83.265	144.981	42,06	89.076	208.169	22,73
Euro (EUR)	40.456	101.436	29,42	40.279	130.429	14,24
		246.417	**71,48**		**338.598**	**36,97**
Moeda nacional						
CDI		-	-		433.011	47,28
TJLP		50.093	14,53		65.045	7,10
Não indexado		48.220	13,99		79.228	8,65
		98.313	**28,52**		**577.284**	**63,03**
		344.730	**100,00**		**915.882**	**100,00**

	Consolidado					
	2009			2008		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano (USD)	83.265	144.981	8,60	89.076	208.169	9,24
Euro (EUR)	40.456	101.436	6,01	40.279	130.429	5,79
		246.417	**14,61**		**338.598**	**15,03**
Moeda nacional						
CDI		-	-		488.866	21,71
TJLP		1.353.626	80,26		1.299.049	57,68
UMBNDES590 *(*)*		6.996	0,42		11.236	0,50
Não indexado		79.413	4,71		114.489	5,08
		1.440.035	**85,39**		**1.913.640**	**84,97**
		1.686.452	**100,00**		**2.252.238**	**100,00**

(*) Índice relativo à cesta de moedas calculado pelo BNDES.

d) Variação das moedas estrangeiras e indexadores

	(%)	
Moeda - indexador	**2009**	**2008**
Dólar Americano (USD)	(25,49)	31,94
Euro (EUR)	(22,57)	24,14
TJLP	6,12	6,25
CDI	9,84	12,35
UMBNDES590	(25,66)	33,86

e) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora			Consolidado		
	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
2011	15.824	29.290	45.114	15.824	180.354	196.178
2012	11.710	14.965	26.675	11.710	163.751	175.461
2013	7.597	4.988	12.585	7.597	142.423	150.020
2014	3.673	-	3.673	3.673	117.050	120.723
2015	100.293	-	100.293	100.293	89.027	189.320
2016 a 2023	-	-	-	-	542.693	542.693
2024	88.436	-	88.436	88.436	2.275	90.711
	227.533	**49.243**	**276.776**	**227.533**	**1.237.573**	**1.465.106**

f) Condições Contratadas

		Condições de Pagamento		
	Encargos	Vencimento	Encargos	Principal
Moeda estrangeira				
TBLE				
STN	*Libor* + 1,075% a.a.	04/2024	Semestrais, em Abril e Outubro	
BNP Paribas (*Floating Rate Note*)	*Euribor* + 2,75% a.a.	11/2015	Anual em Novembro	Parcela única em Nov/2015
Moeda nacional				
TBLE				
Eletrobrás	12% a.a.	04/2011	Mensais, até o vencimento	
BNDES	TJLP + 4% a.a. *(a)*	04/2013	Mensais, até o vencimento	
Banco do Brasil	8,14% a.a. *(d)*	12/2011	Mensais, até o vencimento	
Itasa				
BNDES	TJLP + 4% a.a. *(a)*	09/2013	Mensais, até o vencimento	
Agentes financiadores (BNDES) *(b)*	TJLP + 3,85% a.a. *(a)*	09/2013	Mensais, até o vencimento	
Lages				
BRDE	TJLP + 2,25% a.a. *(a)*	08/2012	Mensais, até o vencimento	

(continua)

(continuação)

		Condições de Pagamento		
	Encargos	Vencimento	Encargos	Principal
CESS				
BNDES	TJLP + 2,7% a.a. *(a)*	10/2023	Mensais, até o vencimento	
Agentes financiadores (BNDES) *(b)*	TJLP + 3,25% a.a. *(a)*	10/2023	Mensais, até o vencimento	
PPESA				
BNDES	TJLP + 5% a.a. *(a)*	04/2015	Mensais, até o vencimento	
BNDES	UMBNDES + 5% + Taxa Variável *(c)*	04/2015	Mensais, até o vencimento	
Agentes Financiadores (BNDES) *(b)*	TJLP + 4,5% a.a. *(a)*	04/2015	Mensais, até o vencimento	
Tupan				
CEF	TJLP + 3,5% a.a. *(a)*	12/2019	Mensais, até o vencimento	
Hidropower				
Banco do Brasil	8,08% a.a. *(d)*	10/2017	Mensais, até o vencimento	
Areia Branca				
BNDES	TJLP + 2,5% a.a. *(a)*	06/2024	Mensais, a partir de julho de 2010	
Beberibe				
BNDES	TJLP + 3,5% a.a. *(a)*	12/2023	Mensais, a partir de janeiro de 2010	
Pedra do Sal				
BNDES	TJLP + 1,92% a.a. *(a)*	12/2023	Mensais, a partir de janeiro de 2010	

(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

(b) Os Agentes Financiadores do BNDES são Itaú Unibanco Holding S.A., Banco Bradesco, Banco Santander e Banco Votorantim.

(c) Taxa variável trimestral, reajustada nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira.

(d) Taxa fixa já considerando o bônus de adimplência de 15% para pagamento até a data de vencimento.

g) Garantias

g.1) Tractebel Energia S.A.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira

Secretaria do Tesouro Nacional (STN): (a) Cessão e transferência à União dos recebíveis, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento; (b) depósito, em forma de caução, no valor R$ 76.470, em 31.12.2009, o qual está apresentado em conta retificadora do financiamento correspondente.

Não há garantias concedidas para os demais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Companhia.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional

Eletrobrás: (a) Procuração ao credor com poderes de, em caso de inadimplência, transferir para o seu próprio nome, os valores necessários para o pagamento de sua dívida, a partir da conta bancária arrecadadora de receitas da Companhia; (b) Notas Promissórias no montante referente ao do financiamento, estando os títulos vinculados aos termos contratuais.

Banco do Brasil: (a) Cessão e transferência de crédito no valor de R$ 8.726, representado por venda de energia elétrica ou outros recursos com a mesma finalidade; (b) caução de Nota Promissória no valor correspondente ao do financiamento.

BNDES: Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito e do Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures: Em consequência da incorporação da CEM pela Tractebel Energia, ocorrida em 28.03.2008, as garantias anteriormente existentes nos dois Contratos, foram substituídas por Carta de Fiança do Itaú Unibanco Holding S.A., no valor de R$ 131.966, com validade até 15.10.2013.

g.2) Itasa

BNDES e Agentes Financiadores do BNDES: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Itá; (b) Penhor de Direitos Creditórios decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com seus acionistas; (c) conta reserva num montante equivalente a três meses da dívida do BNDES (substituída por fiança bancária) e três meses das despesas contratuais de operação e manutenção da UHE Itá. Além dessas garantias, os sócios caucionaram a totalidade das ações da Itasa ao BNDES e Agentes Financiadores.

g.3) Lages Bioenergética Ltda.

BRDE: (a) Cessão dos direitos creditórios do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado com a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc), com a interveniência da Companhia; (b) cessão dos Direitos de Indenização decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Vapor e Compra e Venda de Biomassa celebrados com as empresas Sofia Industrial e Exportadora Ltda. e a Battistella Industria e Comércio Ltda.; (c) cessão dos Direitos Emergentes da Autorização concedida pela Aneel para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica; (d) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a, em média, quatro meses do serviço da dívida.

g.4) Companhia Energética São Salvador

BNDES e Agentes Financiadores do BNDES: (a) penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE São Salvador; (b) conta centralizadora de direitos creditórios para recebimento dos direitos de crédito da CESS; e (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto.

g.5) Ponte de Pedra Energética S.A.

BNDES e Agentes Financiadores do BNDES: (a) penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Ponte de Pedra; (b) conta centralizadora de direitos creditórios para recebimento

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 19
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_Quadros_notas.indd 19 16/3/2010 16:38:05

...Continuação

dos direitos de crédito da PPESA (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto.

g.6) Tupan Energia Elétrica S.A.

Caixa Econômica Federal (CEF): (a) hipoteca de terreno e imóveis; (b) alienação fiduciária de equipamentos; (c) totalidade das ações representativas do Capital Social; e (d) recebíveis e conta reserva. A Companhia está em negociação para substituir as fianças pessoais emitidas pelos antigos sócios, por uma Carta Fiança Corporativa da Tractebel Energia S.A.

g.7) Hidropower Energia S.A.

Banco do Brasil: (a) totalidade das ações representativas do Capital Social; e (b) recebíveis e conta Reserva. A Companhia está negociando a substituição das fianças pessoais emitidas pelos antigos sócios, por uma Carta Fiança Corporativa da Tractebel Energia S.A.

g.8) Eólica Beberibe S.A. e Hidrelétrica Areia Branca S.A.

BNDES: (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do Capital Social; e (c) recebíveis e conta reserva.

g.9) Eólica Pedra do Sal S.A.

BNDES: (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do Capital Social; e (c) recebíveis e conta reserva.

h) Compromissos contratuais (*covenants*)

A Companhia possui os seguintes *convenants* estabelecidos em seus contratos de empréstimos e financiamentos:

Dívida	*Covenants*
TBLE	
BNDES	Patrimônio líquido/ativo total ≥ 30%
PPESA	
BNDES e Agentes financiadores	Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
CESS	
BNDES e Agentes financiadores	Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
Lages	
BRDE	(Passivo circulante + passivo não circulante)/ativo total ≤ 66%
Itasa	
BNDES e Agentes financiadores	Patrimônio líquido/ativo total ≥ 40%
Hidropower	
Banco do Brasil	(i) Patrimônio líquido/ativo total ≥ 0,35 (ii) Margem EBITDA (*) (EBITDA/ROL) ≥ 0,80 (iii) EBITDA (*)/despesas financeiras ≥ 2,70 (iv) Dívida financeira Total/EBITDA (*) ≤ 4,0 (v) Ativo circulante/passivo circulante ≥ 1,2 (vi) Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
Tupan	
CEF	(i) Patrimônio líquido/ativo total ≥ 21% (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3 (iii) Capital Social/ativo imobilizado ≥ 21%

(*) EBITDA: Lucro operacional - resultado financeiro - depreciação e amortização, conforme definido pelo Contrato.

As empresas Eólica Pedra do Sal S.A. e Eólica Beberibe S.A. terão os *covenants* exigidos a partir de 30.04.2010 e a Hidrelétrica Areia Branca S.A., a partir de 30.06.2010.

Os *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia, exceto quanto ao a seguir comentado.

A Hidropower possui cláusulas restritivas em seu contrato de financiamento que requerem a manutenção de índices financeiros, entre eles o de liquidez corrente e de cobertura do serviço da dívida. Quando estes índices não são alcançados, a Hidropower, após ser notificada oficialmente pelo Agente Financeiro, deve proceder o aumento de capital em dinheiro, para cobrir tal insuficiência.

O passivo circulante da Hidropower encontra-se acima do nível requerido pelo contrato de financiamento, o que afeta negativamente tanto o índice de liquidez quanto o de cobertura do serviço da dívida, porém a administração não considera que haverá descumprimento de cláusula de contrato e o consequente vencimento antecipado de dívida, já que sua controladora, Tractebel Energia, manifestou formalmente que está negociando o equacionamento da situação junto ao banco e que, se necessário, irá capitalizar a Companhia dentro do prazo previsto caso a mesma seja notificada pelo Agente Financeiro. Até o presente momento não houve a referida notificação prevista no Contrato.

18 - DEBÊNTURES

a) Composição

	2009			2008		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Tractebel Energia S.A.						
1ª Emissão (1ª Série)	-	139.817	139.817	9.141	140.000	149.141
1ª Emissão (2ª Série)	59.976	-	59.976	-	60.000	60.000
2ª Emissão (Série Única)	-	396.941	396.941	-	381.080	381.080
Cana Brava (Série Única)	13.124	38.842	51.966	11.917	51.904	63.821
3ª Emissão (Série Única)	-	601.617	601.617	-	-	-
4ª Emissão (Série Única)	-	399.996	399.996	-	-	-
Encargos	44.240	-	44.240	29.053	-	29.053
Total Controladora	**117.340**	**1.577.213**	**1.694.553**	**50.111**	**632.984**	**683.095**
Itasa (1ª e 2ª Séries)	8.055	24.570	32.625	9.154	32.760	41.914
Encargos	1.012	-	1.012	1.326	-	1.326
Total Consolidado	**126.407**	**1.601.783**	**1.728.190**	**60.591**	**665.744**	**726.335**

Em março de 2009 a Companhia emitiu 60.000 debêntures simples, da forma escritural, não conversíveis em ações da emissora, de séria única, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 10, perfazendo, na data de emissão, o montante total de R$ 600.000. A taxa de remuneração estabelecida no processo de *bookbuilding*, em 17.04.2009, foi de 117% do CDI. Os juros vencem semestralmente e o principal será amortizado em parcela única, em 01.04.2011.

A liquidação total da oferta pública das debêntures ocorreu no dia 28.04.2009 e os recursos obtidos por meio da oferta destinaram-se ao pagamento integral nesta mesma data da 4ª emissão das Notas Promissórias, emitidas em março de 2009, e de parte da dívida representada pelas Notas Promissórias da 3ª emissão, emitidas em maio de 2008 e vencidas em 15.05.2009.

Os custos das transações incorridos na captação de recursos através dessa emissão foram de R$ 5.242, os quais foram contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 556/08. Dessa forma a taxa de juros efetiva das debêntures para fins de apropriação da despesa de juros contábil será de 118% do CDI.

Em dezembro de 2009 a Companhia emitiu 400 debêntures simples, da forma escritural, não conversíveis em ações da emissora, de séria única, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 1.000, perfazendo, na data de emissão, o montante total de R$ 400.000. A taxa de remuneração foi de 110% do CDI. Os juros vencem semestralmente, nas datas de 05.05 e 05.11 dos anos de 2010 a 2015. A amortização das debêntures ocorrerá a partir do 24º mês após a data de emissão, inclusive, anualmente, na proporção de 1/5 do Valor Nominal Unitário, sendo a primeira amortização em 05.11.2011 e a última na data de vencimento, ou seja, em 05.11.2015.

A liquidação total da oferta ocorreu no dia 07.12.2009 e os recursos obtidos por meio da oferta serão destinados à aquisição futura da SUEZ Energia Renovável (SER), à redução de custos e alongamento de dívidas, bem como ao reforço do capital de giro para a condução dos negócios da Companhia.

Os custos das transações incorridos na captação de recursos através dessa emissão, cujos valores atingiram R$ 3.479, foram contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido. Assim sendo, a taxa de juros efetiva das debêntures para fins de apropriação da despesa de juros contábil passou a ser de 111% do CDI.

b) Mutação das debêntures

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2007	**32.138**	**560.302**	**592.440**	**56.560**	**664.919**	**721.479**
Incorporação da CEM	13.850	63.692	77.542	-	-	-
Transferências	29.272	(29.272)	-	37.462	(37.462)	-
Encargos gerados	55.266	114	55.380	61.453	139	61.592
Variações monetárias	(1.843)	38.148	36.305	2.879	38.148	41.027
Amortizações	(78.572)	-	(78.572)	(97.763)	-	(97.763)
Saldo em 31.12.2008	**50.111**	**632.984**	**683.095**	**60.591**	**665.744**	**726.335**
Ingressos	-	1.000.325	1.000.325	-	1.000.325	1.000.325
Transferências	73.120	(73.120)	-	81.310	(81.310)	-
Encargos gerados	102.299	1.745	104.044	105.930	1.745	107.675
Variações monetárias	(2.643)	16.775	14.132	(3.322)	16.775	13.453
Amortizações	(105.488)	-	(105.488)	(118.043)	-	(118.043)
Outros	(59)	(1.496)	(1.555)	(59)	(1.496)	(1.555)
Saldo em 31.12.2009	**117.340**	**1.577.213**	**1.694.553**	**126.407**	**1.601.783**	**1.728.190**

c) Condições contratadas

	Quantidade em circulação	Remuneração	Condições de Pagamento: Juros/atualização monetária	Principal	Garantia
TBLE					
1ª Série	14.000	IGPM + 9,29% a.a.	Anualmente em 02.05	Parcela única em 02.05.11	Sem garantia
2ª Série	6.000	103,9% do CDI	Semestrais em 02.05 e 02.11	Parcela única em 02.05.10	Sem garantia
2ª Emissão Série Única	35.000	IPCA + 7% a.a.	Anualmente em 15.05	3 parcelas em 15.05.12, 15.05.13 e 15.05.14	Sem garantia
3ª Emissão Série Única	60.000	117% do CDI	Semestrais em 01.04 e 01.10	Parcela única em 01.04.2011	Sem garantia
4ª Emissão Série Única	400	110% do CDI	Semestrais em 05.05 e 05.11	5 parcelas em 05.11.11, 05.11.12, 05.11.13, 05.11.14 e 05.11.15	Sem garantia
Cana Brava Série Única	7.773	TJLP + 4% a.a. *(*)*	Semestral em 01.04 e 01.10, até 01.04.2013	Semestral, variando de 4,7027% em 01.04.08, a 7,5737% em 01.04.13	Recebíveis decorrentes da geração e comercialização de energia
Itasa					
1ª Série e 2ª Série	8.400	IGPM + 9,4% a.a.	Anualmente em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série)	7 parcelas iguais, em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série) de cada ano, até 01.12.13 (1ª série), e 01.06.13 (2ª série)	Penhor dos Direitos Creditórios dos contratos de venda de energia para os seus acionistas

(*) O montante correspondente à parcela da TJLP que excede 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.

Continua...

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 20
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_Quadros_notas.indd 20 16/3/2010 16:38:06

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)

d) Variação dos indexadores

	(%)	
Indexador	**2009**	**2008**
TJLP	6,12	6,25
IGP-M	(1,71)	9,81
CDI	9,84	12,35
IPCA	3,93	5,89

e) Vencimentos das debêntures apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	**Consolidado**
2011	835.192	843.382
2012	228.008	236.198
2013	220.974	229.164
2014	212.700	212.700
2015	80.339	80.339
	1.577.213	**1.601.783**

f) Compromissos contratuais (*covenants*)

A Companhia possui os seguintes *convenants* estabelecidos em seus contratos de debêntures:

Dívida	***Covenants***
TBLE	
1ª série, 2ª Série e 2ª, 3ª e 4ª emissão (Série única)	EBITDA*(*)*/Despesas Financeiras Consolidadas ≥ 2,0 Dívida Consolidada/EBITDA*(*)* ≤ 2,5
Cana Brava (Série única)	Patrimônio Líquido/Ativo Total ≥ 30%
Itasa	
1ª e 2ª Série	Patrimônio Líquido/Ativo Total ≥ 40%

(*) EBITDA: Lucro operacional - resultado financeiro - depreciação e amortização, conforme definido no Contrato.

Os *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos de debêntures estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

19 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		**Consolidado**	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
Circulante				
Imposto de renda	272.187	259.647	274.642	262.753
Contribuição social	80.189	77.520	81.090	79.496
ICMS	6.823	15.567	30.090	33.456
PIS e Cofins	17.003	12.732	19.486	15.796
INSS	3.682	2.086	4.174	2.499
Outros	1.532	2.996	2.134	10.108
	381.416	**370.548**	**411.616**	**404.108**

A Companhia vem recolhendo o imposto de renda e a contribuição social mensalmente sobre a base de cálculo estimada, em consonância com a legislação em vigor.

20 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora			
	2009			**2008**
	Circulante	**Não circulante**	**Total**	**Total**
Provisões de férias e encargos	13.030	-	13.030	12.594
Provisão para participação nos resultados e bônus gerencial	23.424	-	23.424	21.552
Programa de Desligamento Voluntário	3.703	3.561	7.264	6.367
Outras	551	986	1.537	1.694
	40.708	**4.547**	**45.255**	**42.207**

Consolidado

O balanço patrimonial consolidado de 2009 inclui o valor de R$ 525 (R$ 1.200 em 2008), referente a provisões trabalhistas reconhecidas no passivo circulante das controladas Itasa, CESS, PPESA e controladas da TBLP.

21 - OBRIGAÇÕES COM O PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D)

	Controladora		**Consolidado**	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
FNDCT	826	12.640	975	13.907
MME	413	6.320	559	6.953
Projetos	41.822	36.077	46.578	39.410
	43.061	**55.037**	**48.112**	**60.270**

A Tractebel Energia, na condição de empresa geradora de energia elétrica, autorizada à produção independente, está obrigada a aplicar anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Os referidos recursos tem a seguinte destinação: (i) 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento desenvolvidos pela Companhia, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel; e (iii) 20% para o MME, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

Do saldo consolidado de R$ 46.578 pendentes de aplicação em 31.12.2009, R$ 27.023 encontram-se comprometidos com projetos de pesquisa em andamento e o restante do valor ainda não possui projetos vinculados junto à Aneel.

Ressalta-se que o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Tractebel Energia visa à inovação tecnológica no setor energético e a capacitação técnico-científica de pesquisadores brasileiros, abrangendo temas de investimento, tais como: fontes alternativas de geração de energia elétrica, gestão de bacias e reservatórios, meio ambiente, manutenção e eficiência energética, entre outros.

22 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui notificações fiscais e cíveis que estão sendo impugnadas administrativamente, bem como processos judiciais que tramitam em diversas instâncias, algumas das quais, na avaliação dos consultores jurídicos se revestem de riscos prováveis. Todos esses processos estão provisionados por valores julgados suficientes para cobertura das contingências, conforme abaixo:

a) Composição

	Controladora					
	2009			**2008**		
	Provisão bruta	**Depósito judicial**	**Provisão líquida**	**Provisão bruta**	**Depósito judicial**	**Provisão líquida**
Tributárias						
Contribuição social	107	-	107	15.152	(3.914)	11.238
INSS	27.461	(16.810)	10.651	29.358	(13.022)	16.336
	27.568	**(16.810)**	**10.758**	**44.510**	**(16.936)**	**27.574**
Cíveis						
Contratos com fornecedores	22.179	-	22.179	18.931	-	18.931
Benefício de aposentadoria	23.895	-	23.895	5.122	-	5.122
Doença ocupacional e acidente do trabalho	13.146	(1.297)	11.849	12.298	(1.272)	11.026
Ambientais	3.823	-	3.823	3.472	-	3.472
Ações diversas	2.763	(439)	2.324	5.057	(11)	5.046
	65.806	**(1.736)**	**64.070**	**44.880**	**(1.283)**	**43.597**
Trabalhistas	**16.056**	**(7.287)**	**8.769**	**21.399**	**(10.918)**	**10.481**
	109.430	**(25.833)**	**83.597**	**110.789**	**(29.137)**	**81.652**
Classificação no Balanço						
Circulante			12.580			10.140
Não circulante			71.017			71.512
			83.597			**81.652**

	Consolidado					
	2009			**2008**		
	Provisão bruta	**Depósito judicial**	**Provisão líquida**	**Provisão bruta**	**Depósito judicial**	**Provisão líquida**
Tributárias						
Contribuição social	107	-	107	15.152	(3.914)	11.238
INSS	27.461	(16.810)	10.651	29.358	(13.022)	16.336
	27.568	**(16.810)**	**10.758**	**44.510**	**(16.936)**	**27.574**
Cíveis						
Contratos com fornecedores	22.179	-	22.179	18.931	-	18.931
Benefício de aposentadoria	23.895	-	23.895	5.122	-	5.122
Doença ocupacional e acidente do trabalho	13.146	(1.297)	11.849	12.298	(1.272)	11.026
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust)	26.239	(23.049)	3.190	16.940	(16.771)	169
Ambientais	3.823	-	3.823	3.472	-	3.472
Ações diversas	7.189	(439)	6.750	10.267	(1.030)	9.237
	96.471	**(24.785)**	**71.686**	**67.030**	**(19.073)**	**47.957**
Trabalhistas	**16.056**	**(7.287)**	**8.769**	**21.399**	**(10.918)**	**10.481**
	140.095	**(48.882)**	**91.213**	**132.939**	**(46.927)**	**86.012**
Classificação no Balanço						
Circulante			12.677			10.262
Não circulante			78.536			75.750
			91.213			**86.012**

Contingências tributárias

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Em 31.12.2008, R$ 15.054 referiam-se a auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), em decorrência da Companhia ter compensado Base de Cálculo Negativa de competências de 1989 e 1990 na apuração da CSLL, na Declaração de Rendimentos da Pessoa Jurídica dos exercícios de 1996 e 1997. De acordo com a ementa do referido auto, a compensação de base de cálculo negativa de CSLL somente tem amparo legal a partir de 01.01.1992.

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 21
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_Quadros_notas.indd 21 16/3/2010 16:38:07

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)

A autuação referente ao exercício de 1996 foi julgada desfavoravelmente à Companhia, pelo Conselho de Contribuintes, com a respectiva baixa pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em 26.01.2009. Consequentemente, a provisão, no valor de R$ 8.243 bem como os depósitos vinculados ao processo foram baixados em 2009.

Em relação à autuação do exercício de 1997, em 03.02.2009 a Câmara Superior de Recursos Fiscais declarou inexigível o crédito tributário, cancelando de forma definitiva o seu lançamento, em virtude da decadência do direito de constituição do crédito tributário pela RFB. Desta forma, a provisão no valor de R$ 6.959 foi revertida em 2009 e o respectivo depósito será resgatado após liberação da Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

As principais contingências relativas ao INSS são as seguintes:

A Companhia recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) pelo não recolhimento de contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho. A Companhia defende que não há respaldo na legislação citada na notificação para as mencionadas competências, e que somente pode ser cobrado o adicional de contribuição caso o empregado tenha direito à aposentadoria especial, o que não é o caso no período em referência. O Conselho de Recursos da Previdência Social, diante dos argumentos de defesa apresentados pela Companhia, decidiu converter o julgamento em diligência para a realização de perícia. Em julho de 2009 a Receita Federal do Brasil emitiu Ofício informando que parte do valor da notificação estava prescrito, motivo pelo qual a provisão de R$ 4.721 foi revertida. O saldo remanescente em 31.12.2009 é de R$ 15.039 (R$ 18.111 em 31.12.2008).

A Companhia também possui notificação do INSS em função de pressuposta falta de recolhimento dos encargos previdenciários sobre verbas remuneratórias creditadas a funcionários. O objeto da notificação foi contestado pela Companhia, sob a alegação de que as importâncias pagas em decorrência dos acordos coletivos de trabalho tinham natureza indenizatória. A Companhia obteve êxito no julgamento de primeira instância, onde foi declarada nula a NFLD e o INSS foi condenado a restituir os depósitos convertidos em renda. Esta ação judicial encontra-se em grau de recurso no Tribunal Regional Federal (TRF) devido à apelação cível interposta pelo INSS. A provisão em 31.12.2009 é de R$ 9.168 (R$ 8.308 em 31.12.2008).

Contingências cíveis

Contratos com fornecedores

A principal contingência refere-se, basicamente, à ação ordinária de indenização ajuizada pela Companhia de Interconexão Energética (Cien), a qual requer o reconhecimento do direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como à rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual pela Tractebel Energia. Após a apresentação das contestações pela Companhia, o processo se encontra suspenso, a pedido da Cien, desde 23.04.2007. Em 16.06.2009 foi determinada a intimação da Aneel com a finalidade de se conhecer o interesse de participação dessa agência reguladora no referido processo. Em 25.08.2009 a Justiça Federal, após ouvir a Aneel, decidiu pela não obrigação da participação dessa na ação e devolveu o processo à Justiça Estadual, onde se encontra concluso para julgamento. O valor provisionado em 31.12.2009 é de R$ 16.279 (R$ 15.045 em 31.12.2008).

Benefício de aposentadoria

Refere-se à ação ajuizada contra a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (Elos) e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul), por meio da qual requerem os participantes da Elos a declaração de nulidade da limitação ao salário de contribuição ou, alternativamente, que sejam declaradas ineficazes as opções feitas pelos autores que limitavam o salário de sua contribuição. A Companhia figura como assistente das rés, em razão da cisão parcial da Eletrosul, com a criação da Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul), denominação anterior da Tractebel Energia. A decisão de primeiro grau, confirmada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina em Acórdão que aguarda julgamento de embargos, é contrária aos interesses da Elos e Eletrosul. Em decorrência de aspectos antes não considerados e da intenção da administração da Companhia de manter negociação com os autores da ação, foi constituída, no ano de 2009, uma contingência adicional de R$ 16.740. O valor provisionado em 31.12.2009 é de R$ 23.895 (R$ 5.122 em 31.12.2008).

Doença ocupacional e acidente do trabalho

Correspondem a ações ajuizadas por ex-empregados, cujo objeto versa, principalmente, sobre lesão por esforço repetitivo e eventual dano da capacidade auditiva. As previsões iniciais de condenação não se confirmaram e o resultado dessas ações tem sido amplamente favorável à Companhia. A provisão é constituída para cada causa considerando o provável desembolso futuro que a Companhia espera ter para encerrar a ação por acordo ou condenação.

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust)

Refere-se à ação ajuizada pela PPESA, controlada integral da Energia América do Sul Ltda., visando reduzir o valor a recolher da Tust ao montante equivalente ao cobrado da UHE Itiquira. De junho de 2006 a janeiro de 2007 a PPESA passou a recolher a Tust de forma reduzida e a provisionar e depositar judicialmente a diferença entre o valor cobrado e o pago. A partir de fevereiro de 2007, a PPESA substituiu os depósitos judiciais por uma carta de fiança bancária. A fim de reduzir o custo da fiança contratada, a Companhia vinculou ativos financeiros à referida fiança, os quais estão sendo apresentados em conta retificadora desta provisão.

Ambientais

A Companhia tem provisionado o valor de R$ 3.823 (R$ 3.472 em 31.12.2008) relativo a quatro processos ambientais, cujos objetos versam principalmente sobre o reflorestamento de áreas de preservação permanente (APP) e danos causados pela construção da UHE Cana Brava. As ações estão seguindo seus trâmites normais.

Ações diversas

Decorrem, principalmente, de ações de desapropriação e indenização impetradas por pessoas físicas e jurídicas atingidas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas.

Contingências trabalhistas

Referem-se a ações trabalhistas em andamento movidas por ex-empregados, sindicato e por trabalhadores de empresas terceirizadas, cujos objetos correspondem, principalmente, aos pedidos de vínculo empregatício e de reintegração. As demais ações trabalhistas estão relacionadas à cobrança de adicional de periculosidade, horas extras, equiparação salarial, horas *in itinere* e FGTS.

b) Movimentação

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Provisão bruta
Saldo em 31.12.2007	**39.929**	**46.558**	**20.018**	**106.505**
Adições	-	2.576	7.110	9.686
Atualizações	4.850	6.785	3.016	14.651
Pagamentos	-	(1.123)	(7.645)	(8.768)
Reversões	(269)	(13.161)	(1.100)	(14.530)
Incorporação de controlada	-	3.245	-	3.245
Saldo em 31.12.2008	**44.510**	**44.880**	**21.399**	**110.789**
Adições	181	17.358	2.453	19.992
Atualizações	3.224	4.921	1.976	10.121
Pagamentos	(4.978)	(231)	(4.314)	(9.523)
Reversões	(15.369)	(1.122)	(5.458)	(21.949)
Saldo em 31.12.2009	**27.568**	**65.806**	**16.056**	**109.430**

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Provisão bruta
Saldo em 31.12.2007	**39.929**	**52.694**	**20.018**	**112.641**
Adições	-	7.232	7.110	14.342
Adição relativas a PPESA	-	13.803	-	13.803
Atualizações	4.850	7.914	3.016	15.780
Pagamentos	-	(1.123)	(7.645)	(8.768)
Reversões	(269)	(13.490)	(1.100)	(14.859)
Saldo em 31.12.2008	**44.510**	**67.030**	**21.399**	**132.939**
Adições	181	24.546	2.453	27.180
Atualizações	3.224	7.304	1.976	12.504
Pagamentos	(4.978)	(1.247)	(4.314)	(10.539)
Reversões	(15.369)	(1.162)	(5.458)	(21.989)
Saldo em 31.12.2009	**27.568**	**96.471**	**16.056**	**140.095**

c) Contingências de risco possível ou remoto

A Companhia é parte, também, em outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com processos de naturezas semelhantes, não apresentam risco provável e, portanto, não foram provisionadas, sendo apenas evidenciadas nas notas explicativas. Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	Controladora					
	2009					2008
	Risco possível	Risco remoto	Total bruto	Depósito judicial	Total líquido	Total líquido
Tributárias	424.060	169.834	593.894	(161.298)	432.596	233.687
Cíveis	23.200	9.785	32.985	(4.838)	28.147	33.038
Trabalhistas	8.944	15.621	24.565	(1.513)	23.052	22.238
	456.204	**195.240**	**651.444**	**(167.649)**	**483.795**	**288.963**

	Consolidado					
	2009					2008
	Risco possível	Risco remoto	Total bruto	Depósito judicial	Total líquido	Total líquido
Tributárias	424.164	169.834	593.998	(161.402)	432.596	233.687
Cíveis	38.670	9.793	48.463	(5.512)	42.951	47.762
Trabalhistas	8.944	15.621	24.565	(1.513)	23.052	22.238
	471.778	**195.248**	**667.026**	**(168.427)**	**498.599**	**303.687**

A Companhia possui depósitos judiciais que estão vinculados a provisões de risco possível e remoto que, na sua maioria, são exigidos para garantia da condenação em execução ou efetivação de depósito recursal. Estes valores são atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante.

Continua...

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 22
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_Quadros_notas.indd 22 16/3/2010 16:38:07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)

Contingências tributárias de risco possível

Os principais objetos relativos às contingências tributárias de risco possível são os seguintes:

PIS e Cofins

A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal, por entender que a Instrução Normativa SRF nº 468/2004 invadiu a competência do Poder Legislativo ao dar novo conceito ao termo "preço predeterminado", previsto no art. 10 da Lei nº 10.833/2003. A Companhia entende que a acepção do referido termo já está consagrada no Sistema Tributário Nacional e vem sendo usado desde o Decreto-Lei nº 1.598/1977, o que implica ser a referida Instrução Normativa ilegal.

Em consequência, a Companhia recolheu o PIS e a Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes de contratos firmados anteriormente a 31.10.2003, com prazo superior a um ano e a preço predeterminado, com base no regime de tributação cumulativa previsto na legislação anterior, no período de novembro de 2004 a maio de 2005, no valor de R$ 44.640, atualizado até 31.12.2009. No período de junho de 2005 a outubro de 2006 depositou os valores que entendia indevidos em conta vinculada ao Juízo onde tramita a ação, no montante de R$ 140.504, atualizado até 31.12.2009.

Em virtude de previsão de decisão favorável do TRF da 4ª Região, a Companhia suspendeu os depósitos em novembro de 2006. Em 11.04.2007, o TRF concluiu o julgamento do referido mandado de segurança, dando-lhe, por unanimidade, integral provimento para reconhecer a ilegitimidade e inconstitucionalidade das Instruções Normativas nºs 468 e 658, tanto no que se refere à aplicação da cláusula de correção monetária, quanto no que diz respeito à aplicação da cláusula de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos da Companhia.

Em 06.07.2007, a Companhia recebeu Auto de Infração Fiscal por não ter recolhido ou depositado, nem informado em Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), os valores do PIS e da Cofins relativos aos meses de novembro e dezembro de 2006. O não recolhimento ou depósito dos valores, muito embora questionados judicialmente, não teria amparo jurídico segundo o entendimento da Delegacia da Receita Federal. Em 07.08.2007, a Companhia impugnou o Auto de Infração alegando que são indevidos os valores sob os mesmos fundamentos jurídicos sustentados no Mandado de Segurança impetrado em julho de 2005.

Na opinião dos consultores jurídicos, o risco de perda da demanda judicial é inferior à chance de êxito, razão pela qual a Companhia não está provisionando o valor não recolhido a partir da competência junho de 2005. A contingência atualizada, em 31.12.2009, na controladora e no consolidado, é de R$ 345.911, R$ 205.407, líquida dos depósitos judiciais acima mencionados (R$ 163.556, em 31.12.2008).

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)

As principais autuações avaliadas como possível decorre de Autos de Infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal, em decorrência de a Companhia ter efetuado compensações de débitos de imposto de renda e contribuição social, em denúncia espontânea, através do Pedido de Ressarcimento ou Restituição via Declaração de Compensação (PER/DCOMP), sem a incidência de multas. Desta forma, a Receita Federal homologou parcialmente os pedidos de compensação e a Companhia apresentou manifestações de inconformidade, as quais se encontram pendentes de julgamento. A Companhia defende que não se pode cogitar que a administração tributária possa impetrar multa contra a Companhia que possuía créditos fiscais a compensar e que declarou os seus débitos através de denúncia espontânea. O montante atualizado da autuação, em 31.12.2009, na controladora e no consolidado, é de R$ 43.761 (R$ 39.654 em 31.12.2008);

Compensação de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)

Em 2009, a Companhia recebeu despachos decisórios não homologatórios de PER/DCOMP, por ter utilizado valores de imposto de renda e contribuição social indevidos ou pagos a maior, apurados por estimativa mensal, para compensar os mesmos tributos devidos nos próprio período de apuração. Segundo o entendimento da RFB, o recolhimento indevido ou a maior somente poderia ser utilizado na compensação do IRPJ ou CSLL devidos a partir do exercício seguinte ao de apuração.

Uma vez que os excessos de estimativas mensais já estavam em poder da União Federal a partir do momento em que foi efetivado o recolhimento, a Companhia entende que tem faculdade de utilizar o excesso de pagamento por estimativa para fins de compensação dentro do próprio período de apuração. O valor da contingência atualizada em 31.12.2009, na controladora e no consolidado, é de R$ 1.457.

INSS

As principais notificações classificadas como possíveis, são as que seguem:

- Auto de infração referente a notificações de cobrança de contribuição previdenciária sobre parcelas indenizatórias. A Companhia foi absolvida parcialmente na esfera administrativa e ingressou com medida judicial, tendo obtido êxito em primeiro grau. Atualmente, aguarda julgamento de apelação do INSS. O valor atualizado da autuação, em 31.12.2009, é de R$ 3.910 (R$ 3.186 em 31.12.2008).
- Notificações fiscais decorrentes da aplicação de suposta solidariedade e transferência de responsabilidade, da Eletrosul para a Tractebel Energia, em questionamentos relativos à incidência de encargos previdenciários sobre serviços de mão de obra prestados por empresas terceirizadas, até a data de cisão da Eletrosul, e consequente constituição da Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul), atualmente Tractebel Energia. Em 2008, o Conselho de Contribuintes reconheceu a decadência das contribuições para determinados autos, tendo a Companhia efetuado a baixa dos respectivos processos. Outros autos com o mesmo objeto ainda estão pendentes de julgamento por parte deste Conselho. Em 31.12.2009, o valor atualizado da notificação é de R$ 1.437 (R$ 1.627 em 31.12.2008).

Contingência tributária de risco remoto

Recuperação de PIS e Cofins

Em 1998, foi publicada a Lei nº 9.718 ampliando a base de cálculo do PIS e da Cofins que, até então, incidiam apenas sobre o faturamento das empresas.

A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da referida lei, logrando êxito na demanda, o que lhe permitiu compensar as contribuições calculadas sobre as receitas diversas das decorrentes de faturamento, relativamente ao período de apuração 02/1999 a 11/2002, para o PIS, e 02/1999 a 01/2004, para a Cofins.

A principal receita computada no cálculo do valor a compensar diz respeito à rubrica contábil denominada "Receita de Subvenção da Conta de Consumo de Combustível (CCC)".

Em 2009, a Receita Federal do Brasil (RFB) intimou a Companhia a recolher o valor de R$ 135.982, já incluídos os juros e multas, referente ao período de abril de 2004 a janeiro de 2007, alegando que a "subvenção CCC" representa faturamento e, portanto, era devida a sua inclusão na base de cálculo do PIS e da Cofins no período acima mencionado. O valor total da notificação atualizado em 31.12.2009 é de R$ 141.612.

Ocorre que, na avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, os argumentos da RFB não procedem e podem ser facilmente contestados, porquanto o conceito atribuído à sistemática da "subvenção CCC", para fins de contabilização de combustíveis fósseis consumidos pelos agentes geradores de energia elétrica, não era compatível com a natureza jurídica de receita. Desta forma, a Companhia efetuou a manifestação de inconformidade da intimação na esfera administrativa e, se necessário fará, na esfera judicial. Mesmo que a "subvenção CCC" tivesse a natureza de receita, que não tem, não representaria "faturamento" que era a única receita passível de tributação pelo PIS e pela Cofins.

De fato, até 2005 o combustível adquirido com recursos da CCC/CDE era contabilizado por ocasião de seu consumo nas usinas como "custo de operação" em contrapartida com uma receita de "subvenção".

A Aneel alterou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica para modificar o conceito que vinha sendo utilizado inadequadamente e, a partir de 2006, o lançamento contábil passou a ser "custo de operação" em contrapartida de uma conta retificadora para neutralizar o resultado. Esta alteração está fortemente fundamentada em Notas Técnicas emitidas por aquela Agência.

Em face da síntese acima apresentada, é entendimento da Administração de que o risco de perda no processo é remoto.

Contingências cíveis

As ações cíveis, de risco possível, correspondem, basicamente, a ações de desapropriações e indenizações impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido afetadas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas da Companhia.

A PPESA é parte em auto de infração na esfera administrativa, lavrado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), no valor de R$ 11.944, em 31.12.2009 (R$ 10.800 em 31.12.2008), referente a supostos danos ambientais causados pela Empresa quando do enchimento do reservatório da Usina. A PPESA apresentou defesa administrativa que se encontra em grau de recurso administrativo perante o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas, de risco possível, referem-se, principalmente, a ações movidas por ex-empregados requerendo o vinculo empregatício, a reintegração e a complementação de aposentadoria.

23 - CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
UHE Cana Brava	309.289	287.655	309.289	287.655
UHE Ponte de Pedra	-	-	289.335	271.371
UHE São Salvador	-	-	358.850	-
	309.289	**287.655**	**957.474**	**559.026**
Classificação no Balanço				
Circulante	1.857	1.873	37.419	2.343
Não circulante	307.432	285.782	920.055	556.683
	309.289	**287.655**	**957.474**	**559.026**

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões foram registrados no ativo imobilizado em contrapartida com os passivos circulante e não circulante.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base na taxa de desconto de 10% a.a. para a UHE Cana Brava e UHE São Salvador, prevista nos respectivos Editais de Concorrência para a licitação das referidas concessões, e de 8,28% a.a. para a UHE Ponte de Pedra, taxa de mercado na data da aquisição da empresa.

Até a entrada em operação comercial das Usinas a atualização do passivo em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo e, a partir daí, reconhecida diretamente no resultado.

A concessão onerosa da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHE São Salvador), pertencente a controlada CESS, foi reconhecida no segundo trimestre de 2009. Pela concessão a Companhia pagará à União, por intermédio da Aneel, o valor original de R$ 555.000, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual reajustado. O início do pagamento ocorreu em 15.09.2009 após a entrada em operação comercial da 1ª unidade geradora da UHE São Salvador.

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 23
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_Quadros_notas.indd 23 16/3/2010 16:38:08

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)

A Companhia tem a obrigação de pagar à União pela outorga da concessão para exploração do potencial de energia hidráulica do aproveitamento hidrelétrico Cana Brava, Ponte de Pedra e São Salvador, os valores abaixo indicados, em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores de pagamento anual, com atualização baseada na variação anual do IGP-M (UHE Cana Brava e UHE Ponte de Pedra) e do IPCA (UHE São Salvador).

Os valores históricos e atualizados, em 31.12.2009, são os seguintes:

UHE Cana Brava	Valor histórico		Valor atualizado	
Ano	Anual	Total	Anual	Total
De 01.01.2010 a 31.07.2023	680	9.237	1.857	25.219
De 01.08.2023 a 31.07.2033	61.280	612.800	167.311	1.673.105
		622.037		**1.698.324**
UHE Ponte de Pedra				
De 01.01.2010 a 30.09.2019	200	1.950	483	4.712
De 01.10.2019 a 30.09.2020	16.200	16.200	39.148	39.148
De 01.10.2020 a 30.09.2034	31.109	435.531	75.176	1.052.468
		453.681		**1.096.328**
UHE São Salvador				
De 01.01.2010 a 30.04.2037	19.820	**543.393**	37.081	**1.016.491**

a) Mutação	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2007	**-**	**-**	**-**	**1.639**	**234.188**	**235.827**
Aquisição da PPESA	-	-	-	462	241.277	241.739
Incorporação da CEM	1.670	244.614	246.284	-	-	-
Transferências	1.617	(1.617)	-	2.153	(2.153)	-
Encargos gerados	-	20.305	20.305	-	37.854	37.854
Variações monetárias	-	22.480	22.480	-	45.517	45.517
Amortizações	(1.414)	-	(1.414)	(1.911)	-	(1.911)
Saldo em 31.12.2008	**1.873**	**285.782**	**287.655**	**2.343**	**556.683**	**559.026**
Transferências	1.848	(1.848)	-	11.633	(11.633)	-
Concessão da CESS	-	-	-	38.082	314.015	352.097
Encargos gerados	-	28.258	28.258	-	64.728	64.728
Variações monetárias	-	(4.760)	(4.760)	-	(3.738)	(3.738)
Amortizações	(1.864)	-	(1.864)	(14.639)	-	(14.639)
Saldo em 31.12.2009	**1.857**	**307.432**	**309.289**	**37.419**	**920.055**	**957.474**

b) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
2011	1.857	34.317
2012	1.857	31.365
2013	1.857	28.688
2014	1.857	26.254
2015	1.857	24.041
Após 2016	298.147	775.390
	307.432	**920.055**

24 - BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os benefícios pós-emprego mantidos pela Companhia são os seguintes:

a) Plano de Benefícios de Previdência Complementar

A Companhia, através da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar (PREVIG) mantém Plano de Benefícios de Previdência Complementar para seus empregados. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras Companhias pertencentes ao Grupo GDF SUEZ.

Os Planos de Benefícios administrados pela PREVIG são dos tipos Benefício Definido e Contribuição Definida. O Plano de Benefício Definido encontra-se fechado para novas inscrições de empregados.

a.1) Plano de Benefício Definido

O Plano de Benefício Definido tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e os auxílios.

O custeio do Plano de Benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados.

- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez e por idade;
- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de auxílio reclusão; e
- Auxílio funeral.

Anteriormente à constituição da PREVIG, o Plano de Benefício Definido era administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (Elos), patrocinado pela Companhia e pela Eletrosul sem solidariedade entre as patrocinadoras. Em outubro de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou a rescisão do Convênio de Adesão com a Elos e a total transferência de gerenciamento do plano de benefícios para a PREVIG. Apesar da citada rescisão, face liminares obtidas por entidades sindicais e pela Associação dos Aposentados da Eletrosul, os participantes que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da Eletrosul, bem como pelos participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido até aquela data, permaneceram no Plano de Benefícios administrado pela Elos sob a responsabilidade da Companhia, que paga 51,34% do valor das despesas administrativas da Elos (a parcela restante, de 48,66%, é custeada pelo Plano de Benefícios da Eletrosul). As despesas são limitadas em 15% das respectivas receitas previdenciais da Elos vinculadas a essa massa de participantes e o valor de responsabilidade da Companhia, no ano de 2009, foi de R$ 1.938 (R$ 1.770 em 2008).

A Companhia, no dia 15.05.2007, celebrou acordos com a Elos, Eletrosul, PREVIG e Associação de Aposentados da Eletrosul visando o restabelecimento da adesão com a Elos, permitindo aos participantes optarem em permanecer na Elos ou transferir-se para a PREVIG. Em ambas as opções tendo a Companhia como patrocinadora do Plano.

A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG vinculadas a esse Plano de Benefícios, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais. O valor dessas despesas no exercício de 2009 foi de R$ 1.374 (R$ 1.273 em 2008).

As premissas atuariais e hipóteses utilizadas na avaliação dos benefícios estão descritas a seguir:

Premissas	2009	2008
Taxa de desconto (a.a.)	10,50%	10,25%
Taxa de retorno esperado dos ativos (a.a.)	11,34%	10,50%
Crescimento salarial futuro do participante ativo e autopatrocinado (a.a.)	4,50%	5,00%
Crescimento dos benefícios da previdência social e do Plano patrocinado pela Cia (a.a.)	4,50%	5,00%
Inflação	4,50%	5,00%
Fator de capacidade (Salários e Benefícios)	100%	100%

Hipóteses	2009 e 2008
Tábua de Mortalidade (ativos)	AT 2000 (por sexo)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 *Disabled*
Tábua de Entrada em Invalidez	Watson Wyatt 1985 *Disability Class 1*
Tábua de Rotatividade	T-1 *Service Table*
Idade de Aposentadoria	Primeira data em que completam todas as carências
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	90
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

Outras Hipóteses	2009 e 2008
Participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40), que optarão pela conversão	100%
Fator de conversão do SB-40	140%

O demonstrativo do passivo atuarial decorrente de benefícios pós-emprego reconhecido no balanço patrimonial da Companhia é o seguinte:

	Controladora e Consolidado					
	2009			2008		
	Plano de aposentadoria	Gratificação de confidencialidade	Total	Plano de aposentadoria	Gratificação de confidencialidade	Total
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	1.183.628	-	1.183.628	1.307.226	-	1.307.226
Valor justo dos ativos	(869.149)	-	(869.149)	(808.818)	-	(808.818)
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	-	1.795	1.795	-	1.737	1.737
Subtotal	314.479	1.795	316.274	498.408	1.737	500.145
Valor líquido dos ganhos (perdas) atuariais não reconhecidas no balanço	69.482	(1.326)	68.156	(155.690)	(1.013)	(156.703)
Passivo reconhecido no balanço	**383.961**	**469**	**384.430**	**342.718**	**724**	**343.442**
Classificação no balanço						
Circulante	25.478			21.642		
Não circulante	358.952			321.800		
	384.430			**343.442**		

O valor das perdas atuariais excedentes a 10% do valor presente das obrigações atuariais, no montante de R$ 3.144, não reconhecido no passivo atuarial, será registrado no resultado, de forma linear, pelo período de aproximadamente 8,41 anos, que corresponde ao tempo médio de contribuição futura estimado para os empregados participantes do plano. O valor da referida perda a ser reconhecida no resultado de 2010 será de R$ 374.

Parte do passivo atuarial reconhecido no balanço patrimonial está coberto por obrigações contratadas e/ou reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as Fundações. A composição do passivo nas demonstrações contábeis é a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	2009			2008
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Obrigações contratadas/reconhecidas				
Contrato de confissão de dívidas passadas	19.722	100.289	120.011	130.617
Passivo atuarial não contratado				
Cobertura dos custos relativos à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40) e contribuições correntes	2.133	3.124	5.257	4.138
Déficit atuarial e gratificação de confidencialidade	3.623	255.539	259.162	208.687
Passivo atuarial registrado	**25.478**	**358.952**	**384.430**	**343.442**

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 24
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_Quadros_notas.indd 24 16/3/2010 16:38:09

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e sobre as mesmas incidem juros de 6% a.a. A expectativa de realização dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

	Elos	PREVIG	Total
2011	15.855	1.919	17.774
2012	13.129	1.955	15.084
2013	13.937	2.072	16.009
2014	14.794	1.682	16.476
2015	1.593	1.518	3.111
2016 a 2029	18.257	13.578	31.835
	77.565	**22.724**	**100.289**

A movimentação dos benefícios pós-emprego está resumida a seguir:

	Plano de aposentadoria	Gratificação de confidencialidade	Total
Passivo em 31.12.2007	**327.764**	**1.019**	**328.783**
Despesas do exercício de 2008	45.120	230	45.350
Contribuições	(30.166)	-	(30.166)
Benefícios pagos	-	(525)	(525)
Passivo em 31.12.2008	**342.718**	**724**	**343.442**
Despesas do exercício de 2009	71.983	276	72.259
Contribuições	(30.740)	-	(30.740)
Benefícios pagos	-	(531)	(531)
Passivo em 31.12.2009	**383.961**	**469**	**384.430**

Os valores a serem reconhecidos no resultado, de janeiro a dezembro de 2010, relativamente ao plano de Benefícios Definidos e Gratificação de confidencialidade, são os seguintes:

	Plano de aposentadoria	Gratificação de confidencialidade	Total
Custo do serviço corrente	208	55	263
Custo dos juros	119.478	155	119.633
Rendimento esperado dos ativos do plano	(95.010)	-	(95.010)
Amortização das perdas atuariais	276	98	374
Contribuição dos empregados	(138)	-	(138)
	24.814	**308**	**25.122**

a.2) Plano de Contribuição Definida

Além do plano de Benefício Definido, a PREVIG passou a administrar o plano tipo Contribuição Definida, encerrando o plano inicial para novas inscrições em 05.10.2004, data da aprovação do novo plano, comunicada pela SPC.

No plano de Contribuição Definida, o custeio do Plano de Benefícios é constituído por contribuições básicas dos participantes e da patrocinadora. A contribuição básica da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados.

b) Gratificação de confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração ao empregado da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

25 - PASSIVO FISCAL DIFERIDO

Na controladora refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos de R$ 36.535, calculados sobre a provisão de venda de energia elétrica no âmbito do MAE no valor de R$ 107.456, correspondente ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Considerando que o valor da receita está sendo contestado judicialmente por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, segundo o disposto em Despacho da Aneel, eventual êxito dos agentes impetrantes caracterizará a inexistência da receita e do respectivo ativo, razão pela qual a mesma está sendo tratada como provisão e considerada diferença temporária para fins fiscais. No consolidado, em 31.12.2009, inclui um montante adicional de R$ 10.611 relativo, substancialmente, a imposto diferido sobre a diferença entre a base fiscal e contábil da controlada PPESA.

26 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu Capital Social até o limite de R$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. A Companhia não possui ações em tesouraria.

b) Capital Social subscrito e integralizado

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil e listada no segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa.

O Capital Social da Companhia, em 31.12.2009, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação, em 31.12.2009, é de R$ 5,64 (R$ 4,86 por ação em 31.12.2008).

O quadro societário da Companhia está assim constituído:

	% do Capital	
Acionistas	**2009**	**2008**
GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA)	68,71	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00	10,00
BNDES Participações S.A. (BNDESPAR)	2,45	2,13
Outros	18,84	19,16
	100,00	**100,00**

A quantidade de ações da Companhia em circulação está demonstrada no quadro abaixo:

	Total de ações da Companhia	Total de ações detidas pelo Controlador e Administradores	Total de ações em circulação
Saldo em 31.12.2008	**652.742.192**	**448.808.713**	**203.933.479**
Resgate de aluguel de ações de Administradores	-	69.050	(69.050)
Aquisição de novas ações por Administradores	-	10.000	(10.000)
Saldo em 31.12.2009	**652.742.192**	**448.887.763**	**203.854.429**

c) Composição das reservas

	2009	2008
Reserva de Capital		
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	**91.695**	**91.695**
Reservas de Lucros		
Reserva legal	361.974	305.254
Reserva de retenção de lucros	781.832	328.073
	1.143.806	**633.327**

c.1) Reserva de Capital

Refere-se à remuneração do capital próprio aplicado em imobilizações em curso, calculada à taxa de 10% a.a. durante o período de 01.01.1986 a 31.12.1998, conforme legislação específica do setor elétrico. Essa reserva poderá ser utilizada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, e para incorporação ao Capital Social.

c.2) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social. A referida reserva somente pode ser integralizada para compensar prejuízos ou aumentar o Capital Social.

c.3) Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, com base em orçamento de capital a ser submetido à Assembleia Geral Ordinária, está propondo a constituição de reserva de retenção de lucros no valor de R$ 453.759, sem prejuízo à distribuição de dividendos, para serem investidos, principalmente, na aquisição da Usina Hidrelétrica Estreito, nas obras nas Usinas Destilaria Andrade, Areia Branca, São Salvador e Estreito e na manutenção do parque gerador da Companhia.

27 - DIVIDENDOS

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 07.08.2009, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações contábeis levantadas em 30.06.2009, no valor de R$ 348.006, correspondentes a R$ 0,5331449226 por ação, os quais foram pagos em 26.08.2009.

Em 05.11.2009 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio, no valor de R$ 194.000, correspondentes a R$ 0,2972076915 por ação, com base na posição acionária de 17.11.2009 e com data de pagamento a ser definida pela Diretoria Executiva da Companhia.

Os valores acima mencionados, líquidos do imposto de renda retido na fonte, estão sendo imputados aos dividendos referentes ao exercício de 2009.

Os juros sobre o capital próprio foram registrados em despesas financeiras e revertidos nessa mesma rubrica, não sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício, em virtude dos mesmos não produzirem efeitos no lucro operacional, mas tão-somente nas linhas do imposto de renda e da contribuição social.

A política de dividendos da Tractebel Energia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e, além disso, determina intenção de pagar em cada ano calendário, dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em valor não inferior a 55% do lucro líquido ajustado, em distribuições semestrais.

	2009	2008
a) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	1.134.398	1.115.153
Constituição da reserva legal (5%)	(56.720)	(55.758)
Base de cálculo	1.077.678	1.059.395
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	**323.303**	**317.819**
b) Dividendos/juros sobre o capital próprio propostos		
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	166.019	151.402
Dividendos intercalares	348.006	580.299
Dividendos adicionais propostos	81.913	-
Subtotal	595.938	731.701
IRRF dos juros sobre o capital próprio	27.981	24.598
Total	**623.919**	**756.299**
Dividendos/juros sobre o capital próprio antes da retenção do imposto de renda, por ação ordinária **(em R$ 1,00)**:	0,9558426155	1,1586484519

Os dividendos adicionais propostos, no valor de R$ 81.913, correspondem a R$ 0,1254900014 por ação, serão pagos após deliberação da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações contábeis.

A destinação do lucro líquido do exercício, no montante total de R$ 623.919, equivalente a 55% do lucro líquido do exercício, foi refletida nas demonstrações contábeis no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 25
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_Quadros_notas.indd 25
16/3/2010 16:38:09

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)

28 - DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora					
	2009					2008
	Custos		Despesas			
	Produção de energia	Serviços prestados	Com vendas	Gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	105.457	7.514	9.117	45.642	167.730	157.518
Administradores	-	-	-	12.059	12.059	10.513
Material	18.978	241	28	2.206	21.453	21.042
Serviço de terceiro	52.932	1.882	1.034	41.572	97.420	98.153
Combustível p/ produção de energia	32.547	-	-	-	32.547	92.456
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	77.276	-	-	-	77.276	80.442
Depreciação e amortização	211.046	-	-	6.120	217.166	208.375
Seguros	7.460	429	-	413	8.302	7.906
Taxa de fiscalização	-	-	-	8.654	8.654	7.783
Contribuições e doações	637	109	-	9.635	10.381	9.448
Contribuições setoriais	-	-	2.438	202	2.640	2.514
Aluguéis	4.594	72	204	5.366	10.236	11.586
Outros	1.544	(133)	(256)	18.132	19.287	19.248
	512.471	**10.114**	**12.565**	**150.001**	**685.151**	**726.984**

	Consolidado					
	2009					2008
	Custos		Despesas			
	Produção de energia	Serviços prestados	Com vendas	Gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	106.607	7.514	9.117	46.818	170.056	161.331
Administradores	-	-	-	12.636	12.636	11.336
Material	20.799	241	28	2.232	23.300	22.733
Serviço de terceiro	70.547	1.882	1.236	45.557	119.222	111.217
Combustível p/ produção de energia	37.582	-	-	-	37.582	103.968
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	91.900	-	-	-	91.900	93.551
Depreciação e amortização	328.764	-	-	11.148	339.912	266.383
Seguros	8.911	429	-	414	9.754	9.159
Taxa de fiscalização	-	-	-	9.892	9.892	8.778
Contribuições e doações	759	109	-	9.835	10.703	12.656
Contribuições setoriais	-	-	3.439	364	3.803	3.439
Aluguéis	5.842	72	238	5.534	11.686	11.961
Outros	2.435	(133)	773	18.466	21.541	22.359
	674.146	**10.114**	**14.831**	**162.896**	**861.987**	**838.871**

29 - CONSTITUIÇÃO (REVERSÃO) DE PROVISÕES OPERACIONAIS, LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Benefícios pós-emprego	18.524	(1.876)	18.524	(1.876)
Contingências cíveis	20.926	(4.924)	29.027	(1.017)
Contingências tributárias	(11.938)	4.605	(11.938)	4.605
Contingências trabalhistas	(5.343)	1.382	(5.343)	1.382
Outras	27	-	624	-
	22.196	**(813)**	**30.894**	**3.094**

30 - RECUPERAÇÃO DE PIS E COFINS

A Companhia reconheceu no primeiro trimestre de 2008, receita não recorrente de R$ 76.431, relativa principalmente à recuperação de PIS e Cofins pagos sobre os valores relativos à recuperação do consumo dos combustíveis fosseis adquiridos com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que, de acordo com a orientação contida em Despacho da Aneel, deixaram de ser reconhecidos como receita e passaram a ser contabilizados em conta retificadora de custo da produção de energia elétrica, a partir de novembro de 2005.

31 - RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras	2009	2008	2009	2008
Renda de aplicações financeiras	38.057	65.315	53.587	76.839
Juros sobre valores a receber	9.285	9.964	10.646	10.731
Variação monetária sobre depósitos judiciais	15.180	19.081	15.190	19.518
Variação monetária sobre contas a receber e outras	(948)	7.802	(945)	7.823
Outras	8.194	7.933	8.405	8.225
	69.768	**110.095**	**86.883**	**123.136**
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	163.962	128.471	243.760	178.010
Remuneração de garantias depositadas (STN)	9.794	(8.839)	9.794	(8.839)
Encargos sobre concessões a pagar	28.258	20.305	64.728	37.854
Encargos sobre passivo atuarial	47.797	43.341	47.797	43.341
Encargos sobre tributos e contribuições sociais	6.279	2.623	6.588	3.254
Variação monetária sobre dívidas	14.132	36.305	13.454	41.027
Variação monetária sobre concessões a pagar	(4.760)	22.480	(3.738)	45.517
Variação monetária outras	4.364	10.096	4.372	10.909
Variação cambial sobre dívidas	(77.682)	80.243	(77.682)	80.243
Outras	13.454	10.428	17.599	12.496
	205.598	**345.453**	**326.672**	**443.812**
Despesas financeiras, líquidas	**135.830**	**235.358**	**239.789**	**320.676**

32 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

a.1) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia e suas controladas, têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados pelo Comitê de Gestão Financeira, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os seguintes:

a.1.1) Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos. As aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas obedecem à alocação de no mínimo 60% dos recursos em Títulos Públicos Federais (na modalidade de compra final e/ou operações compromissadas) e no máximo 40% dos recursos em Títulos Privados (aquisições de CDBs - Certificado de Depósitos Bancários de bancos elegíveis e ainda operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresa de Leasing controladas por bancos elegíveis), considerando o consolidado dos valores aplicados por cada empresa. A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poors para identificar os bancos elegíveis de recebimento dos recursos. Os mesmos atendem aos dois seguintes critérios: possuir Patrimônio Líquido de no mínimo R$ 1 bilhão e possuir *Rating* no mínimo equivalente a br A-.

a.1.2) Exposição ao risco cambial

A parcela dos empréstimos atrelados à moeda externa, no montante de R$ 246.417, em 31.12.2009, corresponde a 5,5% da dívida da Companhia, dos quais 3,2% ao dólar e 2,3% ao euro, sendo que os vencimentos da dívida estão distribuídos no longo prazo, com concentrações em 2015 e 2024. Tendo em vista que o efeito decorrente do vencimento do endividamento é mínimo no curto e médio prazo e, devido à impossibilidade de fazer um *hedge* eficiente de balanço em função da inexistência de uma curva *forward* de longo prazo, a Companhia não detinha em 31.12.2009 nenhum instrumento de derivativos para proteção do seu passivo. Maiores detalhes sobre a composição da dívida em moeda externa podem ser observados na Nota 17.

a.1.3) Exposição ao risco de taxa de juros e índices flutuantes

A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da *Libor*, *Euribor*, TJLP, taxa DI, UMBNDES, IGP-M e IPCA. A composição da dívida por taxa de juros e índice, líquida das garantias depositadas, e os percentuais em relação ao total dessas dívidas é como segue:

Taxa de juros e índices flutuantes	Valor	%
TJLP	1.409.830	43,73
CDI	1.086.705	33,71
IPCA	414.584	12,86
IGP-M	181.376	5,63
Libor Dólar	22.805	0,71
Euribor	101.436	3,15
UMBNDES	6.996	0,21
	3.223.732	**100,00**

a.2) Risco de crédito

Nos contratos bilaterais de longo prazo firmados com distribuidoras, a Companhia busca minimizar o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Nas transações de venda para clientes industriais, os chamados Consumidores Livres, para minimizar o risco de crédito diante desses parceiros comerciais, a Companhia, através de sua área de crédito, procede a uma análise de crédito prévia e estabelece, em conjunto com o Comitê de Crédito, o limite de crédito e garantias a serem exigidas das contrapartes.

Nas operações no mercado financeiro, a Companhia também possui limites de crédito com as instituições financeiras, os quais são revisados periodicamente pelo seu Comitê de Gestão Financeira, com base em avaliação interna e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.

Conforme mencionado na Nota 4, a Companhia mantém aplicações financeiras em Fundo de Investimentos Exclusivo. O montante das aplicações por instituição financeira está dentro dos limites definidos pela Companhia, através de sua política de créditos para instituições financeiras.

a.3) Riscos hidrológicos

De acordo com os dados do ONS, a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) era gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada UHE, incluindo as UHE da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. A geração hidrelétrica representava aproximadamente 80% da Capacidade Instalada total das usinas da Companhia, o que equivale a 5.124 MW. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da Energia Assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os resultados financeiros futuros da Companhia.

a.4) Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, bem como responsabilidade pessoal dos administradores, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como consequência, os sócios e administradores da empresa poluidora poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental. Os Riscos Ambientais são mitigados pela Companhia através de sua Política de Meio Ambiente focada no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 26
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_Quadros_notas.indd 26 16/3/2010 16:38:10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)

b) Valor de mercado

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente nos empréstimos, financiamentos e debêntures foram identificadas diferenças significativas entre os valores de mercado e os valores contábeis, principalmente em virtude destes instrumentos financeiros possuírem prazos de liquidação bastante alongados e custos diferenciados em relação às taxas praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, a administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes, ou cotações do mercado internacional, quando disponíveis.

	Controladora			
	2009		2008	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	246.417	250.096	338.598	358.279
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	98.313	99.078	577.284	579.271
Debêntures	1.694.553	1.624.791	683.095	572.924
	2.039.283	**1.973.965**	**1.598.977**	**1.510.474**

	Consolidado			
	2009		2008	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	246.417	250.096	338.598	358.279
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	1.440.035	1.443.770	1.913.640	1.921.091
Debêntures	1.728.190	1.658.428	726.335	616.164
	3.414.642	**3.352.294**	**2.978.573**	**2.895.534**

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos. Em decorrência do histórico de volatilidade do Real diante das moedas estrangeiras, segue demonstrada uma análise de sensibilidade da dívida em moeda externa da Companhia, considerando um cenário básico projetado para 31.12.2010 e outros dois levando-se em conta uma desvalorização do Real de 25% e 50% em relação ao cenário base. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação destes cenários no resultado financeiro da Companhia no exercício de 2010 seriam os seguintes:

	Valor contábil	Cenário base	Cenário I *Variação de 25%*	Cenário II *Variação de 50%*
STN	144.981	24.047	66.304	108.561
BNP Paribas	101.436	13.863	42.688	71.512
	246.417	**37.910**	**108.992**	**180.073**

33 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui contratos com suas controladas, conforme a seguir especificados:

Itasa

Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 167 MW médios e de 61 MW médios de energia de propriedade da Itasa na UHE Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16.10.2030, reajustados anualmente pelo IGP-M e pela variação do Dólar acrescido da inflação norte americana, respectivamente. O saldo devedor dos contratos em 31.12.2009 é de R$ 2.265.465 e R$ 503.968, respectivamente.

Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção da UHE Itá, celebrado pela Companhia, no âmbito do Consórcio Itá, com vigência até 16.10.2030, cujos valores são reajustáveis anualmente pelo índice IGP-M, sendo que o saldo devedor em 31.12.2009 é de R$ 209.786.

Lages

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela controlada, de até 26 MW médios mensais de energia elétrica de propriedade da Companhia, com vigência até 31.03.2017. O saldo devedor, aproximado, em 31.12.2009 é de R$ 34.560.

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da Lages não possuir quadro próprio de empregados. A remuneração prevista no Contrato corresponde a R$ 180 por ano, reajustada anualmente pelo INPC.

Contrato de Operação e Manutenção da Unidade de Cogeração Lages, com término em 31.03.2012, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base na variação da remuneração definida em Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados da Companhia. O saldo remanescente do contrato, em 31.12.2009, é de R$ 3.915.

TBLC

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. O valor anual pago pela TBLC é de R$ 360, reajustado anualmente pela variação do INPC.

Contratos de Compra e Venda de Energia com o objetivo de fornecer energia para que a TBLC cumpra com os seus contratos de venda de energia, com as seguintes características:

a) 150 MW médios mensais com vigência entre 01.03.2008 e 01.03.2015, cujo saldo devedor em 31.12.2009 é de R$ 518.404.

b) 190 MW médios mensais com vigência entre 01.01.2009 e 31.12.2016, cujo saldo devedor em 31.12.2009 é de R$ 782.781.

CESS

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. A CESS paga anualmente o valor de R$ 192 e o reajuste é anual pela variação do INPC.

Contrato de Operação e Manutenção da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHSA), com término na data-fim do financiamento (15.10.2023), através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base na variação do IGP-M e o saldo devedor, em 31.12.2009 é de R$ 51.305.

SUEZ-Tractebel S.A. (Controladora Indireta)

Em 17.04.2007, a Companhia celebrou contrato com a SUEZ-Tractebel S.A., sua controladora indireta, com sede em Bruxelas, Bélgica, cujo objeto é a prestação de serviços de consultoria em assuntos específicos por parte daquela empresa. A contratação foi aprovada por unanimidade pelos acionistas minoritários da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 17.04.2007, tendo o acionista controlador renunciado ao seu direito de voto. O prazo do contrato é de 36 meses, condicionada a sua revalidação, pelos acionistas minoritários, a cada período de 12 meses, em Assembleia convocada para este fim, conforme ocorreu nas AGE's do dia 08.04.2008 e de 14.04.2009. O valor dos honorários durante a vigência do contrato está limitado ao montante anual não cumulativo de 1.500.000,00 Euros, devendo os serviços executados e respectivos honorários ser submetidos ao conhecimento do Conselho Fiscal da Companhia, no qual tem assento um membro eleito pelos acionistas minoritários. Em 31.12.2009 havia saldo residual correspondente a R$ 1.901.

Controladas da Tractebel Energias Complementares Participações Ltda.

A Companhia firmou contratos com vigência por prazo indeterminado que tem por finalidade a prestação dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira das seguintes controladas indiretas, pertencentes a Tractebel Energias Complementares Participações Ltda.: Hidrelétrica Areia Branca S.A., Hidropower Energia S.A., Eólica Beberibe S.A., Eólica Pedra do Sal S.A., Tupan Energia Elétrica S.A. e Ibitiúva Bioenergética S.A. O valor anual do conjunto de empresas é R$ 672, reajustado anualmente pela variação do INPC.

PPESA (Controlada indireta)

A Companhia firmou contrato com vigência por prazo indeterminado que tem por finalidade a prestação dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada indireta. O valor anual é de R$ 192 e é reajustado anualmente pela variação do INPC.

GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA)

A Companhia possui saldo a pagar referente aos juros sobre o capital próprio deliberados na RCA do dia 07.11.2009 e, de outros pequenos valores referentes a prestação de serviços entre as empresas, no montante de R$ 57.

Os valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado estão abaixo indicados:

	Ativo				Passivo				
2009	Contas a receber	Dividendos	Mútuo	Total	Fornecedores	Partes relacionadas	Dividendos e JSCP *(c)*	Outros	Total
ITASA	2.315	5.790	-	8.105	6.296	-	-	11	6.307
LAGES	750	4.929	-	5.679	-	-	-	-	-
TBLC	66.319	-	-	66.319	-	-	-	-	-
PPESA	126	-	-	126	-	-	-	-	-
CESS	137	-	-	137	-	-	-	-	-
IBITIÚVA	22	-	35.654	35.676	-	-	-	-	-
AREIA BRANCA	284	-	-	284	-	-	-	-	-
SUEZ TRACTEBEL *(a)*	4	-	-	4	-	-	-	790	790
LEME *(b)*	-	-	-	-	125	-	-	-	125
GSELA	57	-	-	57	-	-	169.590	-	169.590
OUTRAS	113	-	-	113	-	-	-	117	117
Total	**70.127**	**10.719**	**35.654**	**116.500**	**6.421**	**-**	**169.590**	**918**	**176.929**
2008	**102.517**	**9.000**	**9.966** *(*)*	**121.483**	**11.535**	**194.356** *(d)*	**102.793**	**661**	**309.345**

(*) Refere-se a mútuo com a controlada CESS, composto por R$ 3.666 apresentado no ativo circulante na rubrica "outros" e R$ 6.300 no realizável a longo prazo em conta específica.

(a) SUEZ Tractebel S.A.

(b) Leme Engenharia Ltda.

(c) Juros sobre o capital próprio.

(d) Valor referente à aquisição das empresas da Econergy pela TBLP em 2008.

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 27
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_Quadros_notas.indd 27 16/3/2010 16:38:11

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)

	Resultado								
	Receita Operacional								
		Receita de Serviços			Custo de Energia Elétrica		Despesas		
2009	Suprimento de energia	Operação e manutenção	Adminis-tração	Total	Compra energia	Combustíveis	Gerais e admi-nistrativas	Total	Resultado de participações societárias
ITASA	-	11.164	-	11.164	125.421	-	-	125.421	24.380
LAGES	4.539	1.675	158	6.372	-	-	-	-	16.831
TBLC	534.570	-	225	534.795	-	10.474	-	10.474	40.278
EAS	-	-	-	-	-	-	-	-	14.655
CESS	51.278	-	304	51.582	-	-	-	-	18.610
DELTA	-	-	-	-	-	-	-	-	(475)
PPESA	-	-	113	113	-	-	-	-	-
TBLP	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.725)
SUEZ TRACTEBEL	-	-	-	-	-	-	5.821	5.821	-
IBITIÚVA	-	-	140	140	-	-	-	-	-
OUTRAS	-	-	250	250	-	-	-	-	(1)
Total	**590.387**	**12.839**	**1.190**	**604.416**	**125.421**	**10.474**	**5.821**	**141.716**	**104.553**
2008	**413.177**	**12.882**	**685**	**426.744**	**166.379**	**10.654**	**5.389**	**182.422**	**54.698**

Remuneração das pessoas chaves da Administração

A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da Administração estão apresentados a seguir. O único benefício de longo prazo é o de aposentadoria (pós-emprego).

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Honorários e benefícios de curto prazo	6.751	5.911	7.233	6.595
Encargos sociais	1.920	1.731	2.015	1.870
Bônus dos Administradores e encargos	2.718	2.284	2.718	2.284
Benefícios pós-emprego	670	587	670	587
	12.059	**10.513**	**12.636**	**11.336**

Os administradores não possuem remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

34 - GARANTIAS A TERCEIROS

Itasa

A Companhia e demais acionistas da Itasa são intervenientes nos contratos firmados entre a investida, BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE Itá. As intervenientes deram, em caução, a totalidade das ações de emissão da Itasa, de suas propriedades, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2009 é de R$ 135.989 (R$ 172.731 em 31.12.2008).

Lages

A Companhia é interveniente fiadora no Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre a Lages e o BRDE, tendo cedido, em caução, as quotas de participação no Capital Social da controlada, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas no referido contrato. A dívida em 31.12.2009 totaliza R$ 18.290 (R$ 25.117 em 31.12.2008).

CESS

A Companhia é interveniente nos contratos firmados entre a investida e o BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE São Salvador. A interveniente cedeu, em caução, a totalidade das ações de emissão da CESS, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2009 é de R$ 670.994 (R$ 612.678 em 31.12.2008).

PPESA

A Energia América do Sul Ltda., controlada integral da Companhia e controladora da PPESA, é interveniente nos contratos firmados entre a investida e o BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE Ponte de Pedra. A interveniente concedeu em caução, a totalidade das ações de emissão da PPESA, de sua propriedade e os direitos emergentes da concessão e do contrato de compra e venda de energia elétrica com a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2009 é de R$ 225.180 (R$ 270.043 em 31.12.2008).

Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca

Em 2009 a Companhia passou a ser interveniente nos contratos firmados entre essas controladas indiretas e o BNDES, vinculados, respectivamente, às Usinas Eólicas Beberibe e Pedra do Sal e a construção da Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca. A interveniente cedeu, em caução, a totalidade das ações de emissão da Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca, de propriedade da sua controlada integral Tractebel Energias Complementares Participações Ltda., até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida dessas empresas em 31.12.2009 era de R$ 103.430, R$ 71.542 e R$ 63.860, respectivamente.

Tupan e Hidropower

A companhia está negociando com os agentes financeiros dessas empresas, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, respectivamente, as trocas das garantias e após a conclusão desse processo passará a ser a interveniente dos contratos de financiamento dessas controladas indiretas.

35 - SEGUROS

A Companhia possui apólice de seguros abrangente de riscos operacionais com valor declarado para danos materiais de US$ 4.867.212, equivalentes a R$ 8.474.789, em 31.12.2009, e de lucro cessante de curto prazo com valor declarado de US$ 140.761, equivalentes a R$ 245.093, em 31.12.2009, e de lucro cessante de longo prazo com valor declarado de US$ 166.167, equivalentes a R$ 289.330, em 31.12.2009. O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de US$ 250.000, equivalentes a R$ 435.300, em 31.12.2009, por evento.

Além dessas coberturas, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000, equivalentes a R$ 87.060, em 31.12.2009. Estas apólices incluem a UHE Itá, explorada em consórcio com a controlada em conjunto Itasa, Unidade de Co-geração Lages, UHE Ponte de Pedra, UHE São Salvador, PCH's Rondonópolis (Tupan), José Gelazio da Rocha (Hidropower) e Areia Branca, Eólicas Pedra do Sal e Beberibe.

Os seguros contratados relativos às controladas, em 31.12.2009, têm as seguintes principais características:

Lages: seguro de riscos operacionais com cobertura de US$ 40.032, equivalentes a R$ 69.704, em 31.12.2009.

CESS: seguro de riscos operacionais com limite máximo de indenização de US$ 231.575 equivalentes a R$ 403.218, em 31.12.2009.

Ponte de Pedra: seguros de riscos operacionais com cobertura de US$ 193.600, equivalentes a R$ 337.096, em 31.12.2009 e lucro cessante de longo prazo com valor declarado de US$ 13.242, equivalentes a R$ 23.057, em 31.12.2009.

Tupan e Hidropower: seguros de riscos operacionais com valor para danos materiais de US$ 24.074, equivalentes a R$ 41.918, em 31.12.2009, para cada uma das empresas e lucro cessante de longo prazo para a Tupan com valor declarado de US$ 850, equivalentes a R$ 1.480, em 31.12.2009 e lucro cessante de longo prazo para a Hidropower com valor declarado de US$ 792, equivalentes a R$ 1.379, em 31.12.2009.

Pedra do Sal: seguros de riscos operacionais com valor para danos materiais de US$ 24.882, equivalentes a R$ 43.324, em 31.12.2009 e lucro cessante de longo prazo com valor declarado de US$ 6.878, equivalentes a R$ 11.976, em 31.12.2009.

Beberibe: seguros de riscos operacionais com valor para danos materiais de US$ 49.565, equivalentes a R$ 86.302, em 31.12.2009 e lucro cessante de longo prazo com valor declarado de US$ 6.763, equivalentes a R$ 11.776, em 31.12.2009.

Ibitiúva: seguros de riscos de engenharia com limite máximo de indenização de R$ 100.576 e de responsabilidade civil com cobertura de R$ 1.000.

Além destes seguros estratégicos, a Companhia possui seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivo as suas controladas, bem como, seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

36 - CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui compromissos de longo prazo, dentre os quais se destacam:

a) Contrato de Conexão

A Companhia mantém Contrato de Conexão com a Eletrosul e com a Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), com vigência até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Companhia, ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro.

Em relação às empresas adquiridas recentemente, os Contratos de Uso de Conexão são os seguintes:

- Eólica Beberibe S.A.: Companhia Energética do Ceará (Coelce).
- Eólica Pedra do Sal S.A.: Companhia Energética do Piauí (Cepisa).

Em 31.12.2009 o saldo remanescente dos contratos de conexão é de R$ 237.124.

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição

Para o Uso do Sistema de Transmissão e da Rede Básica, a Companhia e suas controladas Ponte de Pedra Energética S.A. e Companhia Energética São Salvador mantém contratos com o ONS, e para usinas que não estão conectadas diretamente à rede básica, são mantidos Contratos de Uso da Distribuição, conforme abaixo mencionado:

- UTE Willian Arjona: Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. (Enersul).
- UTE Alegrete: AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (AES Sul).
- UTE Jorge Lacerda A: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc).
- Tupan e Hidropower: Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (Cemat).
- Beberibe: Companhia Energética do Ceará (Coelce).
- Pedra do Sal: Companhia Energética do Piauí (Cepisa).

Os contratos, em sua grande maioria, têm vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Companhia ou a extinção das empresas transmissoras e distribuidoras, o que ocorrer primeiro.

Em 31.12.2009 o saldo remanescente dos contratos é de R$ 6.104.882.

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 28
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_Quadros_notas.indd 28 16/3/2010 16:38:12

c) Contratos Bilaterais de Compra e Venda de Energia Elétrica

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia mostra que a atual capacidade está com os seguintes níveis de contratação:

	MW médios *(*)*				
Ano	Recursos próprios	Compras para revenda	Disponibilidade total	Disponibilidade contratada	% Contratados
2010	3.365	680	4.045	3.907	96,59%
2011	3.504	352	3.856	3.593	93,18%
2012	3.617	306	3.923	3.630	92,53%
2013	3.617	278	3.895	3.470	89,09%
2014	3.617	253	3.870	2.990	77,26%
2015	3.617	200	3.817	2.760	72,31%

(*) As informações de MW médio não são revisadas pelos auditores independentes.

A receita operacional bruta da Companhia, em 31.12.2009, composta por natureza de clientes, é a seguinte:

	2009		2008	
	Valor	%	Valor	%
Distribuidoras	2.272.501	58,47	1.763.889	46,50
Consumidores livres	878.846	22,62	1.059.455	27,93
Comercializadoras	555.841	14,30	619.192	16,32
CCEE	65.075	1,67	295.971	7,80
Exportação de energia	60.661	1,56	34.395	0,91
Outras	53.395	1,38	20.421	0,54
	3.886.319	**100,00**	**3.793.323**	**100,00**

Os clientes que em 31.12.2009 participavam em percentual superior a 5% na receita operacional bruta da Companhia são os seguintes: Celesc, Rio Grande Energia S.A. (RGE), Cemig Distribuição S.A., CPFL Comercialização Brasil S.A. e Companhia Paulista de Força e Luz.

d) Compra de Energia Elétrica da Argentina

Em maio de 1998, a Tractebel Energia e a Cien firmaram o Contrato pelo qual a Cien comprometeu-se a fornecer a Tractebel Energia 300 MW de potência firme com energia associada, por um prazo de 20 anos, contados a partir do início da operação comercial do sistema de transmissão entre o Brasil e a Argentina, em 21.06.2000.

Conforme os termos acordados, a potência firme e energia associada objeto do contrato seriam provenientes da Argentina e disponibilizadas pela Cien através das instalações de interconexão de energia, construídas e operadas pela mesma, interligando os dois países através da estação conversora de frequência de Garabi.

Em março de 2005 o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), preocupado com a garantia do suprimento energético associado ao intercâmbio internacional, recomendou à Aneel que instruísse processo de realização de testes para a comprovação da existência de disponibilidade de potência e energia entre o Brasil e a Argentina. Com base no resultado destes testes o valor atribuído à Cien para o atendimento do contrato com a Tractebel Energia foi reduzido de 300 MW para, aproximadamente, 72 MW.

Por força do ocorrido, a Companhia entendeu que ficou caracterizado o inadimplemento contratual por parte da Cien, tornando-se aplicáveis as penalidades previstas no contrato. A Cien, contudo, não pagou quaisquer das penalidades aplicáveis, nem buscou sanar o inadimplemento.

Neste contexto, como precaução, a Companhia foi levada a diversas medidas, visando neutralizar os eventuais impactos comerciais, preservar seus compromissos e resultados, contemplando, entre outras, a efetivação de compras que serviriam como compensação à redução das garantias físicas de energia relativas às interconexões de responsabilidade da Cien.

Em paralelo, a Companhia tomou a iniciativa de avaliar, em caráter excepcional, possíveis alternativas para a resolução das pendências envolvendo o contrato, chegando a elaborar algumas proposições para a apreciação da Cien. Malgrado os esforços, não houve avanço nestas negociações, pelas seguidas rejeições da Cien às propostas apresentadas.

Posteriormente, em 20.06.2006, constatou-se que a Cien não disponibilizava sequer os 72 MW remanescentes, levando a Aneel a publicar Resolução Normativa, reduzindo de 72 MW para "zero" os valores de garantia física atribuídos à Cien para o atendimento do contrato com a Tractebel Energia. A redução para "zero" valeria até que a Cien comprovasse a existência de disponibilidade, o que não veio a ocorrer.

Cabe destaque, também, às negociações realizadas entre os governos do Brasil e da Argentina, que resultaram no Acordo de Entendimentos entre os países, assinado em dezembro de 2005, visando o estabelecimento de condições especiais para um período dito de "transição", até 31.12.2008. Segundo este Acordo, a partir de 2009 seriam, então, restabelecidas as condições plenas de exportação para o Brasil, o que, até o momento, não se verificou.

A Companhia buscou ainda outras ações mitigadoras, atuando junto à Aneel e CCEE para a adequação da questão do lastro, e apresentando ao Ministério de Minas e Energia (MME) contribuições à intermediação de acordos, à redefinição de responsabilidades ou, no limite, ao término das obrigações.

Diante da necessidade de resolver tal imbróglio, que se arrasta desde 2005 sem perspectiva concreta de solução, a Tractebel Energia, tendo em vista o inadimplemento total da Cien, recorreu ao poder judiciário solicitando principalmente a rescisão do contrato, com o pagamento da devida multa, e o ressarcimento dos prejuízos causados pelo não recebimento da energia contratada. No presente momento não é praticável se fazer qualquer estimativa quanto ao valor envolvido na referida ação. Por oportuno, todas as medidas necessárias para o cumprimento das operações comerciais da Tractebel Energia, bem como para o restabelecimento do equilíbrio de seu portfólio, já foram tomadas previamente ao longo dos últimos anos.

e) Compra de Gás Natural

A Companhia celebrou contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul (MSGÁS), com vigência de cinco anos a partir de 2001, início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona (UTWA), localizada em Campo Grande (MS), renováveis por mais cinco anos.

Com o vencimento do prazo do contrato, em 22.05.2006, a Companhia manifestou interesse em renovar o acordo, porém a MSGÁS comunicou que a renovação dependeria de reajuste no preço do produto, conforme determinação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), vendedora do gás para a MSGÁS e anuente no contrato.

Ante a ameaça da Petrobras de cortar o suprimento de gás para a Usina, a Companhia ajuizou Medida Cautelar Preparatória, com pedido de antecipação de tutela, que foi deferida, para obrigar a manutenção do fornecimento do gás, nos termos do contrato.

Dessa decisão a Petrobras recorreu para o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, que manteve a decisão. Inconformada, interpôs recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde, em Medida Cautelar, obteve efeito suspensivo que lhe autorizou, a partir de novembro de 2007, a suspensão do fornecimento. Em razão desta decisão, a Companhia tem comprado energia na CCEE para suprir o lastro da energia vendida da UTWA. Quando conveniente e necessário, a usina tem operado com óleo diesel como combustível, uma vez que a mesma possui essa flexibilidade.

Como consequência do ajuizamento da Medida Cautelar Preparatória, a Companhia ajuizou Ação Ordinária, que foi julgada procedente para o fim de determinar que os contratos de compra e venda de gás natural firmados entre a Companhia e MSGÁS e entre MSGÁS e Petrobras e seus respectivos aditivos sejam renovados pelo período de 05 anos, iniciando-se em 23.05.2006. O período em que houve a interrupção do fornecimento de gás em decorrência deste litígio deverá ser acrescido ao final do contrato, que terá o seu encerramento proporcionalmente prorrogado. O preço e a quantidade de gás deverão ser aqueles contratados e reajustados conforme os parâmetros estabelecidos no Programa Prioritário de Termelétricas (PPT). Dessa decisão a Petrobras interpôs embargos de declaração, que foram rejeitados, e ingressou com Recurso de Apelação perante o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, onde se encontra aguardando julgamento.

Recentemente, o STJ extinguiu a Medida Cautelar e o Recurso Especial da Petrobras por perda do objeto. Em consequência, na Medida Cautelar Preparatória foi proferido despacho determinado à MSGÁS e à Petrobras continuarem fornecendo gás para Arjona a partir de 26.11.2009.

f) Contratos de Arrendamentos

Os contratos de arrendamento abaixo foram classificados como operacionais em razão de não haver a possibilidade da transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no final do prazo do contrato, nem da opção de compra do ativo.

f.1) Eólica Beberibe S.A.: possui quatro contratos de arrendamento de terrenos utilizados para a instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas. A vigência dos contratos varia de 17.05.2027 até 28.09.2032 e os valores são compostos por parcela fixa e variável, esta correspondente a um percentual sobre a receita bruta. As parcelas fixas são reajustadas pelo IGPM, pela variação do dólar e pelo índice de inflação dos Estados Unidos da América (EUA), dependendo de cada contrato. Em 2009, o total da despesa foi de R$ 687.

O total dos pagamentos mínimos futuros para cada um dos seguintes períodos é:

2010	281
2011 a 2015	1.125
2016 em diante	11.997
	13.403

f.2) Eólica Pedra do Sal S.A.: possui um contrato de arrendamento do terreno onde está localizado o seu parque gerador, com prazo de vencimento em 2029. O valor mensal pago corresponde a um percentual sobre a receita operacional bruta. Em 2009, o total da despesa foi de R$ 296.

O total dos pagamentos mínimos futuros para cada um dos seguintes períodos é:

2010	356
2011 a 2015	1.423
2016 em diante	5.011
	6.790

f.3) Projetos de geração de energia eólica adquiridos em 2009: os projetos adquiridos pela controlada TBLP, possuem oito contratos de arrendamento de terrenos utilizados para a instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas. Os vencimentos dos contratos variam entre 2032 e 2042 e os pagamentos ocorrem mensalmente em parcelas fixas e variáveis, estas últimas ocorrerão a partir da entrada em operação de cada um dos projetos.

O total dos pagamentos mínimos futuros para cada um dos seguintes períodos é:

2010	390
2011 a 2015	1.560
2016 em diante	8.701
	10.651

g) Contratos para construção da UTE Destilaria Andrade

A Controlada indireta Ibitiúva, assinou contrato com a Areva Koblitz para serviços de engenharia, aquisição de equipamentos e construção da UTE Destilaria Andrade, cujo montante remanescente em 31.12.2009 era de R$ 38.142. A vigência do contrato é de até 01.06.2010.

A Ibitiúva também assinou contrato com a Leme Engenharia Ltda., empresa pertencente ao Grupo GDF SUEZ, para controle de qualidade do projeto da UTE Destilaria Andrade, no valor remanescente em 31.12.2009 de R$ 595, com vigência até 01.04.2010.

37 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa e os pagamentos feitos no exercício são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Pagamentos efetuados no exercício				
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	177.771	97.116	256.049	142.734
Imposto de renda e contribuição social	422.486	282.774	468.486	351.353
Transações que não envolveram o caixa				
Contabilização da concessão a pagar da UHE São Salvador	-	-	352.097	-
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio creditados	275.913	176.000	275.913	176.000
Dividendos propostos a receber de controladas	7.418	4.041	-	-
Aquisição de empresas pela controlada TBLP	-	-	-	221.306
Efeito dos ajustes da Lei nº 11.638/07	-	(4.919)	-	(4.919)

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 29
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_Quadros_notas.indd 29 16/3/2010 16:38:13

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais)

38 - EVENTO SUBSEQUENTE

a) SUEZ Energia Renovável S.A. (SER)

A Companhia assinou o contrato de compra e venda da totalidade das ações ordinárias de emissão da SER, empresa controlada pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA). A SER é detentora de participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste), criado em 05.11.2002 para a implantação e exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Estreito (AHE Estreito), que possui capacidade instalada de geração de 1.087 MW e 641,08 MW médios de energia assegurada (a energia assegurada será reduzida para 590,41 MW médios após a entrada em operação comercial da Usina Hidrelétrica Serra Quebrada, prevista para janeiro de 2017, de acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE)). Os demais consorciados do Ceste são Companhia Vale do Rio Doce (30%), Estreito Energia S.A. (Grupo Alcoa - 25,49%) e Camargo Corrêa Geração de Energia S.A. (4,44%), sendo a liderança exercida pela SER. A concessão do AHE Estreito é compartilhada entre as consorciadas do Ceste, na proporção de suas respectivas participações no consórcio. O total dos aportes realizados pela GSELA na SER até a data da assinatura do contrato é de R$ 324.390.

Conforme previsto no artigo 256, § 1º da Lei das Sociedades Anônimas (LSA), a avaliação da SER, tendo como data-base 30.09.2009, foi realizada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. através de laudo de avaliação elaborado com base na metodologia de fluxo de caixa descontado (Laudo de Avaliação).

Com base nos resultados apontados no Laudo de Avaliação, foi definido que o preço de compra a ser pago pela Tractebel Energia à GSELA é de R$ 604.390, sendo (i) R$ 302.195 pagos no prazo de até 30 dias contados da assinatura do contrato, atualizados monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e acrescidos de juros remuneratórios à taxa de 6% ao ano *pro rata temporis*, desde a presente data até a data de seu efetivo pagamento; e (ii) R$ 302.195 pagos (a) até 31.07.2010, desde que obtidas as anuências prévias referidas a seguir, ou (b) caso as mesmas não tenham sido obtidas até 31.07.2010, em até 10 dias úteis após a obtenção da última anuência prévia necessária, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios à taxa de 6% ao ano *pro rata temporis*, desde a presente data até a data de seu efetivo pagamento. O valor patrimonial da SER em 31.12.2009 é de R$ 548.760. A primeira parcela no montante atualizado de R$ 304.556 foi paga no dia 19.01.2010.

A aquisição será submetida à ratificação pela assembleia geral de acionistas da Tractebel Energia, consoante o disposto no artigo 256, II, "b", da LSA. A ratificação da aquisição ensejará aos acionistas inscritos até a presente data nos registros da Companhia e que vierem a dissentir das deliberações da assembleia geral que deverá ser realizada para ratificar a aquisição, o direito de retirada, conforme tratado na LSA. Informações adicionais acerca do referido direito de retirada, tais como, valor patrimonial da ação para fins de reembolso, prazo e procedimentos a serem adotados pelos acionistas dissidentes, serão prestadas oportunamente, por ocasião da convocação da assembleia geral que deverá ser realizada para ratificar a aquisição.

A eficácia da aquisição estará sujeita a condições suspensivas usuais em transações dessa natureza, incluindo, mas sem limitação, a aprovação da aquisição pela Aneel a anuência de terceiros, incluindo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras instituições financeiras credoras da SER, nos termos dos respectivos contratos de financiamento celebrados pela SER. Dessa forma, o investimento será reconhecido pela Companhia após o atendimento de todas essas condições suspensivas estabelecidas no contrato. A diferença entre o valor a ser pago, que corresponderá ao *fair value*, e o valor patrimonial na data do fechamento da aquisição terá como fundamento o direito de uso do bem público estabelecido no contrato de concessão e será alocado no ativo imobilizado, juntamente com o valor da concessão a ser considerada como parte desse ativo, em razão desse direito não ser separável, ou seja, não poder ser vendido ou transferido individualmente sem o ativo imobilizado.

b) Pré-pagamento do financiamento da Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA)

Em 17.02.2010, a PPESA, subsidiária indireta e integral da Companhia, executou a amortização antecipada da totalidade de seu endividamento financeiro com o BNDES e bancos repassadores (Itaú BBA, Unibanco, Bradesco e Banco do Brasil). A amortização antecipada no montante somou R$ 223.187 foi uma iniciativa da Companhia como parte do plano da incorporação da PPESA e de sua *holding* controladora Energia América do Sul Ltda. na Companhia, objetivando a simplificação de sua estrutura societária.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu referenciadas no Parecer dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor-Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Comercialização e Negócios

Miroel Makiolke Wolowski
Diretor de Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antonio Amaral Sureck
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 22 de fevereiro de 2010

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: **Maurício Stolle Bähr**

Vice-Presidente: **Jan Franciscus María Flachet**

Conselheiros: **Manoel Arlindo Zaroni Torres**
Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos
Dirk Beeuwsaert
Alain François Marie Luoise Janssens
Luiz Antônio Barbosa
José Pais Rangel
Luiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente: **Manoel Arlindo Zaroni Torres**

Diretor de Comercialização e Negócios: **José Luiz Jansson Laydner**

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: **Eduardo Antonio Gori Sattamini**

Diretor de Implantação de Projetos: **Miroel Makiolke Wolowski**

Diretor de Produção de Energia: **José Carlos Cauduro Minuzzo**

Diretor de Planejamento e Controle: **Marco Antonio Amaral Sureck**

Diretor Administrativo: **Luciano Flávio Andriani**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., Paulo de Resende Salgado, Carlos Guerreiro Pinto e Manoel Eduardo Lima Lopes, abaixo assinados, após examinarem o Relatório Anual da Administração, incluindo as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2009, e com base no parecer dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu sobre essas Demonstrações Contábeis, emitido em 22/02/10, declaram que o referido documento está em condições de ser apreciado pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2010

Paulo de Resende Salgado
Conselheiro Presidente

Carlos Guerreiro Pinto
Conselheiro

Manoel Eduardo Lima Lopes
Conselheiro

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade – Contador – CRC RJ 072259/O-5 T-SC

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Tractebel Energia S.A. e controladas
Florianópolis – SC

1. Examinamos os balanços patrimoniais (individual e consolidado) da Tractebel Energia S.A. ("Companhia") e de suas controladas levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados correspondentes aos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas suas operações correspondentes aos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2010

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" SC
Paulo Roberto Marques Garrucho
Contador
CRC 1RJ 052.813/O-1 "S" SC

Deloitte.

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 30
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DOESC_Quadros_notas.indd 30 16/3/2010 16:38:14

Tractebel Energia S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.474.103/0001-19
NIRE 4230002438-4

TBLE3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL | ISE Índice de Sustentabilidade Empresarial | IGC | itag Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado | abrasca companhia associada

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2009

Senhores Acionistas,

A Administração da Tractebel Energia S.A. ("Tractebel Energia", "Tractebel" ou a "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. As informações estão apresentadas em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Tractebel Energia alcançou um excelente desempenho econômico-financeiro no ano de 2009, traduzido em um lucro líquido de R$ 1.134 milhões, superando em 2% o resultado do ano anterior e que representa um valor recorde pelo sexto exercício consecutivo. Seu significado é ainda maior por ter sido obtido em um ano marcado pela crise mundial.

Foi também o ano em que se consolidou nosso segundo ciclo de expansão. A Companhia vem mantendo-se desde o início das suas atividades na liderança do setor privado de geração de energia elétrica, o que atesta como correta sua estratégia de avaliação de riscos e oportunidades de mercado. O primeiro ciclo foi concluído em 2003, quando atingimos um índice de crescimento de 58% da capacidade instalada própria original. Ao término de 2009, depois da entrada em funcionamento da Usina Hidrelétrica São Salvador, localizada em Tocantins, passamos a operar na Região Norte e elevamos nossa capacidade a 6.431 MW, ou seja, 73% a mais ao longo de 11 anos. Ao final de mais um ano de trabalho intenso, vemos emergir uma empresa de indiscutível solidez, que responde por um parque gerador com 19 usinas e que representa aproximadamente 7% da capacidade do Sistema Interligado Nacional.

Outro fator de relevância no caminho da expansão responsável que marcou 2009 foi a aquisição da participação de 40,07% na Usina Hidrelétrica Estreito, em construção na divisa entre Tocantins e Maranhão, já com os riscos mais representativos da implantação de um empreendimento hidrelétrico de grande porte superados. Esta usina agregará ao parque nacional uma capacidade instalada de 1.087 MW, dos quais 436 MW serão adicionados à da Tractebel Energia, que será também responsável por sua operação e manutenção.

O ano de 2009 foi também de superação de marcos na área de produção para a Tractebel Energia. Em agosto, foi atingido o recorde mensal de geração de energia elétrica: 4.028.231 MWh, ou 5.414 MW médios. Para esta marca contribuíram todas as usinas do nosso portfólio, incluindo as eólicas, PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas - e São Salvador. Outro recorde ocorreu em 9 de dezembro, quando as usinas operadas pela Companhia atingiram o valor instantâneo máximo de potência de 6.807 MW, ou seja, um fator de capacidade de 90,9% sobre os 7.490 MW por nós operados. No ano, o índice de disponibilidade das usinas, descontadas as paradas programadas, alcançou 98,9%, o maior de nosso histórico. Estas marcas demonstram a capacidade da Companhia em responder prontamente e com confiabilidade à demanda e assim corresponder à reação brasileira à crise de 2009.

Necessário observar que esta mesma crise, que trouxe impacto na atividade de importantes setores industriais do país, acarretando reduções de demanda por parte dos clientes do mercado livre, não atingiu nossa Companhia com a mesma intensidade. Se, por um lado, a estratégia de conceder flexibilidade nos contratos com este segmento acarretou a redução de vendas, por outro, nos permitiu adquirir menor volume de terceiros para recompor nossas disponibilidades e assim manter nosso portfólio equilibrado.

Em mais uma demonstração do nosso compromisso com a sustentabilidade, iniciamos em 2009 o processo de certificação nas normas OHSAS 18001 e NBR 16001, respectivamente de Saúde e Segurança no Trabalho e Responsabilidade Social, em 14 usinas: as mesmas 13 já certificadas nas normas ISO 9001, da Qualidade, e 14001, do Meio Ambiente, mais São Salvador. A meta é obter estas novas certificações em 2010, simultaneamente à renovação das existentes, obtidas em 2007 e cuja validade é de três anos. Na sequência, a Companhia pretende buscar a certificação das demais usinas do seu parque gerador, ou seja, as adquiridas e as que entraram em operação recentemente, uma vez mais criando valor para todos os seus públicos de interesse. Aliás, o compromisso da Tractebel Energia com a sustentabilidade possibilitou nossa permanência no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, do qual temos tido a satisfação de fazer parte ininterruptamente desde o seu lançamento, em 2005.

Dentre as iniciativas em prol do meio ambiente e da comunidade, foram iniciadas as obras do Parque Ambiental Jorge Lacerda, uma área de 50 hectares, localizada junto ao Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, na cidade de Capivari de Baixo, no sul de Santa Catarina. O parque estará aberto ao público em 2011 e se tornará uma importante opção de lazer educativo e cultural. Contará com lago, pistas de caminhadas e ciclovias, um museu do Complexo, horto florestal e concha acústica, com mecanismos sustentáveis, como a captação da água da chuva, seu aquecimento com garrafas plásticas recicladas e o tratamento de esgoto por um sistema no qual uma vegetação própria se alimenta do material orgânico e torna a água reutilizável. Cinzas descartadas pelo Complexo misturadas com cimento serão empregadas na construção das edificações, da pista de caminhadas e ciclovia - uma solução que vem sendo empregada com cimenteiras da região, substituindo parte do cimento convencional ou a areia fina para blocos de concreto, inclusive para casas populares. O Parque contará com um Centro de Cultura e Sustentabilidade, com auditório de 340 lugares para manifestações artísticas e culturais, oficinas de música, teatro, dança e inclusão digital, galpão de exposições e registro da memória do município e do Complexo. A gestão deste polo de lazer, educação e cultura ficará a cargo de uma associação autônoma, composta por representações regionais, tudo isso ratificando a postura da Tractebel Energia como promotora de iniciativas sustentáveis, contemplando de forma clara suas três dimensões: ambiental, social e econômica.

Vemos 2010 como outro ano de consolidação do nosso segundo ciclo de expansão, a partir da inauguração da usina de biomassa Destilaria Andrade, de 33 MW e localizada no estado de São Paulo, e da PCH Areia Branca, de 20 MW, em Minas Gerais, eventos que possibilitarão à nossa Companhia operar nas cinco regiões do Brasil. Além de Estreito, ainda neste ciclo é esperado o ingresso em nosso parque gerador de 50,1% da Usina Hidrelétrica Jirau, de 3.450 MW. Desta forma, a Tractebel Energia atingirá, ao final deste segundo ciclo de crescimento, 8.633 MW de capacidade própria, uma ampliação de 132% em relação a 1998, ano de sua constituição.

Estamos certos de que é desta maneira que se preserva cada vez mais o meio ambiente, gerando mais valor para a sociedade e para os nossos acionistas, a quem, juntamente com nossos empregados, clientes, fornecedores e todos aqueles que interagem com nossas atividades, gostaríamos de agradecer pela dedicação, apoio e confiança.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor-Presidente

Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração

1. Perfil Institucional

A Tractebel Energia, maior geradora privada de energia elétrica do Brasil, atua há mais de 10 anos na implantação e operação de usinas geradoras e na comercialização de energia elétrica.

Com sede em Florianópolis, Santa Catarina, a Companhia tem ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. É controlada pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), subsidiária do grupo franco-belga GDF SUEZ, um dos maiores do mundo nas áreas de energia, água e gestão de resíduos.

A capacidade instalada total do parque gerador da Companhia é de 6.431 MW, o que representa aproximadamente 7% da capacidade instalada do Sistema Interligado Nacional (SIN). Essa capacidade, composta em 82% provenientes de fontes renováveis, é resultante de 19 usinas, sendo oito hidrelétricas, seis termelétricas e cinco complementares - uma a biomassa, duas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e duas eólicas. Em 2009, a Tractebel Energia gerou cerca de 8% da produção do SIN.

Destas, 17 usinas são integralmente controladas pela Tractebel Energia, e em duas, nas hidrelétricas Itá e Machadinho, possui participação em consórcios. Considerando-se também as parcelas detidas por outros investidores, a capacidade instalada total do parque operado pela Tractebel Energia é de 7.490 MW.

2. Expansão do Parque Gerador

Em 2009, entrou em operação a Usina Hidrelétrica São Salvador, localizada no Rio Tocantins (TO). Com 243 MW de capacidade instalada e 148 MW médios de energia assegurada, a usina produz o suficiente para abastecer uma cidade com cerca de 1 milhão de habitantes.

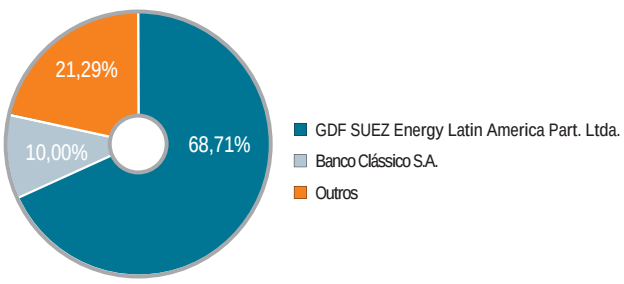
Outras três usinas estão em construção - Usina Hidrelétrica Estreito (1.087 MW), em Estreito (TO), Usina Termelétrica Destilaria Andrade (33 MW), em Pitangueiras (SP) e PCH Areia Branca (20 MW), em Caratinga (MG). Considerando-se a energia que corresponde à participação da Tractebel Energia nesses projetos, serão agregados 474 MW à capacidade instalada própria da Companhia.

Em dezembro de 2009, a Tractebel Energia foi contratada pelo Consórcio Estreito para a operação e manutenção da usina de mesmo nome. Assim, a capacidade total operada pela Companhia será elevada em 1.140 MW. Permanentemente, novos projetos são analisados para a ampliação sustentável do negócio.

2.1. Controle Acionário

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social da Companhia totalizava R$ 2.445,8 milhões, composto por 652.742.192 ações ordinárias negociadas regularmente na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob o código TBLE3. A Tractebel Energia possui um programa de ADRs (*American Depositary Receipts*) Nível I, negociados no mercado de balcão norte-americano sob o código TBLEY, tendo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

A GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda., integrante do grupo GDF SUEZ, possui o controle acionário da Companhia, respondendo por 68,71% de seu capital.



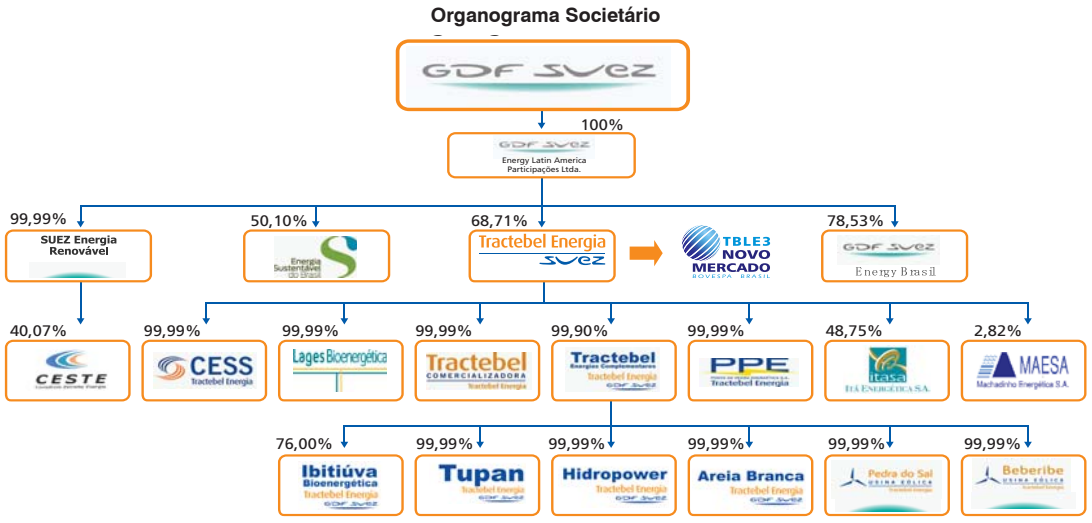
2.2. Estrutura Societária

A Tractebel Energia detém o controle direto ou indireto das seguintes empresas: Companhia Energética São Salvador; Lages Bioenergética Ltda.; Seival Participações S.A.; Ponte de Pedra Energética S.A.; Tractebel Energias Complementares Participações Ltda.; e Tractebel Energia Comercializadora Ltda. Esta intermedeia e opera compras, vendas, importações e exportações de energia elétrica no mercado de livre negociação.

A Companhia possui também participação de 2,82% na Machadinho Energética S.A. (Maesa) e de 19,28% no consórcio de exploração da Usina Hidrelétrica Machadinho.

Além disso, a Tractebel Energia possui o controle compartilhado da Itá Energética S.A. (Itasa), empresa que detém a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Itá, com participação de 48,75%, e do Consórcio Itá, responsável pela construção do empreendimento, com 39,5%. Estas participações totalizam a detenção de 70% da Usina Hidrelétrica Itá.

Organograma Societário



Obs.: Estrutura simplificada

2.3. Aquisições de Controladas

Em 17 de junho de 2009, a Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP), anteriormente denominada Gama Participações Ltda., controlada integral da Companhia, concluiu a operação de aquisição de 99,99% do capital social das empresas Hidropower Energia S.A., Tupan Energia Elétrica S.A., Eólica Beberibe S.A., Eólica Pedra do Sal S.A., Hidrelétrica Areia Branca S.A. e Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda.

Em 21 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração da Tractebel Energia aprovou, por unanimidade, a aquisição de 99,99% das ações ordinárias da SUEZ Energia Renovável S.A. (SER) detidas pela GSELA. A SER detém uma quota de participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia, criado em 5 de novembro de 2002 para a implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Estreito. A aquisição terá que ser ratificada em Assembleia Geral Extraordinária a ser convocada com essa finalidade, após a obtenção das aprovações necessárias à conclusão da transação.

3. Ambiente Econômico

A economia brasileira encerrou o ano de 2009 com queda de 0,26%, segundo projeções do Banco Central feitas ao final do ano, resultado da recessão enfrentada no primeiro semestre, com o agravamento da crise econômica internacional. Apesar do valor negativo apresentado, houve retomada do crescimento no início do segundo semestre, antes das economias norte-americana, da Zona do Euro e japonesa, que apresentaram forte queda da economia desde o início da crise.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) se manteve dentro da meta estabelecida pelo governo, fechando o ano em 4,3%, resultado 1,7 p.p. menor ante 2008, que foi de 5,9%.

Durante o ano, o Banco Central cortou por diversos meses a taxa de juros Selic, que fechou 2009 em seu piso, a 8,75% ao ano. Isso representou uma queda de 5 p.p. em relação ao ano anterior, voltando ao patamar abaixo dos 10 pontos rompido em 2007.

Em relação ao câmbio, o dólar apresentou forte desvalorização frente ao real, devido à depreciação internacional da moeda e à grande entrada de dólares com o retorno dos investimentos estrangeiros no país. A moeda norte-americana encerrou o ano cotada a R$ 1,74, o que representou uma desvalorização de 25,3% perante a moeda brasileira, maior recuo desde que o real foi implantado como moeda oficial do Brasil.

O resultado global do balanço de pagamentos brasileiro em 2009 foi superavitário em US$ 46,6 bilhões, expressivo aumento em relação aos US$ 2,97 bilhões registrados em 2008. Esse resultado é composto pela conta de transações correntes - deficitária em US$ 24,3 bilhões no período -, pela conta de capital e financeira - positiva em US$ 70,5 bilhões - e pela conta de erros e omissões, que somou US$ 0,4 bilhão.

A balança comercial brasileira teve superávit de US$ 24,62 bilhões em 2009, menor saldo desde 2002. O valor é 1,4% inferior ao registrado em 2008, que totalizou US$ 24,96 bilhões.

Esse resultado é reflexo da desaceleração global, que reduziu o volume de exportações e importações. As exportações caíram 22,2% em 2009 na comparação pela média diária, totalizando US$ 152,25 bilhões, enquanto as importações caíram 25,3%, somando US$ 127,64 bilhões.

O fluxo cambial no país, que considera a soma dos resultados financeiro e comercial, fechou o ano com resultado positivo, com a entrada de US$ 28,7 bilhões, melhor índice desde 2007, enquanto em 2008 o saldo foi negativo em US$ 983 milhões. A recuperação é explicada principalmente pelo aquecimento do mercado financeiro nacional motivado pela retomada do crescimento da economia brasileira.

4. Consumo de Energia Elétrica

Afetado pela crise econômica e consequente retração da demanda por energia por parte das indústrias, o consumo de energia elétrica no Brasil em 2009 totalizou 388.204 GWh, indicando queda de 1,1% em relação ao do ano anterior, conforme dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

O primeiro semestre acumulou retração de 2,7% no consumo total, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. No segundo semestre do ano, a recuperação lenta e gradual da economia resultou em um pequeno crescimento de 0,3% no consumo de energia em comparação ao mesmo período do ano anterior.

No ano, o consumo na indústria caiu 8,0% em relação a 2008, enquanto que os consumos residencial e comercial subiram 6,2% e 6,1%, respectivamente.

5. Desempenho Operacional

5.1. Disponibilidade

Em 2009, as usinas operadas pela Tractebel Energia alcançaram o patamar de 98,9% de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, o que representou um recorde para a Companhia dentro do seu histórico, sendo 99,5% nas usinas hidrelétricas, 96,8% nas usinas termelétricas e 92,7% nas usinas complementares, ou seja, PCHs, eólicas e as movidas a biomassa.

Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global foi de 95,1%, sendo 96,5% para as hidrelétricas, 88,6% para as termelétricas e 89,1% para as complementares.

5.2. Produção

A produção de energia elétrica nas usinas operadas pela Tractebel Energia em 2009 foi de 31.763 GWh (3.626 MW médios), sendo 27.251 GWh (3.111 MW médios) provenientes das hidrelétricas, 4.178 GWh (477 MW médios) das termelétricas e 334 GWh (38 MW médios) das usinas complementares. Em relação a 2008, houve uma pequena queda de geração total, de 5,7%, o que pode ser atribuído à forte estiagem que afetou a Região Sul do país no primeiro semestre do ano.

A geração hidrelétrica foi 3,4% menor; a termelétrica, 22,8% menor; e a das complementares mais de 500% maior, sendo que neste caso a comparação fica comprometida devido ao ingresso considerável destas usinas durante e após 2008.

Como a capacidade instalada de origem hidrelétrica da Tractebel Energia representa aproximadamente 80% do total e as maiores hidrelétricas estão localizadas no sul do país, fica evidente a relação entre as condições hidrológicas verificadas nesta região e o nível de produção da Companhia.

Cabe ressaltar que o aumento da geração hidrelétrica da Companhia não resulta necessariamente em melhoria de seu desempenho econômico-financeiro. Da mesma forma, a redução daquele tipo de geração não implica obrigatoriamente em deterioração do desempenho econômico-financeiro. Esta característica deve-se à adoção do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que compartilha os riscos de geração hidrelétrica entre os seus participantes.

Com relação à geração termelétrica da Companhia, o seu aumento reduz a exposição ao Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), sendo o inverso também verdadeiro, mantidas as outras variáveis.

Continua...

DCSC – 5COL X 35CM – PÁG. 1
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DCSC_relatorio_color.indd 1 16/3/2010 16:42:42

5.3. Clientes

Com uma diversificada carteira de clientes, a Tractebel Energia atende às distribuidoras de energia, por meio de leilões de energia organizados pelo Governo, às comercializadoras e clientes livres (majoritariamente grandes consumidores industriais), por meio de contratos flexíveis no tocante ao volume de energia contratada e à duração.

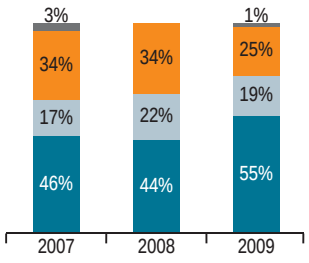
Adicionalmente, no segmento de clientes livres, a Companhia adota a estratégia de diversificação de vendas entre indústrias de diferentes setores da economia.

Com um estreito relacionamento com seus clientes, a Companhia detecta suas necessidades e desenvolve produtos e serviços individualizados, que atendem especificamente sua demanda e contribuem para sua fidelização.

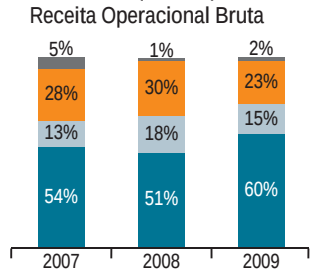
Ao final de 2009, a Tractebel Energia contava com mais de 140 clientes. No exercício, os clientes livres representaram 25,1% do portfólio nas vendas físicas da Companhia e 23,3% da receita operacional bruta relativa às vendas contratadas, o que representou reduções de 8,8 p.p. e 7,1 p.p., respectivamente, em relação ao ano anterior.

A redução do volume vendido para os clientes livres, da ordem de 23,8% em relação a 2008, reflete, em partes aproximadamente iguais, o término de contratos que tiveram sua energia direcionada para as distribuidoras - em razão do início de fornecimento de 874 MW médios para o *pool* - e os efeitos da crise mundial sobre a produção desses clientes, e consequentemente seu menor consumo de energia.

Participações de Clientes nas Vendas Físicas



Participação de Clientes nas Vendas Contratadas que compõem a Receita Operacional Bruta



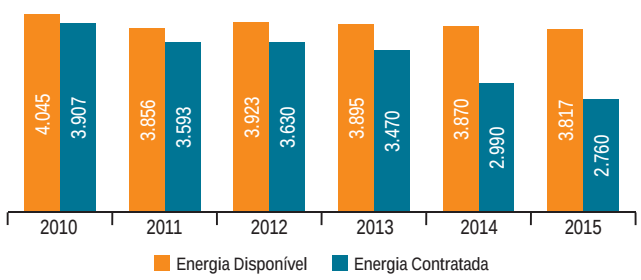
Distribuidoras | Comercializadoras | Clientes Livres | Exportação

5.4. Balanço de Energia

Com base em previsões do setor, que apontam para um potencial aumento de preço de energia, a Companhia optou por ter parte de sua disponibilidade descontratada a partir de 2011.

De acordo com os dados de capacidade comercial própria e contratos de compra e venda em vigor na data de 31 de dezembro de 2009, o balanço de energia da Tractebel Energia mostra que a Companhia está com sua disponibilidade de energia, incluindo aquisições de terceiros, quase totalmente contratada em 2010.

Balanço de Energia (MW médios)



Energia Disponível | Energia Contratada

6. Desempenho Econômico-Financeiro

A Tractebel Energia obteve em 2009 um excelente desempenho econômico-financeiro, apesar do cenário econômico adverso descrito anteriormente.

A mudança de tratamento contábil aplicada em 2009 aos contratos de *swap* de submercados de energia, que passaram a ser apresentados líquidos no item receita operacional bruta e aos encargos de uso de rede elétrica e conexão, que passaram a ser apresentados no item custos de energia elétrica e serviços e não mais no item despesas com vendas, determinou a reclassificação de valores de algumas rubricas. De modo a permitir a análise entre os períodos comparados, os valores de 2008 e 2007 apresentados a seguir já contemplam tais reclassificações.

6.1. Principais Indicadores

As informações apresentadas a seguir se encontram em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Contábeis.

Indicadores	2007	2008	2009	Variação 09/08
Indicadores Econômicos (R$ milhões)				
Receita Operacional Bruta	3.338,3	3.793,3	3.886,3	2,5%
Receita Operacional Líquida	3.017,0	3.400,3	3.496,7	2,8%
EBITDA *(1)*	1.850,7	2.176,6	2.177,7	0,1%
Margem EBITDA (%)	61,3	64,0	62,3	(1,7 p.p.)
Resultado de Serviço - EBIT *(2)*	1.620,0	1.910,2	1.837,8	(3,8%)
Resultado Financeiro	(134,7)	(320,7)	(239,8)	(25,2%)
Lucro Líquido	1.045,7	1.115,2	1.134,4	1,7%
Indicadores Financeiros (R$ milhões)				
Ativo Total	6.598,0	8.341,8	9.654,1	15,7%
Patrimônio Líquido	2.816,9	3.170,8	3.681,3	16,1%
Investimentos	379,4	1.488,9	323,6	(78,3%)
Dívida Líquida Ajustada *(3)*	1.019,1	2.558,6	2.160,0	(15,6%)
Ações				
Nº de Ações (mil)	652.742	652.742	652.742	-
Lucro Líquido por Ação (R$)	1,6019	1,7084	1,7379	1,7%
Preço Médio da Ação - ON (R$) *(4)*	20,32	20,99	19,33	(7,9%)
Distribuição de Dividendos (R$ milhões)	993,0	756,0	623,9	(17,5%)
Mercado				
Vendas de Energia (GWh)	32.800	30.661	30.911	0,8%
Vendas de Energia (MW Médios) *(5)*	3.744	3.491*(5)*	3.529	1,1%
Corpo Funcional				
Empregados (nº)	917	941	990	5,2%

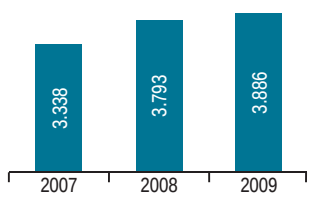
(1) EBITDA representa: lucro operacional + resultado financeiro + depreciação e amortização.
(2) EBIT representa: lucro operacional + resultado financeiro.
(3) Dívida líquida ajustada = dívida bruta - caixa e equivalentes de caixa.
(4) Média simples dos preços de fechamento.
(5) 2008 foi ano bissexto, o que influencia no cálculo de MW médios vendidos.

6.2. Receita Operacional Bruta

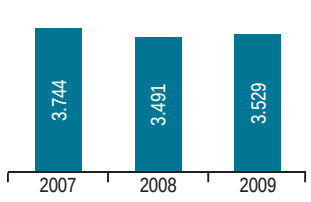
No exercício de 2009, a receita operacional bruta alcançou R$ 3.886,3 milhões, 2,5% superior àquela auferida em 2008, que foi de R$ 3.793,3 milhões. A evolução ocorreu em função, substancialmente, do que segue: (i) redução de R$ 230,9 milhões na receita de transações com a CCEE, conforme descrito a seguir em item específico; (ii) incremento de R$ 26,3 milhões na receita de exportação de energia para a Argentina e o Uruguai; (iii) ganho de R$ 35,0 milhões em razão do acordo com o Consórcio São Salvador para a indenização de perdas e danos resultantes do atraso na conclusão das obras da usina São Salvador; e (iv) aumento de R$ 264,7 milhões derivado do aumento do preço médio de venda em 7,7%, desconsiderando-se as exportações, cujos preços são voláteis e distorcem a análise de preços médios, de R$ 112,46/MWh para R$ 121,11/MWh, efeito que já embute a mudança na composição do portfólio de vendas da Companhia resultando na diminuição dos volumes vendidos através de contratos bilaterais para distribuidoras, comercializadoras e clientes livres e no correspondente aumento dos volumes vendidos para o *pool* de distribuidoras nos leilões com início de fornecimento em 1º de janeiro de 2009. Alternativamente, é correto afirmar que o crescimento da receita decorrente das vendas das empresas adquiridas ou que entraram em operação comercial durante ou após 2008 foi de R$ 131,1 milhões, considerando neste montante a indenização citada no item (iii) acima.

No acumulado de 2009, a quantidade de energia elétrica vendida atingiu 30.911 GWh (3.529 MW médios), 0,8% maior que os 30.661 GWh (3.491 MW médios) do ano de 2008.

Receita Operacional Bruta (R$ milhões)



Vendas Contratadas de Energia (MW médios)



6.2.1. Suprimento de Energia Elétrica

No acumulado de 2009, a receita de suprimento de energia, aquela originária da venda a agentes que não consumidores livres, alcançou R$ 2.828,3 milhões, superior em 18,7% à apresentada no mesmo período do ano anterior, que foi de R$ 2.383,1 milhões, efeito, principalmente, do seguinte: (i) acréscimo de venda em R$ 68,3 milhões pelas empresas adquiridas ou que entraram em operação durante ou após 2008; (ii) incremento no fornecimento para distribuidoras no valor de R$ 428,1 milhões (equivalentes a 3.251 GWh - 371 MW médios), em virtude da conjunção da venda ao *pool* de distribuidoras com o encerramento de contratos bilaterais que não foram renovados com algumas delas; (iii) queda na venda para comercializadoras no valor de R$ 93,6 milhões (correspondentes a 974 GWh - 112 MW médios), motivada pela necessidade de atendimento à já citada mudança na composição do portfólio de vendas; e (iv) aumento no preço médio de venda para as distribuidoras e comercializadoras em 5,0%, resultando em crescimento na receita de R$ 42,8 milhões.

6.2.2. Fornecimento de Energia Elétrica

A receita anual do fornecimento de energia (venda a consumidores livres) foi de R$ 878,8 milhões, decréscimo de 17,1% quando comparado aos R$ 1.059,5 milhões de 2008, consequência da combinação do seguinte: (i) queda do volume de vendas resultante do término de contratos e da redução de quantidades contratadas causada pela crise mundial, que resultou na diminuição da venda em R$ 298,7 milhões (correspondentes a 2.639 GWh - 301 MW médios); e (ii) elevação do preço médio de venda em 11,1%, proporcionando o crescimento da receita em R$ 118,1 milhões. Cabe considerar que a referida redução foi compensada pelo incremento da venda ao *pool* de distribuidoras, conforme anteriormente mencionado.

6.2.3. Transações no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

No acumulado de 2009, a receita foi de R$ 65,1 milhões, valor substancialmente inferior ao de 2008, que foi de R$ 296,0 milhões. Maiores explicações sobre estas operações podem ser encontradas no item detalhamento das operações na CCEE.

6.2.4. Exportação de Energia Elétrica

No exercício de 2009, a receita obtida com a exportação para a Argentina e Uruguai atingiu R$ 60,7 milhões, superior aos R$ 34,4 milhões obtidos no exercício de 2008.

6.3. Deduções da Receita Operacional

No ano de 2009, as deduções alcançaram R$ 389,6 milhões, valor pouco inferior ao de 2008, que foi de R$ 393,1 milhões, correspondendo a respectivamente 10,2% e 10,5% da receita bruta, excluída a exportação, sobre a qual não incide PIS, Cofins e ICMS. A variação dos saldos justifica-se basicamente (i) pela elevação do PIS e Cofins no montante de R$ 32,6 milhões devido à mudança do sistema cumulativo (alíquota a 3,65%) para o não cumulativo (alíquota a 9,25%, mas com direito a crédito sobre determinadas transações) sobre os contratos com preços pré-determinados encerrados ao longo de 2008 e 2009; e (ii) pela queda do ICMS no valor de R$ 37,0 milhões, motivada pela redução do volume de vendas para consumidores industriais, transações em que há incidência de ICMS.

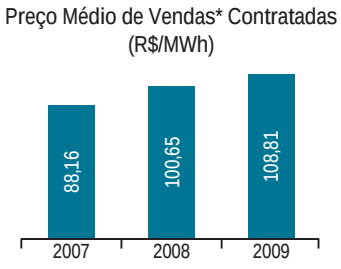
6.4. Receita Operacional Líquida

No exercício de 2009, a receita operacional líquida alcançou o valor de R$ 3.496,7 milhões, 2,8% acima do registrado em 2008, que foi de R$ 3.400,3 milhões. O aumento apresentado está diretamente relacionado ao comportamento da receita operacional bruta e das deduções da receita operacional, conforme anteriormente mencionado.

Receita Operacional Líquida (R$ milhões)

No acumulado do ano, o preço médio passou de R$ 100,65/MWh em 2008 para R$ 108,81/MWh em 2009, representando crescimento de 8,1%. Os referidos aumentos refletem o reajuste dos preços dos contratos existentes e os preços dos novos contratos, principalmente aqueles com os consumidores livres e com o *pool* de distribuidoras, conforme anteriormente mencionado.

Preço Médio de Vendas* Contratadas (R$/MWh)



* *Preço médio de venda de energia, líquido das exportações e deduções sobre a receita operacional.*

6.5. Custos de Energia Elétrica e Serviços

No exercício de 2009, os custos cresceram 5,4% em relação a 2008, atingindo R$ 1.463,3 milhões e R$ 1.388,3 milhões, respectivamente. Estas variações decorreram, principalmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

- **Energia elétrica comprada para revenda:** redução foi de R$ 53,7 milhões, originada conforme mencionado no item fornecimento de energia elétrica, e do menor volume de venda para comercializadoras, em decorrência da perda de atratividade derivada do menor Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) médio registrado durante 2009, R$ 38,74/MWh vis-à-vis R$ 135,29/MWh em 2008, sendo que a queda do volume comprado foi de 1.325 GWh (151 MW médios) e o acréscimo no preço da energia comprada foi de 19,1%. Uma considerável parte deste volume comprado foi contratada anos atrás, portanto, não guardando relação com o PLD médio mais baixo de 2009, de modo a possibilitar a Companhia vender produto de 30 anos no leilão de energia "botox" com início de entrega em 2009.
- **Transações no âmbito da CCEE:** redução de R$ 79,0 milhões em 2009, conforme comentado a seguir em item específico.
- **Encargos de uso de rede elétrica e conexão:** aumento de R$ 27,5 milhões no ano de 2009, em razão principalmente da incidência dos referidos encargos devidos pelas empresas adquiridas ou que entraram em operação durante e após 2008.
- **Combustíveis para produção de energia elétrica:** queda de R$ 66,4 milhões refletindo principalmente a combinação dos seguintes fatores: (i) consumo de óleo diesel nas usinas William Arjona e Alegrete, no valor de R$ 92,4 milhões em 2008 e inexpressivo em 2009, em virtude (i.i) do despacho em 2008 destas usinas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) com o objetivo de manter a segurança energética do sistema elétrico e devido às baixas afluências verificadas em determinados períodos daquele ano (estes custos foram compensados pelo aumento da receita na CCEE, conforme descrito em item específico), e (i.ii) da exportação, também em 2008, de energia para a Argentina e Uruguai através da Usina Termelétrica Alegrete; (ii) consumo de carvão no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda para geração de energia para exportação no montante de R$ 31,9 milhões no ano de 2009 e inexpressivo em 2008; e (iii) redução de R$ 5,6 milhões pelo ajuste no custo da biomassa utilizada para a geração de energia da Unidade de Co-geração Lages.
- **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** redução de R$ 1,6 milhão em decorrência principalmente da combinação do menor volume de geração hidrelétrica, ocasionado pela estiagem que atingiu a Região Sul do país no 2T09, com o reajuste tarifário anual.
- **Pessoal:** aumento de R$ 4,1 milhões justificado pelo reajuste salarial e de benefícios.
- **Materiais e serviços de terceiros:** acréscimo de R$ 8,6 milhões no ano de 2009, em razão principalmente das despesas com materiais e serviços incorridas pelas empresas adquiridas ou que entraram em operação durante e após 2008.
- **Depreciação e amortização:** aumento de R$ 75,3 milhões em 2009, em razão substancialmente da depreciação dos ativos das empresas adquiridas ou que entraram em operação durante e após 2008.

6.6. Detalhamento das Operações na CCEE

Os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos, sendo esta a razão para a criação do presente tópico. Assim, ele nos permite realizar uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente estes elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do chamado "risco de submercado"; (iii) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (iv) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (v), naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

No acumulado de 2009, o resultado líquido foi uma despesa de R$ 58,9 milhões contra uma receita líquida, no ano anterior, de R$ 251,1 milhões, ou seja, uma variação negativa no resultado de R$ 310,0 milhões entre os anos analisados. Esta variação decorreu, principalmente, pelo seguinte:

I. houve uma deterioração de R$ 26,5 milhões no resultado com o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que se transformou de uma receita líquida de R$ 12,3 milhões em 2008 em uma despesa líquida de R$ 14,2 milhões em 2009, em razão da redução de 3,4% na geração hidrelétrica da Companhia em 2009 causada pelos menores índices pluviométricos que em 2008. Parte deste aumento foi compensada por menor despesa com royalties, conforme descrito no item compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. Desta forma, falta explicar o saldo positivo de R$ 238,8 milhões para o resultado da CCEE em 2008 e o saldo negativo de R$ 44,7 milhões em 2009, o que é feito em II e III a seguir, respectivamente;

II. ao longo do ano de 2008, ocorreram grandes oscilações no PLD. Consequência da oportuna estratégia de alocação de energia assegurada anual das hidrelétricas, de uma maneira geral as posições vendedoras foram liquidadas em meses em que o PLD ficou elevado, enquanto que as posições compradoras recaíram sobre meses com PLD baixo. Os efeitos decorrentes desta combinação de resultados mensais foram os principais responsáveis pelos R$ 238,8 milhões mencionados no item I; e

III. em 2009, com a combinação do baixo PLD médio e da menor necessidade de geração fora da ordem de mérito, verificou-se a redução de 22,8% na geração termelétrica da Companhia, conforme comentado no item produção. Tal redução contribuiu para uma maior posição compradora ou menor posição vendedora na CCEE, dependendo do mês. Além de mais baixo, o PLD apresentou desvio-padrão bem inferior ao longo de 2009, reduzindo o potencial de ganho (e perda) decorrente da citada estratégia de alocação. Adicionalmente, as posições compradoras foram mais significativas nos meses em que o PLD foi um pouco mais elevado. Estes efeitos foram os principais responsáveis pelos R$ 44,7 milhões mencionados no item I.

DCSC – 5COL X 35CM – PÁG. 2

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

petran 11 3885.9696

[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DCSC_relatorio_color.indd 2 16/3/2010 16:42:47

6.7. Despesas Gerais e Administrativas

No ano de 2009, as despesas gerais e administrativas aumentaram ligeiramente, de R$ 162,3 milhões para R$ 162,9 milhões, em decorrência principalmente da combinação do seguinte: (i) crescimento das despesas com pessoal de R$ 5,1 milhões devido ao reajuste de salários e benefícios anuais; (ii) redução de R$ 2,8 milhões das despesas com contribuições e doações; e (iii) queda de R$ 1,8 milhão da despesa com depreciação e amortização.

6.8. Constituição de Provisões Operacionais

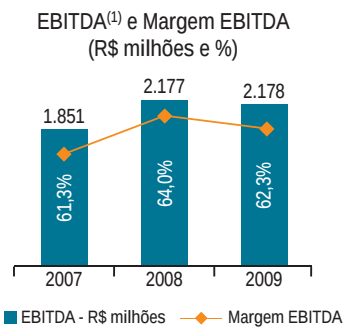
Em 2009, as despesas foram de R$ 30,9 milhões, ou seja, R$ 26,9 milhões superiores às de 2008, que foram de R$ 4,0 milhões. A variação decorre principalmente da combinação dos seguintes fatores: (i) provisão para contingências cíveis de R$ 30,4 milhões relativa substancialmente ao pleito de revisão de benefícios de aposentadoria pelas fundações de previdência privada patrocinadas pela Companhia; (ii) complemento da provisão anual para benefício pós-emprego de R$ 20,4 milhões; e (iii) reversão de provisão para contingências trabalhistas e fiscais de R$ 23,3 milhões devido a trânsito em julgado favorável e acordos realizados em ações judiciais.

6.9. Recuperação de PIS e Cofins e Ganhos em Ações Judiciais

No exercício de 2008, a Companhia reconheceu receita não recorrente de R$ 76,4 milhões relativa à recuperação de PIS e Cofins recolhidos indevidamente em períodos anteriores. Este montante refere-se, substancialmente, aos referidos impostos pagos sobre os valores relativos à recuperação do consumo dos combustíveis fósseis adquiridos com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que, de acordo com a orientação contida em despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a partir de novembro de 2005 deixaram de ser reconhecidos como receita operacional e passaram a ser contabilizados em conta retificadora de custo da produção de energia elétrica. Já no exercício de 2009, a Companhia registrou ganho não recorrente de R$ 8,4 milhões resultante de acordo judicial relativo à rescisão do contrato de construção da usina de biomassa São João.

6.10. EBITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos acima mencionados, o EBITDA foi de R$ 2.177,7 milhões no exercício de 2009, ligeiramente superior ao registrado no ano de 2008, que foi de R$ 2.176,6 milhões. A margem EBITDA em 2009 alcançou 62,3%, enquanto a de 2008 foi de 64,0%.



(1) EBITDA representa: lucro operacional + resultado financeiro + depreciação e amortização.

A fim de possibilitar a reconciliação do resultado operacional com o EBITDA, apresentamos a tabela abaixo:

(Valores em R$ mil)	2007	2008	2009	Variação 09/08
Resultado Operacional	1.485.338	1.589.520	1.598.011	0,5%
(+/–) Resultado Financeiro	129.482	320.676	239.789	(25,2%)
(+) Depreciação e Amortização	235.866	266.381	339.912	27,6%
EBITDA	**1.850.686**	**2.176.577**	**2.177.712**	**0,1%**

6.11. Resultado Financeiro

6.11.1. Receitas Financeiras

No acumulado de 2009, as receitas financeiras foram de R$ 86,9 milhões, R$ 36,3 milhões inferiores às de 2008, que foram de R$ 123,1 milhões, em função substancialmente do que segue: (i) queda de R$ 23,2 milhões na renda de aplicações financeiras devido à menor taxa de juros do mercado em 2009, um estímulo ao aumento de consumo para mitigar os reflexos da crise mundial; (ii) decréscimo da variação monetária sobre depósitos vinculados a litígios, no valor de R$ 4,3 milhões, em razão basicamente da menor taxa Selic entre os períodos comparados; e (iii) redução de R$ 8,8 milhões na variação monetária sobre contas a receber de longo prazo, em virtude da suspensão da atualização dos valores a receber.

6.11.2. Despesas Financeiras

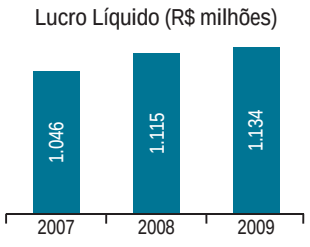
No exercício de 2009, as despesas financeiras caíram R$ 117,1 milhões, passando de R$ 443,8 milhões em 2008 para R$ 326,7 milhões em 2009 em razão, principalmente, da combinação dos efeitos a seguir descritos: (i) ganho cambial não realizado de R$ 157,9 milhões sobre os empréstimos e financiamentos resultante da desvalorização do dólar e do euro frente ao real; (ii) acréscimo de R$ 92,6 milhões nos encargos de dívida, em decorrência essencialmente dos encargos sobre as dívidas das empresas adquiridas ou que entraram em operação durante e após 2008, no valor de R$ 54,4 milhões, e sobre a 3ª e 4ª emissão de debêntures, no montante de R$ 50,1 milhões, e da redução de R$ 8,7 milhões dos encargos das notas promissórias quitadas em 2009; (iii) queda de R$ 76,8 milhões na variação monetária de dívidas, devido, principalmente, à menor variação do IGP-M e do IPCA em 2009 em relação a 2008; e (iv) perda de R$ 18,6 milhões na remuneração do Bônus do Tesouro dos Estados Unidos garantidores do empréstimo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

6.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa recuou de R$ 474,4 milhões em 2008 para R$ 463,7 milhões em 2009, valores correspondentes a, respectivamente, 29,8% e 29,0% do lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social.

6.13. Lucro Líquido

No exercício de 2009, o lucro líquido atingiu R$ 1.134,4 milhões, 1,7% superior ao do ano anterior, que foi de R$ 1.115,2 milhões, e representou R$ 1,737895 por ação. Excluindo-se os efeitos, líquidos de impostos, da indenização não recorrente reconhecida em 2009 em decorrência da rescisão do contrato de construção da usina de biomassa São João, de R$ 5,5 milhões, e da receita também não recorrente de R$ 50,4 milhões reconhecida em 2008 relativa à recuperação do PIS e Cofins recolhidos indevidamente em anos anteriores, o lucro líquido do ano em análise seria superior em 6,0% em relação ao do exercício anterior.



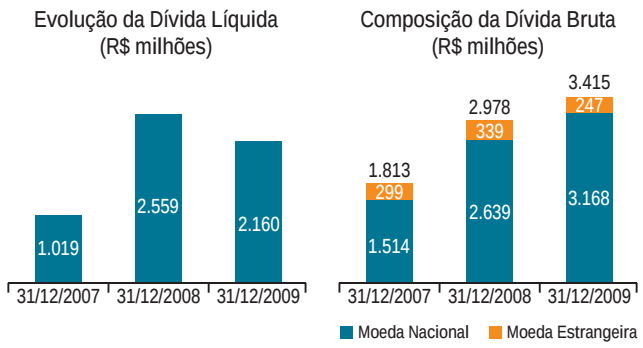
Do lucro líquido apurado no exercício, a Companhia distribuiu a seus acionistas R$ 623,9 milhões sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, o que representou um *payout* de 55,0%.

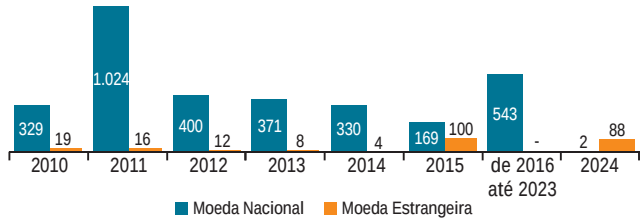
6.14. Endividamento

Em 31 de dezembro de 2009, a dívida líquida (dívida total menos caixa e equivalentes) da Companhia era de R$ 2.160,0 milhões, 15,6% inferior aos R$ 2.558,6 milhões registrados em 31 de dezembro de 2008, devido ao maior volume de recursos aplicados ao final de 2009 oriundos do saque de R$ 400,0 milhões da 4ª emissão de debêntures comentadas a seguir.

A dívida bruta total consolidada, representada principalmente por empréstimos, debêntures e financiamentos, totalizava R$ 3.414,6 milhões em 31 de dezembro de 2009, um incremento de 14,6% comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2008. Do total da dívida no final do período, 7,2% eram em moeda estrangeira (11,4% ao final de 2008), parcela que não estava sujeita a instrumentos de *hedge*.

O acréscimo do endividamento da Tractebel Energia está relacionado, principalmente, à combinação dos seguintes fatores: (i) saque junto ao BNDES e seus agentes financeiros no valor total acumulado de R$ 96,3 milhões entre os períodos, para fazer frente aos investimentos na Usina Hidrelétrica São Salvador, PCH Areia Branca e Usina Eólica Pedra do Sal (Pedra do Sal quitou o empréstimo ponte com o ABN Amro Real com aporte do BNDES); (ii) terceira emissão de debêntures de R$ 600,0 milhões, realizada no 2T09, cujo valor foi utilizado para quitar as notas promissórias da quarta emissão no valor de R$ 300,0 milhões, realizada em fevereiro de 2009, e parte dos R$ 400,0 milhões referentes às notas promissórias da terceira emissão, realizada em 20 de maio de 2008 e com vencimento em 15 de maio de 2009; (iii) quarta emissão de R$ 400,0 milhões em debêntures, realizada no 4T09, cujo valor destinou-se à aquisição da SUEZ Energia Renovável (SER), à redução de custos e alongamento de dívidas, bem como ao reforço do capital de giro para a condução dos negócios da Companhia; (iv) variação cambial positiva de R$ 77,7 milhões; e (v) a combinação de geração de encargos com amortizações de empréstimos e financiamentos em 2009, resultando em um valor líquido de R$ 182,9 milhões, em amortizações no período.





7. Investimentos

7.1. Manutenção, Revitalização e Ampliação do Parque Gerador

Em 2009, foram aplicados R$ 198,2 milhões nas construções da Usina Hidrelétrica São Salvador, da Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca, da Usina Eólica Pedra do Sal e da Usina Termelétrica Destilaria Andrade.

Além disso, foram investidos R$ 3,5 milhões no projeto da Usina Termelétrica Seival e R$ 3,0 milhões na aquisição de projetos de geração de energia eólica.

Outros R$ 118,9 milhões foram direcionados em 2009 aos projetos de manutenção e revitalização de suas usinas.

Desta forma, em 2009 os investimentos totalizaram R$ 323,6 milhões, valor 78,3% inferior aos R$ 1.488,9 milhões referentes ao ano anterior, devido à elevada soma de recursos investidos em 2008 na aquisição de seis usinas.

A previsão dos investimentos em manutenção e aqueles já comprometidos com a UHE São Salvador e os projetos UTE Destilaria Andrade, PCH Areia Branca e UHE Estreito totaliza R$ 2.211,7 milhões em 2010, R$ 178,2 milhões em 2011 e R$ 113,0 milhões em 2012.

7.2. Pesquisa e Desenvolvimento

Como forma de buscar soluções sustentáveis para suas operações e interagir com as instituições e fundações de ensino e pesquisa locais, a Tractebel Energia desenvolve seu programa anual de pesquisa e desenvolvimento, conforme determinação da Aneel.

Como forma de buscar soluções sustentáveis para suas operações e interagir com as instituições e fundações de ensino e pesquisa locais, a Tractebel Energia desenvolve seu programa anual de pesquisa e desenvolvimento, conforme determinação da Aneel. Em 2009, foram investidos R$ 41,4 milhões entre diversos projetos e recolhimentos ao Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Os projetos abrangem, principalmente, as seguintes áreas de criação e investimento:

- fontes alternativas de geração de energia elétrica;
- geração termelétrica;
- gestão de bacias e reservatórios;
- meio ambiente;
- eficiência energética;
- operação de sistemas de energia elétrica; e
- supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica.

Além disso, a Companhia investe continuamente em melhorias em tecnologia, com ênfase em seu parque gerador e sistemas informatizados, ciente de que o desenvolvimento científico e tecnológico é essencial à manutenção do alto padrão de qualidade dos seus serviços.

Informações sobre como participar do Programa, legislação envolvida, projetos realizados e em andamento, prêmios recebidos, entre outras, podem ser obtidas no website da Companhia, www.tractebelenergia.com.br, no link Pesquisa e Desenvolvimento.

8. Governança Corporativa

A conduta dos negócios da Companhia segue as melhores práticas de governança corporativa e o compromisso com a prestação de contas e com a transparência da gestão. As ações da Tractebel Energia são negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, segmento composto por ações de companhias que adotam práticas de governança corporativa adicionais às exigidas pela legislação brasileira.

Sua estrutura de controle interno foi adequada aos regulamentos da Sarbanes-Oxley (SOX), lei norte-americana voltada às companhias de capital aberto que visa à criação de mecanismos confiáveis de auditoria e segurança das informações para garantir a veracidade do conteúdo dos relatórios financeiros.

O Conselho de Administração da Companhia é composto por nove membros efetivos, sendo um Presidente, um Vice-Presidente, um representante dos empregados e dois membros independentes. A Diretoria Executiva possui sete membros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandatos de três anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho Fiscal, por sua vez, é um órgão não permanente, sendo instalado a pedido dos acionistas. Atualmente é formado por três membros e três suplentes, eleitos em maio de 2009, com mandato de um ano.

A Tractebel Energia conta ainda com órgãos de apoio, que contribuem em áreas específicas do negócio para executar suas atividades de forma eficiente e sustentável. Sua estrutura é formada por oito comitês, cujas ações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração, sendo eles os Comitês de Energia, de Gerenciamento de Risco, Financeiro, de Planejamento Tributário, de Ética, de Inovação, de Sustentabilidade e Estratégico.

8.1. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária da Companhia tem direito de:

- voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária;
- de receber dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado, conforme previsto na política de dividendos que, adicionalmente, declara intenção de pagar em cada ano calendário dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em valor não inferior a 55% do lucro líquido ajustado em distribuições semestrais;
- de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social;
- de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição; e
- de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com o regulamento do Novo Mercado, as ações ordinárias podem ser incluídas em oferta pública de ações, em decorrência da alienação do controle da Companhia, recebendo, no mínimo, 100% do preço pago por ação ordinária do bloco de controle. Além disso, a Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

8.2. Política de Divulgação de Informações

A Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Ações da Tractebel Energia atende às regras de transparência e às exigências dos órgãos reguladores do mercado financeiro, como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a BM&FBovespa. A Companhia divulga fatos relevantes conforme a Instrução nº 358/02 da CVM, que exige a disponibilização de dados sobre seus negócios, de forma a dar aos investidores tempo hábil para a tomada de decisão. As divulgações dos resultados trimestrais, dos fatos relevantes, *release* de resultados, dos relatórios anuais, dos documentos arquivados na CVM, das políticas e práticas da Companhia e outras informações institucionais estão disponíveis no website de Relações com Investidores (www.tractebelenergia.com.br).

8.3. Código de Ética

A conduta de todos os empregados e parceiros da Companhia é pautada pelo seu Código de Ética, atualmente em sua segunda versão, que reafirma os valores corporativos, esclarece questões de comportamento ético e define princípios a serem observados no relacionamento com os públicos com os quais a Companhia interage. O Comitê de Ética da Tractebel Energia desenvolve constantemente ações de formação e conscientização, a fim de garantir o conhecimento adequado do Código de Ética ao público em geral e, principalmente, aos empregados.

Alinhado aos valores e princípios da GDF SUEZ, o documento é distribuído a todos os empregados, disseminado na Intranet e está disponível no website da Companhia (www.tractebelenergia.com.br).

8.4. Regimento Interno do Conselho de Administração

Há dois anos a Tractebel Energia elaborou e implantou, com base em documento similar utilizado por seu controlador, o Regimento Interno do Conselho de Administração. O documento visa assegurar a eficácia da contribuição de cada Conselheiro, em linha com os padrões de valores, ética e integridade independentes que se espera que eles venham a observar. O documento está disponível no site da Companhia (www.tractebelenergia.com.br), na seção "Governança Corporativa" sob o item "Códigos e Políticas".

9. Mercado de Capitais

A Tractebel Energia possui ações ordinárias negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa sob o código TBLE3. Suas ações integram o Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG), o Índice de Energia Elétrica (IEE) e, desde o início da carteira, em 2005, suas ações foram selecionadas, pelo quinto ano consecutivo, a compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

A Companhia negocia ainda ADRs (*American Depositary Receipts*) Nível 1 no mercado de balcão norte-americano *Over-The-Counter* (OTC) sob o código TBLEY, sendo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

O ano de 2009 começou marcado pelo agravamento da crise econômica internacional iniciada em 2008, que atingiu o setor bancário e os mercados monetário e de capitais, que sofreram quedas significativas. A economia brasileira, também impactada pela crise, porém em menor grau que as economias norte-americana e da Zona do Euro, apenas no segundo semestre voltou a apresentar sinais de crescimento.

Neste cenário, o Ibovespa se recuperou e encerrou 2009 com alta de 82,7%, superando o declínio de 41,2% do ano anterior, acompanhado da valorização de 59,1% do Índice

DCSC – 5COL X 35CM – PÁG. 3

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

petran 11 3885.9696

[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DCSC_relatorio_color.indd 3 16/3/2010 16:42:51

do Setor Elétrico (IEE), que em 2008 havia apresentado queda de 11,6%. As ações da Tractebel Energia encerraram o ano em alta de 16,1%.

Os papéis da Companhia registraram presença em 100% dos pregões da BM&FBovespa em 2009, sendo que o volume médio diário de negociação foi de R$ 13,6 milhões no período.

9.1. Relações com Investidores

O departamento de Relações com Investidores é responsável pelo atendimento aos acionistas, investidores e potenciais investidores e pela divulgação de informações sobre o desempenho da Companhia por meio de eventos, como o da Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capitais (Apimec), bem como por teleconferências e visitas às centrais geradoras, por meio do programa Por Dentro da Tractebel. Adicionalmente, participa constantemente de conferências e seminários dos principais bancos de investimento e corretoras, promovendo assim o acesso necessário do público investidor às informações da Companhia. Os canais de contato com os investidores e analistas de mercado são o website de relações com investidores, o telefone do departamento (48 3221-7221) e as reuniões diretas.

10. Recursos Humanos

A Tractebel Energia estrutura e implanta suas políticas de recursos humanos com o objetivo de nortear a atuação da Companhia na busca de um ambiente de trabalho ético, justo e responsável que garanta condições de desempenho, desenvolvimento e reconhecimento aos empregados.

Para manter essa estrutura, tendo como base a valorização do ser humano, e sustentar sua estratégia de negócio, a Companhia investe continuamente no desenvolvimento de programas de comunicação que fortalecem atitudes e comportamentos alinhados à cultura organizacional.

A cada dois anos, a Tractebel Energia avalia o desempenho da gestão de recursos humanos com o objetivo de estreitar a relação de confiança entre os empregados e a Companhia. Em 2009, ano em que foi realizada a última pesquisa de clima, os resultados da pesquisa de clima revelaram um índice de satisfação com o ambiente de trabalho de 70%, aumento de 11 p.p. desde o início do processo. Esse índice está acima da média do mercado geral e do setor elétrico, que registram 60% de satisfação.

Para suprir sua necessidade de profissionais especializados e qualificados, demandados pelos serviços oferecidos, a Companhia desenvolve o Programa de Sucessão, que objetiva a manutenção do corpo funcional sempre atualizado e qualificado, a contratação de novos empregados e a condução de um programa de desligamento voluntário vinculado à preparação de sucessores, com datas de saída programadas pela Companhia.

Em 2009 foram 82 admitidos e 33 desligados, compondo um quadro de empregados, ao final do período, de 990 empregados, sendo 861 homens e 129 mulheres. Desse total, 38% dos empregados têm formação universitária e 44% o segundo grau técnico.

A Tractebel Energia possui Acordos Coletivos de Trabalho assinados com sindicatos que representam seus empregados, em conformidade com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que incluem temas como reajuste salarial, planos de previdência e benefícios, segurança e saúde, equipamentos de proteção, treinamento e educação aos socorristas e às Comissões Internas de Prevenção a Acidentes (CIPAs).

10.1. Saúde e Segurança

Todas as operações da Companhia são conduzidas levando em conta práticas e programas voltados à saúde e segurança no trabalho tanto para os empregados próprios quanto para os de empresas de serviços terceirizados.

Em 2009, a Tractebel Energia atingiu todas as metas estabelecidas de saúde e segurança no trabalho, inclusive a de nenhum acidente fatal. A taxa de frequência foi de 3,3 e a taxa de gravidade de 0,078 para um total de 5.102.753 horas trabalhadas no ano por empregados próprios e de empresas prestadoras de serviços.

A Companhia busca constantemente aprimorar sua política de saúde e segurança, além de buscar conscientizar os empregados para a melhoria desses índices. Anualmente, é realizado um check-up médico para todos os empregados, que, além disso, possuem um plano individual de saúde que estabelece metas associadas, por exemplo, a peso e nível de colesterol, com base nos resultados dos exames.

10.2. Benefícios

São oferecidos a todos os empregados e seus dependentes um auxílio à recuperação da saúde, que cobre as áreas médica, odontológica, farmacêutica e psicológica, fonoaudiológica e nutricional. Além disso, a Tractebel Energia oferece seguro de vida em grupo, cobertura para incapacidade e invalidez, licença maternidade e paternidade, auxílio creche às empregadas, alimentação e vale transporte, previdência privada e auxílio no atendimento aos portadores de necessidades especiais.

O plano de previdência privada da Tractebel Energia é administrado pela PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar, constituído por 50% de contribuição dos empregados e 50% da Companhia, e tem a participação de 99,0% dos empregados, em sua grande maioria em plano de contribuição definida.

A Companhia também patrocina 2.167 ex-empregados aposentados, que são de sua responsabilidade, e que optaram por não fazer parte do plano da Tractebel Energia na PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar, e fazem parte da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS).

Em 2009, o total de recursos repassados pela Companhia para os fundos de pensão foi de R$ 48,6 milhões.

10.3. Treinamento e Desenvolvimento

Com o objetivo de sempre proporcionar oportunidades de desenvolvimento e qualificação aos seus empregados, a Companhia possui um programa de treinamento e desenvolvimento e oferece auxílio à formação educacional em diferentes níveis acadêmicos. Em 2009, a média de treinamento por empregado foi de 81,4 horas/empregado e mais de R$ 137 mil foram oferecidos em bolsas de formação educacional.

Desde 2000, a Tractebel Energia promove o Programa de *Trainees* para identificar, desenvolver, qualificar e investir em novos talentos. O programa já formou 80 profissionais, dos quais 59 permanecem em diversas áreas da Companhia.

10.4. Remuneração e Participação nos Resultados

A Tractebel Energia adota a equidade salarial entre gêneros e etnias. Alinhada às práticas de mercado, a remuneração fixa dos empregados da Companhia é monitorada por meio de pesquisas salariais periódicas.

Os empregados recebem ainda uma participação anual nos resultados, proporcional à remuneração e ao desempenho individual e alcance das metas previamente estabelecidas. Em 2009, foram distribuídos aos empregados R$ 14,6 milhões como participação nos resultados do exercício anterior.

10.5. Balanço Social

Tractebel Energia - Consolidado	2009	2008
1. BASE DE CÁLCULO	**R$ mil**	**R$ mil**
1.1 - Receita Líquida	3.496.677	3.400.250
1.2 - Resultado Operacional	1.598.011	1.589.520
1.3 - Folha de Pagamento Bruta	97.220	93.011

2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R$ mil	% sobre a Folha de Pagamento Bruta	% sobre a Receita Líquida	R$ mil	% sobre a Folha de Pagamento Bruta	% sobre a Receita Líquida
2.1 - Alimentação	7.960	8,19	0,23	7.191	7,73	0,21
2.2 - Encargos Sociais Compulsórios	31.444	32,34	0,90	29.517	31,73	0,87
2.3 - Previdência Privada	34.934	35,93	1,00	32.745	35,21	0,96
2.4 - Saúde	12.770	13,14	0,37	11.058	11,89	0,33
2.5 - Educação	3.037	3,12	0,09	3.955	4,25	0,12
2.6 - Participação nos Resultados	17.010	17,50	0,49	14.982	16,11	0,44
2.7 - Outros Benefícios	6.496	6,68	0,19	5.377	5,78	0,16
TOTAL (2.1 a 2.7)	**113.651**	**116,90**	**3,27**	**104.825**	**112,70**	**3,09**

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R$ mil	% sobre o Resultado Operacional	% sobre a Receita Líquida	R$ mil	% sobre o Resultado Operacional	% sobre a Receita Líquida
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	827.523	51,78	23,67	840.816	52,90	24,73
3.2 - Contribuição p/ a Sociedade/Investimentos na Cidadania	9.078	0,57	0,26	8.429	0,53	0,25
TOTAL (3.1 a 3.2)	**836.601**	**52,35**	**23,93**	**849.245**	**53,43**	**24,98**

4. INDICADORES AMBIENTAIS	R$ mil	% sobre o Resultado Operacional	% sobre a Receita Líquida	R$ mil	% sobre o Resultado Operacional	% sobre a Receita Líquida
4.1 - Relacionados com a operação da Empresa	13.685	0,86	0,39	11.281	0,71	0,33
4.2 - Relacionados com projetos em curso	53.462	3,35	1,53	38.331	2,41	1,13
TOTAL (4.1 a 4.2)	**67.147**	**4,21**	**1,92**	**49.612**	**3,12**	**1,46**

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	Quantidade	Quantidade
5.1 - Nº de empregados no final do exercício	990	941
5.2 - Nº de admissões durante o exercício	82	61
5.3 - Nº de empregados (as) terceirizados	729	2.235
5.4 - Nº de estagiários (as)	71	61
5.5 - Nº de empregados (as) acima de 45 anos	362	382
5.6 - Nº de mulheres que trabalham na Companhia	129	122
5.7 - % de cargos de chefia ocupados por mulheres	3,70%	3,70%
5.8 - Nº de negros (as) que trabalham na Companhia	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a este indicador.	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a este indicador.

11. Responsabilidade Socioambiental

A gestão da Tractebel Energia guia seus negócios sempre compromissada com a excelência de sua operação e responsabilidade de sua atuação. A cultura organizacional e as práticas da Companhia refletem esse compromisso com o equilíbrio entre o crescimento da Companhia e o desenvolvimento sustentável e balanceado das dimensões econômica, social e ambiental de todos os seus públicos.

Essas premissas são aplicadas à gestão socioambiental da Companhia por meio de quatro diretrizes:

- **operacional:** maximizar a geração de energia observando o planejamento do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), preservando as condições ambientais e garantindo a segurança dos aproveitamentos;
- **ambiental:** gerar energia em observância às normas de segurança, ao uso racional dos recursos naturais e à preservação do patrimônio público;
- **patrimonial:** utilizar estritamente as áreas necessárias aos empreendimentos, realocar áreas remanescentes para uso social e ambiental, detectando e impedindo seu uso irregular; e
- **relacionamento com a sociedade:** participar da vida das comunidades localizadas nas áreas de influência dos empreendimentos, procurando identificar e satisfazer suas expectativas, disponibilizando mecanismos de comunicação abertos e permanentes.

Para promover e manter o conceito de desenvolvimento sustentável internamente e conciliar os interesses dos diversos públicos que interagem com a Companhia, a Tractebel Energia conta com um Comitê de Sustentabilidade, que desenvolve o sistema pró-ativo de responsabilidade socioambiental e assegura a transparência das ações e o uso ético dos recursos aplicados.

Como reflexo de seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, a Tractebel Energia foi selecionada em 2009, pelo quinto ano consecutivo, para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, composta por ações de empresas com reconhecido compromisso com práticas de sustentabilidade e que apresentam os melhores desempenhos com relação à eficiência econômica, comunicação e relacionamento com seus públicos de interesse, responsabilidade socioambiental e governança corporativa. A Companhia se mantém no Índice desde sua criação, em 2005.

11.1. Gestão Ambiental

A gestão ambiental da Companhia está amparada na utilização de programas e outras ferramentas que permitem identificar e administrar os impactos gerados e, assim, minimizá-los por meio de melhorias operacionais e de controle dos riscos.

Para isso, as operações são realizadas em conformidade com o Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Meio Ambiente, que mantém mecanismos e procedimentos operacionais adequados a cada uma das usinas, levando em conta as especificidades das atividades envolvidas e as características socioambientais de cada região.

Nas hidrelétricas, por exemplo, são desenvolvidas ações para mitigar ou compensar os impactos decorrentes da implantação e da operação dos reservatórios das usinas. Nas termelétricas, por sua vez, o foco está no controle da qualidade do ar, do volume e da qualidade dos efluentes líquidos e dos resíduos sólidos, e no uso racional de recursos naturais.

Além disto, todas as operações da Companhia encontram-se alinhadas com seu Código de Ética e com seu Código de Meio Ambiente, atendendo às expectativas de seu público de interesse, sobretudo, os órgãos ambientais competentes.

As usinas de geração de energia operadas pela Tractebel Energia possuem as certificações internacionais NBR ISO 9001:2000 e NBR ISO 14001:2004 (com exceção da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, das PCHs Rondonópolis e José Gelazio da Rocha e das usinas eólicas Beberibe e Pedra do Sal, que passaram a integrar os ativos da Companhia a partir de 2008) e estarão sendo submetidas à auditoria de certificação segundo os requisitos da NBR 16001 (Responsabilidade Social) e OHSAS 18001 (Saúde e Segurança Ocupacional) no final de 2010.

A Unidade de Co-geração Lages é oficialmente registrada junto ao Comitê Executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, como atividade que atende aos requisitos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e está habilitada a gerar créditos de carbono, conforme estabelecido pelo Protocolo de Kyoto, e comercializá-los pela empresa Lages Bioenergética Ltda.

As emissões de gases que a operação da usina evita são reconhecidas globalmente como créditos de carbono, que podem ser comercializados. Esses créditos são obtidos pela usina ao gerar energia a partir de resíduos da indústria madeireira da região, pois a emissão do gás metano que seria liberado com a decomposição natural da madeira contribuiria mais intensamente para o efeito estufa do que os gases resultantes do processo de combustão da mesma, em especial, o gás carbônico (CO_2).

Até 2009, 1,2 milhão de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) já haviam sido vendidas. Em 2006 e 2008, respectivamente, 190 mil e 270 mil RCEs foram vendidas no mercado de Créditos de Carbono. No ano de 2009, 750 mil RCEs foram vendidas ao *Prototype Carbon Fund* (PCF). Essa última venda deve ser entregue em parcelas anuais de 88 mil toneladas até 2013, com a última parcela, de 134 mil toneladas, a ser repassada em 2014. O PCF é o fundo para compra de créditos de carbono administrado pelo Banco Mundial e o volume da compra representa 40% do total de RCEs a serem emitidas futuramente.

11.2. Gestão Social

Buscando gerar valor e desenvolvimento para as comunidades do entorno de suas usinas, a política de responsabilidade social da Companhia guia as ações em três grandes áreas: programas sociais, programas ambientais e programas culturais.

Nos três programas, são desenvolvidos e apoiados projetos e atividades nas áreas de educação, voluntariado, cidadania, desenvolvimento cultural, conscientização, melhoria e educação ambiental, geração de emprego e renda e inserção no mercado de trabalho.

Além disso, desde o início do projeto de construção de seus empreendimentos, a Companhia realiza estudos de impacto socioambiental nas comunidades locais. Os estudos levantam aspectos da fauna e flora, cultura e história da comunidade e, com base nisso, propõem programas mitigadores de impacto, de modo a possibilitar a melhoria na qualidade de vida das populações atingidas, preservando o meio ambiente, resgatando sua identidade e a memória dos habitantes e construindo um lago na área do reservatório que fomente o turismo e, consequentemente, o desenvolvimento do comércio local.

Na implantação das usinas também são promovidas reuniões com representantes das comunidades, que ajudam na compreensão das características presentes nas construções locais, facilitando a realização de benfeitorias, entendidas como medidas compensatórias, que abrangem aspectos que vão além dos exigidos por lei.

12. Auditores Independentes

Conforme o disposto no Artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03, a Tractebel Energia informa que os auditores independentes da Companhia e de suas controladas, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2009.

13. Agradecimentos

A Tractebel Energia agradece a todos seus empregados, clientes, fornecedores, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia em 2009.

A Administração

DCSC – 5COL X 35CM – PÁG. 4
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DCSC_relatorio_color.indd 4 16/3/2010 16:42:54

...Continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

ATIVO	Nota	Controladora 2009	Controladora 2008	Consolidado 2009	Consolidado 2008
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.093.839	318.620	1.254.640	420.005
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	354.676	371.041	435.292	387.579
Dividendos a receber de controladas		12.347	9.000	-	-
Alienação de bens e direitos	11	-	17.448	-	17.448
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	15.255	17.069	72.920	27.035
Estoques	7	39.419	57.749	44.652	58.788
Cauções e depósitos vinculados	8	31.491	-	33.511	1.414
Ativo fiscal diferido	9	15.310	13.642	15.896	14.488
Outros		34.477	34.463	31.870	31.480
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**1.596.814**	**839.032**	**1.888.781**	**958.237**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	27.861	22.613	74.482	106.682
Cauções e depósitos vinculados	8	-	-	63.738	25.162
Depósitos judiciais	22	167.649	159.906	168.427	161.005
Alienação de bens e direitos	11	86.886	68.469	86.886	68.469
Ativo fiscal diferido	9	211.059	201.673	223.265	208.431
Partes relacionadas	33	35.654	6.300	-	-
Outros		4.888	1.613	21.685	18.040
		533.997	**460.574**	**638.483**	**587.789**
Investimentos	12	**2.012.093**	**1.604.629**	**33.783**	**30.812**
Imobilizado	13	**3.310.823**	**3.414.337**	**6.978.033**	**6.638.263**
Intangível	14	**18.238**	**19.840**	**115.062**	**126.715**
		5.341.154	**5.038.806**	**7.126.878**	**6.795.790**
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**5.875.151**	**5.499.380**	**7.765.361**	**7.383.579**
TOTAL		**7.471.965**	**6.338.412**	**9.654.142**	**8.341.816**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora 2009	Controladora 2008	Consolidado 2009	Consolidado 2008
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	16	171.019	149.029	246.117	212.367
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27	251.422	154.497	251.422	154.497
Empréstimos e financiamentos	17	67.954	512.519	221.346	671.913
Debêntures	18	117.340	50.111	126.407	60.591
Tributos e contribuições sociais	19	381.416	370.548	411.616	404.108
Obrigações trabalhistas	20	40.708	36.559	41.233	37.759
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	21	43.061	55.037	48.112	60.270
Provisão para contingências	22	12.580	10.140	12.677	10.262
Concessões a pagar	23	1.857	1.873	37.419	2.343
Benefícios pós-emprego	24	25.478	21.642	25.478	21.642
Partes relacionadas	33	-	-	-	221.306
Outros		41.846	42.748	66.514	55.376
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**1.154.681**	**1.404.703**	**1.488.341**	**1.912.434**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	17	276.776	403.363	1.465.106	1.580.325
Debêntures	18	1.577.213	632.984	1.601.783	665.744
Obrigações trabalhistas	20	4.547	5.648	4.547	5.648
Provisões para contingências	22	71.017	71.512	78.536	75.750
Concessões a pagar	23	307.432	285.782	920.055	556.683
Benefícios pós-emprego	24	358.952	321.800	358.952	321.800
Passivo fiscal diferido	25	36.535	36.535	47.146	38.135
Outros		3.545	5.297	8.409	14.509
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**2.636.017**	**1.762.921**	**4.484.534**	**3.258.594**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	26	2.445.766	2.445.766	2.445.766	2.445.766
Reservas de capital	26	91.695	91.695	91.695	91.695
Reservas de lucros	26	1.143.806	633.327	1.143.806	633.327
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.681.267**	**3.170.788**	**3.681.267**	**3.170.788**
TOTAL		**7.471.965**	**6.338.412**	**9.654.142**	**8.341.816**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2009	Controladora 2008	Consolidado 2009	Consolidado 2008
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Suprimento de energia elétrica		2.746.652	2.361.026	2.828.342	2.383.081
Fornecimento de energia elétrica		232.785	383.042	878.846	1.059.455
Transações no âmbito da CCEE		58.696	285.520	65.075	295.971
Exportação de energia elétrica		60.661	34.395	60.661	34.395
Outras receitas		21.147	23.931	53.395	20.421
		3.119.941	**3.087.914**	**3.886.319**	**3.793.323**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL					
PIS e Cofins		(230.570)	(194.057)	(294.039)	(261.355)
ICMS		(39.870)	(68.308)	(66.491)	(103.515)
ISS		(395)	(357)	(464)	(373)
Pesquisa e desenvolvimento		(25.812)	(25.350)	(28.648)	(27.830)
		(296.647)	**(288.072)**	**(389.642)**	**(393.073)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**2.823.294**	**2.799.842**	**3.496.677**	**3.400.250**
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS					
Energia elétrica comprada para revenda		(199.914)	(166.619)	(392.099)	(445.773)
Transações no âmbito da CCEE		(121.881)	(40.988)	(123.945)	(44.909)
Encargos de uso de rede elétrica e conexão		(217.027)	(205.160)	(263.029)	(235.556)
Custo de produção de energia elétrica	28	(512.471)	(558.923)	(674.146)	(650.948)
Custo dos serviços prestados	28	(10.114)	(11.077)	(10.114)	(11.077)
		(1.061.407)	**(982.767)**	**(1.463.333)**	**(1.388.263)**
LUCRO BRUTO		**1.761.887**	**1.817.075**	**2.033.344**	**2.011.987**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	28	(12.565)	(11.467)	(14.831)	(14.527)
Despesas gerais e administrativas	28	(150.001)	(145.517)	(162.896)	(162.319)
(Constituição) reversão de provisões operacionais, líquida	29	(22.196)	813	(30.894)	(3.094)
Recuperação de PIS e Cofins	30	-	76.431	-	76.431
Ganhos em ações judiciais		8.392	2.595	8.392	2.595
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		4.858	(937)	4.685	(877)
		(171.512)	**(78.082)**	**(195.544)**	**(101.791)**
Resultado do serviço		**1.590.375**	**1.738.993**	**1.837.800**	**1.910.196**
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	12	104.553	54.698	-	-
Amortização de ágio	12	(2.710)	(3.031)	-	-
		101.843	**51.667**	**-**	**-**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	31	69.768	110.095	86.883	123.136
Despesas financeiras	31	(205.598)	(345.453)	(326.672)	(443.812)
		(135.830)	**(235.358)**	**(239.789)**	**(320.676)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		**1.556.388**	**1.555.302**	**1.598.011**	**1.589.520**
Imposto de renda	10	(307.567)	(320.542)	(336.668)	(346.923)
Contribuição social	10	(114.423)	(119.607)	(126.945)	(127.444)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.134.398**	**1.115.153**	**1.134.398**	**1.115.153**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM R$		**1,74**	**1,71**	**-**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2009	Controladora 2008	Consolidado 2009	Consolidado 2008
Atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		1.134.398	1.115.153	1.134.398	1.115.153
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:					
Depreciação e amortização	28	217.166	208.375	339.912	266.383
Resultado de participação societária	12	(101.843)	(51.667)	-	-
Variação monetária e cambial, líquida		(82.542)	127.142	(82.364)	154.662
Juros líquidos		62.339	80.672	146.311	147.461
Constituição (reversão) de provisões operacionais, líquida		35.970	(21.940)	46.098	(18.112)
Recuperação de PIS e Cofins	30	-	(76.431)	-	(76.431)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(11.053)	(213)	(5.637)	(4.917)
Outros		(2.986)	1.425	(2.794)	1.450
		1.251.449	**1.382.516**	**1.575.924**	**1.585.649**
Redução (aumento) nos ativos					
Consumidores, concessionárias e permissionárias		16.365	(25.161)	(47.713)	(30.581)
Tributos e contribuições sociais a compensar		1.969	25.363	(5.988)	26.511
Estoques		18.330	(8.273)	14.136	(8.705)
Cauções e depósitos vinculados/judiciais		(18.124)	34.374	(62.798)	59.219
Alienações de bens e direitos		(6.476)	(7.013)	(6.476)	(7.323)
Créditos da conta consumo de combustível (CCC/CDE)		9.494	(10.757)	9.494	(10.757)
Outros		1.564	213	(9.592)	(7.047)
		23.122	**8.746**	**(108.937)**	**21.317**
Aumento (redução) nos passivos					
Fornecedores		21.990	(86.490)	33.749	(63.125)
Tributos e contribuições sociais		(18.149)	140.450	(25.855)	99.452
Obrigações trabalhistas		3.024	6.667	2.345	4.742
Provisão para contingências		(9.524)	(8.767)	(9.519)	(7.235)
Benefícios pós-emprego		(40.250)	(31.390)	(40.250)	(31.390)
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento		(11.976)	9.992	(12.158)	11.302
Outros		(7.354)	1.496	937	16.947
		(62.239)	**31.958**	**(50.751)**	**30.693**
Recursos provenientes das atividades operacionais		**1.212.332**	**1.423.220**	**1.416.236**	**1.637.659**
Atividades de investimento					
Aumento em investimentos, líquido das disponibilidades	12	(313.040)	(885.312)	(2.971)	(831.451)
Aplicação no imobilizado		(110.238)	(69.923)	(315.563)	(401.700)
Aplicação no intangível	14	(3.603)	(607)	(4.621)	(65.331)
Dividendos recebidos de controladas		4.071	64.402	-	-
Recursos utilizados nas atividades de investimentos		**(422.810)**	**(891.440)**	**(323.155)**	**(1.298.482)**
Atividades de financiamento					
Empréstimos, financiamentos e debêntures		1.299.480	400.000	1.404.796	583.531
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures		(789.897)	(103.476)	(946.795)	(187.011)
Disponibilidades recebidas na incorporação de controlada		-	28.344	-	-
Partes relacionadas		(28.745)	-	(221.306)	-
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio		(495.141)	(1.109.783)	(495.141)	(1.109.783)
Recursos utilizados nas atividades de financiamentos		**(14.303)**	**(784.915)**	**(258.446)**	**(713.263)**
Total dos efeitos no caixa e equivalentes		**775.219**	**(253.135)**	**834.635**	**(374.086)**
Caixa e equivalentes					
Saldo inicial		318.620	571.755	420.005	794.091
Saldo final		1.093.839	318.620	1.254.640	420.005
		775.219	**(253.135)**	**834.635**	**(374.086)**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA - DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de Lucros – Reserva legal	Reservas de Lucros – Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31.12.2007		**2.445.766**	**91.695**	**249.496**	**29.896**	**-**	**2.816.853**
Efeito dos ajustes da Lei 11.638/07	2	-	-	-	(4.919)	-	**(4.919)**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.115.153	**1.115.153**
Destinação do lucro:							
- reserva legal	26	-	-	55.758	-	(55.758)	**-**
- dividendos e juros sobre o capital próprio - R$ 1,1586484519 por ação	27	-	-	-	-	(756.299)	**(756.299)**
- reserva de retenção de lucros	26	-	-	-	303.096	(303.096)	**-**
SALDOS EM 31.12.2008		**2.445.766**	**91.695**	**305.254**	**328.073**	**-**	**3.170.788**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.134.398	**1.134.398**
Proposta da Administração de destinação do lucro:							
- reserva legal	26	-	-	56.720	-	(56.720)	**-**
- dividendos e juros sobre o capital próprio - R$ 0,9558426155 por ação	27	-	-	-	-	(623.919)	**(623.919)**
- reserva de retenção de lucros	26	-	-	-	453.759	(453.759)	**-**
SALDOS EM 31.12.2009		**2.445.766**	**91.695**	**361.974**	**781.832**	**-**	**3.681.267**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DCSC – 5COL X 35CM – Pág. 5

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DCSC.indd 5 16/3/2010 16:43:05

...Continuação

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora 2009	Controladora 2008	Consolidado 2009	Consolidado 2008
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Receitas de vendas e serviços		3.119.941	3.087.914	3.886.319	3.793.323
Recuperação de PIS e Cofins	30	-	76.431	-	76.431
Outros		14.078	1.658	13.307	1.718
		3.134.019	**3.166.003**	**3.899.626**	**3.871.472**
(-) Insumos					
Material	28	(21.453)	(21.042)	(23.300)	(22.733)
Serviço de terceiro	28	(97.420)	(98.153)	(119.222)	(111.217)
Combustível para produção de energia	28	(32.547)	(92.456)	(37.582)	(103.968)
Energia elétrica comprada para revenda		(199.914)	(166.619)	(392.099)	(445.773)
Transações no âmbito da CCEE		(121.881)	(40.988)	(123.945)	(44.909)
Encargos de uso de rede elétrica e conexão		(217.027)	(205.160)	(263.029)	(235.556)
Seguros	28	(8.302)	(7.906)	(9.754)	(9.159)
Outros		(50.272)	(24.235)	(59.988)	(33.372)
		(748.816)	**(656.559)**	**(1.028.919)**	**(1.006.687)**
VALOR ADICIONADO BRUTO		**2.385.203**	**2.509.444**	**2.870.707**	**2.864.785**
Depreciação e amortização	28	(217.166)	(208.375)	(339.912)	(266.383)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		**2.168.037**	**2.301.069**	**2.530.795**	**2.598.402**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Receitas financeiras	31	69.768	110.095	86.883	123.136
Resultado de participações societárias	12	101.843	51.667	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		**2.339.648**	**2.462.831**	**2.617.678**	**2.721.538**

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora 2009	%	Controladora 2008	%	Consolidado 2009	%	Consolidado 2008	%
Remuneração:								
Do trabalho								
Remuneração e encargos	96.696	4,13	94.389	3,83	98.761	3,77	97.682	3,59
Benefícios	35.014	1,50	30.731	1,25	35.213	1,35	30.889	1,13
FGTS	7.076	0,30	6.041	0,25	7.286	0,28	6.380	0,23
Participação nos resultados	16.929	0,72	14.905	0,61	17.010	0,65	14.982	0,55
	155.715	**6,65**	**146.066**	**5,94**	**158.270**	**6,05**	**149.933**	**5,50**
Do governo								
Impostos federais	687.701	29,40	663.026	26,92	793.973	30,33	766.468	28,17
Impostos estaduais	40.496	1,73	68.462	2,78	67.522	2,58	103.674	3,81
Impostos municipais	1.014	0,04	820	0,03	1.117	0,04	863	0,03
Encargos setoriais	114.382	4,89	116.088	4,71	134.243	5,13	133.636	4,91
Encargos s/ concessão a pagar	23.498	1,00	42.785	1,74	60.990	2,33	83.371	3,06
	867.091	**37,06**	**891.181**	**36,18**	**1.057.845**	**40,41**	**1.088.012**	**39,98**
Do capital de terceiros								
Encargos e variações monetárias/cambiais	162.904	6,96	292.106	11,86	243.760	9,31	343.427	12,62
Aluguéis	10.236	0,44	11.586	0,47	11.686	0,45	11.961	0,44
Outras despesas financeiras	9.304	0,40	6.739	0,27	11.719	0,45	13.052	0,48
	182.444	**7,80**	**310.431**	**12,60**	**267.165**	**10,21**	**368.440**	**13,54**
Do capital próprio								
Reserva legal	56.720	2,42	55.758	2,26	56.720	2,17	55.758	2,05
Juros sobre o capital próprio	194.000	8,29	176.000	7,15	194.000	7,41	176.000	6,47
Dividendos	429.919	18,37	580.299	23,56	429.919	16,42	580.299	21,32
Reserva de retenção de lucros	453.759	19,41	303.096	12,31	453.759	17,33	303.096	11,14
	1.134.398	**48,49**	**1.115.153**	**45,28**	**1.134.398**	**43,33**	**1.115.153**	**40,98**
	2.339.648	**100,00**	**2.462.831**	**100,00**	**2.617.678**	**100,00**	**2.721.538**	**100,00**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em Florianópolis (SC), e tem como atividade a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).
Sua capacidade instalada, incluindo a participação nos consórcios Itá e Machadinho, passou a ser de 6.431 MW, com a entrada em operação da UHE São Salvador, dos quais aproximadamente 80% em usinas hidrelétricas, 18% em termelétricas e 2% em energias alternativas. A capacidade de fornecimento de energia elétrica da Companhia, incluindo o contrato de compra de longo prazo firmado com a controlada Itá Energética S.A. (Itasa), é de 6.468 MW.
Para o ano de 2010 a Companhia possui, através de sua controlada Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP), anteriormente denominada Gama Participações Ltda., dois novos projetos em construção, que irão agregar 38 MW em seu parque gerador em 2010.
Os principais eventos societários realizados no ano de 2009 estão sumarizados a seguir:

a) Emissão de títulos e valores mobiliários
No mês de março de 2009 a Companhia realizou a 4ª emissão de notas promissórias no montante de R$ 300.000, através de distribuição pública restritas, as quais foram destinados ao pagamento de dívidas e ao financiamento do capital de giro.
Em abril de 2009 foi efetuada a 3ª emissão de debêntures da Companhia, a 2ª no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição Pública da Companhia, no valor de R$ 600.000, cujos recursos foram utilizados para a liquidação integral das notas promissórias acima mencionadas e o pagamento de parte da dívida representada pelas notas promissórias emitidas em maio de 2008 e vencidas em maio de 2009.
No mês de dezembro de 2009 foi feita a 4ª emissão de debêntures, através de oferta restrita, no montante de R$ 400.000. Esta emissão será destinada à aquisição da SUEZ Energia Renovável (SER), detentora da participação no Consórcio Estreito (vide detalhes a seguir), à redução dos custos e alongamento de dívidas, bem como ao reforço do capital de giro para a condução dos negócios da Companhia.
Maiores informações sobre as referidas emissões estão contidas nas Notas 17 e 18.

b) Aquisição de projetos de geração de energia eólica
A Companhia, através de sua controlada integral TBLP, adquiriu em novembro de 2009, empresas que possuíam projetos de geração de energia eólica no Estado do Ceará, cuja capacidade instalada é de 121,9 MW. Alguns desses projetos foram habilitados no leilão de energia de reserva promovido pela Aneel no mês de dezembro, porém não tiveram sua energia contratada em razão dos baixos preços ofertados pelos concorrentes no leilão. Maiores informações estão descritas na Nota 12.b.2.

c) Aquisição da SUEZ Energia Renovável S.A. (SER)
Em 21.12.2009 a Companhia assinou o Contrato de Compra e Venda da totalidade das ações ordinárias de emissão da SER. A SER possui participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste), criado para a implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito), em construção na divisa entre Tocantins e Maranhão, cuja capacidade instalada é de 1.087 MW. O valor a ser pago pela aquisição será de R$ 604.390 e as principais condições da aquisição podem ser observadas na Nota 38.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, quando aplicável, as regulamentações do órgão regulador Aneel. Os valores apresentados, textos e tabelas, estão expressos em milhares (de reais e outras moedas), exceto onde indicado de maneira diferente.

Adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil
A Companhia está adotando os dispositivos da Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. A referida lei visou, principalmente, a atualização da lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade.
A Companhia está adotando também a Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, a qual introduziu algumas alterações à legislação societária, Lei nº 6.404/76, e instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, pelo qual foi prevista a possibilidade da neutralidade tributária no biênio 2008/2009 sobre os ajustes contábeis decorrentes da adoção das alterações efetuadas pela Lei nº 11.638/07 para as empresas que não aderiram ao RTT. Este regime vigerá até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis.
A data de transição utilizada para a aplicação dos dispositivos da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 foi 01.01.2008, conforme opção constante da Deliberação CVM nº 565/08.
As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil, entretanto, conforme facultado pela referida deliberação da CVM, os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra lucros acumulados na data de transição, sem efeito retrospectivo sobre as demonstrações contábeis.
Os efeitos no patrimônio líquido de 31.12.2008 resultantes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 decorreram da baixa de gastos diferidos, no valor de R$ 6.689 (R$ 4.919 líquido dos efeitos fiscais), no consolidado, que não tiveram como ser reclassificados para o ativo imobilizado ou intangível.

Alterações nas práticas contábeis brasileiras aplicáveis a partir de 2010
Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo CPC.
Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, 26 novos pronunciamentos técnicos (CPC) e 12 interpretações técnicas (ICPC), conforme relacionados abaixo, haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010 e com aplicação retrospectiva a 2009 para fins de comparabilidade. A Companhia não aplicou os referidos pronunciamentos antecipadamente em 2009, como facultado pela CVM.
Os pronunciamentos e as interpretações técnicas emitidas em 2009 foram os seguintes:

CPC	Título
15	Combinação de negócios
18	Investimento em coligada
19	Participação em empreendimento controlado em conjunto (*Joint Venture*)
20	Custos de empréstimos
21	Demonstração intermediária
22	Informação por segmento
23	Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro
24	Evento subsequente
25	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
26	Apresentação das demonstrações contábeis
27	Ativo imobilizado
30	Receitas
32	Tributos sobre o lucro
33	Benefícios a empregados
36	Demonstrações consolidadas
37	Adoção Inicial das IFRSs
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
43	Adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40

ICPC	Título
01	Contratos de concessão
03	Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil
07	Distribuição de dividendos in natura
08	Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
09	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial
10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo imobilizado e CPC 28 - Propriedade para investimento

A Companhia analisou os respectivos pronunciamentos técnicos e acredita que, exceto quanto à interpretação técnica ICPC 08, cujos efeitos estão mencionados a seguir, os demais pronunciamentos não resultarão em impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.
O ICPC 08 prevê que o valor dos dividendos acima do mínimo estabelecido em Lei não aprovado em assembleia não devem ser provisionados, devendo ser apresentados destacado no patrimônio líquido. Caso essa interpretação técnica fosse adotada no exercício findo em 31.12.2009, o passivo circulante estaria apresentado a menor e o patrimônio a maior no montante de R$ 81.913.

As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW médio, potência instalada e número de funcionários entre outros não são examinadas pelos auditores independentes.

Demonstrações contábeis consolidadas
São eliminados os investimentos da investidora no capital das investidas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as companhias consolidadas.
Os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas da Itasa são consolidados na proporção da participação da Companhia em seu Capital Social, por se tratar de controle compartilhado.
Em face da participação da controladora nas demais sociedades controladas ser de 99,99%, não houve efeito da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações contábeis consolidadas. Maiores informações sobre as controladas que foram consolidadas podem ser verificadas na Nota 12.
A autorização para conclusão das Demonstrações Contábeis da Companhia ocorreu no dia 22.02.2010 em reunião da Diretoria Executiva da Companhia.

Reclassificações
Os contratos de *swap* de submercado de energia, a partir de janeiro de 2009, passaram a ser apresentados líquidos na receita bruta. De modo a facilitar a análise entre os períodos comparados, a rubricas "Receita operacional bruta" e "Energia elétrica comprada para revendas" relativas ao ano de 2008, no resultado consolidado, foram reclassificadas, passando de R$ 3.834.117 para R$ 3.793.323 na "Receita operacional bruta" e de R$ 486.567 para R$ 445.773 na "Energia elétrica comprada para revenda".
Os encargos de transmissão, que até o exercício findo em 31.12.2008 vinham sendo registrados no grupo de contas "Despesas com vendas", passaram a ser apresentados no grupo "Custos de energia elétrica e serviços". De forma a manter a consistência entre os anos apresentados de forma comparativa, os valores relativos ao exercício findo em 31.12.2008 foram reclassificados.

3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros: são classificados em destinados à negociação e mantidos até o vencimento dependendo da finalidade dos referidos instrumentos. Os destinados à negociação são avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado, e os mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. A Companhia não possui instrumentos classificados como disponíveis para venda, os quais seriam avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos na conta de ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável.
b) Caixa e equivalentes de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São classificados como instrumentos financeiros destinados à negociação e estão registrados pelo valor do custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.
c) Consumidores, concessionárias e permissionárias: são ativos financeiros mantidos até o vencimento, deduzido de provisão para ajuste ao valor de realização, se aplicável.
d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis riscos na realização de créditos a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias e de outros créditos, com base em análise individual dos créditos existentes.
e) Imposto de renda e contribuição social diferidos (Ativo fiscal diferido): são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, vigentes na data do balanço, e são reconhecidos com base nas diferenças temporárias. A segregação entre circulante e não circulante obedece à expectativa de realização dos valores que lhe dão origem. A controlada PPESA possui isenção parcial do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, por estar localizada em área incentivada da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).
f) Estoques: as matéria-primas, os insumos para a produção de energia elétrica e o almoxarifado estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o valor de mercado. Os adiantamentos a fornecedores estão registrados ao custo.
g) Demais ativos: os sujeitos a juros e variação monetária são instrumentos financeiros mantidos até o vencimento atualizados de acordo com as condições contratadas até a data do balanço, e os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. Ambos são reduzidos de provisão para ajuste ao valor de recuperável, quando aplicável.
h) Investimentos: os investimentos em sociedades controladas e controlada em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos são reconhecidos ao custo de aquisição, que não excede o valor de mercado;
i) Imobilizado: é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão das Usinas, quando aplicável, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro (UC) que compõem os empreendimentos. A Companhia entende que as referidas taxas refletem as vidas úteis dos seus ativos imobilizados. As taxas médias anuais de depreciação apuradas pela Companhia e suas controladas estão demonstradas na Nota 13-a.
Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. Até 31.12.1998, foram capitalizados juros sobre o capital próprio vinculado às obras em andamento, em consonância com a legislação específica do setor elétrico.
j) Intangível: os com vida útil definida são registrados pelo custo de aquisição, reduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear. Os com vida útil indefinida, se aplicável, são contabilizados ao custo e não são amortizados. Ambos são submetidos ao teste de imparidade anualmente ou sempre que existam indícios de que o ativo intangível possa ter perdido valor.
k) Avaliação do valor de recuperação dos ativos: a Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis dessas unidades geradoras de caixa ou intangíveis, ou, ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. De acordo com a avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que as suas unidades geradoras de caixa ou intangíveis não serão recuperados com as suas operações futuras.
l) Empréstimos, financiamentos e debêntures: são instrumentos financeiros mantidos até o vencimento e são atualizados pelas taxas de câmbio ou índices contratuais e pelos juros incorridos até a data do balanço patrimonial, deduzidos dos custos incorridos na captação dos recursos (ver Nota 17 e Nota 18).
m) Demais obrigações: são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.
n) Provisão para contingências: são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, cíveis, trabalhistas, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Estas provisões estão sendo apresentadas líquidas dos depósitos judiciais a elas relacionadas. As referidas provisões são atualizadas pelos índices e taxas estabelecidas pelas autoridades fiscais e os honorários de advogados relacionados com tais provisões são registrados.
o) Benefícios pós-emprego: são registrados com base em avaliação atuarial, pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, complementados pelos valores projetados atuarialmente e atualizados mensalmente pelos índices contratuais, no que se refere às obrigações já contratadas (ver Nota 24).
p) Ajuste a valor presente: os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado.

DCSC – 5COL X 35CM – Pág. 6

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DCSC.indd 6 16/3/2010 16:43:08

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

q) Resultado do exercício: as receitas e despesas são registradas com observância do regime de competência dos exercícios.
r) Reconhecimento dos efeitos inflacionários: estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições legais e contratuais. Em conformidade com as disposições da Lei nº 9.249, de 26.12.1995, a partir de janeiro de 1996 foi extinta a sistemática de correção monetária. Desta forma, os valores correspondentes ao ativo permanente e ao patrimônio líquido estão corrigidos somente até 31.12.1995.
s) Uso de estimativas: a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se à vida útil do ativo imobilizado, à avaliação de imparidade de ativos, ao registro das provisões para crédito de liquidação duvidosa, contingências e benefícios pós-emprego, bem como à apresentação do perfil de exigibilidade das mesmas e de realização do respectivo ativo fiscal diferido.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Caixa e depósitos bancários à vista	7.501	8.761	42.522	25.389
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais *(1)*				
Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)	1.085.336	258.434	1.188.297	313.385
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	25.473	-	30.890
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	13.201	-	16.008
	1.085.336	297.108	1.188.297	360.283
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	12.751	-	15.463
	1.085.336	309.859	1.188.297	375.746
Instituições Financeiras *(2)*				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.002	-	2.084	8.373
Operações compromissadas em Debêntures	-	-	21.737	10.497
	1.002	-	23.821	18.870
	1.093.839	**318.620**	**1.254.640**	**420.005**

(1) São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas por uma taxa pré-fixada e estão lastreadas em títulos públicos federais.
(2) Banco Safra, Banco Itaú Unibanco Holding S.A., Banco do Brasil, Banco Votorantim, Banco Bradesco e Caixa Econômica Federal (CEF).

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo e Multimercado, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos. O referido instrumento financeiro está classificado como mantido para negociação, sendo avaliado pelo valor do custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, o qual corresponde ao seu valor justo.
Os fundos exclusivos não possuem obrigações financeiras significativas, estando estas limitadas aos honorários de serviços de administração dos ativos, de execução das transações de investimentos e de auditoria, além de despesas gerais e administrativas.
A política da Companhia define como caixa e equivalentes de caixa, o caixa, os depósitos à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são classificados como destinados à negociação.
A Tractebel Energia S.A. (TBLE) possuía aplicações financeiras em CDB, no valor de R$ 2.603, no Banco Santos, cujo saldo foi integralmente provisionado para perdas em decorrência da falência do banco decretada no ano de 2005.

5 - CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora				
	2009				2008
	Vincendos	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias		
Circulante					
Concessionárias	187.986	-	-	187.986	179.973
Comercializadoras	106.003	15.406	-	121.409	145.290
Consumidores livres	21.327	166	183	21.676	36.848
Exportação	-	-	740	740	740
Transações no âmbito da CCEE					
- Correntes	14.453	7.874	538	22.865	3.809
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	12.076	122.574	122.574
- Outras	-	-	-	-	4.381
	124.951	7.874	12.614	145.439	130.764
	440.267	**23.446**	**13.537**	**477.250**	**493.615**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(122.574)
	329.769	**23.446**	**1.461**	**354.676**	**371.041**

Os valores a receber de comercializadoras vencidos até 90 dias correspondem a faturas pendentes de recebimento da controlada integral Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC), as quais foram integralmente quitadas no mês de janeiro de 2010.

	Consolidado				
	2009				2008
	Vincendos	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias		
Circulante					
Concessionárias	251.120	-	-	251.120	212.305
Comercializadoras	62.733	-	-	62.733	62.298
Consumidores livres	92.074	2.677	183	94.934	101.125
Exportação	-	-	740	740	740
Transações no âmbito do CCEE					
- Correntes	15.277	8.078	542	23.897	4.862
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	13.944	124.442	124.442
- Outras	-	-	-	-	4.381
	125.775	8.078	14.486	148.339	133.685
	531.702	**10.755**	**15.409**	**557.866**	**510.153**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(122.574)
	421.204	**10.755**	**3.333**	**435.292**	**387.579**

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 25 dias da data de competência do faturamento.

Agentes com ações judiciais ou inadimplentes
A provisão para devedores duvidosos sobre os valores vincendos foi constituída em virtude de incertezas quanto à realização de créditos decorrentes de transações ocorridas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), atualmente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cujos agentes devedores ingressaram com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico.
Os valores vencidos há mais de 90 dias, identificados com "Agentes com ações judiciais ou inadimplentes", referem-se, substancialmente, a transações no âmbito do MAE, relativos a débitos de agentes inadimplentes na 1ª liquidação do MAE, realizada em 30.12.2002. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas de recebimento do referido crédito, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R$ 12.076, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

6 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Circulante				
ICMS	7.189	15.973	8.973	16.027
Imposto de renda	146	-	9.841	3.292
Contribuição social	-	-	5.514	1.226
Cofins	4.015	3.568	37.425	6.392
PIS	865	769	8.119	1.730
INSS	3.040	2.419	3.048	4.028
	15.255	**22.729**	**72.920**	**32.695**
(-) Provisão para perdas na recuperação de créditos de ICMS	-	(5.660)	-	(5.660)
	15.255	**17.069**	**72.920**	**27.035**
Não Circulante				
ICMS	10.507	6.392	13.460	9.944
Cofins	11.685	8.215	47.564	74.370
PIS	2.563	1.809	10.352	16.171
INSS	3.106	6.197	3.106	6.197
	27.861	**22.613**	**74.482**	**106.682**

A provisão para perdas na realização de crédito acumulado de ICMS foi constituída em virtude da dificuldade de compensação total do ICMS sobre a aquisição de combustíveis para produção de energia elétrica na UTE William Arjona, no Estado do Mato Grosso do Sul, tendo em vista que parcela substancial da venda de energia elétrica naquele estado ocorria com diferimento de ICMS.
Em 2008, a Tractebel Energia recebeu Notificação da Secretaria de Estado de Fazenda do Mato Grosso do Sul, informando que a Companhia não teria o direito de manter os créditos acumulados de ICMS, com o argumento de que as vendas de energia elétrica com diferimento ou não-incidência de ICMS eliminam o direito a manutenção dos créditos. Com base nesta decisão, a Companhia decidiu baixar R$ 34.478 do referido crédito e reverter à respectiva provisão para recuperação do mesmo. No corrente ano, a Companhia baixou o saldo remanescente de R$ 5.660 e reverteu a respectiva provisão para perda em razão da impossibilidade de recuperação do crédito.
Os valores a recuperar de PIS e Cofins se referem, substancialmente, a opção pela utilização do direito aos créditos sobre as construções e compras de edificações e aquisições de máquinas e equipamentos, conforme previsto na legislação específica, os quais são compensados no período de respectivamente, 24 e 48 meses, a partir do início da operação comercial das Usinas.

7 - ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Matéria-prima e insumos para produção de energia	5.969	21.458	10.453	21.458
Almoxarifado	22.190	20.111	22.904	20.800
Adiantamentos a fornecedores	10.504	12.933	10.508	13.244
Outros	756	3.247	787	3.286
	39.419	**57.749**	**44.652**	**58.788**

O almoxarifado é composto de materiais necessários à operação e manutenção das unidades geradoras da Companhia. Os adiantamentos a fornecedores foram realizados, substancialmente, para aquisição de matéria-prima para produção de energia, carvão mineral.

8 - CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
Circulante	2009	2008	2009	2008
Conta reserva (CCEE)	31.491	-	33.511	1.414
Não Circulante				
Conta reserva serviço da dívida	-	-	63.738	25.162
	31.491	**-**	**97.249**	**26.576**

Conta reserva (CCEE): destina-se a assegurar a liquidação financeira das operações de compra e venda de energia elétrica no âmbito da CCEE, em consonância com as regras daquele mercado, os quais estão aplicados em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e em operações compromissadas com debêntures.
Conta reserva (serviço da dívida): em cumprimento às exigências contidas nos contratos com os agentes financiadores, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF), as controladas da Companhia mantém recursos financeiros vinculados destinados a garantir o pagamento dos serviços da dívida. Estes recursos também estão aplicados em CDBs e em operações compromissadas com debêntures, e devem ser mantidos em conta reserva durante a vigência dos contratos.
As aplicações nas contas reservas acima mencionadas são realizadas em bancos elegíveis pela Política de Gestão Financeira da Companhia.

9 - ATIVO FISCAL DIFERIDO

	Controladora				
	2009				2008
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
RIC *(*)*	145.865	36.466	-	36.466	36.637
Benefícios pós-emprego	263.890	65.972	23.750	89.722	72.255
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675	41.675
Provisão para contingências	109.430	27.358	9.849	37.207	37.668
Provisão para perdas com créditos de ICMS	-	-	-	-	1.924
Depreciação acelerada na UTE William Arjona	18.508	4.627	1.666	6.293	7.429
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	3.469	1.249	4.718	6.144
Ágio incorporado	14.587	3.647	1.313	4.960	6.526
Outros	15.673	3.919	1.409	5.328	5.057
		176.101	**50.268**	**226.369**	**215.315**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		12.227	3.083	15.310	13.642
Não circulante		163.874	47.185	211.059	201.673
		176.101	**50.268**	**226.369**	**215.315**

	Consolidado				
	2009				2008
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
RIC *(*)*	145.865	36.466	-	36.466	36.637
Benefícios pós-emprego	263.890	65.972	23.750	89.722	72.255
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675	41.675
Provisão para contingências	138.632	29.290	12.478	41.768	40.766
Provisão para perdas com créditos de ICMS	-	-	-	-	1.924
Depreciação acelerada na UTE William Arjona	18.508	4.627	1.666	6.293	7.429
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	3.469	1.249	4.718	6.144
Ágio incorporado	14.587	3.647	1.313	4.960	6.526
Outros	67.651	7.473	6.086	13.559	9.563
		181.587	**57.574**	**239.161**	**222.919**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		12.658	3.238	15.896	14.488
Não circulante		168.929	54.336	223.265	208.431
		181.587	**57.574**	**239.161**	**222.919**

(*) Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)
A realização dos ativos fiscais diferidos, oriundos das diferenças temporárias, dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas.
O horizonte de realização do ativo fiscal diferido e sua recuperação, através de geração de lucros tributáveis futuros, foram estimados conforme quadro abaixo:

Ativo fiscal diferido, registrado	Controladora	Consolidado
2010	15.310	15.896
2011	27.233	34.136
2012	26.249	27.488
2013	16.759	17.904
2014	26.357	27.488
2015 a 2016	72.205	73.167
2017 a 2019	42.256	43.082
	226.369	**239.161**
Ativo fiscal diferido, não registrado		
2020	734	734
2021	734	734
2022	734	734
2023 a 2025	2.202	2.202
2026 a 2028	2.202	2.202
2029 em diante	1.686	1.686
	8.292	**8.292**
	234.661	**247.453**

O ativo fiscal diferido não registrado corresponde a RIC, cuja realização ocorre na proporção da depreciação dos respectivos ativos, cujo prazo, atualmente, ultrapassa 10 anos, resultando em ativo fiscal diferido não reconhecido, em observância à Instrução CVM nº 371, de 27.06.2002.

10 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora			
	2009		2008	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.556.388**	**1.556.388**	**1.555.302**	**1.555.302**
Diferenças permanentes				
Amortização de ágio	2.710	2.710	3.031	-
Gratificação e 13º de dirigentes	2.464	-	2.389	-
Doações	4.930	4.930	3.715	3.715
Equivalência patrimonial	(104.553)	(104.553)	(54.698)	(54.698)
Juros sobre o capital próprio	(194.000)	(194.000)	(176.000)	(176.000)
Reversão de ágio amortizado na incorporação de controlada	-	-	(23.032)	-
RIC	(14.655)	-	(14.655)	-
Outras	(3.039)	(3.039)	1.613	414
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.250.245**	**1.262.436**	**1.297.665**	**1.328.733**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(312.562)**	**(113.620)**	**(324.416)**	**(119.586)**
Incentivos fiscais	4.971	-	3.872	-
Outros	24	(803)	2	(21)
Imposto de renda e contrib. social - resultado	**(307.567)**	**(114.423)**	**(320.542)**	**(119.607)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(315.649)	(117.394)	(320.699)	(119.663)
Diferido	8.082	2.971	157	56
	(307.567)	**(114.423)**	**(320.542)**	**(119.607)**

DCSC – 5COL X 35CM – Pág. 7

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DCSC.indd 7 16/3/2010 16:43:09

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

	Consolidado			
	2009		2008	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.598.011**	**1.598.011**	**1.589.520**	**1.589.520**
Diferenças permanentes				
Amortização de ágio	13.517	13.517	3.031	-
Gratificação e 13º de dirigentes	2.612	-	2.537	-
Doações	5.012	5.012	7.265	7.265
Juros sobre o capital próprio	(194.000)	(194.000)	(176.000)	(176.000)
Reversão de ágio amortizado na incorporação de controlada	-	-	(23.032)	-
RIC	(14.655)	-	(14.655)	-
Diferença de base de cálculo nas controladas tributadas pelo lucro presumido	(17.487)	(14.778)	(4.835)	(3.263)
Outras	(4.901)	(4.826)	15.408	11.734
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.388.109**	**1.402.936**	**1.399.239**	**1.429.256**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(347.028)**	**(126.265)**	**(349.809)**	**(128.634)**
Ajuste do IR e CS do ano anterior	(2.123)	31	(1.695)	172
Incentivos fiscais	11.661	-	4.481	-
Outros	822	(711)	100	1.018
Imposto de renda e contrib. social - resultado	**(336.668)**	**(126.945)**	**(346.923)**	**(127.444)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(341.891)	(127.359)	(348.875)	(130.409)
Diferido	5.223	414	1.952	2.965
	(336.668)	**(126.945)**	**(346.923)**	**(127.444)**

A controlada PPESA possui redução de imposto de renda e adicionais, equivalente a 75% calculados sobre o lucro da exploração, pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, em função de estar localizada em área incentivada da Sudam. Esta redução, no valor de R$ 6.608 (R$ 3.894 em 2008), está apresentada no grupo incentivos fiscais, no quadro acima.

11 - ALIENAÇÕES DE BENS E DIREITOS

	Controladora e Consolidado	
Classificação no Balanço	**2009**	**2008**
Circulante	-	17.448
Não Circulante	86.886	68.469
	86.886	**85.917**

O valor apresentado acima corresponde ao saldo contábil a receber da Elétrica Jacuí S.A. (Eleja) relativo à venda do empreendimento termelétrico Jacuí, líquido do ajuste a valor presente de R$ 13.875 (R$ 18.071 em 2008). A Eleja é uma sociedade de propósito específico (SPE), controlada por sociedade detentora dos direitos de exploração de jazidas de carvão mineral na região do projeto Jacuí, a qual, nos termos do contrato, assumiu a responsabilidade pela conclusão do projeto.

Em garantia ao cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento do preço de compra, a Eleja concedeu a Tractebel Energia, em promessa de penhor e hipoteca, os direitos, bens, máquinas, imóveis e seus acessórios, que foram objeto do contrato de compra e venda entre as partes.

As condições contratuais estabelecem que os valores da venda devam ser atualizados pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) e ser recebidos em 36 parcelas a partir da data de início da operação comercial da UTE Jacuí ou da data que se completarem quatro anos, contados a partir da venda. Considerando que os valores contratuais estão a preço futuro, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente, aplicando a taxa de desconto de 10% a.a., taxa compatível com os parâmetros de mercado na data da transação.

No ano de 2008 a Companhia iniciou um processo de negociação de venda do referido crédito a um potencial interessado em investir na Eleja. Entretanto, no segundo trimestre de 2009, as negociações foram encerradas sem que houvesse um desfecho para que o negócio fosse concretizado.

A partir de fevereiro de 2009 a Eleja deixou de pagar as parcelas mensais devidas, cujo valor acumulado em 31.12.2009 é de R$ 16.266. Em julho de 2009, após diversas tentativas frustradas para que a Eleja retomasse os pagamentos devidos, concluiu-se não restar à Companhia outra alternativa que não fosse a de se iniciar o processo de execução judicial do seu crédito.

Tal execução, prevista contratualmente, foi em montante equivalente à totalidade da dívida, uma vez que falta de pagamento pela Eleja faz com que o total da dívida existente seja considerada automaticamente vencida e exigível.

A Companhia, considerando o pressuposto da prudência, a partir de julho de 2009, deixou de reconhecer os juros e a atualização monetária dos valores a receber da Eleja. Adicionalmente, diante da incerteza quanto ao prazo para realização do crédito em referência, a Companhia reclassificou para o não circulante o saldo que em 30.06.2009 estava apresentado no ativo circulante. O valor nominal da dívida, em 31.12.2009, atualizado pelo IGP-DI, era de R$ 100.253.

A dinâmica da ação de execução permite, em caso de permanência da inadimplência por parte da Eleja, solicitar a penhora dos bens dados em garantia, para a quitação dos valores devidos. Atualmente, esse conjunto de bens, que poderão ser penhorados, possui avaliação de mercado em montante suficiente para a recuperação do crédito registrado, motivo pelo qual a Administração da Companhia julgou não ser necessária à constituição de qualquer provisão para perda.

O processo de execução judicial está sob análise do juízo e a administração da Companhia está envidando esforços para que a citação ocorra em breve.

12 - INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Participações societárias permanentes:				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial				
Equivalência Patrimonial	1.945.501	1.535.327	-	-
Ágio	35.780	38.490	-	-
Avaliadas pelo custo de aquisição	28.796	28.796	31.767	28.796
Bens e direitos para uso futuro	1.895	1.895	1.895	1.895
Outros investimentos	121	121	121	121
	2.012.093	**1.604.629**	**33.783**	**30.812**

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, até 31.12.2009, os ativos e passivos registrados no balanço patrimonial de abertura das entidades adquiridas são reconhecidos como investimento pela empresa compradora e o ágio apurado nas aquisições corresponde ao montante pago que excede o valor contábil do patrimônio líquido da entidade adquirida. Este procedimento foi adotado pela Companhia nos balanços individuais da Tractebel Energia e de suas controladas utilizadas como veículo para aquisição de empresas.

Para elaboração do balanço patrimonial consolidado, a Companhia considerou que os ágios pagos nas suas aquisições estão fundamentados na exploração do direito de utilização do bem público estabelecido nos contratos de concessão e estão apresentados no ativo imobilizado, juntamente com o valor de cada concessão considerada como parte desses ativos, quando aplicável, em razão desse direito não ser separável, ou seja não poder ser vendido ou transferido individualmente sem o ativo imobilizado.

b) Participações societárias permanentes

b.1) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

	2009				2008	
Empresas	Lote de mil ações ou quotas	Partici-pação (%)	Lucro líquido (Prejuízo)	Patrimônio líquido	Lucro líquido (Prejuízo)	Patrimônio líquido
Itasa *(1)*	253.607	48,75	50.011	636.194	35.160	598.059
CEM *(2)*	-	-	-	-	11.122 *(*)*	-
CESS *(3)*	309.289	99,99	18.610	324.801	(185)	270.474
Lages *(4)*	30.530	99,99	16.831	64.056	7.187	47.225
TBLC *(5)*	4.200	99,99	40.278	72.077	27.599	31.799
EAS *(6)*	645.270	99,99	14.655	653.481	(6.445)	638.826
TBLP *(7)*	509.010	99,90	(9.725)	497.632	(1.652)	235.170
Delta *(8)*	24.468	99,99	(475)	23.040	(68)	20.007
Lagoa Formosa *(9)*	270	99,99	(1)	269	-	270

(*) Lucro líquido em 29.02.2008, data base para a incorporação na Tractebel Energia.
(1) Itá Energética S.A. (Itasa).
(2) Companhia Energética Meridional (CEM), incorporada em 29.02.2008.
(3) Companhia Energética São Salvador (CESS), operação comercial iniciada em agosto de 2009.
(4) Lages Bioenergética Ltda. (Lages).
(5) Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC).
(6) Energia América do Sul Ltda. (EAS), Sociedade de Propósito Específico (SPE) usada como veículo da aquisição de 99,99% da PPESA.
(7) Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP), anteriormente denominada Gama Participações Ltda., SPE utilizada como veículo de aquisição de 99,99% da Tupan Energia Elétrica S.A. (Tupan), Hidropower Energia S.A. (Hidropower), Eólica Beberibe S.A. (Beberibe), Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal), Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca) e, Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda.(EBSC), e para a participação na Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva).
(8) Delta Energética S.A. (Delta), SPE utilizada como veículo para aquisição da Seival Participações S.A.
(9) Lagoa Formosa Bioenergética Ltda. (Lagoa Formosa).

Movimentação dos investimentos

Equivalência Patrimonial

Empresas	Saldos em 31.12.2007	Incorporação de controlada	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos	Ajuste Lei 11.638/07	Saldos em 31.12.2008
Itasa	284.419	-	-	17.140	(7.500)	(2.505)	291.554
CEM	443.744	(454.866)	-	11.122	-	-	-
CESS	268.943	-	3.000	(185)	-	(1.284)	270.474
Lages	40.345	-	-	7.187	-	(307)	47.225
TBLC	4.200	-	-	27.599	-	-	31.799
EAS	1	-	645.270	(6.445)	-	-	638.826
TBLP	1	-	236.821	(1.652)	-	-	235.170
Delta	20.898	-	-	(68)	-	(823)	20.007
Lagoa Formosa	50	-	220	-	-	-	270
Outras	1	-	1	-	-	-	2
	1.062.602	**(454.866)**	**885.312**	**54.698**	**(7.500)**	**(4.919)**	**1.535.327**

Empresas	Saldos em 31.12.2008	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos	Baixa	Saldos em 31.12.2009
Itasa	291.554	-	24.380	(5.790)	-	310.144
CESS	270.474	37.345	18.610	(1.628)	-	324.801
Lages	47.225	-	16.831	-	-	64.056
TBLC	31.799	-	40.278	-	-	72.077
EAS	638.826	-	14.655	-	-	653.481
TBLP	235.170	272.187	(9.725)	-	-	497.632
Delta	20.007	3.508	(475)	-	-	23.040
Lagoa Formosa	270	-	(1)	-	-	269
Outras	2	-	-	-	(1)	1
	1.535.327	**313.040**	**104.553**	**(7.418)**	**(1)**	**1.945.501**

Ágio - Controladora

Empresas	Saldos em 31.12.2007	Incorporação de controlada	Amortização	Saldos em 31.12.2008	Amortização	Saldos em 31.12.2009
Itasa	5.721	-	(2.288)	3.433	(2.288)	1.145
CEM	22.289	(21.546)	(743)	-	-	-
CESS	35.057	-	-	35.057	(422)	34.635
	63.067	**(21.546)**	**(3.031)**	**38.490**	**(2.710)**	**35.780**

As amortizações dos ágios estão baseadas no fundamento econômico do direito de utilização do bem público estabelecido nos contratos de concessão, conforme previsto na Deliberação CVM 618/09. O ágio na CESS será amortizado até 22.04.2037 e o ágio na Itasa até 30.06.2010.

Informações sobre as controladas

A estrutura societária simplificada da Tractebel Energia está apresentada no relatório de administração que compõe as demonstrações contábeis completas.

1) Itá Energética S.A. (Itasa) - controlada em conjunto

A Itasa tem como objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Itá em parceria através de consórcio, mediante concessão outorgada pela União Federal por intermédio da Aneel, com prazo de vigência de 35 anos, a partir de 28.12.1995. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e possui capacidade instalada de 1.450 MW e 720 MW médios de energia assegurada. Nos termos do Contrato de Consórcio, a controlada Itasa tem direito à quantidade de energia equivalente a 60,5% de 668 MW médios.

As ações representativas do Capital Social da Itasa são detidas pela Tractebel Energia, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Companhia de Cimento Itambé, na proporção de 48,75%, 48,75% e 2,50%, respectivamente.

Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da controlada em conjunto estão demonstrados a seguir, os quais foram consolidados nas demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas, na proporção dos investimentos da Companhia no Capital Social da controlada:

ATIVO	2009	2008
Ativo circulante	79.207	60.077
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	4.184	5.657
Imobilizado	857.427	899.114
Intangível	20.516	30.769
	882.127	935.540
TOTAL	**961.334**	**995.617**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo circulante	117.447	117.628
Passivo não circulante	207.693	279.930
Patrimônio líquido	636.194	598.059
TOTAL	**961.334**	**995.617**
RESULTADO		
Receitas operacionais brutas	251.953	233.150
Deduções da receita operacional	(25.500)	(23.659)
Receitas líquidas de vendas	**226.453**	**209.491**
CUSTOS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	**(93.432)**	**(90.849)**
LUCRO BRUTO	**133.021**	**118.642**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(33.581)	(20.447)
Outras receitas (despesas), líquidas	1.658	(95)
	(31.923)	**(20.542)**
Resultado do serviço	**101.098**	**98.100**
Despesas financeiras, líquidas	**(25.413)**	**(45.030)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	**75.685**	**53.070**
Imposto de renda e contribuição social	(25.674)	(17.910)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**50.011**	**35.160**

2) Companhia Energética Meridional (CEM)

Em 28.03.2008, a Tractebel Energia incorporou a sua controlada integral CEM, mediante a versão do seu acervo líquido, na data base de 29.02.2008, no valor de R$ 454.866, avaliado a valor contábil por empresa especializada.

A CEM detinha a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, norte do Estado de Goiás, com capacidade instalada de 450 MW e 273,4 MW médios de energia assegurada. A concessão para a construção e exploração do empreendimento tem prazo de vigência de 35 anos, a partir de 27.08.1998 e foi transferida para a Companhia após a conclusão da operação de incorporação.

3) Companhia Energética São Salvador (CESS)

A CESS detém a concessão da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHSA), localizada no Rio Tocantins, nos Municípios de São Salvador do Tocantins e Paranã, no Estado de Tocantins, com potência mínima instalada de 243,2 MW e energia assegurada de 148,5 MW médios. O prazo da concessão é de 35 anos, contados a partir de 23.04.2002, data da assinatura do Contrato de Concessão.

Em outubro de 2006, a CESS comercializou no 3º Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos, que se iniciará em janeiro de 2011, 148 MW médios com empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

O início da operação comercial da primeira unidade geradora foi em agosto de 2009 e da segunda unidade no final do mês de novembro de 2009.

4) Lages Bioenergética Ltda. (Lages)

A Lages detém a autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para, através da central geradora termelétrica Lages localizada no Município de Lages (SC), atuar como produtor independente de energia utilizando-se de um turbogerador a vapor de 28 MW que consome resíduos de madeira como combustível. A autorização para implantação e exploração do empreendimento tem prazo de 30 anos, a contar de 30.10.2002.

A Usina de Cogeração, no ano de 2006, obteve o registro no Comitê Executivo de Mecanismo do Desenvolvimento Limpo (MDL) da Organização das Nações Unidas (ONU) por utilizar resíduos de madeira para negociar créditos de carbono.

5) Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC)

A Sociedade tem por objeto social a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades.

6) Energia América do Sul Ltda. (EAS)

A EAS é uma controlada integral da Companhia que possui o controle acionário da Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA). A PPESA por sua vez, detém a concessão da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, uma usina hidrelétrica com capacidade instalada de 176,1 MW (energia assegurada de 131,6 MW médios) que está em operação comercial desde setembro de 2005, localizada no Rio Correntes, Estado de Mato Grosso. Possui isenção parcial do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, por estar localizada em área incentivada da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

O ágio pago pela EAS teve como fundamento a exploração do direito de utilização do bem público estabelecido no contrato de concessão e, no consolidado, está apresentado no ativo imobilizado, juntamente com o valor de cada concessão considerada como parte desse ativo, em razão desse direito não ser separável, ou seja, não poder ser vendido ou transferido individualmente sem o ativo imobilizado. O ágio será amortizado no prazo da concessão da Aneel que se encerra em 30.09.2034. O saldo em 31.12.2009 era de R$ 391.521, líquido da amortização acumulada de R$ 26.113.

7) Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP)

A TBLP, anteriormente denominada Gama Participações Ltda., tem por objeto social participar no capital e outras sociedades e concentrar os projetos referentes a energias alternativas de sua controladora Tractebel Energia.

Os ágios pagos pela TBLP nas aquisições das empresas abaixo relacionadas tiveram como fundamento a exploração do direito de uso do bem público previstos nos contratos de concessão ou autorização e, no consolidado, estão reconhecidos no ativo imobilizado, juntamente com o valor de cada concessão ou autorização considerada como parte desse ativo, em decorrência desse direito não ser separável, ou seja, não poder ser vendido ou transferido individualmente sem o ativo imobilizado.

As principais informações referentes às controladas da TBLP estão descritas a seguir:

7.1) Tupan Energia Elétrica S.A. (Tupan)

A Tupan detém autorização outorgada pela Aneel para explorar a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Rondonópolis, com capacidade instalada de 26,6 MW, e está em operação comercial desde dezembro de 2007. A PCH está localizada em Rondonópolis (MT), no Rio Ponte de Pedra e, tem energia assegurada de 14 MW médios. A Tupan possui 118,36 GWh/ano de energia contratada com a Centrais Elétricas do Brasil S.A. (Eletrobrás), através do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), até 2027, ao preço de R$ 159,20/MWh (base 31.12.2009).

DCSC – 5COL X 35CM – Pág. 8

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DCSC.indd 8 16/3/2010 16:43:10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

O ágio pago pela TBLP será amortizado no prazo da autorização da Aneel que se encerra em 18.12.2032. O saldo em 31.12.2009 era de R$ 86.991,líquido da amortização acumulada de R$ 3.796.

7.2) Hidropower Energia S.A. (Hidropower)
A Hidropower detém autorização outorgada pela Aneel para explorar a PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha, com capacidade instalada de 23,7 MW, em operação comercial desde fevereiro de 2007. Localizada em Rondonópolis (MT), no Rio Ponte de Pedra, a PCH tem energia assegurada de 11,9 MW médios. A Hidropower possui 100,49 GWh/ano de energia contratada até 2027 com a Eletrobrás, através do Proinfa, ao preço de R$ 159,20/MWh (base 31.12.2009).
O ágio pago pela TBLP será amortizado no prazo da autorização da Aneel que se encerra em 18.12.2032. O saldo em 31.12.2009 era de R$ 79.517, líquido da amortização acumulada de R$ 3.470.

7.3) Eólica Beberibe S.A. (Beberibe)
A Eólica Beberibe S.A. detém autorização outorgada pela Aneel para explorar o Parque Eólico Beberibe, com capacidade instalada de 25,60 MW e energia assegurada de 8 MW médios. Localizada em Beberibe (CE), possui 85,07 GWh/ano de energia contratada por 20 anos com a Eletrobrás, através do Proinfa, ao preço de R$ 256,83/MWh (base 31.12.2009). A empresa entrou em operação comercial em setembro de 2008.
O ágio pago pela TBLP será amortizado no prazo da autorização da Aneel que se encerra em 03.08.2033. O saldo em 31.12.2009 era de R$ 48.877, líquido da amortização acumulada de R$ 2.073.

7.4) Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal)
A Eólica Pedra do Sal S.A. detém autorização outorgada pela Aneel para explorar o Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 17,85 MW e energia assegurada de 8 MW médios. Localizada em Parnaíba (PI), possui 66,29 GWh/ano de energia contratada com a Eletrobrás através do Proinfa, por 20 anos, ao preço de R$ 243,96/MWh (base 31.12.2009). A operação comercial da sociedade foi iniciada em dezembro de 2008.
O ágio pago pela TBLP será amortizado no prazo da autorização da Aneel que se encerra em 01.10.2032. O saldo em 31.12.2009 era de R$ 23.744, líquido da amortização acumulada de R$ 1.092.

7.5) Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca)
A Hidrelétrica Areia Branca S.A. detém autorização outorgada pela Aneel para explorar a PCH Areia Branca, com capacidade instalada de 19,80 MW. Localizada em Caratinga (MG), possui 90,84 GWh/ano de energia contratada por 20 anos com a Eletrobrás, através do Proinfa, ao preço de R$ 159,51/MWh (base 31.12.2009). A operação comercial da sociedade está prevista para o 2º trimestre de 2010.
O ágio pago pela TBLP será amortizado no prazo da autorização da Aneel que se encerra em 02.05.2030. O saldo em 31.12.2009 era de R$ 7.676, líquido da amortização acumulada de R$ 377.

7.6) Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda. (EBSC)
A EBSC é uma sociedade prestadora de serviços administrativos e tecnológicos para as empresas anteriormente mencionadas e foi adquirida em dezembro de 2008.

7.7) Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva)
A Ibitiúva foi constituída em 2008, para participar, através do Consórcio Andrade, do 1º Leilão de Energia de Reserva, promovido pela Aneel. O Consórcio Andrade é formado pela Ibitiúva e pela Andrade Açúcar e Álcool S.A., controlada da Açúcar Guarani S.A. e, vendeu 20 MW médios de energia elétrica no referido Leilão, pelo preço atualizado de R$ 167,17/MWh (base 31.12.2009), a ser entregue por um período de 15 anos, a partir de 2010.
A energia elétrica vendida será gerada pela UTE Destilaria Andrade, em implantação no Município de Pitangueiras (SP), que terá capacidade instalada de 33 MW e garantia física de 20 MW médios e, utilizará como combustível o bagaço resultante do processamento da cana-de-açúcar na unidade produtora de açúcar e etanol Andrade do Grupo Guarani. O investimento previsto para a construção da Usina é de R$ 120.000 com recursos próprios e através de financiamento que está em fase final de negociação com o BNDES.
As obras civis tiveram início em 27.04.2009 e estão em ritmo acelerado visando atender o cronograma de implantação, cuja previsão de entrada em operação é para o 2º trimestre de 2010.

7.8) Projetos de Geração de Energia Eólica
Em agosto de 2009, a TBLP adquiriu pelo montante de R$ 2.998, empresas que possuem projetos de geração de energia eólica denominado Projeto Trairí, cuja capacidade instalada é de 121,9 MW. Cinco desses projetos participaram do leilão de energia de reserva promovido pela Aneel em dezembro de 2009, porém não tiveram sua energia contratada.
Os projetos adquiridos possuem medições de vento, certificação de geração de energia, licenças ambientais prévias e contrato de arrendamento e, em fase de execução, estão os projetos básicos e de impacto ambiental, exigidos para a licença de instalação.
O ágio pago pela TBLP no montante de R$ 2.971 tem como fundamento os direitos adquiridos e será amortizado nos prazos das autorizações a partir do início da operação comercial das empresas.
A Companhia está avaliando a melhor alternativa para viabilizar a implantação dos referidos projetos.

8) Lagoa Formosa Bioenergética Ltda. (Lagoa Formosa)
A Sociedade é controlada integral da Tractebel Energia e foi constituída com o objetivo de construir a Usina Cogeração São João, um empreendimento à biomassa de cana-de-açúcar em consórcio com a empresa Dedini Açúcar e Álcool Ltda. (Dedini), pertencente ao Grupo Dedini Agro.
Em setembro de 2007, a Dedini foi adquirida pelo grupo espanhol Abengoa, que optou por desfazer tal parceria. A Tractebel Energia, entretanto, teria direito a uma compensação financeira a título de indenização pelo descumprimento dos termos contratados entre as partes. O projeto havia vendido 23 MW médios, a partir de 2010, no 1º Leilão de Fontes Alternativas promovido pela Aneel, em junho do ano corrente, cujo compromisso de implantação e entrega permanece com a Dedini.
No ano de 2008 a Companhia recebeu parte do valor incontroverso da causa, relativo à multa contratual, no valor de R$ 2.595 e permaneceu em discussão quanto à parte que a Companhia entende como valor indenizável.
Em novembro do corrente ano, foi celebrado um instrumento de transação entre a Companhia e a Abengoa, em razão da ação de execução, na qual formalizou-se um acordo em que a Abengoa concordou em pagar a Tractebel Energia a quantia de R$ 10.000 destinados a recomposição de danos e lucros cessantes sofridos, finalizando assim o litígio entre as partes, sendo essa quantia reconhecida no resultado de 2009.
A Lagoa Formosa não exerceu atividades operacionais até o presente exercício.

9) Delta Energética S.A. (Delta)
A Delta possui o controle da Seival Participações S.A. (Seival), uma *holding* de propósito específico, detentora de 99,99% do Capital Social da Usina Termelétrica Seival Ltda. (UTE Seival), sediada na cidade de Charqueadas (RS).
A aquisição da Seival teve como principal objetivo acrescentar ganhos ao desenvolvimento do projeto para exportação de energia ao Uruguai, uma vez que detém os direitos (incluindo autorização da Aneel, licença prévia e opção de compra de imóvel) para implantar e explorar uma termelétrica a carvão em Candiota (RS), com potência instalada de até 540 MW.
O preço de aquisição foi de R$ 23.813 e a diferença entre o montante pago e o valor contábil patrimonial da Seival foi de R$ 19.528, o qual será amortizado a partir do início da operação comercial da UTE Seival.
Em 2009 as Sociedades não exerceram quaisquer atividades operacionais.

b.2) Avaliadas pelo custo de aquisição

Machadinho Energética S.A. (Maesa)
A Companhia possui R$ 28.793 de investimento na Maesa avaliado ao custo de aquisição, considerando que a Companhia não tem o controle individual ou compartilhado desse investimento, equivalente à participação acionária de 2,82%. A Maesa é uma sociedade de propósito específico constituída com a finalidade de contratar o fornecimento de bens e serviços necessários à implantação da Usina Hidrelétrica de Machadinho (UHE Machadinho), bem como à obtenção do financiamento e fornecimento de garantias correspondentes para a construção do empreendimento. O Consórcio Machadinho é composto pela Tractebel Energia S.A., no qual participa com 19,28% e por outras empresas consorciadas, que juntas detém 80,72%.

13 - ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição

	Controladora					Consolidado				
	2009				2008	2009				2008
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizações em Serviço										
Geração Hidráulica										
UHE Salto Santiago	2,42	645.107	(534.962)	110.145	120.623	2,42	645.107	(534.962)	110.145	120.623
UHE Salto Osório	2,68	333.147	(246.513)	86.634	93.194	2,68	333.147	(246.513)	86.634	93.194
UHE Passo Fundo	2,35	121.064	(96.517)	24.547	26.085	2,35	121.064	(96.517)	24.547	26.085
UHE Itá (em consórcio)	3,58	1.233.372	(308.935)	924.437	968.610	3,58	1.777.400	(436.552)	1.340.848	1.405.332
UHE Machadinho (em consórcio)	3,18	179.851	(37.032)	142.819	149.148	3,18	179.851	(37.032)	142.819	149.148
UHE Cana Brava	3,03	964.585	(192.280)	772.305	805.808	3,03	964.585	(192.280)	772.305	805.808
		3.477.126	**(1.416.239)**	**2.060.887**	**2.163.468**		**6.825.547**	**(1.694.156)**	**5.131.391**	**4.054.810**
Geração Térmica										
Complexo Jorge Lacerda	4,69	2.556.432	(1.546.683)	1.009.749	1.074.101	4,69	2.556.432	(1.546.683)	1.009.749	1.074.101
UTE Charqueadas	8,34	63.119	(51.734)	11.385	8.000	8,34	63.119	(51.734)	11.385	8.000
UTE Alegrete	3,62	8.289	(7.403)	886	933	3,62	8.289	(7.403)	886	933
UTE William Arjona	4,31	174.706	(83.580)	91.126	95.260	4,38	76.164	(18.275)	57.889	60.837
		2.802.546	**(1.689.400)**	**1.113.146**	**1.178.294**	4,31	174.706	(83.580)	91.126	95.260
							2.878.710	**(1.707.675)**	**1.171.035**	**1.239.131**
Equipamentos Gerais e Outros	10,00	**60.236**	**(25.517)**	**34.719**	**25.430**	**Geração Eólica**				
		6.339.908	**(3.131.156)**	**3.208.752**	**3.367.192**	EOL Beberibe	4,70	185.770	(11.732)	174.038	182.610
Imobilizações em Curso						EOL Pedra do Sal	4,08	118.610	(5.546)	113.064	-
Geração Hidráulica								**304.380**	**(17.278)**	**287.102**	**182.610**
UHE Salto Santiago		7.181	-	7.181	4.737	**Equipamentos Gerais e Outros**	10,00	**61.129**	**(25.678)**	**35.451**	**25.665**
UHE Salto Osório		4.148	-	4.148	1.465			**10.069.766**	**(3.444.787)**	**6.624.979**	**5.502.216**
Outras UHE (obras de adição)		1.348	-	1.348	3.193	**Imobilizações em Curso**					
		12.677	**-**	**12.677**	**9.395**	**Geração Hidráulica**					
Geração Térmica						UHE Salto Santiago		7.181	-	7.181	4.737
Complexo Jorge Lacerda		41.510	-	41.510	21.447	UHE Salto Osório		4.148	-	4.148	1.465
UTE Charqueadas		52.571	-	52.571	21.998	UHE São Salvador		49.805	-	49.805	870.081
Outras UTE (obras de adição)		601	-	601	236	PCH Areia Branca		133.518	-	133.518	98.586
		94.682	**-**	**94.682**	**43.681**	Outras UHE (obras de adição)		2.835	-	2.835	4.717
Equipamentos Gerais e Outros		**5.107**	**-**	**5.107**	**3.824**			**197.487**	**-**	**197.487**	**979.586**
		112.466	**-**	**112.466**	**56.900**	**Geração Térmica**					
Total das imobilizações		**6.452.374**	**(3.131.156)**	**3.321.218**	**3.424.092**	Complexo Jorge Lacerda		41.510	-	41.510	21.447
Obrigações especiais		**(10.395)**	**-**	**(10.395)**	**(9.755)**	UTE Charqueadas		52.571	-	52.571	21.998
		6.441.979	**(3.131.156)**	**3.310.823**	**3.414.337**	UTE Destilaria Andrade		62.378	-	62.378	10.180
						Outras UTE (obras de adição)		4.233	-	4.233	1.070
								160.692	**-**	**160.692**	**54.695**
						Geração Eólica - Pedra do Sal		**174**	**-**	**174**	**107.792**
						Equipamentos Gerais e Outros		**5.221**	**-**	**5.221**	**3.854**
								363.574	**-**	**363.574**	**1.145.927**
						Total das imobilizações		**10.433.340**	**(3.444.787)**	**6.988.553**	**6.648.143**
						Obrigações especiais		**(10.520)**	**-**	**(10.520)**	**(9.880)**
								10.422.820	**(3.444.787)**	**6.978.033**	**6.638.263**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora			Consolidado		
	Em serviço	Em curso	Total	Em serviço	Em curso	Total
Saldo em 31.12.2007	**2.670.671**	**64.027**	**2.734.698**	**4.010.038**	**724.178**	**4.734.216**
Ingressos						
UHE Salto Osório	-	12.354	12.354	-	12.354	12.354
UHE Cana Brava	825.608	476	826.084	-	-	-
UHE Ponte de Pedra	-	-	-	1.129.404	7.374	1.136.778
UHE São Salvador	-	-	-	-	288.516	288.516
PCH Rondonópolis	-	-	-	181.923	-	181.923
PCH Eng. José Gelazio da Rocha	-	-	-	151.626	-	151.626
PCH Areia Branca	-	-	-	-	98.586	98.586
Complexo Jorge Lacerda	-	23.467	23.467	-	23.467	23.467
UTE Charqueadas	-	20.007	20.007	-	20.007	20.007
UTE Destilaria Andrade	-	-	-	-	10.180	10.180
EOL Beberibe	-	-	-	197.490	-	197.490
EOL Pedra do Sal	-	-	-	-	107.815	107.815
Demais usinas	472	17.494	17.966	598	18.681	19.279
Transferência dos ativos diferido e intangível	-	-	-	3.196	255	3.451
Transferência para o realizável de créditos de PIS e Cofins *(*)*	-	-	-	(13.459)	(72.427)	(85.886)
Transferências	80.925	(80.925)	-	93.059	(93.059)	-
Depreciação	(207.467)	-	(207.467)	(248.627)	-	(248.627)
Baixas	(3.017)	-	(3.017)	(3.032)	-	(3.032)
Saldo em 31.12.2008	**3.367.192**	**56.900**	**3.424.092**	**5.502.216**	**1.145.927**	**6.648.143**
Ingressos						
UHE Salto Osório	-	3.563	3.563	-	3.563	3.563
UHE Salto Santiago	-	7.490	7.490	-	7.490	7.490
UHE São Salvador	-	-	-	-	455.875	455.875
PCH Areia Branca	-	-	-	-	34.930	34.930
Complexo Jorge Lacerda	-	55.556	55.556	-	55.556	55.556
UTE Charqueadas	-	35.417	35.417	-	35.417	35.417
UTE Destilaria Andrade	-	-	-	-	52.199	52.199
EOL Pedra do Sal	-	-	-	-	10.815	10.815
Demais usinas	-	8.469	8.469	-	13.370	13.370
Transferências	54.929	(54.929)	-	1.451.119	(1.451.119)	-
Depreciação	(211.961)	-	(211.961)	(326.756)	-	(326.756)
Baixas	(1.408)	-	(1.408)	(1.600)	(449)	(2.049)
	3.208.752	**112.466**	**3.321.218**	**6.624.979**	**363.574**	**6.988.553**
Obrigações Especiais	(10.395)	-	(10.395)	(10.520)	-	(10.520)
Saldo em 31.12.2009	**3.198.357**	**112.466**	**3.310.823**	**6.614.459**	**363.574**	**6.978.033**

(*) Transferência para o ativo circulante e realizável a longo prazo dos créditos de PIS e Cofins sobre as aquisições de máquinas e equipamentos e edificações da CESS.

Conforme mencionado na Nota 23, a Companhia, no ano de 2009, registrou a concessão da UHE São Salvador. A outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União foram reconhecidas a valor presente da concessão no ativo imobilizado em contrapartida com o passivo circulante e não circulante.

c) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas
A Lei nº 8.987/95, de 13.02.2005, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, prevê o seguinte em seu Art. 36, *"A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido"*.
O Decreto nº 2003, de 10.09.1996, que regulamenta a produção de energia elétrica por produtor independente e por autoprodutor, estabelece o que segue em seu Art. 20, *"No final do prazo da concessão ou autorização, os bens e as instalações realizados para a geração independente e para a autoprodução de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados.*
Parágrafo 1º. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do poder concedente.
Parágrafo 2º. No caso de usinas termelétricas, não será devida indenização dos investimentos realizados, assegurando-se, porém, ao produtor independente ou ao autoprodutor remover as instalações."
Considerando a interpretação da legislação anteriormente mencionada de que não haverá indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original, a Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2007, passou a depreciar estes ativos de acordo com as taxas determinadas pela Aneel, limitada ao prazo de concessão, em que pese os contratos e a legislação preverem a possibilidade da renovação da concessão.

d) Apropriação dos encargos financeiros
Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos da CESS e da Areia Branca, cujos valores consolidados em 2009 foram de R$ 41.175 e R$ 4.923, respectivamente, estão sendo reconhecidos no imobilizado em curso. No ano de 2008 o valor capitalizado da CESS foi de R$ 44.890.

e) Obrigações especiais
Referem-se a obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica e representam os valores aplicados nos empreendimentos sob concessão, com recursos da União e de doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador. A quitação dessas obrigações dar-se-á no vencimento das respectivas concessões, estabelecido pelo Poder Concedente.

f) Redução ao valor recuperável de ativos
A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou, ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. Até o momento não existem indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos na Companhia.

DCSC – 5COL X 35CM – Pág. 9

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DCSC.indd 9 16/3/2010 16:43:12

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

g) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes concessões e autorizações para exploração de energia elétrica:

	Detentora da concessão ou autorização	Capacidade instalada MW	Data do ato	Vencimento
I - Concessões				
UHE Salto Santiago	Controladora	1.420	28.09.1998	27.09.2028
UHE Salto Osório	Controladora	1.078	28.09.1998	27.09.2028
UHE Passo Fundo	Controladora	226	28.09.1998	27.09.2028
UHE Itá	Controladora/Itasa	1.450	28.12.1995	16.10.2030
UHE Machadinho	Controladora	1.140	15.07.1997	14.07.2032
UHE Cana Brava	Controladora	450	27.08.1998	26.08.2033
UHE Ponte de Pedra	PPESA	176	01.10.1999	30.09.2034
UHE São Salvador	CESS	243	23.04.2002	22.04.2037
II - Autorizações				
Complexo Jorge Lacerda	Controladora	857	28.09.1998	27.09.2028
UTE Charqueadas	Controladora	72	28.09.1998	27.09.2028
UTE Alegrete	Controladora	66	28.09.1998	27.09.2028
UTE William Arjona	Controladora	190	02.06.2000	28.04.2029
UTE Destilaria Andrade	Consórcio Andrade	40	05.04.2000	04.04.2030
Unidade de Cogeração Lages	Lages	28	30.10.2002	29.10.2032
PCH Rondonópolis	Tupan	27	19.12.2002	18.12.2032
PCH Eng. José Gelazio da Rocha	Hidropower	24	19.12.2002	18.12.2032
PCH Areia Branca	Areia Branca	20	03.05.2000	02.05.2030
EOL Pedra do Sal	Pedra do Sal	18	02.10.2002	01.10.2032
EOL Beberibe	Beberibe	26	04.08.2003	03.08.2033

A concessão relativa à UHE Itá está compartilhada com a controlada em conjunto Itasa (ver Nota 12.b.1) e a Companhia possui 1.090 MW da capacidade instalada. Com referência à concessão da UHE Machadinho a Tractebel Energia detém 404 MW do total instalado. A participação remanescente pertence a outros concessionários que compõem o Consórcio Machadinho (ver Nota 12.b.2).

h) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

i) Bens da União utilizados pela Companhia

A Companhia exerce a posse e opera a Usina Termelétrica Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW e uma vila residencial com 15 casas, localizada no Município de Alegrete (RS), de titularidade da União e cedida em regime especial de utilização.

14 - ATIVO INTANGÍVEL

a) Composição

	Controladora					
	2009			2008		
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de uso	14.730	(10.138)	4.592	11.110	(9.225)	1.885
Ágio incorporado da CEM	44.578	(30.932)	13.646	44.578	(26.623)	17.955
	59.308	**(41.070)**	**18.238**	**55.688**	**(35.848)**	**19.840**

	Consolidado					
	2009			2008		
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de uso	17.260	(11.058)	6.202	15.741	(9.475)	6.266
Direito de compra de energia	64.561	-	64.561	64.561	-	64.561
Ágio incorporado da CEM	44.578	(30.932)	13.646	44.578	(26.623)	17.955
Ágio incorporado da Itasa	72.793	(61.668)	11.125	72.793	(54.388)	18.405
Ágio Seival Participações	19.528	-	19.528	19.528	-	19.528
	218.720	**(103.658)**	**115.062**	**217.201**	**(90.486)**	**126.715**

O direito de uso e o direito de compra de energia possuem vidas úteis definidas. O primeiro está sendo amortizado em cinco anos e o segundo será amortizado durante a vigência do contrato de compra, de 2013 a 2023.

Os ágios incorporados da CEM e da Itasa também possuem vida útil definida e serão amortizados, respectivamente, até fevereiro de 2013 e dezembro de 2011. A amortização do ágio pago pela Seival Participações ocorrerá a partir do início da operação comercial da Usina, cuja data ainda não pode ser prevista devido ao estágio em que se encontra o projeto.

b) Mutação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2007	**2.185**	**72.081**
Ingresso direito de uso	607	770
Ingresso direito de compra de energia	-	64.561
Transferências do ativo diferido e imobilizado	-	7.059
Transferência do ágio da incorporação CEM	17.956	-
Amortização	(908)	(17.756)
Saldo em 31.12.2008	**19.840**	**126.715**
Ingresso direito de uso	3.603	4.621
Transferência para o imobilizado	-	(3.118)
Amortização	(5.205)	(13.156)
Saldo em 31.12.2009	**18.238**	**115.062**

15 - UNIDADES 4 E 5 DA UTE WILLIAM ARJONA

As unidades geradoras 4 e 5 da Usina Termelétrica William Arjona, com potência total de 70 MW,utilizam gás natural para geração de energia elétrica e foram implantadas com o objetivo específico de atender a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), sob a regência do Contrato de Suprimento de Energia Elétrica firmado em 10.01.2002, com vigência até 31.12.2004.

A Administração da Companhia vinha considerando a possibilidade de desativar tais unidades geradoras no final do contrato com a CBEE. Em linha com esta possibilidade, a Companhia amortizou o valor econômico destes ativos no período de sua utilização, atingindo um valor residual compatível com o valor estimado de alienação.

Em 26.10.2004 a Administração da Companhia comunicou à assessoria do MME que, após o término do contrato com a CBEE, as referidas unidades geradoras seriam mantidas e estariam à disposição para operação centralizada, de acordo com as normas e procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a partir de 01.01.2005, nas mesmas condições das unidades 1, 2 e 3.

Desta forma, o processo de depreciação das referidas unidades não foi interrompido. Concomitantemente com a depreciação, a Companhia vem revertendo a amortização acelerada reconhecida ao longo do contrato com a CBEE.

O valor residual das unidades geradoras 4 e 5 em 31.12.2009 e 2008 é de R$ 33.134.

16 - FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Energia elétrica comprada	53.766	46.492	76.770	78.579
Transações no âmbito da CCEE	370	2.002	2.325	3.851
Encargos de uso da rede elétrica	69.742	64.196	76.502	67.852
Combustíveis fósseis/biomassa	630	-	798	145
Materiais e serviços	46.511	36.339	89.722	61.940
	171.019	**149.029**	**246.117**	**212.367**

17 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora					
	2009			2008		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas	15.824	127.240	143.064	24.173	175.841	200.014
BNP Paribas (*Floating Rate Note*)	-	100.293	100.293	-	129.526	129.526
Deutsche Bank	-	-	-	4.490	-	4.490
Encargos	3.060	-	3.060	4.568	-	4.568
	18.884	**227.533**	**246.417**	**33.231**	**305.367**	**338.598**
Moeda nacional						
Eletrobrás	30.318	10.796	41.114	27.445	41.114	68.559
BNDES	14.965	34.917	49.882	14.947	49.823	64.770
Banco do Brasil	3.529	3.530	7.059	3.529	7.059	10.588
Notas Promissórias	-	-	-	400.000	-	400.000
Encargos	258	-	258	33.367	-	33.367
	49.070	**49.243**	**98.313**	**479.288**	**97.996**	**577.284**
	67.954	**276.776**	**344.730**	**512.519**	**403.363**	**915.882**

	Consolidado					
	2009			2008		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas	15.824	127.240	143.064	24.173	175.841	200.014
BNP Paribas (*Floating Rate Note*)	-	100.293	100.293	-	129.526	129.526
Deutsche Bank	-	-	-	4.490	-	4.490
Encargos	3.060	-	3.060	4.568	-	4.568
	18.884	**227.533**	**246.417**	**33.231**	**305.367**	**338.598**
Moeda nacional						
Eletrobrás	30.318	10.796	41.114	27.445	41.114	68.559
BNDES	75.412	573.608	649.020	47.816	389.259	437.075
Agentes Financiadores do BNDES	71.504	561.833	633.337	52.650	725.722	778.372
Banco do Brasil	7.495	30.630	38.125	7.495	38.125	45.620
BRDE	6.835	11.391	18.226	6.826	18.203	25.029
Caixa Econômica Federal (CEF)	5.479	49.315	54.794	5.157	51.574	56.731
Notas Promissórias	-	-	-	400.000	-	400.000
ABN AMRO Real	-	-	-	55.026	-	55.026
Bradesco	-	-	-	829	-	829
Encargos	5.419	-	5.419	35.438	10.961	46.399
	202.462	**1.237.573**	**1.440.035**	**638.682**	**1.274.958**	**1.913.640**
	221.346	**1.465.106**	**1.686.452**	**671.913**	**1.580.325**	**2.252.238**

Em maio de 2008 a Companhia emitiu 40 (quarenta) Notas Promissórias no valor total de R$ 400.000, as quais venceram e foram resgatadas em maio de 2009. A liquidação financeira ocorreu com recursos próprios e oriundos da 3ª emissão de debêntures simples da Companhia, conforme mencionado na Nota 18.

Em março de 2009 a Companhia concluiu o processo de distribuição pública restrita da 4ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, ocorrida nos termos da Instrução CVM nº 400, tendo sido emitidas 300 Notas Promissórias no valor total de R$ 300.000, com vencimento em março de 2010, tendo como coordenador o Banco Votorantim. As referidas Notas Promissórias foram quitadas antecipadamente, em abril de 2009, com os recursos oriundos da 3ª emissão de debêntures simples da Companhia, conforme descrito na Nota 18.

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2007	**71.255**	**345.302**	**416.557**	**121.024**	**970.731**	**1.091.755**
Ingressos	400.000	-	400.000	416.708	166.823	583.531
Incorporação da CEM	15.203	62.153	77.356	-	-	-
Aquisição da PPESA	-	-	-	42.023	252.135	294.158
Aquisições efetuadas pela TBLP *(*)*	-	-	-	54.488	225.025	279.513
Transferências	64.727	(64.727)	-	142.906	(142.906)	-
Encargos gerados	72.475	110	72.585	114.956	47.992	162.948
Variações cambiais	10.879	69.364	80.243	11.275	69.364	80.639
Remuneração de garantias depositadas	-	(8.839)	(8.839)	-	(8.839)	(8.839)
Amortizações	(122.020)	-	(122.020)	(231.467)	-	(231.467)
Saldo em 31.12.2008	**512.519**	**403.363**	**915.882**	**671.913**	**1.580.325**	**2.252.238**
Ingressos	300.000	-	300.000	309.000	96.316	405.316
Transferências	66.619	(66.619)	-	222.709	(222.709)	-
Encargos gerados	58.862	54	58.916	110.439	71.196	181.635
Variações cambiais	(7.866)	(69.816)	(77.682)	(7.866)	(69.816)	(77.682)
Remuneração de garantias depositadas	-	9.794	9.794	-	9.794	9.794
Amortizações	(862.180)	-	(862.180)	(1.084.849)	-	(1.084.849)
Saldo em 31.12.2009	**67.954**	**276.776**	**344.730**	**221.346**	**1.465.106**	**1.686.452**

(*) Referem-se aos ingressos referentes aos empréstimos das empresas Tupan, Hidropower, Pedra do Sal, Eólica Beberibe e Areia Branca, adquiridas pela TBLP, controlada integral da Companhia.

c) Composição por tipo de moeda estrangeira e indexadores nacionais

	Controladora					
	2009			2008		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano (USD)	83.265	144.981	42,06	89.076	208.169	22,73
Euro (EUR)	40.456	101.436	29,42	40.279	130.429	14,24
		246.417	**71,48**		**338.598**	**36,97**
Moeda nacional						
CDI		-	-		433.011	47,28
TJLP		50.093	14,53		65.045	7,10
Não indexado		48.220	13,99		79.228	8,65
		98.313	**28,52**		**577.284**	**63,03**
		344.730	**100,00**		**915.882**	**100,00**

	Consolidado					
	2009			2008		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano (USD)	83.265	144.981	8,60	89.076	208.169	9,24
Euro (EUR)	40.456	101.436	6,01	40.279	130.429	5,79
		246.417	**14,61**		**338.598**	**15,03**
Moeda nacional						
CDI		-	-		488.866	21,71
TJLP		1.353.626	80,26		1.299.049	57,68
UMBNDES590 *(*)*		6.996	0,42		11.236	0,50
Não indexado		79.413	4,71		114.489	5,08
		1.440.035	**85,39**		**1.913.640**	**84,97**
		1.686.452	**100,00**		**2.252.238**	**100,00**

(*) Índice relativo à cesta de moedas calculado pelo BNDES.

d) Variação das moedas estrangeiras e indexadores

	(%)	
Moeda - indexador	2009	2008
Dólar Americano (USD)	(25,49)	31,94
Euro (EUR)	(22,57)	24,14
TJLP	6,12	6,25
CDI	9,84	12,35
UMBNDES590	(25,66)	33,86

e) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora			Consolidado		
	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
2011	15.824	29.290	45.114	15.824	180.354	196.178
2012	11.710	14.965	26.675	11.710	163.751	175.461
2013	7.597	4.988	12.585	7.597	142.423	150.020
2014	3.673	-	3.673	3.673	117.050	120.723
2015	100.293	-	100.293	100.293	89.027	189.320
2016 a 2023	-	-	-	-	542.693	542.693
2024	88.436	-	88.436	88.436	2.275	90.711
	227.533	**49.243**	**276.776**	**227.533**	**1.237.573**	**1.465.106**

f) Condições Contratadas

		Condições de Pagamento		
	Encargos	Vencimento	Encargos	Principal
Moeda estrangeira				
TBLE				
STN	*Libor* + 1,075% a.a.	04/2024	Semestrais, em Abril e Outubro	
BNP Paribas (*Floating Rate Note*)	*Euribor* + 2,75% a.a.	11/2015	Anual em Novembro	Parcela única em Nov/2015
Moeda nacional				
TBLE				
Eletrobrás	12% a.a.	04/2011	Mensais, até o vencimento	
BNDES	TJLP + 4% a.a. *(a)*	04/2013	Mensais, até o vencimento	
Banco do Brasil	8,14% a.a. *(d)*	12/2011	Mensais, até o vencimento	
Itasa				
BNDES	TJLP + 4% a.a. *(a)*	09/2013	Mensais, até o vencimento	
Agentes financiadores (BNDES) *(b)*	TJLP + 3,85% a.a. *(a)*	09/2013	Mensais, até o vencimento	
Lages				
BRDE	TJLP + 2,25% a.a. *(a)*	08/2012	Mensais, até o vencimento	

(continua)

DCSC – 5COL X 35CM – Pág. 10

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DCSC.indd 10 16/3/2010 16:43:13

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

(continuação)

	Encargos	Condições de Pagamento		
		Vencimento	Encargos	Principal
CESS				
BNDES	TJLP + 2,7% a.a. *(a)*	10/2023	Mensais, até o vencimento	
Agentes financiadores (BNDES) *(b)*	TJLP + 3,25% a.a. *(a)*	10/2023	Mensais, até o vencimento	
PPESA				
BNDES	TJLP + 5% a.a. *(a)*	04/2015	Mensais, até o vencimento	
BNDES	UMBNDES + 5% + Taxa Variável *(c)*	04/2015	Mensais, até o vencimento	
Agentes Financiadores (BNDES) *(b)*	TJLP + 4,5% a.a. *(a)*	04/2015	Mensais, até o vencimento	
Tupan				
CEF	TJLP + 3,5% a.a. *(a)*	12/2019	Mensais, até o vencimento	
Hidropower				
Banco do Brasil	8,08% a.a. *(d)*	10/2017	Mensais, até o vencimento	
Areia Branca				
BNDES	TJLP + 2,5% a.a. *(a)*	06/2024	Mensais, a partir de julho de 2010	
Beberibe				
BNDES	TJLP + 3,5% a.a. *(a)*	12/2023	Mensais, a partir de janeiro de 2010	
Pedra do Sal				
BNDES	TJLP + 1,92% a.a. *(a)*	12/2023	Mensais, a partir de janeiro de 2010	

(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.
(b) Os Agentes Financiadores do BNDES são Itaú Unibanco Holding S.A., Banco Bradesco, Banco Santander e Banco Votorantim.
(c) Taxa variável trimestral, reajustada nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira.
(d) Taxa fixa já considerando o bônus de adimplência de 15% para pagamento até a data de vencimento.

g) Garantias

g.1) Tractebel Energia S.A.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira
Secretaria do Tesouro Nacional (STN): (a) Cessão e transferência à União dos recebíveis, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento; (b) depósito, em forma de caução, no valor R$ 76.470, em 31.12.2009, o qual está apresentado em conta retificadora do financiamento correspondente.
Não há garantias concedidas para os demais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Companhia.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional
Eletrobrás: (a) Procuração ao credor com poderes de, em caso de inadimplência, transferir para o seu próprio nome, os valores necessários para o pagamento de sua dívida, a partir da conta bancária arrecadadora de receitas da Companhia; (b) Notas Promissórias no montante referente ao do financiamento, estando os títulos vinculados aos termos contratuais.
Banco do Brasil: (a) Cessão e transferência de crédito no valor de R$ 8.726, representado por venda de energia elétrica ou outros recursos com a mesma finalidade; (b) caução de Nota Promissória no valor correspondente ao do financiamento.
BNDES: Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito e do Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures: Em consequência da incorporação da CEM pela Tractebel Energia, ocorrida em 28.03.2008, as garantias anteriormente existentes nos dois Contratos, foram substituídas por Carta de Fiança do Itaú Unibanco Holding S.A., no valor de R$ 131.966, com validade até 15.10.2013.

g.2) Itasa
BNDES e Agentes Financiadores do BNDES: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Itá; (b) Penhor de Direitos Creditórios decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com seus acionistas; (c) conta reserva num montante equivalente a três meses da dívida do BNDES (substituída por fiança bancária) e três meses das despesas contratuais de operação e manutenção da UHE Itá. Além dessas garantias, os sócios caucionaram a totalidade das ações da Itasa ao BNDES e Agentes Financiadores.

g.3) Lages Bioenergética Ltda.
BRDE: (a) Cessão dos direitos creditórios do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado com a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc), com a interveniência da Companhia; (b) cessão dos Direitos de Indenização decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Vapor e Compra e Venda de Biomassa celebrados com as empresas Sofia Industrial e Exportadora Ltda. e a Battistella Industria e Comércio Ltda.; (c) cessão dos Direitos Emergentes da Autorização concedida pela Aneel para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica; (d) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a, em média, quatro meses do serviço da dívida.

g.4) Companhia Energética São Salvador
BNDES e Agentes Financiadores do BNDES: (a) penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE São Salvador; (b) conta centralizadora de direitos creditórios para recebimento dos direitos de crédito da CESS; e (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto.

g.5) Ponte de Pedra Energética S.A.
BNDES e Agentes Financiadores do BNDES: (a) penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Ponte de Pedra; (b) conta centralizadora de direitos creditórios para recebimento dos direitos de crédito da PPESA (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto.

g.6) Tupan Energia Elétrica S.A.
Caixa Econômica Federal (CEF): (a) hipoteca de terreno e imóveis; (b) alienação fiduciária de equipamentos; (c) totalidade das ações representativas do Capital Social; e (d) recebíveis e conta reserva. A Companhia está em negociação para substituir as fianças pessoais emitidas pelos antigos sócios, por uma Carta Fiança Corporativa da Tractebel Energia S.A.

g.7) Hidropower Energia S.A.
Banco do Brasil: (a) totalidade das ações representativas do Capital Social; e (b) recebíveis e conta Reserva. A Companhia está negociando a substituição das fianças pessoais emitidas pelos antigos sócios, por uma Carta Fiança Corporativa da Tractebel Energia S.A.

g.8) Eólica Beberibe S.A. e Hidrelétrica Areia Branca S.A.
BNDES: (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do Capital Social; e (c) recebíveis e conta reserva.

g.9) Eólica Pedra do Sal S.A.
BNDES: (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do Capital Social; e (c) recebíveis e conta reserva.

h) Compromissos contratuais (*covenants*)
A Companhia possui os seguintes *convenants* estabelecidos em seus contratos de empréstimos e financiamentos:

Dívida	*Covenants*
TBLE	
BNDES	Patrimônio líquido/ativo total ≥ 30%
PPESA	
BNDES e Agentes financiadores	Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
CESS	
BNDES e Agentes financiadores	Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
Lages	
BRDE	(Passivo circulante + passivo não circulante)/ativo total ≤ 66%
Itasa	
BNDES e Agentes financiadores	Patrimônio líquido/ativo total ≥ 40%
Hidropower	
Banco do Brasil	(i) Patrimônio líquido/ativo total ≥ 0,35 (ii) Margem EBITDA (*) (EBITDA/ROL) ≥ 0,80 (iii) EBITDA (*)/despesas financeiras ≥ 2,70 (iv) Dívida financeira Total/EBITDA (*) ≤ 4,0 (v) Ativo circulante/passivo circulante ≥ 1,2 (vi) Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
Tupan	
CEF	(i) Patrimônio líquido/ativo total ≥ 21% (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3 (iii) Capital Social/ativo imobilizado ≥ 21%

(*) EBITDA: Lucro operacional - resultado financeiro - depreciação e amortização, conforme definido pelo Contrato.

As empresas Eólica Pedra do Sal S.A. e Eólica Beberibe S.A. terão os *covenants* exigidos a partir de 30.04.2010 e a Hidrelétrica Areia Branca S.A., a partir de 30.06.2010.
Os *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia, exceto quanto ao a seguir comentado.
A Hidropower possui cláusulas restritivas em seu contrato de financiamento que requerem a manutenção de índices financeiros, entre eles o de liquidez corrente e de cobertura do serviço da dívida. Quando estes índices não são alcançados, a Hidropower, após ser notificada oficialmente pelo Agente Financeiro, deve proceder o aumento de capital em dinheiro, para cobrir tal insuficiência.
O passivo circulante da Hidropower encontra-se acima do nível requerido pelo contrato de financiamento, o que afeta negativamente tanto o índice de liquidez quanto o de cobertura do serviço da dívida, porém a administração não considera que haverá descumprimento de cláusula de contrato e o consequente vencimento antecipado de dívida, já que sua controladora, Tractebel Energia, manifestou formalmente que está negociando o equacionamento da situação junto ao banco e que, se necessário, irá capitalizar a Companhia dentro do prazo previsto caso a mesma seja notificada pelo Agente Financeiro. Até o presente momento não houve a referida notificação prevista no Contrato.

18 - DEBÊNTURES

a) Composição

	2009			2008		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Tractebel Energia S.A.						
1ª Emissão (1ª Série)	-	139.817	139.817	9.141	140.000	149.141
1ª Emissão (2ª Série)	59.976	-	59.976	-	60.000	60.000
2ª Emissão (Série Única)	-	396.941	396.941	-	381.080	381.080
Cana Brava (Série Única)	13.124	38.842	51.966	11.917	51.904	63.821
3ª Emissão (Série Única)	-	601.617	601.617	-	-	-
4ª Emissão (Série Única)	-	399.996	399.996	-	-	-
Encargos	44.240	-	44.240	29.053	-	29.053
Total Controladora	**117.340**	**1.577.213**	**1.694.553**	**50.111**	**632.984**	**683.095**
Itasa (1ª e 2ª Séries)	8.055	24.570	32.625	9.154	32.760	41.914
Encargos	1.012	-	1.012	1.326	-	1.326
Total Consolidado	**126.407**	**1.601.783**	**1.728.190**	**60.591**	**665.744**	**726.335**

Em março de 2009 a Companhia emitiu 60.000 debêntures simples, da forma escritural, não conversíveis em ações da emissora, de séria única, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 10, perfazendo, na data de emissão, o montante total de R$ 600.000. A taxa de remuneração estabelecida no processo de *bookbuilding*, em 17.04.2009, foi de 117% do CDI. Os juros vencem semestralmente e o principal será amortizado em parcela única, em 01.04.2011.
A liquidação total da oferta pública das debêntures ocorreu no dia 28.04.2009 e os recursos obtidos por meio da oferta destinaram-se ao pagamento integral nesta mesma data da 4ª emissão das Notas Promissórias, emitidas em março de 2009, e de parte da dívida representada pelas Notas Promissórias da 3ª emissão, emitidas em maio de 2008 e vencidas em 15.05.2009.
Os custos das transações incorridos na captação de recursos através dessa emissão foram de R$ 5.242, os quais foram contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 556/08. Dessa forma a taxa de juros efetiva das debêntures para fins de apropriação da despesa de juros contábil será de 118% do CDI.
Em dezembro de 2009 a Companhia emitiu 400 debêntures simples, da forma escritural, não conversíveis em ações da emissora, de séria única, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 1.000, perfazendo, na data de emissão, o montante total de R$ 400.000. A taxa de remuneração foi de 110% do CDI. Os juros vencem semestralmente, nas datas de 05.05 e 05.11 dos anos de 2010 a 2015. A amortização das debêntures ocorrerá a partir do 24º mês após a data de emissão, inclusive, anualmente, na proporção de 1/5 do Valor Nominal Unitário, sendo a primeira amortização em 05.11.2011 e a última na data de vencimento, ou seja, em 05.11.2015.
A liquidação total da oferta ocorreu no dia 07.12.2009 e os recursos obtidos por meio da oferta serão destinados à aquisição futura da SUEZ Energia Renovável (SER), à redução de custos e alongamento de dívidas, bem como ao reforço do capital de giro para a condução dos negócios da Companhia.
Os custos das transações incorridos na captação de recursos através dessa emissão, cujos valores atingiram R$ 3.479, foram contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido. Assim sendo, a taxa de juros efetiva das debêntures para fins de apropriação da despesa de juros contábil passou a ser de 111% do CDI.

b) Mutação das debêntures

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2007	**32.138**	**560.302**	**592.440**	**56.560**	**664.919**	**721.479**
Incorporação da CEM	13.850	63.692	77.542	-	-	-
Transferências	29.272	(29.272)	-	37.462	(37.462)	-
Encargos gerados	55.266	114	55.380	61.453	139	61.592
Variações monetárias	(1.843)	38.148	36.305	2.879	38.148	41.027
Amortizações	(78.572)	-	(78.572)	(97.763)	-	(97.763)
Saldo em 31.12.2008	**50.111**	**632.984**	**683.095**	**60.591**	**665.744**	**726.335**
Ingressos	-	1.000.325	1.000.325	-	1.000.325	1.000.325
Transferências	73.120	(73.120)	-	81.310	(81.310)	-
Encargos gerados	102.299	1.745	104.044	105.930	1.745	107.675
Variações monetárias	(2.643)	16.775	14.132	(3.322)	16.775	13.453
Amortizações	(105.488)	-	(105.488)	(118.043)	-	(118.043)
Outros	(59)	(1.496)	(1.555)	(59)	(1.496)	(1.555)
Saldo em 31.12.2009	**117.340**	**1.577.213**	**1.694.553**	**126.407**	**1.601.783**	**1.728.190**

c) Condições contratadas

	Quantidade em circulação	Remuneração	Condições de Pagamento		
			Juros/atualização monetária	Principal	Garantia
TBLE					
1ª Série	14.000	IGPM + 9,29% a.a.	Anualmente em 02.05	Parcela única em 02.05.11	Sem garantia
2ª Série	6.000	103,9% do CDI	Semestrais em 02.05 e 02.11	Parcela única em 02.05.10	Sem garantia
2ª Emissão Série Única	35.000	IPCA + 7% a.a.	Anualmente em 15.05	3 parcelas em 15.05.12, 15.05.13 e 15.05.14	Sem garantia
3ª Emissão Série Única	60.000	117% do CDI	Semestrais em 01.04 e 01.10	Parcela única em 01.04.2011	Sem garantia
4ª Emissão Série Única	400	110% do CDI	Semestrais em 05.05 e 05.11	5 parcelas em 05.11.11, 05.11.12, 05.11.13, 05.11.14 e 05.11.15	Sem garantia
Cana Brava Série Única	7.773	TJLP + 4% a.a. *(*)*	Semestral em 01.04 e 01.10, até 01.04.2013	Semestral, variando de 4,7027% em 01.04.08, a 7,5737% em 01.04.13	Recebíveis decorrentes da geração e comercialização de energia
Itasa					
1ª Série e 2ª Série	8.400	IGPM + 9,4% a.a.	Anualmente em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série)	7 parcelas iguais, em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série) de cada ano, até 01.12.13 (1ª série), e 01.06.13 (2ª série)	Penhor dos Direitos Creditórios dos contratos de venda de energia para os seus acionistas

(*) O montante correspondente à parcela da TJLP que excede 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.

d) Variação dos indexadores

	(%)	
Indexador	**2009**	**2008**
TJLP	6,12	6,25
IGP-M	(1,71)	9,81
CDI	9,84	12,35
IPCA	3,93	5,89

e) Vencimentos das debêntures apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
2011	835.192	843.382
2012	228.008	236.198
2013	220.974	229.164
2014	212.700	212.700
2015	80.339	80.339
	1.577.213	**1.601.783**

f) Compromissos contratuais (*covenants*)
A Companhia possui os seguintes *convenants* estabelecidos em seus contratos de debêntures:

Dívida	*Covenants*
TBLE	
1ª série, 2ª Série e 2ª, 3ª e 4ª emissão (Série única)	EBITDA(*)/Despesas Financeiras Consolidadas ≥ 2,0 Dívida Consolidada/EBITDA(*) ≤ 2,5
Cana Brava (Série única)	Patrimônio Líquido/Ativo Total ≥ 30%
Itasa	
1ª e 2ª Série	Patrimônio Líquido/Ativo Total ≥ 40%

(*) EBITDA: Lucro operacional - resultado financeiro - depreciação e amortização, conforme definido no Contrato.

Os *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos de debêntures estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

DCSC – 5COL X 35CM – Pág. 11

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

petran 11 3885.9696

[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DCSC.indd 11 16/3/2010 16:43:15

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

19 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Circulante				
Imposto de renda	272.187	259.647	274.642	262.753
Contribuição social	80.189	77.520	81.090	79.496
ICMS	6.823	15.567	30.090	33.456
PIS e Cofins	17.003	12.732	19.486	15.796
INSS	3.682	2.086	4.174	2.499
Outros	1.532	2.996	2.134	10.108
	381.416	**370.548**	**411.616**	**404.108**

A Companhia vem recolhendo o imposto de renda e a contribuição social mensalmente sobre a base de cálculo estimada, em consonância com a legislação em vigor.

20 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora			
	2009			2008
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Provisões de férias e encargos	13.030	-	13.030	12.594
Provisão para participação nos resultados e bônus gerencial	23.424	-	23.424	21.552
Programa de Desligamento Voluntário	3.703	3.561	7.264	6.367
Outras	551	986	1.537	1.694
	40.708	**4.547**	**45.255**	**42.207**

Consolidado
O balanço patrimonial consolidado de 2009 inclui o valor de R$ 525 (R$ 1.200 em 2008), referente a provisões trabalhistas reconhecidas no passivo circulante das controladas Itasa, CESS, PPESA e controladas da TBLP.

21 - OBRIGAÇÕES COM O PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
FNDCT	826	12.640	975	13.907
MME	413	6.320	559	6.953
Projetos	41.822	36.077	46.578	39.410
	43.061	**55.037**	**48.112**	**60.270**

A Tractebel Energia, na condição de empresa geradora de energia elétrica, autorizada à produção independente, está obrigada a aplicar anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.
Os referidos recursos tem a seguinte destinação: (i) 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento desenvolvidos pela Companhia, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel; e (iii) 20% para o MME, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.
Do saldo consolidado de R$ 46.578 pendentes de aplicação em 31.12.2009, R$ 27.023 encontram-se comprometidos com projetos de pesquisa em andamento e o restante do valor ainda não possui projetos vinculados junto à Aneel.
Ressalta-se que o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Tractebel Energia visa à inovação tecnológica no setor energético e a capacitação técnico-científica de pesquisadores brasileiros, abrangendo temas de investimento, tais como: fontes alternativas de geração de energia elétrica, gestão de bacias e reservatórios, meio ambiente, manutenção e eficiência energética, entre outros.

22 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui notificações fiscais e cíveis que estão sendo impugnadas administrativamente, bem como processos judiciais que tramitam em diversas instâncias, algumas das quais, na avaliação dos consultores jurídicos se revestem de riscos prováveis. Todos esses processos estão provisionados por valores julgados suficientes para cobertura das contingências, conforme abaixo:

a) Composição

	Controladora					
	2009			2008		
	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida
Tributárias						
Contribuição social	107	-	107	15.152	(3.914)	11.238
INSS	27.461	(16.810)	10.651	29.358	(13.022)	16.336
	27.568	**(16.810)**	**10.758**	**44.510**	**(16.936)**	**27.574**
Cíveis						
Contratos com fornecedores	22.179	-	22.179	18.931	-	18.931
Benefício de aposentadoria	23.895	-	23.895	5.122	-	5.122
Doença ocupacional e acidente do trabalho	13.146	(1.297)	11.849	12.298	(1.272)	11.026
Ambientais	3.823	-	3.823	3.472	-	3.472
Ações diversas	2.763	(439)	2.324	5.057	(11)	5.046
	65.806	**(1.736)**	**64.070**	**44.880**	**(1.283)**	**43.597**
Trabalhistas	**16.056**	**(7.287)**	**8.769**	**21.399**	**(10.918)**	**10.481**
	109.430	**(25.833)**	**83.597**	**110.789**	**(29.137)**	**81.652**
Classificação no Balanço						
Circulante			12.580			10.140
Não circulante			71.017			71.512
			83.597			**81.652**

	Consolidado					
	2009			2008		
	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida
Tributárias						
Contribuição social	107	-	107	15.152	(3.914)	11.238
INSS	27.461	(16.810)	10.651	29.358	(13.022)	16.336
	27.568	**(16.810)**	**10.758**	**44.510**	**(16.936)**	**27.574**
Cíveis						
Contratos com fornecedores	22.179	-	22.179	18.931	-	18.931
Benefício de aposentadoria	23.895	-	23.895	5.122	-	5.122
Doença ocupacional e acidente do trabalho	13.146	(1.297)	11.849	12.298	(1.272)	11.026
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust)	26.239	(23.049)	3.190	16.940	(16.771)	169
Ambientais	3.823	-	3.823	3.472	-	3.472
Ações diversas	7.189	(439)	6.750	10.267	(1.030)	9.237
	96.471	**(24.785)**	**71.686**	**67.030**	**(19.073)**	**47.957**
Trabalhistas	**16.056**	**(7.287)**	**8.769**	**21.399**	**(10.918)**	**10.481**
	140.095	**(48.882)**	**91.213**	**132.939**	**(46.927)**	**86.012**
Classificação no Balanço						
Circulante			12.677			10.262
Não circulante			78.536			75.750
			91.213			**86.012**

Contingências tributárias

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
Em 31.12.2008, R$ 15.054 referiam-se a auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), em decorrência da Companhia ter compensado Base de Cálculo Negativa de competências de 1989 e 1990 na apuração da CSLL, na Declaração de Rendimentos da Pessoa Jurídica dos exercícios de 1996 e 1997. De acordo com a ementa do referido auto, a compensação de base de cálculo negativa de CSLL somente tem amparo legal a partir de 01.01.1992.
A autuação referente ao exercício de 1996 foi julgada desfavoravelmente à Companhia, pelo Conselho de Contribuintes, com a respectiva baixa pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em 26.01.2009. Consequentemente, a provisão, no valor de R$ 8.243 bem como os depósitos vinculados ao processo foram baixados em 2009.
Em relação à autuação do exercício de 1997, em 03.02.2009 a Câmara Superior de Recursos Fiscais declarou inexigível o crédito tributário, cancelando de forma definitiva o seu lançamento, em virtude da decadência do direito de constituição do crédito tributário pela RFB. Desta forma, a provisão no valor de R$ 6.959 foi revertida em 2009 e o respectivo depósito será resgatado após liberação da Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)
As principais contingências relativas ao INSS são as seguintes:
A Companhia recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) pelo não recolhimento de contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho. A Companhia defende que não há respaldo na legislação citada na notificação para as mencionadas competências, e que somente pode ser cobrado o adicional de contribuição caso o empregado tenha direito à aposentadoria especial, o que não é o caso no período em referência. O Conselho de Recursos da Previdência Social, diante dos argumentos de defesa apresentados pela Companhia, decidiu converter o julgamento em diligência para a realização de perícia. Em julho de 2009 a Receita Federal do Brasil emitiu Ofício informando que parte do valor da notificação estava prescrito, motivo pelo qual a provisão de R$ 4.721 foi revertida. O saldo remanescente em 31.12.2009 é de R$ 15.039 (R$ 18.111 em 31.12.2008).
A Companhia também possui notificação do INSS em função de pressuposta falta de recolhimento dos encargos previdenciários sobre verbas remuneratórias creditadas a funcionários. O objeto da notificação foi contestado pela Companhia, sob a alegação de que as importâncias pagas em decorrência dos acordos coletivos de trabalho tinham natureza indenizatória. A Companhia obteve êxito no julgamento de primeira instância, onde foi declarada nula a NFLD e o INSS foi condenado a restituir os depósitos convertidos em renda. Esta ação judicial encontra-se em grau de recurso no Tribunal Regional Federal (TRF) devido à apelação cível interposta pelo INSS. A provisão em 31.12.2009 é de R$ 9.168 (R$ 8.308 em 31.12.2008).

Contingências cíveis

Contratos com fornecedores
A principal contingência refere-se, basicamente, à ação ordinária de indenização ajuizada pela Companhia de Interconexão Energética (Cien), a qual requer o reconhecimento do direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como à rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual pela Tractebel Energia. Após a apresentação das contestações pela Companhia, o processo se encontra suspenso, a pedido da Cien, desde 23.04.2007. Em 16.06.2009 foi determinada a intimação da Aneel com a finalidade de se conhecer o interesse de participação dessa agência reguladora no referido processo. Em 25.08.2009 a Justiça Federal, após ouvir a Aneel, decidiu pela não obrigação da participação dessa na ação e devolveu o processo à Justiça Estadual, onde se encontra concluso para julgamento. O valor provisionado em 31.12.2009 é de R$ 16.279 (R$ 15.045 em 31.12.2008).

Benefício de aposentadoria
Refere-se à ação ajuizada contra a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (Elos) e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul), por meio da qual requerem os participantes da Elos a declaração de nulidade da limitação ao salário de contribuição ou, alternativamente, que sejam declaradas ineficazes as opções feitas pelos autores que limitavam o salário de sua contribuição. A Companhia figura como assistente das rés, em razão da cisão parcial da Eletrosul, com a criação da Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul), denominação anterior da Tractebel Energia. A decisão de primeiro grau, confirmada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina em Acórdão que aguarda julgamento de embargos, é contrária aos interesses da Elos e Eletrosul. Em decorrência de aspectos antes não considerados e da intenção da administração da Companhia de manter negociação com os autores da ação, foi constituída, no ano de 2009, uma contingência adicional de R$ 16.740. O valor provisionado em 31.12.2009 é de R$ 23.895 (R$ 5.122 em 31.12.2008).

Doença ocupacional e acidente do trabalho
Correspondem a ações ajuizadas por ex-empregados, cujo objeto versa, principalmente, sobre lesão por esforço repetitivo e eventual dano da capacidade auditiva. As previsões iniciais de condenação não se confirmaram e o resultado dessas ações tem sido amplamente favorável à Companhia. A provisão é constituída para cada causa considerando o provável desembolso futuro que a Companhia espera ter para encerrar a ação por acordo ou condenação.

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust)
Refere-se à ação ajuizada pela PPESA, controlada integral da Energia América do Sul Ltda., visando reduzir o valor a recolher da Tust ao montante equivalente ao cobrado da UHE Itiquira. De junho de 2006 a janeiro de 2007 a PPESA passou a recolher a Tust de forma reduzida e a provisionar e depositar judicialmente a diferença entre o valor cobrado e o pago. A partir de fevereiro de 2007, a PPESA substituiu os depósitos judiciais por uma carta de fiança bancária. A fim de reduzir o custo da fiança contratada, a Companhia vinculou ativos financeiros à referida fiança, os quais estão sendo apresentados em conta retificadora desta provisão.

Ambientais
A Companhia tem provisionado o valor de R$ 3.823 (R$ 3.472 em 31.12.2008) relativo a quatro processos ambientais, cujos objetos versam principalmente sobre o reflorestamento de áreas de preservação permanente (APP) e danos causados pela construção da UHE Cana Brava. As ações estão seguindo seus trâmites normais.

Ações diversas
Decorrem, principalmente, de ações de desapropriação e indenização impetradas por pessoas físicas e jurídicas atingidas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas.

Contingências trabalhistas
Referem-se a ações trabalhistas em andamento movidas por ex-empregados, sindicato e por trabalhadores de empresas terceirizadas, cujos objetos correspondem, principalmente, aos pedidos de vínculo empregatício e de reintegração. As demais ações trabalhistas estão relacionadas à cobrança de adicional de periculosidade, horas extras, equiparação salarial, horas *in itinere* e FGTS.

b) Movimentação

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Provisão bruta
Saldo em 31.12.2007	**39.929**	**46.558**	**20.018**	**106.505**
Adições	-	2.576	7.110	9.686
Atualizações	4.850	6.785	3.016	14.651
Pagamentos	-	(1.123)	(7.645)	(8.768)
Reversões	(269)	(13.161)	(1.100)	(14.530)
Incorporação de controlada	-	3.245	-	3.245
Saldo em 31.12.2008	**44.510**	**44.880**	**21.399**	**110.789**
Adições	181	17.358	2.453	19.992
Atualizações	3.224	4.921	1.976	10.121
Pagamentos	(4.978)	(231)	(4.314)	(9.523)
Reversões	(15.369)	(1.122)	(5.458)	(21.949)
Saldo em 31.12.2009	**27.568**	**65.806**	**16.056**	**109.430**

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Provisão bruta
Saldo em 31.12.2007	**39.929**	**52.694**	**20.018**	**112.641**
Adições	-	7.232	7.110	14.342
Adição relativas a PPESA	-	13.803	-	13.803
Atualizações	4.850	7.914	3.016	15.780
Pagamentos	-	(1.123)	(7.645)	(8.768)
Reversões	(269)	(13.490)	(1.100)	(14.859)
Saldo em 31.12.2008	**44.510**	**67.030**	**21.399**	**132.939**
Adições	181	24.546	2.453	27.180
Atualizações	3.224	7.304	1.976	12.504
Pagamentos	(4.978)	(1.247)	(4.314)	(10.539)
Reversões	(15.369)	(1.162)	(5.458)	(21.989)
Saldo em 31.12.2009	**27.568**	**96.471**	**16.056**	**140.095**

c) Contingências de risco possível ou remoto
A Companhia é parte, também, em outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com processos de naturezas semelhantes, não apresentam risco provável e, portanto, não foram provisionadas, sendo apenas evidenciadas nas notas explicativas. Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	Controladora					
	2009					2008
	Risco possível	Risco remoto	Total bruto	Depósito judicial	Total líquido	Total líquido
Tributárias	424.060	169.834	593.894	(161.298)	432.596	233.687
Cíveis	23.200	9.785	32.985	(4.838)	28.147	33.038
Trabalhistas	8.944	15.621	24.565	(1.513)	23.052	22.238
	456.204	**195.240**	**651.444**	**(167.649)**	**483.795**	**288.963**

	Consolidado					
	2009					2008
	Risco possível	Risco remoto	Total bruto	Depósito judicial	Total líquido	Total líquido
Tributárias	424.164	169.834	593.998	(161.402)	432.596	233.687
Cíveis	38.670	9.793	48.463	(5.512)	42.951	47.762
Trabalhistas	8.944	15.621	24.565	(1.513)	23.052	22.238
	471.778	**195.248**	**667.026**	**(168.427)**	**498.599**	**303.687**

A Companhia possui depósitos judiciais que estão vinculados a provisões de risco possível e remoto que, na sua maioria, são exigidos para garantia da condenação em execução ou efetivação de depósito recursal. Estes valores são atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante.

Contingências tributárias de risco possível
Os principais objetos relativos às contingências tributárias de risco possível são os seguintes:

PIS e Cofins
A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal, por entender que a Instrução Normativa SRF nº 468/2004 invadiu a competência do Poder Legislativo ao dar novo conceito ao termo "preço predeterminado", previsto no art. 10 da Lei nº 10.833/2003. A Companhia entende que a acepção do referido termo já está consagrada no Sistema Tributário Nacional e vem sendo usado desde o Decreto-Lei nº 1.598/1977, o que implica ser a referida Instrução Normativa ilegal.
Em consequência, a Companhia recolheu o PIS e a Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes de contratos firmados anteriormente a 31.10.2003, com prazo superior a um ano e a preço predeterminado, com base no regime de tributação cumulativa previsto na legislação anterior, no período de novembro de 2004 a maio de 2005, no valor de R$ 44.640, atualizado até 31.12.2009. No período de junho de 2005 a outubro de 2006 depositou os valores que entendia indevidos em conta vinculada ao Juízo onde tramita a ação, no montante de R$ 140.504, atualizado até 31.12.2009.
Em virtude de previsão de decisão favorável do TRF da 4ª Região, a Companhia suspendeu os depósitos em novembro de 2006. Em 11.04.2007, o TRF concluiu o julgamento do referido mandado de segurança, dando-lhe, por unanimidade, integral provimento para reconhecer a ilegitimidade e inconstitucionalidade das Instruções Normativas nºs 468 e 658, tanto no que se refere à aplicação da cláusula de correção monetária, quanto no que diz respeito à aplicação da cláusula de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos da Companhia.
Em 06.07.2007, a Companhia recebeu Auto de Infração Fiscal por não ter recolhido ou depositado, nem informado em Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), os valores do PIS e da Cofins relativos aos meses de novembro e dezembro de 2006. O não recolhimento ou depósito dos valores, muito embora questionados judicialmente, não teria amparo jurídico segundo o entendimento da Delegacia da Receita Federal. Em 07.08.2007, a Companhia impugnou o Auto de Infração alegando que são indevidos os valores sob os mesmos fundamentos jurídicos sustentados no Mandado de Segurança impetrado em julho de 2005.

DCSC – 5COL X 35CM – Pág. 12

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DCSC.indd 12 16/3/2010 16:43:16

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

Na opinião dos consultores jurídicos, o risco de perda da demanda judicial é inferior à chance de êxito, razão pela qual a Companhia não está provisionando o valor não recolhido a partir da competência junho de 2005. A contingência atualizada, em 31.12.2009, na controladora e no consolidado, é de R$ 345.911, R$ 205.407, líquida dos depósitos judiciais acima mencionados (R$ 163.556, em 31.12.2008).

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)
As principais autuações avaliadas como possível decorre de Autos de Infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal, em decorrência de a Companhia ter efetuado compensações de débitos de imposto de renda e contribuição social, em denúncia espontânea, através do Pedido de Ressarcimento ou Restituição via Declaração de Compensação (PER/DCOMP), sem a incidência de multas. Desta forma, a Receita Federal homologou parcialmente os pedidos de compensação e a Companhia apresentou manifestações de inconformidade, as quais se encontram pendentes de julgamento. A Companhia defende que não se pode cogitar que a administração tributária possa impetrar multa contra a Companhia que possuía créditos fiscais a compensar e que declarou os seus débitos através de denúncia espontânea. O montante atualizado da autuação, em 31.12.2009, na controladora e no consolidado, é de R$ 43.761 (R$ 39.654 em 31.12.2008);

Compensação de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)
Em 2009, a Companhia recebeu despachos decisórios não homologatórios de PER/DCOMP, por ter utilizado valores de imposto de renda e contribuição social indevidos ou pagos a maior, apurados por estimativa mensal, para compensar os mesmos tributos devidos nos próprio período de apuração. Segundo o entendimento da RFB, o recolhimento indevido ou a maior somente poderia ser utilizado na compensação do IRPJ ou CSLL devidos a partir do exercício seguinte ao de apuração.
Uma vez que os excessos de estimativas mensais já estavam em poder da União Federal a partir do momento em que foi efetivado o recolhimento, a Companhia entende que tem faculdade de utilizar o excesso de pagamento por estimativa para fins de compensação dentro do próprio período de apuração. O valor da contingência atualizada em 31.12.2009, na controladora e no consolidado, é de R$ 1.457.

INSS
As principais notificações classificadas como possíveis, são as que seguem:
- Auto de infração referente a notificações de cobrança de contribuição previdenciária sobre parcelas indenizatórias. A Companhia foi absolvida parcialmente na esfera administrativa e ingressou com medida judicial, tendo obtido êxito em primeiro grau. Atualmente, aguarda julgamento de apelação do INSS. O valor atualizado da autuação, em 31.12.2009, é de R$ 3.910 (R$ 3.186 em 31.12.2008).
- Notificações fiscais decorrentes da aplicação de suposta solidariedade e transferência de responsabilidade, da Eletrosul para a Tractebel Energia, em questionamentos relativos à incidência de encargos previdenciários sobre serviços de mão de obra prestados por empresas terceirizadas, até a data de cisão da Eletrosul, e consequente constituição da Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul), atualmente Tractebel Energia. Em 2008, o Conselho de Contribuintes reconheceu a decadência das contribuições para determinados autos, tendo a Companhia efetuado a baixa dos respectivos processos. Outros autos com o mesmo objeto ainda estão pendentes de julgamento por parte deste Conselho. Em 31.12.2009, o valor atualizado da notificação é de R$ 1.437 (R$ 1.627 em 31.12.2008).

Contingência tributária de risco remoto

Recuperação de PIS e Cofins
Em 1998, foi publicada a Lei nº 9.718 ampliando a base de cálculo do PIS e da Cofins que, até então, incidiam apenas sobre o faturamento das empresas.
A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da referida lei, logrando êxito na demanda, o que lhe permitiu compensar as contribuições calculadas sobre as receitas diversas das decorrentes de faturamento, relativamente ao período de apuração 02/1999 a 11/2002, para o PIS, e 02/1999 a 01/2004, para a Cofins.
A principal receita computada no cálculo do valor a compensar diz respeito à rubrica contábil denominada "Receita de Subvenção da Conta de Consumo de Combustível (CCC)".
Em 2009, a Receita Federal do Brasil (RFB) intimou a Companhia a recolher o valor de R$ 135.982, já incluídos os juros e multas, referente ao período de abril de 2004 a janeiro de 2007, alegando que a "subvenção CCC" representa faturamento e, portanto, era devida a sua inclusão na base de cálculo do PIS e da Cofins no período acima mencionado. O valor total da notificação atualizado em 31.12.2009 é de R$ 141.612.
Ocorre que, na avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, os argumentos da RFB não procedem e podem ser facilmente contestados, porquanto o conceito atribuído à sistemática da "subvenção CCC", para fins de contabilização de combustíveis fósseis consumidos pelos agentes geradores de energia elétrica, não era compatível com a natureza jurídica de receita. Desta forma, a Companhia efetuou a manifestação de inconformidade da intimação na esfera administrativa e, se necessário fará, na esfera judicial. Mesmo que a "subvenção CCC" tivesse a natureza de receita, que não tem, não representaria "faturamento" que era a única receita passível de tributação pelo PIS e pela Cofins.
De fato, até 2005 o combustível adquirido com recursos da CCC/CDE era contabilizado por ocasião de seu consumo nas usinas como "custo de operação" em contrapartida com uma receita de "subvenção".
A Aneel alterou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica para modificar o conceito que vinha sendo utilizado inadequadamente e, a partir de 2006, o lançamento contábil passou a ser "custo de operação" em contrapartida de uma conta retificadora para neutralizar o resultado. Esta alteração está fortemente fundamentada em Notas Técnicas emitidas por aquela Agência.
Em face da síntese acima apresentada, é entendimento da Administração de que o risco de perda no processo é remoto.

Contingências cíveis
As ações cíveis, de risco possível, correspondem, basicamente, a ações de desapropriações e indenizações impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido afetadas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas da Companhia.
A PPESA é parte em auto de infração na esfera administrativa, lavrado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), no valor de R$ 11.944, em 31.12.2009 (R$ 10.800 em 31.12.2008), referente a supostos danos ambientais causados pela Empresa quando do enchimento do reservatório da Usina. A PPESA apresentou defesa administrativa que se encontra em grau de recurso administrativo perante o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Contingências trabalhistas
As contingências trabalhistas, de risco possível, referem-se, principalmente, a ações movidas por ex-empregados requerendo o vinculo empregatício, a reintegração e a complementação de aposentadoria.

23 - CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
UHE Cana Brava	309.289	287.655	309.289	287.655
UHE Ponte de Pedra	-	-	289.335	271.371
UHE São Salvador	-	-	358.850	-
	309.289	**287.655**	**957.474**	**559.026**
Classificação no Balanço				
Circulante	1.857	1.873	37.419	2.343
Não circulante	307.432	285.782	920.055	556.683
	309.289	**287.655**	**957.474**	**559.026**

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões foram registrados no ativo imobilizado em contrapartida com os passivos circulante e não circulante.
Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base na taxa de desconto de 10% a.a. para a UHE Cana Brava e UHE São Salvador, prevista nos respectivos Editais de Concorrência para a licitação das referidas concessões, e de 8,28% a.a. para a UHE Ponte de Pedra, taxa de mercado na data da aquisição da empresa.
Até a entrada em operação comercial das Usinas a atualização do passivo em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo e, a partir daí, reconhecida diretamente no resultado.
A concessão onerosa da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHE São Salvador), pertencente a controlada CESS, foi reconhecida no segundo trimestre de 2009. Pela concessão a Companhia pagará à União, por intermédio da Aneel, o valor original de R$ 555.000, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual reajustado. O início do pagamento ocorreu em 15.09.2009 após a entrada em operação comercial da 1ª unidade geradora da UHE São Salvador.
A Companhia tem a obrigação de pagar à União pela outorga da concessão para exploração do potencial de energia hidráulica do aproveitamento hidrelétrico Cana Brava, Ponte de Pedra e São Salvador, os valores abaixo indicados, em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores de pagamento anual, com atualização baseada na variação anual do IGP-M (UHE Cana Brava e UHE Ponte de Pedra) e do IPCA (UHE São Salvador).
Os valores históricos e atualizados, em 31.12.2009, são os seguintes:

UHE Cana Brava	Valor histórico		Valor atualizado	
Ano	Anual	Total	Anual	Total
De 01.01.2010 a 31.07.2023	680	9.237	1.857	25.219
De 01.08.2023 a 31.07.2033	61.280	612.800	167.311	1.673.105
		622.037		**1.698.324**
UHE Ponte de Pedra				
De 01.01.2010 a 30.09.2019	200	1.950	483	4.712
De 01.10.2019 a 30.09.2020	16.200	16.200	39.148	39.148
De 01.10.2020 a 30.09.2034	31.109	435.531	75.176	1.052.468
		453.681		**1.096.328**
UHE São Salvador				
De 01.01.2010 a 30.04.2037	19.820	**543.393**	37.081	**1.016.491**

a) Mutação	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2007	**-**	**-**	**-**	**1.639**	**234.188**	**235.827**
Aquisição da PPESA	-	-	-	462	241.277	241.739
Incorporação da CEM	1.670	244.614	246.284	-	-	-
Transferências	1.617	(1.617)	-	2.153	(2.153)	-
Encargos gerados	-	20.305	20.305	-	37.854	37.854
Variações monetárias	-	22.480	22.480	-	45.517	45.517
Amortizações	(1.414)	-	(1.414)	(1.911)	-	(1.911)
Saldo em 31.12.2008	**1.873**	**285.782**	**287.655**	**2.343**	**556.683**	**559.026**
Transferências	1.848	(1.848)	-	11.633	(11.633)	-
Concessão da CESS	-	-	-	38.082	314.015	352.097
Encargos gerados	-	28.258	28.258	-	64.728	64.728
Variações monetárias	-	(4.760)	(4.760)	-	(3.738)	(3.738)
Amortizações	(1.864)	-	(1.864)	(14.639)	-	(14.639)
Saldo em 31.12.2009	**1.857**	**307.432**	**309.289**	**37.419**	**920.055**	**957.474**

b) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
2011	1.857	34.317
2012	1.857	31.365
2013	1.857	28.688
2014	1.857	26.254
2015	1.857	24.041
Após 2016	298.147	775.390
	307.432	**920.055**

24 - BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os benefícios pós-emprego mantidos pela Companhia são os seguintes:

a) Plano de Benefícios de Previdência Complementar
A Companhia, através da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar (PREVIG) mantém Plano de Benefícios de Previdência Complementar para seus empregados. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras Companhias pertencentes ao Grupo GDF SUEZ.
Os Planos de Benefícios administrados pela PREVIG são dos tipos Benefício Definido e Contribuição Definida. O Plano de Benefício Definido encontra-se fechado para novas inscrições de empregados.

a.1) Plano de Benefício Definido
O Plano de Benefício Definido tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e os auxílios.
O custeio do Plano de Benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados.
- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez e por idade;
- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de auxílio reclusão; e
- Auxílio funeral.

Anteriormente à constituição da PREVIG, o Plano de Benefício Definido era administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (Elos), patrocinado pela Companhia e pela Eletrosul sem solidariedade entre as patrocinadoras. Em outubro de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou a rescisão do Convênio de Adesão com a Elos e a total transferência de gerenciamento do plano de benefícios para a PREVIG. Apesar da citada rescisão, face liminares obtidas por entidades sindicais e pela Associação dos Aposentados da Eletrosul, os participantes que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da Eletrosul, bem como pelos participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido até aquela data, permaneceram no Plano de Benefícios administrado pela Elos sob a responsabilidade da Companhia, que paga 51,34% do valor das despesas administrativas da Elos (a parcela restante, de 48,66%, é custeada pelo Plano de Benefícios da Eletrosul). As despesas são limitadas em 15% das respectivas receitas previdenciais da Elos vinculadas a essa massa de participantes e o valor de responsabilidade da Companhia, no ano de 2009, foi de R$ 1.938 (R$ 1.770 em 2008).
A Companhia, no dia 15.05.2007, celebrou acordos com a Elos, Eletrosul, PREVIG e Associação de Aposentados da Eletrosul visando o restabelecimento da adesão com a Elos, permitindo aos participantes optarem em permanecer na Elos ou transferir-se para a PREVIG. Em ambas as opções tendo a Companhia como patrocinadora do Plano.
A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG vinculadas a esse Plano de Benefícios, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais. O valor dessas despesas no exercício de 2009 foi de R$ 1.374 (R$ 1.273 em 2008).
As premissas atuariais e hipóteses utilizadas na avaliação dos benefícios estão descritas a seguir:

Premissas	2009	2008
Taxa de desconto (a.a.)	10,50%	10,25%
Taxa de retorno esperado dos ativos (a.a.)	11,34%	10,50%
Crescimento salarial futuro do participante ativo e autopatrocinado (a.a.)	4,50%	5,00%
Crescimento dos benefícios da previdência social e do Plano patrocinado pela Cia (a.a.)	4,50%	5,00%
Inflação	4,50%	5,00%
Fator de capacidade (Salários e Benefícios)	100%	100%

Hipóteses	2009 e 2008
Tábua de Mortalidade (ativos)	AT 2000 (por sexo)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 *Disabled*
Tábua de Entrada em Invalidez	Watson Wyatt 1985 *Disability Class 1*
Tábua de Rotatividade	T-1 *Service Table*
Idade de Aposentadoria	Primeira data em que completam todas as carências
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	90
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

Outras Hipóteses	2009 e 2008
Participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40), que optarão pela conversão	100%
Fator de conversão do SB-40	140%

O demonstrativo do passivo atuarial decorrente de benefícios pós-emprego reconhecido no balanço patrimonial da Companhia é o seguinte:

	Controladora e Consolidado					
	2009			2008		
	Plano de aposentadoria	Gratificação de confidencialidade	Total	Plano de aposentadoria	Gratificação de confidencialidade	Total
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	1.183.628	-	1.183.628	1.307.226	-	1.307.226
Valor justo dos ativos	(869.149)	-	(869.149)	(808.818)	-	(808.818)
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	-	1.795	1.795	-	1.737	1.737
Subtotal	314.479	1.795	316.274	498.408	1.737	500.145
Valor líquido dos ganhos (perdas) atuariais não reconhecidas no balanço	69.482	(1.326)	68.156	(155.690)	(1.013)	(156.703)
Passivo reconhecido no balanço	**383.961**	**469**	**384.430**	**342.718**	**724**	**343.442**
Classificação no balanço						
Circulante			25.478			21.642
Não circulante			358.952			321.800
			384.430			**343.442**

O valor das perdas atuariais excedentes a 10% do valor presente das obrigações atuariais, no montante de R$ 3.144, não reconhecido no passivo atuarial, será registrado no resultado, de forma linear, pelo período de aproximadamente 8,41 anos, que corresponde ao tempo médio de contribuição futura estimado para os empregados participantes do plano. O valor da referida perda a ser reconhecida no resultado de 2010 será de R$ 374.
Parte do passivo atuarial reconhecido no balanço patrimonial está coberto por obrigações contratadas e/ou reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as Fundações. A composição do passivo nas demonstrações contábeis é a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	2009			2008
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Obrigações contratadas/reconhecidas				
Contrato de confissão de dívidas passadas	19.722	100.289	120.011	130.617
Passivo atuarial não contratado				
Cobertura dos custos relativos à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40) e contribuições correntes	2.133	3.124	5.257	4.138
Déficit atuarial e gratificação de confidencialidade	3.623	255.539	259.162	208.687
Passivo atuarial registrado	**25.478**	**358.952**	**384.430**	**343.442**

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e sobre as mesmas incidem juros de 6% a.a. A expectativa de realização dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

	Elos	PREVIG	Total
2011	15.855	1.919	17.774
2012	13.129	1.955	15.084
2013	13.937	2.072	16.009
2014	14.794	1.682	16.476
2015	1.593	1.518	3.111
2016 a 2029	18.257	13.578	31.835
	77.565	**22.724**	**100.289**

A movimentação dos benefícios pós-emprego está resumida a seguir:

	Plano de aposentadoria	Gratificação de confidencialidade	Total
Passivo em 31.12.2007	**327.764**	**1.019**	**328.783**
Despesas do exercício de 2008	45.120	230	45.350
Contribuições	(30.166)	-	(30.166)
Benefícios pagos	-	(525)	(525)
Passivo em 31.12.2008	**342.718**	**724**	**343.442**
Despesas do exercício de 2009	71.983	276	72.259
Contribuições	(30.740)	-	(30.740)
Benefícios pagos	-	(531)	(531)
Passivo em 31.12.2009	**383.961**	**469**	**384.430**

DCSC – 5COL X 35CM – Pág. 13

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

petran 11 3885.9696

[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DCSC.indd 13 16/3/2010 16:43:17

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

Os valores a serem reconhecidos no resultado, de janeiro a dezembro de 2010, relativamente ao plano de Benefícios Definidos e Gratificação de confidencialidade, são os seguintes:

	Plano de aposentadoria	Gratificação de confidencialidade	Total
Custo do serviço corrente	208	55	263
Custo dos juros	119.478	155	119.633
Rendimento esperado dos ativos do plano	(95.010)	-	(95.010)
Amortização das perdas atuariais	276	98	374
Contribuição dos empregados	(138)	-	(138)
	24.814	**308**	**25.122**

a.2) Plano de Contribuição Definida
Além do plano de Benefício Definido, a PREVIG passou a administrar o plano tipo Contribuição Definida, encerrando o plano inicial para novas inscrições em 05.10.2004, data da aprovação do novo plano, comunicada pela SPC.
No plano de Contribuição Definida, o custeio do Plano de Benefícios é constituído por contribuições básicas dos participantes e da patrocinadora. A contribuição básica da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados.

b) Gratificação de confidencialidade
Consiste no pagamento de uma remuneração ao empregado da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

25 - PASSIVO FISCAL DIFERIDO

Na controladora refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos de R$ 36.535, calculados sobre a provisão de venda de energia elétrica no âmbito do MAE no valor de R$ 107.456, correspondente ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Considerando que o valor da receita está sendo contestado judicialmente por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, segundo o disposto em Despacho da Aneel, eventual êxito dos agentes impetrantes caracterizará a inexistência da receita e do respectivo ativo, razão pela qual a mesma está sendo tratada como provisão e considerada diferença temporária para fins fiscais. No consolidado, em 31.12.2009, inclui um montante adicional de R$ 10.611 relativo, substancialmente, a imposto diferido sobre a diferença entre a base fiscal e contábil da controlada PPESA.

26 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social autorizado
A Companhia está autorizada a aumentar o seu Capital Social até o limite de R$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. A Companhia não possui ações em tesouraria.

b) Capital Social subscrito e integralizado
A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil e listada no segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa.
O Capital Social da Companhia, em 31.12.2009, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação, em 31.12.2009, é de R$ 5,64 (R$ 4,86 por ação em 31.12.2008).
O quadro societário da Companhia está assim constituído:

	% do Capital	
Acionistas	**2009**	**2008**
GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA)	68,71	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00	10,00
BNDES Participações S.A. (BNDESPAR)	2,45	2,13
Outros	18,84	19,16
	100,00	**100,00**

A quantidade de ações da Companhia em circulação está demonstrada no quadro abaixo:

	Total de ações da Companhia	Total de ações detidas pelo Controlador e Administradores	Total de ações em circulação
Saldo em 31.12.2008	**652.742.192**	**448.808.713**	**203.933.479**
Resgate de aluguel de ações de Administradores	-	69.050	(69.050)
Aquisição de novas ações por Administradores	-	10.000	(10.000)
Saldo em 31.12.2009	**652.742.192**	**448.887.763**	**203.854.429**

c) Composição das reservas

	2009	2008
Reserva de Capital		
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	**91.695**	**91.695**
Reservas de Lucros		
Reserva legal	361.974	305.254
Reserva de retenção de lucros	781.832	328.073
	1.143.806	**633.327**

c.1) Reserva de Capital
Refere-se à remuneração do capital próprio aplicado em imobilizações em curso, calculada à taxa de 10% a.a. durante o período de 01.01.1986 a 31.12.1998, conforme legislação específica do setor elétrico. Essa reserva poderá ser utilizada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, e para incorporação ao Capital Social.

c.2) Reserva legal
Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social. A referida reserva somente pode ser integralizada para compensar prejuízos ou aumentar o Capital Social.

c.3) Reserva de retenção de lucros
A Administração da Companhia, com base em orçamento de capital a ser submetido à Assembleia Geral Ordinária, está propondo a constituição de reserva de retenção de lucros no valor de R$ 453.759, sem prejuízo à distribuição de dividendos, para serem investidos, principalmente, na aquisição da Usina Hidrelétrica Estreito, nas obras nas Usinas Destilaria Andrade, Areia Branca, São Salvador e Estreito e na manutenção do parque gerador da Companhia.

27 - DIVIDENDOS

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 07.08.2009, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações contábeis levantadas em 30.06.2009, no valor de R$ 348.006, correspondentes a R$ 0,5331449226 por ação, os quais foram pagos em 26.08.2009.
Em 05.11.2009 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio, no valor de R$ 194.000, correspondentes a R$ 0,2972076915 por ação, com base na posição acionária de 17.11.2009 e com data de pagamento a ser definida pela Diretoria Executiva da Companhia.
Os valores acima mencionados, líquidos do imposto de renda retido na fonte, estão sendo imputados aos dividendos referentes ao exercício de 2009.
Os juros sobre o capital próprio foram registrados em despesas financeiras e revertidos nessa mesma rubrica, não sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício, em virtude dos mesmos não produzirem efeitos no lucro operacional, mas tão-somente nas linhas do imposto de renda e da contribuição social.
A política de dividendos da Tractebel Energia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e, além disso, determina intenção de pagar em cada ano calendário, dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em valor não inferior a 55% do lucro líquido ajustado, em distribuições semestrais.

	2009	2008
a) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	1.134.398	1.115.153
Constituição da reserva legal (5%)	(56.720)	(55.758)
Base de cálculo	1.077.678	1.059.395
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	**323.303**	**317.819**
b) Dividendos/juros sobre o capital próprio propostos		
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	166.019	151.402
Dividendos intercalares	348.006	580.299
Dividendos adicionais propostos	81.913	-
Subtotal	595.938	731.701
IRRF dos juros sobre o capital próprio	27.981	24.598
Total	**623.919**	**756.299**
Dividendos/juros sobre o capital próprio antes da retenção do imposto de renda, por ação ordinária **(em R$ 1,00)**:	0,9558426155	1,1586484519

Os dividendos adicionais propostos, no valor de R$ 81.913, correspondem a R$ 0,1254900014 por ação, serão pagos após deliberação da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações contábeis.
A destinação do lucro líquido do exercício, no montante total de R$ 623.919, equivalente a 55% do lucro líquido do exercício, foi refletida nas demonstrações contábeis no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

28 - DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora					
	2009					2008
	Custos		Despesas			
	Produção de energia	Serviços prestados	Com vendas	Gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	105.457	7.514	9.117	45.642	167.730	157.518
Administradores	-	-	-	12.059	12.059	10.513
Material	18.978	241	28	2.206	21.453	21.042
Serviço de terceiro	52.932	1.882	1.034	41.572	97.420	98.153
Combustível p/ produção de energia	32.547	-	-	-	32.547	92.456
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	77.276	-	-	-	77.276	80.442
Depreciação e amortização	211.046	-	-	6.120	217.166	208.375
Seguros	7.460	429	-	413	8.302	7.906
Taxa de fiscalização	-	-	-	8.654	8.654	7.783
Contribuições e doações	637	109	-	9.635	10.381	9.448
Contribuições setoriais	-	-	2.438	202	2.640	2.514
Aluguéis	4.594	72	204	5.366	10.236	11.586
Outros	1.544	(133)	(256)	18.132	19.287	19.248
	512.471	**10.114**	**12.565**	**150.001**	**685.151**	**726.984**

	Consolidado					
	2009					2008
	Custos		Despesas			
	Produção de energia	Serviços prestados	Com vendas	Gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	106.607	7.514	9.117	46.818	170.056	161.331
Administradores	-	-	-	12.636	12.636	11.336
Material	20.799	241	28	2.232	23.300	22.733
Serviço de terceiro	70.547	1.882	1.236	45.557	119.222	111.217
Combustível p/ produção de energia	37.582	-	-	-	37.582	103.968
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	91.900	-	-	-	91.900	93.551
Depreciação e amortização	328.764	-	-	11.148	339.912	266.383
Seguros	8.911	429	-	414	9.754	9.159
Taxa de fiscalização	-	-	-	9.892	9.892	8.778
Contribuições e doações	759	109	-	9.835	10.703	12.656
Contribuições setoriais	-	-	3.439	364	3.803	3.439
Aluguéis	5.842	72	238	5.534	11.686	11.961
Outros	2.435	(133)	773	18.466	21.541	22.359
	674.146	**10.114**	**14.831**	**162.896**	**861.987**	**838.871**

29 - CONSTITUIÇÃO (REVERSÃO) DE PROVISÕES OPERACIONAIS, LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Benefícios pós-emprego	18.524	(1.876)	18.524	(1.876)
Contingências cíveis	20.926	(4.924)	29.027	(1.017)
Contingências tributárias	(11.938)	4.605	(11.938)	4.605
Contingências trabalhistas	(5.343)	1.382	(5.343)	1.382
Outras	27	-	624	-
	22.196	**(813)**	**30.894**	**3.094**

30 - RECUPERAÇÃO DE PIS E COFINS

A Companhia reconheceu no primeiro trimestre de 2008, receita não recorrente de R$ 76.431, relativa principalmente à recuperação de PIS e Cofins pagos sobre os valores relativos à recuperação do consumo dos combustíveis fosseis adquiridos com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que, de acordo com a orientação contida em Despacho da Aneel, deixaram de ser reconhecidos como receita e passaram a ser contabilizados em conta retificadora de custo da produção de energia elétrica, a partir de novembro de 2005.

31 - RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras	**2009**	**2008**	**2009**	**2008**
Renda de aplicações financeiras	38.057	65.315	53.587	76.839
Juros sobre valores a receber	9.285	9.964	10.646	10.731
Variação monetária sobre depósitos judiciais	15.180	19.081	15.190	19.518
Variação monetária sobre contas a receber e outras	(948)	7.802	(945)	7.823
Outras	8.194	7.933	8.405	8.225
	69.768	**110.095**	**86.883**	**123.136**
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	163.962	128.471	243.760	178.010
Remuneração de garantias depositadas (STN)	9.794	(8.839)	9.794	(8.839)
Encargos sobre concessões a pagar	28.258	20.305	64.728	37.854
Encargos sobre passivo atuarial	47.797	43.341	47.797	43.341
Encargos sobre tributos e contribuições sociais	6.279	2.623	6.588	3.254
Variação monetária sobre dívidas	14.132	36.305	13.454	41.027
Variação monetária sobre concessões a pagar	(4.760)	22.480	(3.738)	45.517
Variação monetária outras	4.364	10.096	4.372	10.909
Variação cambial sobre dívidas	(77.682)	80.243	(77.682)	80.243
Outras	13.454	10.428	17.599	12.496
	205.598	**345.453**	**326.672**	**443.812**
Despesas financeiras, líquidas	**135.830**	**235.358**	**239.789**	**320.676**

32 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

a.1) Risco de mercado
A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia e suas controladas, têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados pelo Comitê de Gestão Financeira, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.
Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os seguintes:

a.1.1) Riscos relacionados às aplicações financeiras
A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos. As aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas obedecem à alocação de no mínimo 60% dos recursos em Títulos Públicos Federais (na modalidade de compra final e/ou operações compromissadas) e no máximo 40% dos recursos em Títulos Privados (aquisições de CDBs - Certificado de Depósitos Bancários de bancos elegíveis e ainda operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresa de Leasing controladas por bancos elegíveis), considerando o consolidado dos valores aplicados por cada empresa. A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poors para identificar os bancos elegíveis de recebimento dos recursos. Os mesmos atendem aos dois seguintes critérios: possuir Patrimônio Líquido de no mínimo R$ 1 bilhão e possuir *Rating* no mínimo equivalente a br A-.

a.1.2) Exposição ao risco cambial
A parcela dos empréstimos atrelados à moeda externa, no montante de R$ 246.417, em 31.12.2009, corresponde a 5,5% da dívida da Companhia, dos quais 3,2% ao dólar e 2,3% ao euro, sendo que os vencimentos da dívida estão distribuídos no longo prazo, com concentrações em 2015 e 2024. Tendo em vista que o efeito decorrente do vencimento do endividamento é mínimo no curto e médio prazo e, devido à impossibilidade de fazer um *hedge* eficiente de balanço em função da inexistência de uma curva *forward* de longo prazo, a Companhia não detinha em 31.12.2009 nenhum instrumento de derivativos para proteção do seu passivo. Maiores detalhes sobre a composição da dívida em moeda externa podem ser observados na Nota 17.

DCSC – 5COL X 35CM – Pág. 14
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DCSC.indd 14 16/3/2010 16:43:19

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

a.1.3) Exposição ao risco de taxa de juros e índices flutuantes
A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da *Libor*, *Euribor*, TJLP, taxa DI, UMBNDES, IGP-M e IPCA. A composição da dívida por taxa de juros e índice, líquida das garantias depositadas, e os percentuais em relação ao total dessas dívidas é como segue:

Taxa de juros e índices flutuantes	Valor	%
TJLP	1.409.830	43,73
CDI	1.086.705	33,71
IPCA	414.584	12,86
IGP-M	181.376	5,63
Libor Dólar	22.805	0,71
Euribor	101.436	3,15
UMBNDES	6.996	0,21
	3.223.732	**100,00**

a.2) Risco de crédito
Nos contratos bilaterais de longo prazo firmados com distribuidoras, a Companhia busca minimizar o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.
Nas transações de venda para clientes industriais, os chamados Consumidores Livres, para minimizar o risco de crédito diante desses parceiros comerciais, a Companhia, através de sua área de crédito, procede a uma análise de crédito prévia e estabelece, em conjunto com o Comitê de Crédito, o limite de crédito e garantias a serem exigidas das contrapartes.
Nas operações no mercado financeiro, a Companhia também possui limites de crédito com as instituições financeiras, os quais são revisados periodicamente pelo seu Comitê de Gestão Financeira, com base em avaliação interna e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.
Conforme mencionado na Nota 4, a Companhia mantém aplicações financeiras em Fundo de Investimentos Exclusivo. O montante das aplicações por instituição financeira está dentro dos limites definidos pela Companhia, através de sua política de créditos para instituições financeiras.

a.3) Riscos hidrológicos
De acordo com os dados do ONS, a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) era gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada UHE, incluindo as UHE da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. A geração hidrelétrica representava aproximadamente 80% da Capacidade Instalada total das usinas da Companhia, o que equivale a 5.124 MW. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da Energia Assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os resultados financeiros futuros da Companhia.

a.4) Riscos ambientais
As atividades do setor de energia podem causar impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, bem como responsabilidade pessoal dos administradores, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como consequência, os sócios e administradores da empresa poluidora poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental. Os Riscos Ambientais são mitigados pela Companhia através de sua Política de Meio Ambiente focada no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

b) Valor de mercado
Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente nos empréstimos, financiamentos e debêntures foram identificadas diferenças significativas entre os valores de mercado e os valores contábeis, principalmente em virtude destes instrumentos financeiros possuírem prazos de liquidação bastante alongados e custos diferenciados em relação às taxas praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, a administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes, ou cotações do mercado internacional, quando disponíveis.

	Controladora			
	2009		2008	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	246.417	250.096	338.598	358.279
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	98.313	99.078	577.284	579.271
Debêntures	1.694.553	1.624.791	683.095	572.924
	2.039.283	**1.973.965**	**1.598.977**	**1.510.474**

	Consolidado			
	2009		2008	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	246.417	250.096	338.598	358.279
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	1.440.035	1.443.770	1.913.640	1.921.091
Debêntures	1.728.190	1.658.428	726.335	616.164
	3.414.642	**3.352.294**	**2.978.573**	**2.895.534**

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos. Em decorrência do histórico de volatilidade do Real diante das moedas estrangeiras, segue demonstrada uma análise de sensibilidade da dívida em moeda externa da Companhia, considerando um cenário básico projetado para 31.12.2010 e outros dois levando-se em conta uma desvalorização do Real de 25% e 50% em relação ao cenário base. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação destes cenários no resultado financeiro da Companhia no exercício de 2010 seriam os seguintes:

	Valor contábil	Cenário base	Cenário I *Variação de 25%*	Cenário II *Variação de 50%*
STN	144.981	24.047	66.304	108.561
BNP Paribas	101.436	13.863	42.688	71.512
	246.417	**37.910**	**108.992**	**180.073**

33 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui contratos com suas controladas, conforme a seguir especificados:

Itasa
Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 167 MW médios e de 61 MW médios de energia de propriedade da Itasa na UHE Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16.10.2030, reajustados anualmente pelo IGP-M e pela variação do Dólar acrescido da inflação norte americana, respectivamente. O saldo devedor dos contratos em 31.12.2009 é de R$ 2.265.465 e R$ 503.968, respectivamente.
Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção da UHE Itá, celebrado pela Companhia, no âmbito do Consórcio Itá, com vigência até 16.10.2030, cujos valores são reajustáveis anualmente pelo índice IGP-M, sendo que o saldo devedor em 31.12.2009 é de R$ 209.786.

Lages
Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela controlada, de até 26 MW médios mensais de energia elétrica de propriedade da Companhia, com vigência até 31.03.2017. O saldo devedor, aproximado, em 31.12.2009 é de R$ 34.560.
Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da Lages não possuir quadro próprio de empregados. A remuneração prevista no Contrato corresponde a R$ 180 por ano, reajustada anualmente pelo INPC.
Contrato de Operação e Manutenção da Unidade de Cogeração Lages, com término em 31.03.2012, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base na variação da remuneração definida em Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados da Companhia. O saldo remanescente do contrato, em 31.12.2009, é de R$ 3.915.

TBLC
Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. O valor anual pago pela TBLC é de R$ 360, reajustado anualmente pela variação do INPC.
Contratos de Compra e Venda de Energia com o objetivo de fornecer energia para que a TBLC cumpra com os seus contratos de venda de energia, com as seguintes características:
a) 150 MW médios mensais com vigência entre 01.03.2008 e 01.03.2015, cujo saldo devedor em 31.12.2009 é de R$ 518.404.
b) 190 MW médios mensais com vigência entre 01.01.2009 e 31.12.2016, cujo saldo devedor em 31.12.2009 é de R$ 782.781.

CESS
Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. A CESS paga anualmente o valor de R$ 192 e o reajuste é anual pela variação do INPC.
Contrato de Operação e Manutenção da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHSA), com término na data-fim do financiamento (15.10.2023), através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base na variação do IGP-M e o saldo devedor, em 31.12.2009 é de R$ 51.305.

SUEZ-Tractebel S.A. (Controladora Indireta)
Em 17.04.2007, a Companhia celebrou contrato com a SUEZ-Tractebel S.A., sua controladora indireta, com sede em Bruxelas, Bélgica, cujo objeto é a prestação de serviços de consultoria em assuntos específicos por parte daquela empresa. A contratação foi aprovada por unanimidade pelos acionistas minoritários da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 17.04.2007, tendo o acionista controlador renunciado ao seu direito de voto. O prazo do contrato é de 36 meses, condicionada a sua revalidação, pelos acionistas minoritários, a cada período de 12 meses, em Assembleia convocada para este fim, conforme ocorreu nas AGE's do dia 08.04.2008 e de 14.04.2009. O valor dos honorários durante a vigência do contrato está limitado ao montante anual não cumulativo de 1.500.000,00 Euros, devendo os serviços executados e respectivos honorários ser submetidos ao conhecimento do Conselho Fiscal da Companhia, no qual tem assento um membro eleito pelos acionistas minoritários. Em 31.12.2009 havia saldo residual correspondente a R$ 1.901.

Controladas da Tractebel Energias Complementares Participações Ltda.
A Companhia firmou contratos com vigência por prazo indeterminado que tem por finalidade a prestação dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira das seguintes controladas indiretas, pertencentes a Tractebel Energias Complementares Participações Ltda.: Hidrelétrica Areia Branca S.A., Hidropower Energia S.A., Eólica Beberibe S.A., Eólica Pedra do Sal S.A., Tupan Energia Elétrica S.A. e Ibitiúva Bioenergética S.A. O valor anual do conjunto de empresas é R$ 672, reajustado anualmente pela variação do INPC.

PPESA (Controlada indireta)
A Companhia firmou contrato com vigência por prazo indeterminado que tem por finalidade a prestação dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada indireta. O valor anual é de R$ 192 e é reajustado anualmente pela variação do INPC.

GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA)
A Companhia possui saldo a pagar referente aos juros sobre o capital próprio deliberados na RCA do dia 07.11.2009 e, de outros pequenos valores referentes a prestação de serviços entre as empresas, no montante de R$ 57.

Os valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado estão abaixo indicados:

	Ativo				Passivo				
2009	Contas a receber	Dividendos	Mútuo	Total	Fornecedores	Partes relacionadas	Dividendos e JSCP *(c)*	Outros	Total
ITASA	2.315	5.790	-	8.105	6.296	-	-	11	6.307
LAGES	750	4.929	-	5.679	-	-	-	-	-
TBLC	66.319	-	-	66.319	-	-	-	-	-
PPESA	126	-	-	126	-	-	-	-	-
CESS	137	-	-	137	-	-	-	-	-
IBITIÚVA	22	-	35.654	35.676	-	-	-	-	-
AREIA BRANCA	284	-	-	284	-	-	-	-	-
SUEZ TRACTEBEL *(a)*	4	-	-	4	-	-	-	790	790
LEME *(b)*	-	-	-	-	125	-	-	-	125
GSELA	57	-	-	57	-	-	169.590	-	169.590
OUTRAS	113	-	-	113	-	-	-	117	117
Total	**70.127**	**10.719**	**35.654**	**116.500**	**6.421**	**-**	**169.590**	**918**	**176.929**
2008	**102.517**	**9.000**	**9.966** *(*)*	**121.483**	**11.535**	**194.356** *(d)*	**102.793**	**661**	**309.345**

(*) Refere-se a mútuo com a controlada CESS, composto por R$ 3.666 apresentado no ativo circulante na rubrica "outros" e R$ 6.300 no realizável a longo prazo em conta específica.
(a) SUEZ Tractebel S.A.
(b) Leme Engenharia Ltda.
(c) Juros sobre o capital próprio.
(d) Valor referente à aquisição das empresas da Econergy pela TBLP em 2008.

	Resultado								
	Receita Operacional				Custo de Energia Elétrica		Despesas		
		Receita de Serviços							
2009	Suprimento de energia	Operação e manutenção	Administração	Total	Compra energia	Combustíveis	Gerais e administrativas	Total	Resultado de participações societárias
ITASA	-	11.164	-	11.164	125.421	-	-	125.421	24.380
LAGES	4.539	1.675	158	6.372	-	-	-	-	16.831
TBLC	534.570	-	225	534.795	-	10.474	-	10.474	40.278
EAS	-	-	-	-	-	-	-	-	14.655
CESS	51.278	-	304	51.582	-	-	-	-	18.610
DELTA	-	-	-	-	-	-	-	-	(475)
PPESA	-	-	113	113	-	-	-	-	-
TBLP	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.725)
SUEZ TRACTEBEL	-	-	-	-	-	-	5.821	5.821	-
IBITIÚVA	-	-	140	140	-	-	-	-	-
OUTRAS	-	-	250	250	-	-	-	-	(1)
Total	**590.387**	**12.839**	**1.190**	**604.416**	**125.421**	**10.474**	**5.821**	**141.716**	**104.553**
2008	**413.177**	**12.882**	**685**	**426.744**	**166.379**	**10.654**	**5.389**	**182.422**	**54.698**

Remuneração das pessoas chaves da Administração
A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da Administração estão apresentados a seguir. O único benefício de longo prazo é o de aposentadoria (pós-emprego).

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Honorários e benefícios de curto prazo	6.751	5.911	7.233	6.595
Encargos sociais	1.920	1.731	2.015	1.870
Bônus dos Administradores e encargos	2.718	2.284	2.718	2.284
Benefícios pós-emprego	670	587	670	587
	12.059	**10.513**	**12.636**	**11.336**

Os administradores não possuem remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

34 - GARANTIAS A TERCEIROS

Itasa
A Companhia e demais acionistas da Itasa são intervenientes nos contratos firmados entre a investida, BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE Itá. As intervenientes deram, em caução, a totalidade das ações de emissão da Itasa, de suas propriedades, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2009 é de R$ 135.989 (R$ 172.731 em 31.12.2008).

Lages
A Companhia é interveniente fiadora no Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre a Lages e o BRDE, tendo cedido, em caução, as quotas de participação no Capital Social da controlada, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas no referido contrato. A dívida em 31.12.2009 totaliza R$ 18.290 (R$ 25.117 em 31.12.2008).

DCSC – 5COL X 35CM – Pág. 15

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DCSC.indd 15 16/3/2010 16:43:20

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

CESS
A Companhia é interveniente nos contratos firmados entre a investida e o BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE São Salvador. A interveniente cedeu, em caução, a totalidade das ações de emissão da CESS, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2009 é de R$ 670.994 (R$ 612.678 em 31.12.2008).

PPESA
A Energia América do Sul Ltda., controlada integral da Companhia e controladora da PPESA, é interveniente nos contratos firmados entre a investida e o BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE Ponte de Pedra. A interveniente concedeu em caução, a totalidade das ações de emissão da PPESA, de sua propriedade e os direitos emergentes da concessão e do contrato de compra e venda de energia elétrica com a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2009 é de R$ 225.180 (R$ 270.043 em 31.12.2008).

Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca
Em 2009 a Companhia passou a ser interveniente nos contratos firmados entre essas controladas indiretas e o BNDES, vinculados, respectivamente, às Usinas Eólicas Beberibe e Pedra do Sal e a construção da Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca. A interveniente cedeu, em caução, a totalidade das ações de emissão da Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca, de propriedade da sua controlada integral Tractebel Energias Complementares Participações Ltda., até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida dessas empresas em 31.12.2009 era de R$ 103.430, R$ 71.542 e R$ 63.860, respectivamente.

Tupan e Hidropower
A companhia está negociando com os agentes financeiros dessas empresas, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, respectivamente, as trocas das garantias e após a conclusão desse processo passará a ser a interveniente dos contratos de financiamento dessas controladas indiretas.

35 - SEGUROS

A Companhia possui apólice de seguros abrangente de riscos operacionais com valor declarado para danos materiais de US$ 4.867.212, equivalentes a R$ 8.474.789, em 31.12.2009, e de lucro cessante de curto prazo com valor declarado de US$ 140.761, equivalentes a R$ 245.093, em 31.12.2009, e de lucro cessante de longo prazo com valor declarado de US$ 166.167, equivalentes a R$ 289.330, em 31.12.2009. O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de US$ 250.000, equivalentes a R$ 435.300, em 31.12.2009, por evento.
Além dessas coberturas, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000, equivalentes a R$ 87.060, em 31.12.2009. Estas apólices incluem a UHE Itá, explorada em consórcio com a controlada em conjunto Itasa, Unidade de Co-geração Lages, UHE Ponte de Pedra, UHE São Salvador, PCH's Rondonópolis (Tupan), José Gelazio da Rocha (Hidropower) e Areia Branca, Eólicas Pedra do Sal e Beberibe.
Os seguros contratados relativos às controladas, em 31.12.2009, têm as seguintes principais características:
Lages: seguro de riscos operacionais com cobertura de US$ 40.032, equivalentes a R$ 69.704, em 31.12.2009.
CESS: seguro de riscos operacionais com limite máximo de indenização de US$ 231.575 equivalentes a R$ 403.218, em 31.12.2009.
Ponte de Pedra: seguros de riscos operacionais com cobertura de US$ 193.600, equivalentes a R$ 337.096, em 31.12.2009 e lucro cessante de longo prazo com valor declarado de US$ 13.242, equivalentes a R$ 23.057, em 31.12.2009.
Tupan e Hidropower: seguros de riscos operacionais com valor para danos materiais de US$ 24.074, equivalentes a R$ 41.918, em 31.12.2009, para cada uma das empresas e lucro cessante de longo prazo para a Tupan com valor declarado de US$ 850, equivalentes a R$ 1.480, em 31.12.2009 e lucro cessante de longo prazo para a Hidropower com valor declarado de US$ 792, equivalentes a R$ 1.379, em 31.12.2009.
Pedra do Sal: seguros de riscos operacionais com valor para danos materiais de US$ 24.882, equivalentes a R$ 43.324, em 31.12.2009 e lucro cessante de longo prazo com valor declarado de US$ 6.878, equivalentes a R$ 11.976, em 31.12.2009.
Beberibe: seguros de riscos operacionais com valor para danos materiais de US$ 49.565, equivalentes a R$ 86.302, em 31.12.2009 e lucro cessante de longo prazo com valor declarado de US$ 6.763, equivalentes a R$ 11.776, em 31.12.2009.
Ibitiúva: seguros de riscos de engenharia com limite máximo de indenização de R$ 100.576 e de responsabilidade civil com cobertura de R$ 1.000.
Além destes seguros estratégicos, a Companhia possui seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivo as suas controladas, bem como, seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

36 - CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui compromissos de longo prazo, dentre os quais se destacam:

a) Contrato de Conexão
A Companhia mantém Contrato de Conexão com a Eletrosul e com a Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), com vigência até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Companhia, ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro.
Em relação às empresas adquiridas recentemente, os Contratos de Uso de Conexão são os seguintes:
- Eólica Beberibe S.A.: Companhia Energética do Ceará (Coelce).
- Eólica Pedra do Sal S.A.: Companhia Energética do Piauí (Cepisa).
Em 31.12.2009 o saldo remanescente dos contratos de conexão é de R$ 237.124.

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição
Para o Uso do Sistema de Transmissão e da Rede Básica, a Companhia e suas controladas Ponte de Pedra Energética S.A. e Companhia Energética São Salvador mantém contratos com o ONS, e para usinas que não estão conectadas diretamente à rede básica, são mantidos Contratos de Uso da Distribuição, conforme abaixo mencionado:
- UTE Willian Arjona: Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. (Enersul).
- UTE Alegrete: AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (AES Sul).
- UTE Jorge Lacerda A: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc).
- Tupan e Hidropower: Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (Cemat).
- Beberibe: Companhia Energética do Ceará (Coelce).
- Pedra do Sal: Companhia Energética do Piauí (Cepisa).
Os contratos, em sua grande maioria, têm vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Companhia ou a extinção das empresas transmissoras e distribuidoras, o que ocorrer primeiro.
Em 31.12.2009 o saldo remanescente dos contratos é de R$ 6.104.882.

c) Contratos Bilaterais de Compra e Venda de Energia Elétrica
De acordo com os dados acerca da energia assegurada e contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia mostra que a atual capacidade está com os seguintes níveis de contratação:

	MW médios *(*)*				
Ano	Recursos próprios	Compras para revenda	Disponibilidade total	Disponibilidade contratada	% Contratados
2010	3.365	680	4.045	3.907	96,59%
2011	3.504	352	3.856	3.593	93,18%
2012	3.617	306	3.923	3.630	92,53%
2013	3.617	278	3.895	3.470	89,09%
2014	3.617	253	3.870	2.990	77,26%
2015	3.617	200	3.817	2.760	72,31%

(*) As informações de MW médio não são revisadas pelos auditores independentes.

A receita operacional bruta da Companhia, em 31.12.2009, composta por natureza de clientes, é a seguinte:

	2009		2008	
	Valor	%	Valor	%
Distribuidoras	2.272.501	58,47	1.763.889	46,50
Consumidores livres	878.846	22,62	1.059.455	27,93
Comercializadoras	555.841	14,30	619.192	16,32
CCEE	65.075	1,67	295.971	7,80
Exportação de energia	60.661	1,56	34.395	0,91
Outras	53.395	1,38	20.421	0,54
	3.886.319	**100,00**	**3.793.323**	**100,00**

Os clientes que em 31.12.2009 participavam em percentual superior a 5% na receita operacional bruta da Companhia são os seguintes: Celesc, Rio Grande Energia S.A. (RGE), Cemig Distribuição S.A., CPFL Comercialização Brasil S.A. e Companhia Paulista de Força e Luz.

d) Compra de Energia Elétrica da Argentina
Em maio de 1998, a Tractebel Energia e a Cien firmaram o Contrato pelo qual a Cien comprometeu-se a fornecer a Tractebel Energia 300 MW de potência firme com energia associada, por um prazo de 20 anos, contados a partir do início da operação comercial do sistema de transmissão entre o Brasil e a Argentina, em 21.06.2000.
Conforme os termos acordados, a potência firme e energia associada objeto do contrato seriam provenientes da Argentina e disponibilizadas pela Cien através das instalações de interconexão de energia, construídas e operadas pela mesma, interligando os dois países através da estação conversora de frequência de Garabi.
Em março de 2005 o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), preocupado com a garantia do suprimento energético associado ao intercâmbio internacional, recomendou à Aneel que instruísse processo de realização de testes para a comprovação da existência de disponibilidade de potência e energia entre o Brasil e a Argentina. Com base no resultado destes testes o valor atribuído à Cien para o atendimento do contrato com a Tractebel Energia foi reduzido de 300 MW para, aproximadamente, 72 MW.
Por força do ocorrido, a Companhia entendeu que ficou caracterizado o inadimplemento contratual por parte da Cien, tornando-se aplicáveis as penalidades previstas no contrato. A Cien, contudo, não pagou quaisquer das penalidades aplicáveis, nem buscou sanar o inadimplemento.
Neste contexto, como precaução, a Companhia foi levada a diversas medidas, visando neutralizar os eventuais impactos comerciais, preservar seus compromissos e resultados, contemplando, entre outras, a efetivação de compras que serviriam como compensação à redução das garantias físicas de energia relativas às interconexões de responsabilidade da Cien.
Em paralelo, a Companhia tomou a iniciativa de avaliar, em caráter excepcional, possíveis alternativas para a resolução das pendências envolvendo o contrato, chegando a elaborar algumas proposições para a apreciação da Cien. Malgrado os esforços, não houve avanço nestas negociações, pelas seguidas rejeições da Cien às propostas apresentadas.
Posteriormente, em 20.06.2006, constatou-se que a Cien não disponibilizava sequer os 72 MW remanescentes, levando a Aneel a publicar Resolução Normativa, reduzindo de 72 MW para "zero" os valores de garantia física atribuídos à Cien para o atendimento do contrato com a Tractebel Energia. A redução para "zero" valeria até que a Cien comprovasse a existência de disponibilidade, o que não veio a ocorrer.
Cabe destaque, também, às negociações realizadas entre os governos do Brasil e da Argentina, que resultaram no Acordo de Entendimentos entre os países, assinado em dezembro de 2005, visando o estabelecimento de condições especiais para um período dito de "transição", até 31.12.2008. Segundo este Acordo, a partir de 2009 seriam, então, restabelecidas as condições plenas de exportação para o Brasil, o que, até o momento, não se verificou.
A Companhia buscou ainda outras ações mitigadoras, atuando junto à Aneel e CCEE para a adequação da questão do lastro, e apresentando ao Ministério de Minas e Energia (MME) contribuições à intermediação de acordos, à redefinição de responsabilidades ou, no limite, ao término das obrigações.
Diante da necessidade de resolver tal imbróglio, que se arrasta desde 2005 sem perspectiva concreta de solução, a Tractebel Energia, tendo em vista o inadimplemento total da Cien, recorreu ao poder judiciário solicitando principalmente a rescisão do contrato, com o pagamento da devida multa, e o ressarcimento dos prejuízos causados pelo não recebimento da energia contratada. No presente momento não é praticável se fazer qualquer estimativa quanto ao valor envolvido na referida ação. Por oportuno, todas as medidas necessárias para o cumprimento das operações comerciais da Tractebel Energia, bem como para o restabelecimento do equilíbrio de seu portfólio, já foram tomadas previamente ao longo dos últimos anos.

e) Compra de Gás Natural
A Companhia celebrou contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul (MSGÁS), com vigência de cinco anos a partir de 2001, início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona (UTWA), localizada em Campo Grande (MS), renováveis por mais cinco anos.
Com o vencimento do prazo do contrato, em 22.05.2006, a Companhia manifestou interesse em renovar o acordo, porém a MSGÁS comunicou que a renovação dependeria de reajuste no preço do produto, conforme determinação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), vendedora do gás para a MSGÁS e anuente no contrato.
Ante a ameaça da Petrobras de cortar o suprimento de gás para a Usina, a Companhia ajuizou Medida Cautelar Preparatória, com pedido de antecipação de tutela, que foi deferida, para obrigar a manutenção do fornecimento do gás, nos termos do contrato.
Dessa decisão a Petrobras recorreu para o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, que manteve a decisão. Inconformada, interpôs recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde, em Medida Cautelar, obteve efeito suspensivo que lhe autorizou, a partir de novembro de 2007, a suspensão do fornecimento. Em razão desta decisão, a Companhia tem comprado energia na CCEE para suprir o lastro da energia vendida da UTWA. Quando conveniente e necessário, a usina tem operado com óleo diesel como combustível, uma vez que a mesma possui essa flexibilidade.
Como consequência do ajuizamento da Medida Cautelar Preparatória, a Companhia ajuizou Ação Ordinária, que foi julgada procedente para o fim de determinar que os contratos de compra e venda de gás natural firmados entre a Companhia e MSGÁS e entre MSGÁS e Petrobras e seus respectivos aditivos sejam renovados pelo período de 05 anos, iniciando-se em 23.05.2006. O período em que houve a interrupção do fornecimento de gás em decorrência deste litígio deverá ser acrescido ao final do contrato, que terá o seu encerramento proporcionalmente prorrogado. O preço e a quantidade de gás deverão ser aqueles contratados e reajustados conforme os parâmetros estabelecidos no Programa Prioritário de Termelétricas (PPT). Dessa decisão a Petrobras interpôs embargos de declaração, que foram rejeitados, e ingressou com Recurso de Apelação perante o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, onde se encontra aguardando julgamento.
Recentemente, o STJ extinguiu a Medida Cautelar e o Recurso Especial da Petrobras por perda do objeto. Em consequência, na Medida Cautelar Preparatória foi proferido despacho determinado à MSGÁS e à Petrobras continuarem fornecendo gás para Arjona a partir de 26.11.2009.

f) Contratos de Arrendamentos
Os contratos de arrendamento abaixo foram classificados como operacionais em razão de não haver a possibilidade da transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no final do prazo do contrato, nem da opção de compra do ativo.
f.1) Eólica Beberibe S.A.: possui quatro contratos de arrendamento de terrenos utilizados para a instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas. A vigência dos contratos varia de 17.05.2027 até 28.09.2032 e os valores são compostos por parcela fixa e variável, esta correspondente a um percentual sobre a receita bruta. As parcelas fixas são reajustadas pelo IGPM, pela variação do dólar e pelo índice de inflação dos Estados Unidos da América (EUA), dependendo de cada contrato. Em 2009, o total da despesa foi de R$ 687.
O total dos pagamentos mínimos futuros para cada um dos seguintes períodos é:

2010	281
2011 a 2015	1.125
2016 em diante	11.997
	13.403

f.2) Eólica Pedra do Sal S.A.: possui um contrato de arrendamento do terreno onde está localizado o seu parque gerador, com prazo de vencimento em 2029. O valor mensal pago corresponde a um percentual sobre a receita operacional bruta. Em 2009, o total da despesa foi de R$ 296.
O total dos pagamentos mínimos futuros para cada um dos seguintes períodos é:

2010	356
2011 a 2015	1.423
2016 em diante	5.011
	6.790

f.3) Projetos de geração de energia eólica adquiridos em 2009: os projetos adquiridos pela controlada TBLP, possuem oito contratos de arrendamento de terrenos utilizados para a instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas. Os vencimentos dos contratos variam entre 2032 e 2042 e os pagamentos ocorrem mensalmente em parcelas fixas e variáveis, estas últimas ocorrerão a partir da entrada em operação de cada um dos projetos.
O total dos pagamentos mínimos futuros para cada um dos seguintes períodos é:

2010	390
2011 a 2015	1.560
2016 em diante	8.701
	10.651

g) Contratos para construção da UTE Destilaria Andrade
A Controlada indireta Ibitiúva, assinou contrato com a Areva Koblitz para serviços de engenharia, aquisição de equipamentos e construção da UTE Destilaria Andrade, cujo montante remanescente em 31.12.2009 era de R$ 38.142. A vigência do contrato é de até 01.06.2010.
A Ibitiúva também assinou contrato com a Leme Engenharia Ltda., empresa pertencente ao Grupo GDF SUEZ, para controle de qualidade do projeto da UTE Destilaria Andrade, no valor remanescente em 31.12.2009 de R$ 595, com vigência até 01.04.2010.

37 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa e os pagamentos feitos no exercício são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Pagamentos efetuados no exercício				
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	177.771	97.116	256.049	142.734
Imposto de renda e contribuição social	422.486	282.774	468.486	351.353
Transações que não envolveram o caixa				
Contabilização da concessão a pagar da UHE São Salvador	-	-	352.097	-
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio creditados	275.913	176.000	275.913	176.000
Dividendos propostos a receber de controladas	7.418	4.041	-	-
Aquisição de empresas pela controlada TBLP	-	-	-	221.306
Efeito dos ajustes da Lei nº 11.638/07	-	(4.919)	-	(4.919)

38 - EVENTO SUBSEQUENTE

a) SUEZ Energia Renovável S.A. (SER)
A Companhia assinou o contrato de compra e venda da totalidade das ações ordinárias de emissão da SER, empresa controlada pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA). A SER é detentora de participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste), criado em 05.11.2002 para a implantação e exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Estreito (AHE Estreito), que possui capacidade instalada de geração de 1.087 MW e 641,08 MW médios de energia assegurada (a energia assegurada será reduzida para 590,41 MW médios após a entrada em operação comercial da Usina Hidrelétrica Serra Quebrada, prevista para janeiro de 2017, de acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE)). Os demais consorciados do Ceste são Companhia Vale do Rio Doce (30%), Estreito Energia S.A. (Grupo Alcoa - 25,49%) e Camargo Corrêa Geração de Energia S.A. (4,44%), sendo a liderança exercida pela SER. A concessão do AHE Estreito é compartilhada entre as consorciadas do Ceste, na proporção de suas respectivas participações no consórcio. O total dos aportes realizados pela GSELA na SER até a data da assinatura do contrato é de R$ 324.390.
Conforme previsto no artigo 256, § 1º da Lei das Sociedades Anônimas (LSA), a avaliação da SER, tendo como data-base 30.09.2009, foi realizada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. através de laudo de avaliação elaborado com base na metodologia de fluxo de caixa descontado (Laudo de Avaliação).
Com base nos resultados apontados no Laudo de Avaliação, foi definido que o preço de compra a ser pago pela Tractebel Energia à GSELA é de R$ 604.390, sendo (i) R$ 302.195 pagos no prazo de até 30 dias contados da assinatura do contrato, atualizados monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e acrescidos de juros remuneratórios à taxa de 6% ao ano *pro rata temporis*, desde a presente data até a data de seu efetivo pagamento; e (ii) R$ 302.195 pagos (a) até 31.07.2010, desde que obtidas as anuências prévias referidas a seguir, ou (b) caso as mesmas não tenham sido obtidas até 31.07.2010, em até 10 dias úteis após a obtenção da última anuência prévia necessária, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios à taxa de 6% ao ano *pro rata temporis*, desde a presente data até a data de seu efetivo pagamento. O valor patrimonial da SER em 31.12.2009 é de R$ 548.760.
A primeira parcela no montante atualizado de R$ 304.556 foi paga no dia 19.01.2010.
A aquisição será submetida à ratificação pela assembleia geral de acionistas da Tractebel Energia, consoante o disposto no artigo 256, II, "b", da LSA. A ratificação da aquisição ensejará aos acionistas inscritos até a presente data nos registros da Companhia e que vierem a

Continua...

DCSC – 5COL X 35CM – Pág. 16
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DCSC.indd 16 16/3/2010 16:43:21

Tractebel Energia

GDF SUEZ

Tractebel Energia S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.474.103/0001-19
NIRE 4230002438-4

TBLE3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL | ISE Índice de Sustentabilidade Empresarial | igc | itag Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado | abrasca companhia associada

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais)

dissentir das deliberações da assembleia geral que deverá ser realizada para ratificar a aquisição, o direito de retirada, conforme tratado na LSA. Informações adicionais acerca do referido direito de retirada, tais como, valor patrimonial da ação para fins de reembolso, prazo e procedimentos a serem adotados pelos acionistas dissidentes, serão prestadas oportunamente, por ocasião da convocação da assembleia geral que deverá ser realizada para ratificar a aquisição.

A eficácia da aquisição estará sujeita a condições suspensivas usuais em transações dessa natureza, incluindo, mas sem limitação, a aprovação da aquisição pela Aneel a anuência de terceiros, incluindo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras instituições financeiras credoras da SER, nos termos dos respectivos contratos de financiamento celebrados pela SER. Dessa forma, o investimento será reconhecido pela Companhia após o atendimento de todas essas condições suspensivas estabelecidas no contrato. A diferença entre o valor a ser pago, que corresponderá ao *fair value*, e o valor patrimonial na data do fechamento da aquisição terá como fundamento o direito de uso do bem público estabelecido no contrato de concessão e será alocado no ativo imobilizado, juntamente com o valor da concessão a ser considerada como parte desse ativo, em razão desse direito não ser separável, ou seja, não poder ser vendido ou transferido individualmente sem o ativo imobilizado.

b) Pré-pagamento do financiamento da Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA)

Em 17.02.2010, a PPESA, subsidiária indireta e integral da Companhia, executou a amortização antecipada da totalidade de seu endividamento financeiro com o BNDES e bancos repassadores (Itaú BBA, Unibanco, Bradesco e Banco do Brasil). A amortização antecipada no montante somou R$ 223.187 foi uma iniciativa da Companhia como parte do plano da incorporação da PPESA e de sua *holding* controladora Energia América do Sul Ltda. na Companhia, objetivando a simplificação de sua estrutura societária.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu referenciadas no Parecer dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor-Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Comercialização e Negócios

Miroel Makiolke Wolowski
Diretor de Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antonio Amaral Sureck
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 22 de fevereiro de 2010

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: **Maurício Stolle Bähr**

Vice-Presidente: **Jan Franciscus María Flachet**

Conselheiros: **Manoel Arlindo Zaroni Torres**, **Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos**, **Dirk Beeuwsaert**, **Alain François Marie Luoise Janssens**, **Luiz Antônio Barbosa**, **José Pais Rangel**, **Luiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro**

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente: **Manoel Arlindo Zaroni Torres**

Diretor de Comercialização e Negócios: **José Luiz Jansson Laydner**

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: **Eduardo Antonio Gori Sattamini**

Diretor de Implantação de Projetos: **Miroel Makiolke Wolowski**

Diretor de Produção de Energia: **José Carlos Cauduro Minuzzo**

Diretor de Planejamento e Controle: **Marco Antonio Amaral Sureck**

Diretor Administrativo: **Luciano Flávio Andriani**

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador – CRC RJ 072259/O-5 T-SC

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., Paulo de Resende Salgado, Carlos Guerreiro Pinto e Manoel Eduardo Lima Lopes, abaixo assinados, após examinarem o Relatório Anual da Administração, incluindo as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2009, e com base no parecer dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu sobre essas Demonstrações Contábeis, emitido em 22/02/10, declaram que o referido documento está em condições de ser apreciado pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2010

Paulo de Resende Salgado
Conselheiro Presidente

Carlos Guerreiro Pinto
Conselheiro

Manoel Eduardo Lima Lopes
Conselheiro

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Tractebel Energia S.A. e controladas
Florianópolis – SC

1. Examinamos os balanços patrimoniais (individual e consolidado) da Tractebel Energia S.A. ("Companhia") e de suas controladas levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados correspondentes aos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas suas operações correspondentes aos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2010

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" SC
Paulo Roberto Marques Garrucho
Contador
CRC 1RJ 052.813/O-1 "S" SC

Deloitte.

DCSC – 5COL X 17CM – Pág. 17

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_DCSC.indd 17 16/3/2010 16:43:23

Tractebel Energia

GDF SUEZ

Tractebel Energia S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.474.103/0001-19

www.tractebelenergia.com.br

NIRE 4230002438-4

TBLE3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL | ISE Índice de Sustentabilidade Empresarial | igc | itag Índice de Ações com Tag Along Diferenciado | abrasca companhia associada

Senhores Acionistas,

A Administração da Tractebel Energia S.A. ("Tractebel Energia", "Tractebel" ou a "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. As informações estão apresentadas em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Tractebel Energia alcançou um excelente desempenho econômico-financeiro no ano de 2009, traduzido em um lucro líquido de R$ 1.134 milhões, superando em 2% o resultado do ano anterior e que representa um valor recorde pelo sexto exercício consecutivo. Seu significado é ainda maior por ter sido obtido em um ano marcado pela crise mundial.

Foi também o ano em que se consolidou nosso segundo ciclo de expansão. A Companhia vem mantendo-se desde o início das suas atividades na liderança do setor privado de geração de energia elétrica, o que atesta como correta sua estratégia de avaliação de riscos e oportunidades de mercado. O primeiro ciclo foi concluído em 2003, quando atingimos um índice de crescimento de 58% da capacidade instalada própria original. Ao término de 2009, depois da entrada em funcionamento da Usina Hidrelétrica São Salvador, localizada em Tocantins, passamos a operar na Região Norte e elevamos nossa capacidade a 6.431 MW, ou seja, 73% a mais ao longo de 11 anos. Ao final de mais um ano de trabalho intenso, vemos emergir uma empresa de indiscutível solidez, que responde por um parque gerador com 19 usinas e que representa aproximadamente 7% da capacidade do Sistema Interligado Nacional.

Outro fator de relevância no caminho da expansão responsável que marcou 2009 foi a aquisição da participação de 40,07% na Usina Hidrelétrica Estreito, em construção na divisa entre Tocantins e Maranhão, já com os riscos mais representativos da implantação de um empreendimento hidrelétrico de grande porte superados. Esta usina agregará ao parque nacional uma capacidade instalada de 1.087 MW, dos quais 436 MW serão adicionados à da Tractebel Energia, que será também responsável por sua operação e manutenção.

O ano de 2009 foi também de superação de marcos na área de produção para a Tractebel Energia. Em agosto, foi atingido o recorde mensal de geração de energia elétrica: 4.028.231 MWh, ou 5.414 MW médios. Para esta marca contribuíram todas as usinas do nosso portfólio, incluindo as eólicas, PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas - e São Salvador. Outro recorde ocorreu em 9 de dezembro, quando as usinas operadas pela Companhia atingiram o valor instantâneo máximo de potência de 6.807 MW, ou seja, um fator de capacidade de 90,9% sobre os 7.490 MW por nós operados. No ano, o índice de disponibilidade das usinas, descontadas as paradas programadas, alcançou 98,9%, o maior de nosso histórico. Estas marcas demonstram a capacidade da Companhia em responder prontamente e com confiabilidade à demanda e assim corresponder à reação brasileira à crise de 2009.

Necessário observar que esta mesma crise, que trouxe impacto na atividade de importantes setores industriais do país, acarretando reduções de demanda por parte dos clientes do mercado livre, não atingiu nossa Companhia com a mesma intensidade. Se, por um lado, a estratégia de conceder flexibilidade nos contratos com este segmento acarretou a redução de vendas, por outro, nos permitiu adquirir menor volume de terceiros para recompor nossas disponibilidades e assim manter nosso portfólio equilibrado.

Em mais uma demonstração do nosso compromisso com a sustentabilidade, iniciamos em 2009 o processo de certificação nas normas OHSAS 18001 e NBR 16001, respectivamente de Saúde e Segurança no Trabalho e Responsabilidade Social, em 14 usinas: as mesmas 13 já certificadas nas normas ISO 9001, da Qualidade, e 14001, do Meio Ambiente, mais São Salvador. A meta é obter estas novas certificações em 2010, simultaneamente à renovação das existentes, obtidas em 2007 e cuja validade é de três anos. Na sequência, a Companhia pretende buscar a certificação das demais usinas do seu parque gerador, ou seja, as adquiridas e as que entraram em operação recentemente, uma vez mais criando valor para todos os seus públicos de interesse. Aliás, o compromisso da Tractebel Energia com a sustentabilidade possibilitou nossa permanência no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, do qual temos tido a satisfação de fazer parte ininterruptamente desde o seu lançamento, em 2005.

Dentre as iniciativas em prol do meio ambiente e da comunidade, foram iniciadas as obras do Parque Ambiental Jorge Lacerda, uma área de 50 hectares, localizada junto ao Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, na cidade de Capivari de Baixo, no sul de Santa Catarina. O parque estará aberto ao público em 2011 e se tornará uma importante opção de lazer educativo e cultural. Contará com lago, pistas de caminhadas e ciclovias, um museu do Complexo, horto florestal e concha acústica, com mecanismos sustentáveis, como a captação da água da chuva, seu aquecimento com garrafas plásticas recicladas e o tratamento de esgoto por um sistema no qual uma vegetação própria se alimenta do material orgânico e torna a água reutilizável. Cinzas descartadas pelo Complexo misturadas com cimento serão empregadas na construção das edificações, da pista de caminhadas e ciclovia - uma solução que vem sendo empregada com cimenteiras da região, substituindo parte do cimento convencional ou a areia fina para blocos de concreto, inclusive para casas populares. O Parque contará com um Centro de Cultura e Sustentabilidade, com auditório de 340 lugares para manifestações artísticas e culturais, oficinas de música, teatro, dança e inclusão digital, galpão de exposições e registro da memória do município e do Complexo. A gestão deste polo de lazer, educação e cultura ficará a cargo de uma associação autônoma, composta por representações regionais, tudo isso ratificando a postura da Tractebel Energia como promotora de iniciativas sustentáveis, contemplando de forma clara suas três dimensões: ambiental, social e econômica.

Vemos 2010 como outro ano de consolidação do nosso segundo ciclo de expansão, a partir da inauguração da usina de biomassa Destilaria Andrade, de 33 MW e localizada no estado de São Paulo, e da PCH Areia Branca, de 20 MW, em Minas Gerais, eventos que possibilitarão à nossa Companhia operar nas cinco regiões do Brasil. Além de Estreito, ainda neste ciclo é esperado o ingresso em nosso parque gerador de 50,1% da Usina Hidrelétrica Jirau, de 3.450 MW. Desta forma, a Tractebel Energia atingirá, ao final deste segundo ciclo de crescimento, 8.633 MW de capacidade própria, uma ampliação de 132% em relação a 1998, ano de sua constituição.

Estamos certos de que é desta maneira que se preserva cada vez mais o meio ambiente, gerando mais valor para a sociedade e para os nossos acionistas, a quem, juntamente com nossos empregados, clientes, fornecedores e todos aqueles que interagem com nossas atividades, gostaríamos de agradecer pela dedicação, apoio e confiança.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor-Presidente

Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2009

1. PERFIL INSTITUCIONAL

A Tractebel Energia, maior geradora privada de energia elétrica do Brasil, atua há mais de 10 anos na implantação e operação de usinas geradoras e na comercialização de energia elétrica.

Com sede em Florianópolis, Santa Catarina, a Companhia tem ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. É controlada pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), subsidiária do grupo franco-belga GDF SUEZ, um dos maiores do mundo nas áreas de energia, água e gestão de resíduos.

A capacidade instalada total do parque gerador da Companhia é de 6.431 MW, o que representa aproximadamente 7% da capacidade instalada do Sistema Interligado Nacional (SIN). Essa capacidade, composta em 82% provenientes de fontes renováveis, é resultante de 19 usinas, sendo oito hidrelétricas, seis termelétricas e cinco complementares - uma a biomassa, duas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e duas eólicas. Em 2009, a Tractebel Energia gerou cerca de 8% da produção do SIN.

Destas, 17 usinas são integralmente controladas pela Tractebel Energia, e em duas, nas hidrelétricas Itá e Machadinho, possui participação em consórcios. Considerando-se também as parcelas detidas por outros investidores, a capacidade instalada total do parque operado pela Tractebel Energia é de 7.490 MW.

2. EXPANSÃO DO PARQUE GERADOR

Em 2009, entrou em operação a Usina Hidrelétrica São Salvador, localizada no Rio Tocantins (TO). Com 243 MW de capacidade instalada e 148 MW médios de energia assegurada, a usina produz o suficiente para abastecer uma cidade com cerca de 1 milhão de habitantes.

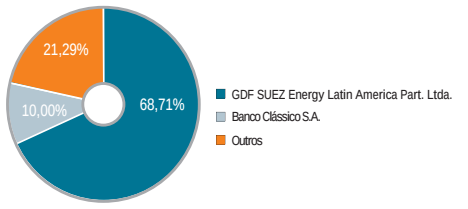
Outras três usinas estão em construção - Usina Hidrelétrica Estreito (1.087 MW), em Estreito (TO), Usina Termelétrica Destilaria Andrade (33 MW), em Pitangueiras (SP) e PCH Areia Branca (20 MW), em Caratinga (MG). Considerando-se a energia que corresponde à participação da Tractebel Energia nesses projetos, serão agregados 474 MW à capacidade instalada própria da Companhia.

Em dezembro de 2009, a Tractebel Energia foi contratada pelo Consórcio Estreito para a operação e manutenção da usina de mesmo nome. Assim, a capacidade total operada pela Companhia será elevada em 1.140 MW. Permanentemente, novos projetos são analisados para a ampliação sustentável do negócio.

2.1. Controle Acionário

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social da Companhia totalizava R$ 2.445,8 milhões, composto por 652.742.192 ações ordinárias negociadas regularmente na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob o código TBLE3. A Tractebel Energia possui um programa de ADRs (*American Depositary Receipts*) Nível I, negociados no mercado de balcão norte-americano sob o código TBLEY, tendo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

A GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda., integrante do grupo GDF SUEZ, possui o controle acionário da Companhia, respondendo por 68,71% de seu capital.



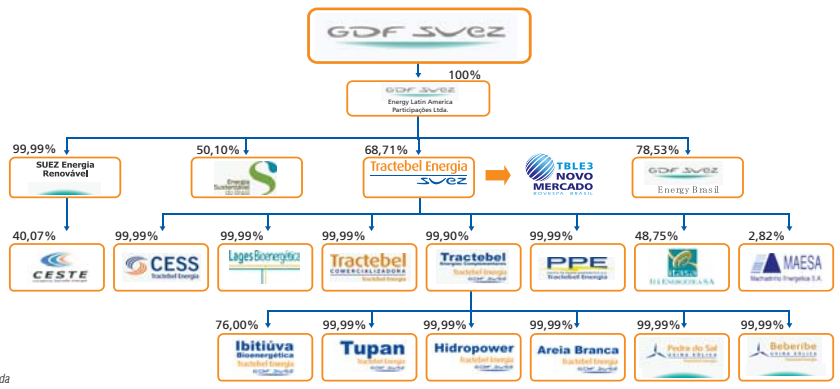
2.2. Estrutura Societária

A Tractebel Energia detém o controle direto ou indireto das seguintes empresas: Companhia Energética São Salvador; Lages Bioenergética Ltda.; Seival Participações S.A.; Ponte de Pedra Energética S.A.; Tractebel Energias Complementares Participações Ltda.; e Tractebel Energia Comercializadora Ltda. Esta intermedeia e opera compras, vendas, importações e exportações de energia elétrica no mercado de livre negociação.

A Companhia possui também participação de 2,82% na Machadinho Energética S.A. (Maesa) e de 19,28% no consórcio de exploração da Usina Hidrelétrica Machadinho.

Além disso, a Tractebel Energia possui o controle compartilhado da Itá Energética S.A. (Itasa), empresa que detém a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Itá, com participação de 48,75%, e do Consórcio Itá, responsável pela construção do empreendimento, com 39,5%. Estas participações totalizam a detenção de 70% da Usina Hidrelétrica Itá.

Organograma Societário



Obs.: Estrutura simplificada

2.3. Aquisições de Controladas

Em 17 de junho de 2009, a Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP), anteriormente denominada Gama Participações Ltda., controlada integral da Companhia, concluiu a operação de aquisição de 99,99% do capital social das empresas Hidropower Energia S.A., Tupan Energia Elétrica S.A., Eólica Beberibe S.A., Eólica Pedra do Sal S.A., Hidrelétrica Areia Branca S.A. e Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda.

Em 21 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração da Tractebel Energia aprovou, por unanimidade, a aquisição de 99,99% das ações ordinárias da SUEZ Energia Renovável S.A. (SER) detidas pela GSELA. A SER detém uma quota de participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia, criado em 5 de novembro de 2002 para a implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Estreito. A aquisição terá que ser ratificada em Assembleia Geral Extraordinária a ser convocada com essa finalidade, após a obtenção das aprovações necessárias à conclusão da transação.

3. AMBIENTE ECONÔMICO

A economia brasileira encerrou o ano de 2009 com queda de 0,26%, segundo projeções do Banco Central feitas ao final do ano, resultado da recessão enfrentada no primeiro semestre, com o agravamento da crise econômica internacional. Apesar do valor negativo apresentado, houve retomada do crescimento no início do segundo semestre, antes das economias norte-americana, da Zona do Euro e japonesa, que apresentaram forte queda da economia desde o início da crise.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) se manteve dentro da meta estabelecida pelo governo, fechando o ano em 4,3%, resultado 1,7 p.p. menor ante 2008, que foi de 5,9%.

Durante o ano, o Banco Central cortou por diversos meses a taxa de juros Selic, que fechou 2009 em seu piso, a 8,75% ao ano. Isso representou uma queda de 5 p.p. em relação ao ano anterior, voltando ao patamar abaixo dos 10 pontos rompido em 2007.

Em relação ao câmbio, o dólar apresentou forte desvalorização frente ao real, devido à depreciação internacional da moeda e à grande entrada de dólares com o retorno dos investimentos estrangeiros no país. A moeda norte-americana encerrou o ano cotada a R$ 1,74, o que representou uma desvalorização de 25,3% perante a moeda brasileira, maior recuo desde que o real foi implantado como moeda oficial do Brasil.

O resultado global do balanço de pagamentos brasileiro em 2009 foi superavitário em US$ 46,6 bilhões, expressivo aumento em relação aos US$ 2,97 bilhões registrados em 2008. Esse resultado é composto pela conta de transações correntes - deficitária em US$ 24,3 bilhões no período -, pela conta de capital e financeira - positiva em US$ 70,5 bilhões - e pela conta de erros e omissões, que somou US$ 0,4 bilhão.

A balança comercial brasileira teve superávit de US$ 24,62 bilhões em 2009, menor saldo desde 2002. O valor é 1,4% inferior ao registrado em 2008, que totalizou US$ 24,96 bilhões. Esse resultado é reflexo da desaceleração global, que reduziu o volume de exportações e importações. As exportações caíram 22,2% em 2009 na comparação pela média diária, totalizando US$ 152,25 bilhões, enquanto as importações caíram 25,3%, somando US$ 127,64 bilhões.

O fluxo cambial no país, que considera a soma dos resultados financeiro e comercial, fechou o ano com resultado positivo, com a entrada de US$ 28,7 bilhões, melhor índice desde 2007, enquanto em 2008 o saldo foi negativo em US$ 983 milhões. A recuperação é explicada principalmente pelo aquecimento do mercado financeiro nacional motivado pela retomada do crescimento da economia brasileira.

4. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Afetado pela crise econômica e consequente retração da demanda por energia por parte das indústrias, o consumo de energia elétrica no Brasil em 2009 totalizou 388.204 GWh, indicando queda de 1,1% em relação ao do ano anterior, conforme dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

O primeiro semestre acumulou retração de 2,7% no consumo total, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. No segundo semestre do ano, a recuperação lenta e gradual da economia resultou em um pequeno crescimento de 0,3% no consumo de energia em comparação ao mesmo período do ano anterior.

No ano, o consumo na indústria caiu 8,0% em relação a 2008, enquanto que os consumos residencial e comercial subiram 6,2% e 6,1%, respectivamente.

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1. Disponibilidade

Em 2009, as usinas operadas pela Tractebel Energia alcançaram o patamar de 98,9% de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, o que representou um recorde para a Companhia dentro do seu histórico, sendo 99,5% nas usinas hidrelétricas, 96,8% nas usinas termelétricas e 92,7% nas usinas complementares, ou seja, PCHs, eólicas e as movidas a biomassa.

Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global foi de 95,1%, sendo 96,5% para as hidrelétricas, 88,6% para as termelétricas e 89,1% para as complementares.

5.2. Produção

A produção de energia elétrica nas usinas operadas pela Tractebel Energia em 2009 foi de 31.763 GWh (3.626 MW médios), sendo 27.251 GWh (3.111 MW médios) provenientes das hidrelétricas, 4.178 GWh (477 MW médios) das termelétricas e 334 GWh (38 MW médios) das usinas complementares. Em relação a 2008, houve uma pequena queda de geração total, de 5,7%, o que pode ser atribuído à forte estiagem que afetou a Região Sul do país no primeiro semestre do ano.

A geração hidrelétrica foi 3,4% menor; a termelétrica, 22,8% menor; e a das complementares mais de 500% maior, sendo que neste caso a comparação fica comprometida devido ao ingresso considerável destas usinas durante e após 2008.

Como a capacidade instalada de origem hidrelétrica da Tractebel Energia representa aproximadamente 80% do total e as maiores hidrelétricas estão localizadas no sul do país, fica evidente a relação entre as condições hidrológicas verificadas nesta região e o nível de produção da Companhia.

Cabe ressaltar que o aumento da geração hidrelétrica da Companhia não resulta necessariamente em melhoria de seu desempenho econômico-financeiro. Da mesma forma, a redução daquele tipo de geração não implica obrigatoriamente em deterioração do desempenho econômico-financeiro. Esta característica deve-se à adoção do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que compartilha os riscos de geração hidrelétrica entre os seus participantes.

Com relação à geração termelétrica da Companhia, o seu aumento reduz a exposição ao Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), sendo o inverso também verdadeiro, mantidas as outras variáveis.

5.3. Clientes

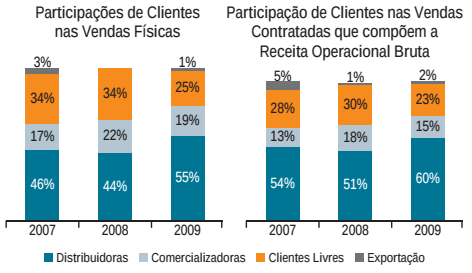
Com uma diversificada carteira de clientes, a Tractebel Energia atende às distribuidoras de energia, por meio de leilões de energia organizados pelo Governo, às comercializadoras e clientes livres (majoritariamente grandes consumidores industriais), por meio de contratos flexíveis no tocante ao volume de energia contratada e à duração.

Adicionalmente, no segmento de clientes livres, a Companhia adota a estratégia de diversificação de vendas entre indústrias de diferentes setores da economia.

Com um estreito relacionamento com seus clientes, a Companhia detecta suas necessidades e desenvolve produtos e serviços individualizados, que atendem especificamente sua demanda e contribuem para sua fidelização.

Ao final de 2009, a Tractebel Energia contava com mais de 140 clientes. No exercício, os clientes livres representaram 25,1% do portfólio nas vendas físicas da Companhia e 23,3% da receita operacional bruta relativa às vendas contratadas, o que representou reduções de 8,8 p.p. e 7,1 p.p., respectivamente, em relação ao ano anterior.

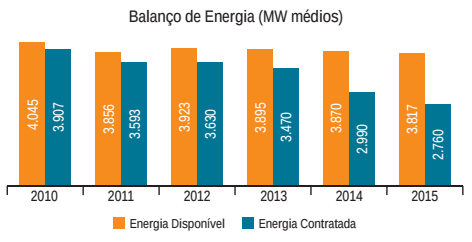
A redução do volume vendido para os clientes livres, da ordem de 23,8% em relação a 2008, reflete, em partes aproximadamente iguais, o término de contratos que tiveram sua energia direcionada para as distribuidoras - em razão do início de fornecimento de 874 MW médios para o *pool* - e os efeitos da crise mundial sobre a produção desses clientes, e consequentemente seu menor consumo de energia.



5.4. Balanço de Energia

Com base em previsões do setor, que apontam para um potencial aumento de preço de energia, a Companhia optou por ter parte de sua disponibilidade descontratada a partir de 2011.

De acordo com os dados de capacidade comercial própria e contratos de compra e venda em vigor na data de 31 de dezembro de 2009, o balanço de energia da Tractebel Energia mostra que a Companhia está com sua disponibilidade de energia, incluindo aquisições de terceiros, quase totalmente contratada em 2010.



6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Tractebel Energia obteve em 2009 um excelente desempenho econômico-financeiro, apesar do cenário econômico adverso descrito anteriormente.

A mudança de tratamento contábil aplicada em 2009 aos contratos de *swap* de submercados de energia, que passaram a ser apresentados líquidos no item receita operacional bruta e aos encargos de uso de rede elétrica e conexão, que passaram a ser apresentados no item custos de energia elétrica e serviços e não mais no item despesas com vendas, determinou a reclassificação de valores de algumas rubricas. De modo a permitir a análise entre os períodos comparados, os valores de 2008 e 2007 apresentados a seguir já contemplam tais reclassificações.

6.1. Principais Indicadores

As informações apresentadas a seguir se encontram em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Contábeis.

Continua...

VEC – 6COL X 52CM – PÁG. 1

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: VEC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pelican 11 3885.9696

[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_VEC.indd 1 16/3/2010 16:47:07

...Continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2009

Indicadores	2007	2008	2009	Variação 09/08
Indicadores Econômicos (R$ milhões)				
Receita Operacional Bruta	3.338,3	3.793,3	3.886,3	2,5%
Receita Operacional Líquida	3.017,0	3.400,3	3.496,7	2,8%
EBITDA *(1)*	1.850,7	2.176,6	2.177,7	0,1%
Margem EBITDA (%)	61,3	64,0	62,3	(1,7 p.p.)
Resultado de Serviço - EBIT *(2)*	1.620,0	1.910,2	1.837,8	(3,8%)
Resultado Financeiro	(134,7)	(320,7)	(239,8)	(25,2%)
Lucro Líquido	1.045,7	1.115,2	1.134,4	1,7%
Indicadores Financeiros (R$ milhões)				
Ativo Total	6.598,0	8.341,8	9.654,1	15,7%
Patrimônio Líquido	2.816,9	3.170,8	3.681,3	16,1%
Investimentos	379,4	1.488,9	323,6	(78,3%)
Dívida Líquida Ajustada *(3)*	1.019,1	2.558,6	2.160,0	(15,6%)
Ações				
Nº de Ações (mil)	652.742	652.742	652.742	-
Lucro Líquido por Ação (R$)	1,6019	1,7084	1,7379	1,7%
Preço Médio da Ação - ON (R$) *(4)*	20,32	20,99	19,33	(7,9%)
Distribuição de Dividendos (R$ milhões)	993,0	756,0	623,9	(17,5%)
Mercado				
Vendas de Energia (GWh)	32.800	30.661	30.911	0,8%
Vendas de Energia (MW Médios) *(5)*	3.744	3.491*(5)*	3.529	1,1%
Corpo Funcional				
Empregados (nº)	917	941	990	5,2%

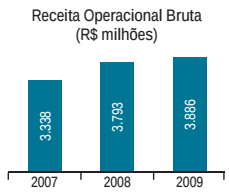
(1) EBITDA representa: lucro operacional + resultado financeiro + depreciação e amortização.
(2) EBIT representa: lucro operacional + resultado financeiro.
(3) Dívida líquida ajustada = dívida bruta - caixa e equivalentes de caixa.
(4) Média simples dos preços de fechamento.
(5) 2008 foi ano bissexto, o que influencia no cálculo de MW médios vendidos.

6.2. Receita Operacional Bruta

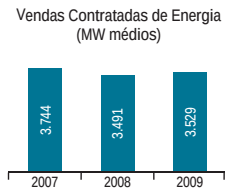
No exercício de 2009, a receita operacional bruta alcançou R$ 3.886,3 milhões, 2,5% superior àquela auferida em 2008, que foi de R$ 3.793,3 milhões. A evolução ocorreu em função, substancialmente, do que segue: (i) redução de R$ 230,9 milhões na receita de transações com a CCEE, conforme descrito a seguir em item específico; (ii) incremento de R$ 26,3 milhões na receita de exportação de energia para a Argentina e o Uruguai; (iii) ganho de R$ 35,0 milhões em razão do acordo com o Consórcio São Salvador para a indenização de perdas e danos resultantes do atraso na conclusão das obras da usina São Salvador; e (iv) aumento de R$ 264,7 milhões derivado do aumento do preço médio de venda em 7,7%, desconsiderando-se as exportações, cujos preços são voláteis e distorcem a análise de preços médios, de R$ 112,46/MWh para R$ 121,11/MWh, efeito que já embute a mudança na composição do portfólio de vendas da Companhia resultando na diminuição dos volumes vendidos através de contratos bilaterais para distribuidoras, comercializadoras e clientes livres e no correspondente aumento dos volumes vendidos para o *pool* de distribuidoras nos leilões com início de fornecimento em 1º de janeiro de 2009. Alternativamente, é correto afirmar que o crescimento da receita decorrente das vendas das empresas adquiridas ou que entraram em operação comercial durante ou após 2008 foi de R$ 131,1 milhões, considerando neste montante a indenização citada no item (iii) acima.

No acumulado de 2009, a quantidade de energia elétrica vendida atingiu 30.911 GWh (3.529 MW médios), 0,8% maior que os 30.661 GWh (3.491 MW médios) do ano de 2008.

Receita Operacional Bruta (R$ milhões)



Vendas Contratadas de Energia (MW médios)



6.2.1. Suprimento de Energia Elétrica

No acumulado de 2009, a receita de suprimento de energia, aquela originária da venda a agentes que não consumidores livres, alcançou R$ 2.828,3 milhões, superior em 18,7% à apresentada no mesmo período do ano anterior, que foi de R$ 2.383,1 milhões, efeito, principalmente, do seguinte: (i) acréscimo de venda em R$ 68,3 milhões pelas empresas adquiridas ou que entraram em operação durante ou após 2008; (ii) incremento no fornecimento para distribuidoras no valor de R$ 428,1 milhões (equivalentes a 3.251 GWh - 371 MW médios), em virtude da conjunção da venda ao *pool* de distribuidoras com o encerramento de contratos bilaterais que não foram renovados com algumas delas; (iii) queda na venda para comercializadoras no valor de R$ 93,6 milhões (correspondentes a 974 GWh - 112 MW médios), motivada pela necessidade de atendimento à já citada mudança na composição do portfólio de vendas; e (iv) aumento no preço médio de venda para as distribuidoras e comercializadoras em 5,0%, resultando em crescimento na receita de R$ 42,8 milhões.

6.2.2. Fornecimento de Energia Elétrica

A receita anual do fornecimento de energia (venda a consumidores livres) foi de R$ 878,8 milhões, decréscimo de 17,1% quando comparado aos R$ 1.059,5 milhões de 2008, consequência da combinação do seguinte: (i) queda do volume de vendas resultante do término de contratos e da redução de quantidades contratadas causada pela crise mundial, que resultou na diminuição da venda em R$ 298,7 milhões (correspondentes a 2.639 GWh - 301 MW médios); e (ii) elevação do preço médio de venda em 11,1%, proporcionando o crescimento da receita em R$ 118,1 milhões. Cabe considerar que a referida redução foi compensada pelo incremento da venda ao *pool* de distribuidoras, conforme anteriormente mencionado.

6.2.3. Transações no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

No acumulado de 2009, a receita foi de R$ 65,1 milhões, valor substancialmente inferior ao de 2008, que foi de R$ 296,0 milhões. Maiores explicações sobre estas operações podem ser encontradas no item detalhamento das operações na CCEE.

6.2.4. Exportação de Energia Elétrica

No exercício de 2009, a receita obtida com a exportação para a Argentina e Uruguai atingiu R$ 60,7 milhões, superior aos R$ 34,4 milhões obtidos no exercício de 2008.

6.3. Deduções da Receita Operacional

No ano de 2009, as deduções alcançaram R$ 389,6 milhões, valor pouco inferior ao de 2008, que foi de R$ 393,1 milhões, correspondendo a respectivamente 10,2% e 10,5% da receita bruta, excluída a exportação, sobre a qual não incide PIS, Cofins e ICMS. A variação dos saldos justifica-se basicamente (i) pela elevação do PIS e Cofins no montante de R$ 32,6 milhões devido à mudança do sistema cumulativo (alíquota a 3,65%) para o não cumulativo (alíquota a 9,25%, mas com direito a crédito sobre determinadas transações) sobre os contratos com preços pré-determinados encerrados ao longo de 2008 e 2009; e (ii) pela queda do ICMS no valor de R$ 37,0 milhões, motivada pela redução do volume de vendas para consumidores industriais, transações em que há incidência de ICMS.

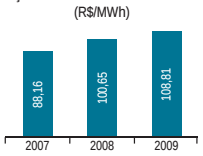
6.4. Receita Operacional Líquida

No exercício de 2009, a receita operacional líquida alcançou o valor de R$ 3.496,7 milhões, 2,8% acima do registrado em 2008, que foi de R$ 3.400,3 milhões. O aumento apresentado está diretamente relacionado ao comportamento da receita operacional bruta e das deduções da receita operacional, conforme anteriormente mencionado.

Receita Operacional Líquida (R$ milhões)

No acumulado do ano, o preço médio passou de R$ 100,65/MWh em 2008 para R$ 108,81/MWh em 2009, representando crescimento de 8,1%. Os referidos aumentos refletem o reajuste dos preços dos contratos existentes e os preços dos novos contratos, principalmente aqueles com os consumidores livres e com o *pool* de distribuidoras, conforme anteriormente mencionado.

Preço Médio de Vendas* Contratadas (R$/MWh)



** Preço médio de venda de energia, líquido das exportações e deduções sobre a receita operacional.*

6.5. Custos de Energia Elétrica e Serviços

No exercício de 2009, os custos cresceram 5,4% em relação a 2008, atingindo R$ 1.463,3 milhões e R$ 1.388,3 milhões, respectivamente. Estas variações decorreram, principalmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

- **Energia elétrica comprada para revenda:** redução foi de R$ 53,7 milhões, originada conforme mencionado no item fornecimento de energia elétrica, e do menor volume de venda para comercializadoras, em decorrência da perda de atratividade derivada do menor Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) médio registrado durante 2009, R$ 38,74/MWh vis-à-vis R$ 135,29/MWh em 2008, sendo que a queda do volume comprado foi de 1.325 GWh (151 MW médios) e o acréscimo no preço da energia comprada foi de 19,1%. Uma considerável parte deste volume comprado foi contratada anos atrás, portanto, não guardando relação com o PLD médio mais baixo de 2009, de modo a possibilitar a Companhia vender produto de 30 anos no leilão de energia "botox" com início de entrega em 2009.
- **Transações no âmbito da CCEE:** redução de R$ 79,0 milhões em 2009, conforme comentado a seguir em item específico.
- **Encargos de uso de rede elétrica e conexão:** aumento de R$ 27,5 milhões no ano de 2009, em razão principalmente da incidência dos referidos encargos devidos pelas empresas adquiridas ou que entraram em operação durante e após 2008.
- **Combustíveis para produção de energia elétrica:** queda de R$ 66,4 milhões refletindo principalmente a combinação dos seguintes fatores: (i) consumo de óleo diesel nas usinas William Arjona e Alegrete, no valor de R$ 92,4 milhões em 2008 e inexpressivo em 2009, em virtude (i.i) do despacho em 2008 destas usinas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) com o objetivo de manter a segurança energética do sistema elétrico e devido às baixas afluências verificadas em determinados períodos daquele ano (estes custos foram compensados pelo aumento da receita na CCEE, conforme descrito em item específico), e (i.ii) da exportação, também em 2008, de energia para a Argentina e Uruguai através da Usina Termelétrica Alegrete; (ii) consumo de carvão no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda para geração de energia para exportação no montante de R$ 31,9 milhões no ano de 2009 e inexpressivo em 2008; e (iii) redução de R$ 5,6 milhões pelo ajuste no custo da biomassa utilizada para a geração de energia da Unidade de Co-geração Lages.
- **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** redução de R$ 1,6 milhão em decorrência principalmente da combinação do menor volume de geração hidrelétrica, ocasionado pela estiagem que atingiu a Região Sul do país no 2T09, com o reajuste tarifário anual.
- **Pessoal:** aumento de R$ 4,1 milhões justificado pelo reajuste salarial e de benefícios.
- **Materiais e serviços de terceiros:** acréscimo de R$ 8,6 milhões no ano de 2009, em razão principalmente das despesas com materiais e serviços incorridas pelas empresas adquiridas ou que entraram em operação durante e após 2008.
- **Depreciação e amortização:** aumento de R$ 75,3 milhões em 2009, em razão substancialmente da depreciação dos ativos das empresas adquiridas ou que entraram em operação durante e após 2008.

6.6. Detalhamento das Operações na CCEE

Os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos, sendo esta a razão para a criação do presente tópico. Assim, ele nos permite realizar uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente estes elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do chamado "risco de submercado"; (iii) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (iv) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (v), naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

No acumulado de 2009, o resultado líquido foi uma despesa de R$ 58,9 milhões contra uma receita líquida, no ano anterior, de R$ 251,1 milhões, ou seja, uma variação negativa no resultado de R$ 310,0 milhões entre os anos analisados. Esta variação decorreu, principalmente, pelo seguinte:

I. houve uma deterioração de R$ 26,5 milhões no resultado com o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que se transformou de uma receita líquida de R$ 12,3 milhões em 2008 em uma despesa líquida de R$ 14,2 milhões em 2009, em razão da redução de 3,4% na geração hidrelétrica da Companhia em 2009 causada pelos menores índices pluviométricos que em 2008. Parte deste aumento foi compensada por menor despesa com royalties, conforme descrito no item compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. Desta forma, falta explicar o saldo positivo de R$ 238,8 milhões para o resultado da CCEE em 2008 e o saldo negativo de R$ 44,7 milhões em 2009, o que é feito em II e III a seguir, respectivamente;

II. ao longo do ano de 2008, ocorreram grandes oscilações no PLD. Consequência da oportuna estratégia de alocação de energia assegurada anual das hidrelétricas, de uma maneira geral as posições vendedoras foram liquidadas em meses em que o PLD ficou elevado, enquanto que as posições compradoras recaíram sobre meses com PLD baixo. Os efeitos decorrentes desta combinação de resultados mensais foram os principais responsáveis pelos R$ 238,8 milhões mencionados no item I; e

III. em 2009, com a combinação do baixo PLD médio e da menor necessidade de geração fora da ordem de mérito, verificou-se a redução de 22,8% na geração termelétrica da Companhia, conforme comentado no item produção. Tal redução contribuiu para uma maior posição compradora ou menor posição vendedora na CCEE, dependendo do mês. Além de mais baixo, o PLD apresentou desvio-padrão bem inferior ao longo de 2009, reduzindo o potencial de ganho (e perda) decorrente da citada estratégia de alocação. Adicionalmente, as posições compradoras foram mais significativas nos meses em que o PLD foi um pouco mais elevado. Estes efeitos foram os principais responsáveis pelos R$ 44,7 milhões mencionados no item I.

6.7. Despesas Gerais e Administrativas

No ano de 2009, as despesas gerais e administrativas aumentaram ligeiramente, de R$ 162,3 milhões para R$ 162,9 milhões, em decorrência principalmente da combinação do seguinte: (i) crescimento das despesas com pessoal de R$ 5,1 milhões devido ao reajuste de salários e benefícios anuais; (ii) redução de R$ 2,8 milhões das despesas com contribuições e doações; e (iii) queda de R$ 1,8 milhão da despesa com depreciação e amortização.

6.8. Constituição de Provisões Operacionais

Em 2009, as despesas foram de R$ 30,9 milhões, ou seja, R$ 26,9 milhões superiores às de 2008, que foram de R$ 4,0 milhões. A variação decorre principalmente da combinação dos seguintes fatores: (i) provisão para contingências cíveis de R$ 30,4 milhões relativa substancialmente ao pleito de revisão de benefícios de aposentadoria pelas fundações de previdência privada patrocinadas pela Companhia; (ii) complemento da provisão anual para benefício pós-emprego de R$ 20,4 milhões; e (iii) reversão de provisão para contingências trabalhistas e fiscais de R$ 23,3 milhões devido a trânsito em julgado favorável e acordos realizados em ações judiciais.

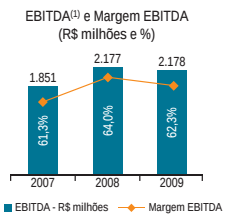
6.9. Recuperação de PIS e Cofins e Ganhos em Ações Judiciais

No exercício de 2008, a Companhia reconheceu receita não recorrente de R$ 76,4 milhões relativa à recuperação de PIS e Cofins recolhidos indevidamente em períodos anteriores. Este montante refere-se, substancialmente, aos referidos impostos pagos sobre os valores relativos à recuperação do consumo dos combustíveis fósseis adquiridos com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que, de acordo com a orientação contida em despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a partir de novembro de 2005 deixaram de ser reconhecidos como receita operacional e passaram a ser contabilizados em conta retificadora de custo da produção de energia elétrica. Já no exercício de 2009, a Companhia registrou ganho não recorrente de R$ 8,4 milhões resultante de acordo judicial relativo à rescisão do contrato de construção da usina de biomassa São João.

6.10. EBITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos acima mencionados, o EBITDA foi de R$ 2.177,7 milhões no exercício de 2009, ligeiramente superior ao registrado no ano de 2008, que foi de R$ 2.176,6 milhões. A margem EBITDA em 2009 alcançou 62,3%, enquanto a de 2008 foi de 64,0%.

EBITDA[1] e Margem EBITDA (R$ milhões e %)



(1) EBITDA representa: lucro operacional + resultado financeiro + depreciação e amortização.

A fim de possibilitar a reconciliação do resultado operacional com o EBITDA, apresentamos a tabela abaixo:

(Valores em R$ mil)	2007	2008	2009	Variação 09/08
Resultado Operacional	1.485.338	1.589.520	1.598.011	0,5%
(+/–) Resultado Financeiro	129.482	320.676	239.789	(25,2%)
(+) Depreciação e Amortização	235.866	266.381	339.912	27,6%
EBITDA	**1.850.686**	**2.176.577**	**2.177.712**	**0,1%**

6.11. Resultado Financeiro

6.11.1. Receitas Financeiras

No acumulado de 2009, as receitas financeiras foram de R$ 86,9 milhões, R$ 36,3 milhões inferiores às de 2008, que foram de R$ 123,1 milhões, em função substancialmente do que segue: (i) queda de R$ 23,2 milhões na renda de aplicações financeiras devido à menor taxa de juros do mercado em 2009, um estímulo ao aumento de consumo para mitigar os reflexos da crise mundial; (ii) decréscimo da variação monetária sobre depósitos vinculados a litígios, no valor de R$ 4,3 milhões, em razão basicamente da menor taxa Selic entre os períodos comparados; e (iii) redução de R$ 8,8 milhões na variação monetária sobre contas a receber de longo prazo, em virtude da suspensão da atualização dos valores a receber.

6.11.2. Despesas Financeiras

No exercício de 2009, as despesas financeiras caíram R$ 117,1 milhões, passando de R$ 443,8 milhões em 2008 para R$ 326,7 milhões em 2009 em razão, principalmente, da combinação dos efeitos a seguir descritos: (i) ganho cambial não realizado de R$ 157,9 milhões sobre os empréstimos e financiamentos resultante da desvalorização do dólar e do euro frente ao real; (ii) acréscimo de R$ 92,6 milhões nos encargos de dívida, em decorrência essencialmente dos encargos sobre as dívidas das empresas adquiridas ou que entraram em operação durante e após 2008, no valor de R$ 54,4 milhões, e sobre a 3ª e 4ª emissão de debêntures, no montante de R$ 50,1 milhões, e da redução de R$ 8,7 milhões dos encargos das notas promissórias quitadas em 2009; (iii) queda de R$ 76,8 milhões na variação monetária de dívidas, devido, principalmente, à menor variação do IGP-M e do IPCA em 2009 em relação a 2008; e (iv) perda de R$ 18,6 milhões na remuneração do Bônus do Tesouro dos Estados Unidos garantidores do empréstimo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

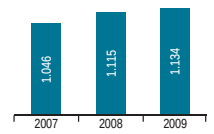
6.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa recuou de R$ 474,4 milhões em 2008 para R$ 463,7 milhões em 2009, valores correspondentes a, respectivamente, 29,8% e 29,0% do lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social.

6.13. Lucro Líquido

No exercício de 2009, o lucro líquido atingiu R$ 1.134,4 milhões, 1,7% superior ao do ano anterior, que foi de R$ 1.115,2 milhões, e representou R$ 1,737895 por ação. Excluindo-se os efeitos, líquidos de impostos, da indenização não recorrente reconhecida em 2009 em decorrência da rescisão do contrato de construção da usina de biomassa São João, de R$ 5,5 milhões, e da receita também não recorrente de R$ 50,4 milhões reconhecida em 2008 relativa à recuperação do PIS e Cofins recolhidos indevidamente em anos anteriores, o lucro líquido do ano em análise seria superior em 6,0% em relação ao do exercício anterior.

Lucro Líquido (R$ milhões)



Do lucro líquido apurado no exercício, a Companhia distribuiu a seus acionistas R$ 623,9 milhões sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, o que representou um *payout* de 55,0%.

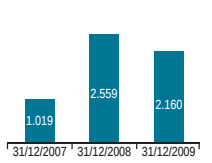
6.14. Endividamento

Em 31 de dezembro de 2009, a dívida líquida (dívida total menos caixa e equivalentes) da Companhia era de R$ 2.160,0 milhões, 15,6% inferior aos R$ 2.558,6 milhões registrados em 31 de dezembro de 2008, devido ao maior volume de recursos aplicados ao final de 2009 oriundos do saque de R$ 400,0 milhões da 4ª emissão de debêntures comentadas a seguir.

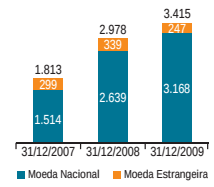
A dívida bruta total consolidada, representada principalmente por empréstimos, debêntures e financiamentos, totalizava R$ 3.414,6 milhões em 31 de dezembro de 2009, um incremento de 14,6% comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2008. Do total da dívida no final do período, 7,2% eram em moeda estrangeira (11,4% ao final de 2008), parcela que não estava sujeita a instrumentos de *hedge*.

O acréscimo do endividamento da Tractebel Energia está relacionado, principalmente, à combinação dos seguintes fatores: (i) saque junto ao BNDES e seus agentes financeiros no valor total acumulado de R$ 96,3 milhões entre os períodos, para fazer frente aos investimentos na Usina Hidrelétrica São Salvador, PCH Areia Branca e Usina Eólica Pedra do Sal (Pedra do Sal quitou o empréstimo ponte com o ABN Amro Real com aporte do BNDES); (ii) terceira emissão de debêntures de R$ 600,0 milhões, realizada no 2T09, cujo valor foi utilizado para quitar as notas promissórias da quarta emissão no valor de R$ 300,0 milhões, realizada em fevereiro de 2009, e parte dos R$ 400,0 milhões referentes às notas promissórias da terceira emissão, realizada em 20 de maio de 2008 e com vencimento em 15 de maio de 2009; (iii) quarta emissão de R$ 400,0 milhões em debêntures, realizada no 4T09, cujo valor destinou-se à aquisição da SUEZ Energia Renovável (SER), à redução de custos e alongamento de dívidas, bem como ao reforço do capital de giro para a condução dos negócios da Companhia; (iv) variação cambial positiva de R$ 77,7 milhões; e (v) a combinação de geração de encargos com amortizações de empréstimos e financiamentos em 2009, resultando em um valor líquido de R$ 182,9 milhões, em amortizações no período.

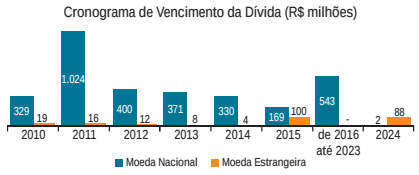
Evolução da Dívida Líquida (R$ milhões)



Composição da Dívida Bruta (R$ milhões)



Cronograma de Vencimento da Dívida (R$ milhões)



7. INVESTIMENTOS

7.1. Manutenção, Revitalização e Ampliação do Parque Gerador

Em 2009, foram aplicados R$ 198,2 milhões nas construções da Usina Hidrelétrica São Salvador, da Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca, da Usina Eólica Pedra do Sal e da Usina Termelétrica Destilaria Andrade.

Além disso, foram investidos R$ 3,5 milhões no projeto da Usina Termelétrica Seival e R$ 3,0 milhões na aquisição de projetos de geração de energia eólica.

Outros R$ 118,9 milhões foram direcionados em 2009 aos projetos de manutenção e revitalização de suas usinas.

Desta forma, em 2009 os investimentos totalizaram R$ 323,6 milhões, valor 78,3% inferior aos R$ 1.488,9 milhões referentes ao ano anterior, devido à elevada soma de recursos investidos em 2008 na aquisição de seis usinas.

A previsão dos investimentos em manutenção e aqueles já comprometidos com a UHE São Salvador e os projetos UTE Destilaria Andrade, PCH Areia Branca e UHE Estreito totaliza R$ 2.211,7 milhões em 2010, R$ 178,2 milhões em 2011 e R$ 113,0 milhões em 2012.

7.2. Pesquisa e Desenvolvimento

Como forma de buscar soluções sustentáveis para suas operações e interagir com as instituições e fundações de ensino e pesquisa locais, a Tractebel Energia desenvolve seu programa anual de pesquisa e desenvolvimento, conforme determinação da Aneel.

Como forma de buscar soluções sustentáveis para suas operações e interagir com as instituições e fundações de ensino e pesquisa locais, a Tractebel Energia desenvolve seu programa anual de pesquisa e desenvolvimento, conforme determinação da Aneel. Em 2009, foram investidos R$ 41,4 milhões entre diversos projetos e recolhimentos ao Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Os projetos abrangem, principalmente, as seguintes áreas de criação e investimento:

- fontes alternativas de geração de energia elétrica;
- geração termelétrica;
- gestão de bacias e reservatórios;
- meio ambiente;
- eficiência energética;
- operação de sistemas de energia elétrica; e
- supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica.

Além disso, a Companhia investe continuamente em melhorias em tecnologia, com ênfase em seu parque gerador e sistemas informatizados, ciente de que o desenvolvimento científico e tecnológico é essencial à manutenção do alto padrão de qualidade dos seus serviços.

Informações sobre como participar do Programa, legislação envolvida, projetos realizados e em andamento, prêmios recebidos, entre outras, podem ser obtidas no website da Companhia, www.tractebelenergia.com.br, no link Pesquisa e Desenvolvimento.

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A conduta dos negócios da Companhia segue as melhores práticas de governança corporativa e o compromisso com a prestação de contas e com a transparência da gestão. As ações da Tractebel Energia são negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, segmento composto por ações de companhias que adotam práticas de governança corporativa adicionais às exigidas pela legislação brasileira.

Sua estrutura de controle interno foi adequada aos regulamentos da Sarbanes-Oxley (SOX), lei norte-americana voltada às companhias de capital aberto que visa à criação de mecanismos confiáveis de auditoria e segurança das informações para garantir a veracidade do conteúdo dos relatórios financeiros.

O Conselho de Administração da Companhia é composto por nove membros efetivos, sendo um Presidente, um Vice-Presidente, um representante dos empregados e dois membros independentes. A Diretoria Executiva possui sete membros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandatos de três anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho Fiscal, por sua vez, é um órgão não permanente, sendo instalado a pedido dos acionistas. Atualmente é formado por três membros e três suplentes, eleitos em maio de 2009, com mandato de um ano.

A Tractebel Energia conta ainda com órgãos de apoio, que contribuem em áreas específicas do negócio para executar suas atividades de forma eficiente e sustentável. Sua estrutura é formada por oito comitês, cujas ações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração, sendo eles os Comitês de Energia, de Gerenciamento de Risco, Financeiro, de Planejamento Tributário, de Ética, de Inovação, de Sustentabilidade e Estratégico.

Continua...

VEC – 6COL X 52CM – PÁG. 2
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: VEC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
petran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_VEC.indd 2 16/3/2010 16:47:14

...Continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2009

8.1. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária da Companhia tem direito de:

- voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária;
- de receber dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado, conforme previsto na política de dividendos que, adicionalmente, declara intenção de pagar em cada ano calendário dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em valor não inferior a 55% do lucro líquido ajustado em distribuições semestrais;
- de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social;
- de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição; e
- de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com o regulamento do Novo Mercado, as ações ordinárias podem ser incluídas em oferta pública de ações, em decorrência da alienação do controle da Companhia, recebendo, no mínimo, 100% do preço pago por ação ordinária do bloco de controle. Além disso, a Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

8.2. Política de Divulgação de Informações

A Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Ações da Tractebel Energia atende às regras de transparência e às exigências dos órgãos reguladores do mercado financeiro, como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a BM&FBovespa. A Companhia divulga fatos relevantes conforme a Instrução nº 358/02 da CVM, que exige a disponibilização de dados sobre seus negócios, de forma a dar aos investidores tempo hábil para a tomada de decisão. As divulgações dos resultados trimestrais, dos fatos relevantes, *release* de resultados, dos relatórios anuais, dos documentos arquivados na CVM, das políticas e práticas da Companhia e outras informações institucionais estão disponíveis no website de Relações com Investidores (www.tractebelenergia.com.br).

8.3. Código de Ética

A conduta de todos os empregados e parceiros da Companhia é pautada pelo seu Código de Ética, atualmente em sua segunda versão, que reafirma os valores corporativos, esclarece questões de comportamento ético e define princípios a serem observados no relacionamento com os públicos com os quais a Companhia interage. O Comitê de Ética da Tractebel Energia desenvolve constantemente ações de formação e conscientização, a fim de garantir o conhecimento adequado do Código de Ética ao público em geral e, principalmente, aos empregados.

Alinhado aos valores e princípios da GDF SUEZ, o documento é distribuído a todos os empregados, disseminado na Intranet e está disponível no website da Companhia (www.tractebelenergia.com.br).

8.4. Regimento Interno do Conselho de Administração

Há dois anos a Tractebel Energia elaborou e implantou, com base em documento similar utilizado por seu controlador, o Regimento Interno do Conselho de Administração. O documento visa assegurar a eficácia da contribuição de cada Conselheiro, em linha com os padrões de valores, ética e integridade independentes que se espera que eles venham a observar. O documento está disponível no site da Companhia (www.tractebelenergia.com.br), na seção "Governança Corporativa" sob o item "Códigos e Políticas".

9. MERCADO DE CAPITAIS

A Tractebel Energia possui ações ordinárias negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa sob o código TBLE3. Suas ações integram o Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG), o Índice de Energia Elétrica (IEE) e, desde o início da carteira, em 2005, suas ações foram selecionadas, pelo quinto ano consecutivo, a compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

A Companhia negocia ainda ADRs (*American Depositary Receipts*) Nível 1 no mercado de balcão norte-americano *Over-The-Counter* (OTC) sob o código TBLEY, sendo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

O ano de 2009 começou marcado pelo agravamento da crise econômica internacional iniciada em 2008, que atingiu o setor bancário e os mercados monetário e de capitais, que sofreram quedas significativas. A economia brasileira, também impactada pela crise, porém em menor grau que as economias norte-americana e da Zona do Euro, apenas no segundo semestre voltou a apresentar sinais de crescimento.

Neste cenário, o Ibovespa se recuperou e encerrou 2009 com alta de 82,7%, superando o declínio de 41,2% do ano anterior, acompanhado da valorização de 59,1% do Índice do Setor Elétrico (IEE), que em 2008 havia apresentado queda de 11,6%. As ações da Tractebel Energia encerraram o ano em alta de 16,1%.

Os papéis da Companhia registraram presença em 100% dos pregões da BM&FBovespa em 2009, sendo que o volume médio diário de negociação foi de R$ 13,6 milhões no período.

9.1. Relações com Investidores

O departamento de Relações com Investidores é responsável pelo atendimento aos acionistas, investidores e potenciais investidores e pela divulgação de informações sobre o desempenho da Companhia por meio de eventos, como o da Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capitais (Apimec), bem como por teleconferências e visitas às centrais geradoras, por meio do programa Por Dentro da Tractebel. Adicionalmente, participa constantemente de conferências e seminários dos principais bancos de investimento e corretoras, promovendo assim o acesso necessário do público investidor às informações da Companhia. Os canais de contato com os investidores e analistas de mercado são o website de relações com investidores, o telefone do departamento (48 3221-7221) e as reuniões diretas.

10. RECURSOS HUMANOS

A Tractebel Energia estrutura e implanta suas políticas de recursos humanos com o objetivo de nortear a atuação da Companhia na busca de um ambiente de trabalho ético, justo e responsável que garanta condições de desempenho, desenvolvimento e reconhecimento aos empregados.

Para manter essa estrutura, tendo como base a valorização do ser humano, e sustentar sua estratégia de negócio, a Companhia investe continuamente no desenvolvimento de programas de comunicação que fortalecem atitudes e comportamentos alinhados à cultura organizacional.

A cada dois anos, a Tractebel Energia avalia o desempenho da gestão de recursos humanos com o objetivo de estreitar a relação de confiança entre os empregados e a Companhia. Em 2009, ano em que foi realizada a última pesquisa de clima, os resultados da pesquisa de clima revelaram um índice de satisfação com o ambiente de trabalho de 70%, aumento de 11 p.p. desde o início do processo. Esse índice está acima da média do mercado geral e do setor elétrico, que registram 60% de satisfação.

Para suprir sua necessidade de profissionais especializados e qualificados, demandados pelos serviços oferecidos, a Companhia desenvolve o Programa de Sucessão, que objetiva a manutenção do corpo funcional sempre atualizado e qualificado, a contratação de novos empregados e a condução de um programa de desligamento voluntário vinculado à preparação de sucessores, com datas de saída programadas pela Companhia.

Em 2009 foram 82 admitidos e 33 desligados, compondo um quadro de empregados, ao final do período, de 990 empregados, sendo 861 homens e 129 mulheres. Desse total, 38% dos empregados têm formação universitária e 44% o segundo grau técnico.

A Tractebel Energia possui Acordos Coletivos de Trabalho assinados com sindicatos que representam seus empregados, em conformidade com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que incluem temas como reajuste salarial, planos de previdência e benefícios, segurança e saúde, equipamentos de proteção, treinamento e educação aos socorristas e às Comissões Internas de Prevenção a Acidentes (CIPAs).

10.1. Saúde e Segurança

Todas as operações da Companhia são conduzidas levando em conta práticas e programas voltados à saúde e segurança no trabalho tanto para os empregados próprios quanto para os de empresas de serviços terceirizados.

Em 2009, a Tractebel Energia atingiu todas as metas estabelecidas de saúde e segurança no trabalho, inclusive a de nenhum acidente fatal. A taxa de frequência foi de 3,3 e a taxa de gravidade de 0,078 para um total de 5.102.753 horas trabalhadas no ano por empregados próprios e de empresas prestadoras de serviços.

A Companhia busca constantemente aprimorar sua política de saúde e segurança, além de buscar conscientizar os empregados para a melhoria desses índices. Anualmente, é realizado um check-up médico para todos os empregados, que, além disso, possuem um plano individual de saúde que estabelece metas associadas, por exemplo, a peso e nível de colesterol, com base nos resultados dos exames.

10.2. Benefícios

São oferecidos a todos os empregados e seus dependentes um auxílio à recuperação da saúde, que cobre as áreas médica, odontológica, farmacêutica e psicológica, fonoaudiológica e nutricional. Além disso, a Tractebel Energia oferece seguro de vida em grupo, cobertura para incapacidade e invalidez, licença maternidade e paternidade, auxílio creche às empregadas, alimentação e vale transporte, previdência privada e auxílio no atendimento aos portadores de necessidades especiais.

O plano de previdência privada da Tractebel Energia é administrado pela PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar, constituído por 50% de contribuição dos empregados e 50% da Companhia, e tem a participação de 99,0% dos empregados, em sua grande maioria em plano de contribuição definida.

A Companhia também patrocina 2.167 ex-empregados aposentados, que são de sua responsabilidade, e que optaram por não fazer parte do plano da Tractebel Energia na PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar, e fazem parte da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS).

Em 2009, o total de recursos repassados pela Companhia para os fundos de pensão foi de R$ 48,6 milhões.

10.3. Treinamento e Desenvolvimento

Com o objetivo de sempre proporcionar oportunidades de desenvolvimento e qualificação aos seus empregados, a Companhia possui um programa de treinamento e desenvolvimento e oferece auxílio à formação educacional em diferentes níveis acadêmicos. Em 2009, a média de treinamento por empregado foi de 81,4 horas/empregado e mais de R$ 137 mil foram oferecidos em bolsas de formação educacional.

Desde 2000, a Tractebel Energia promove o Programa de *Trainees* para identificar, desenvolver, qualificar e investir em novos talentos. O programa já formou 80 profissionais, dos quais 59 permanecem em diversas áreas da Companhia.

10.4. Remuneração e Participação nos Resultados

A Tractebel Energia adota a equidade salarial entre gêneros e etnias. Alinhada às práticas de mercado, a remuneração fixa dos empregados da Companhia é monitorada por meio de pesquisas salariais periódicas.

Os empregados recebem ainda uma participação anual nos resultados, proporcional à remuneração e ao desempenho individual e alcance das metas previamente estabelecidas. Em 2009, foram distribuídos aos empregados R$ 14,6 milhões como participação nos resultados do exercício anterior.

10.5. Balanço Social

Tractebel Energia - Consolidado	2009	2008
1. BASE DE CÁLCULO	**R$ mil**	**R$ mil**
1.1 - Receita Líquida	3.496.677	3.400.250
1.2 - Resultado Operacional	1.598.011	1.589.520
1.3 - Folha de Pagamento Bruta	97.220	93.011

2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R$ mil	% sobre a Folha de Pagamento Bruta	% sobre a Receita Líquida	R$ mil	% sobre a Folha de Pagamento Bruta	% sobre a Receita Líquida
2.1 - Alimentação	7.960	8,19	0,23	7.191	7,73	0,21
2.2 - Encargos Sociais Compulsórios	31.444	32,34	0,90	29.517	31,73	0,87
2.3 - Previdência Privada	34.934	35,93	1,00	32.745	35,21	0,96
2.4 - Saúde	12.770	13,14	0,37	11.058	11,89	0,33
2.5 - Educação	3.037	3,12	0,09	3.955	4,25	0,12
2.6 - Participação nos Resultados	17.010	17,50	0,49	14.982	16,11	0,44
2.7 - Outros Benefícios	6.496	6,68	0,19	5.377	5,78	0,16
TOTAL (2.1 a 2.7)	**113.651**	**116,90**	**3,27**	**104.825**	**112,70**	**3,09**

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R$ mil	% sobre o Resultado Operacional	% sobre a Receita Líquida	R$ mil	% sobre o Resultado Operacional	% sobre a Receita Líquida
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	827.523	51,78	23,67	840.816	52,90	24,73
3.2 - Contribuição p/ a Sociedade/Investimentos na Cidadania	9.078	0,57	0,26	8.429	0,53	0,25
TOTAL (3.1 a 3.2)	**836.601**	**52,35**	**23,93**	**849.245**	**53,43**	**24,98**

4. INDICADORES AMBIENTAIS	R$ mil	% sobre o Resultado Operacional	% sobre a Receita Líquida	R$ mil	% sobre o Resultado Operacional	% sobre a Receita Líquida
4.1 - Relacionados com a operação da Empresa	13.685	0,86	0,39	11.281	0,71	0,33
4.2 - Relacionados com projetos em curso	53.462	3,35	1,53	38.331	2,41	1,13
TOTAL (4.1 a 4.2)	**67.147**	**4,21**	**1,92**	**49.612**	**3,12**	**1,46**

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	Quantidade	Quantidade
5.1 - Nº de empregados no final do exercício	990	941
5.2 - Nº de admissões durante o exercício	82	61
5.3 - Nº de empregados (as) terceirizados	729	2.235
5.4 - Nº de estagiários (as)	71	61
5.5 - Nº de empregados (as) acima de 45 anos	362	382
5.6 - Nº de mulheres que trabalham na Companhia	129	122
5.7 - % de cargos de chefia ocupados por mulheres	3,70%	3,70%
5.8 - Nº de negros (as) que trabalham na Companhia	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a este indicador.	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a este indicador.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A gestão da Tractebel Energia guia seus negócios sempre compromissada com a excelência de sua operação e responsabilidade de sua atuação. A cultura organizacional e as práticas da Companhia refletem esse compromisso com o equilíbrio entre o crescimento da Companhia e o desenvolvimento sustentável e balanceado das dimensões econômica, social e ambiental de todos os seus públicos.

Essas premissas são aplicadas à gestão socioambiental da Companhia por meio de quatro diretrizes:

- **operacional:** maximizar a geração de energia observando o planejamento do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), preservando as condições ambientais e garantindo a segurança dos aproveitamentos;
- **ambiental:** gerar energia em observância às normas de segurança, ao uso racional dos recursos naturais e à preservação do patrimônio público;
- **patrimonial:** utilizar estritamente as áreas necessárias aos empreendimentos, realocar áreas remanescentes para uso social e ambiental, detectando e impedindo seu uso irregular; e
- **relacionamento com a sociedade:** participar da vida das comunidades localizadas nas áreas de influência dos empreendimentos, procurando identificar e satisfazer suas expectativas, disponibilizando mecanismos de comunicação abertos e permanentes.

Para promover e manter o conceito de desenvolvimento sustentável internamente e conciliar os interesses dos diversos públicos que interagem com a Companhia, a Tractebel Energia conta com um Comitê de Sustentabilidade, que desenvolve o sistema pró-ativo de responsabilidade socioambiental e assegura a transparência das ações e o uso ético dos recursos aplicados.

Como reflexo de seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, a Tractebel Energia foi selecionada em 2009, pelo quinto ano consecutivo, para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, composta por ações de empresas com reconhecido compromisso com práticas de sustentabilidade e que apresentam os melhores desempenhos com relação à eficiência econômica, comunicação e relacionamento com seus públicos de interesse, responsabilidade socioambiental e governança corporativa. A Companhia se mantém no Índice desde sua criação, em 2005.

11.1. Gestão Ambiental

A gestão ambiental da Companhia está amparada na utilização de programas e outras ferramentas que permitem identificar e administrar os impactos gerados e, assim, minimizá-los por meio de melhorias operacionais e de controle dos riscos.

Para isso, as operações são realizadas em conformidade com o Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Meio Ambiente, que mantém mecanismos e procedimentos operacionais adequados a cada uma das usinas, levando em conta as especificidades das atividades envolvidas e as características socioambientais de cada região.

Nas hidrelétricas, por exemplo, são desenvolvidas ações para mitigar ou compensar os impactos decorrentes da implantação e da operação dos reservatórios das usinas. Nas termelétricas, por sua vez, o foco está no controle da qualidade do ar, do volume e da qualidade dos efluentes líquidos e dos resíduos sólidos, e no uso racional de recursos naturais.

Além disto, todas as operações da Companhia encontram-se alinhadas com seu Código de Ética e com seu Código de Meio Ambiente, atendendo às expectativas de seu público de interesse, sobretudo, os órgãos ambientais competentes.

As usinas de geração de energia operadas pela Tractebel Energia possuem as certificações internacionais NBR ISO 9001:2000 e NBR ISO 14001:2004 (com exceção da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, das PCHs Rondonópolis e José Gelazio da Rocha e das usinas eólicas Beberibe e Pedra do Sal, que passaram a integrar os ativos da Companhia a partir de 2008) e estarão sendo submetidas à auditoria de certificação segundo os requisitos da NBR 16001 (Responsabilidade Social) e OHSAS 18001 (Saúde e Segurança Ocupacional) no final de 2010.

A Unidade de Co-geração Lages é oficialmente registrada junto ao Comitê Executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, como atividade que atende aos requisitos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e está habilitada a gerar créditos de carbono, conforme estabelecido pelo Protocolo de Kyoto, e comercializá-los pela empresa Lages Bioenergética Ltda.

As emissões de gases que a operação da usina evita são reconhecidas globalmente como créditos de carbono, que podem ser comercializados. Esses créditos são obtidos pela usina ao gerar energia a partir de resíduos da indústria madeireira da região, pois a emissão do gás metano que seria liberado com a decomposição natural da madeira contribuiria mais intensamente para o efeito estufa do que os gases resultantes do processo de combustão da mesma, em especial, o gás carbônico (CO_2).

Até 2009, 1,2 milhão de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) já haviam sido vendidas. Em 2006 e 2008, respectivamente, 190 mil e 270 mil RCEs foram vendidas no mercado de Créditos de Carbono. No ano de 2009, 750 mil RCEs foram vendidas ao *Prototype Carbon Fund* (PCF). Essa última venda deve ser entregue em parcelas anuais de 88 mil toneladas até 2013, com a última parcela, de 134 mil toneladas, a ser repassada em 2014. O PCF é o fundo para compra de créditos de carbono administrado pelo Banco Mundial e o volume da compra representa 40% do total de RCEs a serem emitidas futuramente.

11.2. Gestão Social

Buscando gerar valor e desenvolvimento para as comunidades do entorno de suas usinas, a política de responsabilidade social da Companhia guia as ações em três grandes áreas: programas sociais, programas ambientais e programas culturais.

Nos três programas, são desenvolvidos e apoiados projetos e atividades nas áreas de educação, voluntariado, cidadania, desenvolvimento cultural, conscientização, melhoria e educação ambiental, geração de emprego e renda e inserção no mercado de trabalho.

Além disso, desde o início do projeto de construção de seus empreendimentos, a Companhia realiza estudos de impacto socioambiental nas comunidades locais. Os estudos levantam aspectos da fauna e flora, cultura e história da comunidade e, com base nisso, propõem programas mitigadores de impacto, de modo a possibilitar a melhoria na qualidade de vida das populações atingidas, preservando o meio ambiente, resgatando sua identidade e a memória dos habitantes e construindo um lago na área do reservatório que fomente o turismo e, consequentemente, o desenvolvimento do comércio local.

Na implantação das usinas também são promovidas reuniões com representantes das comunidades, que ajudam na compreensão das características presentes nas construções locais, facilitando a realização de benfeitorias, entendidas como medidas compensatórias, que abrangem aspectos que vão além dos exigidos por lei.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme o disposto no Artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03, a Tractebel Energia informa que os auditores independentes da Companhia e de suas controladas, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2009.

13. AGRADECIMENTOS

A Tractebel Energia agradece a todos seus empregados, clientes, fornecedores, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia em 2009.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

ATIVO	Nota	Controladora 2009	Controladora 2008	Consolidado 2009	Consolidado 2008
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.093.839	318.620	1.254.640	420.005
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	354.676	371.041	435.292	387.579
Dividendos a receber de controladas		12.347	9.000	-	-
Alienação de bens e direitos	11	-	17.448	-	17.448
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	15.255	17.069	72.920	27.035
Estoques	7	39.419	57.749	44.652	58.788
Cauções e depósitos vinculados	8	31.491	-	33.511	1.414
Ativo fiscal diferido	9	15.310	13.642	15.896	14.488
Outros		34.477	34.463	31.870	31.480
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**1.596.814**	**839.032**	**1.888.781**	**958.237**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	27.861	22.613	74.482	106.682
Cauções e depósitos vinculados	8	-	-	63.738	25.162
Depósitos judiciais	22	167.649	159.906	168.427	161.005
Alienação de bens e direitos	11	86.886	68.469	86.886	68.469
Ativo fiscal diferido	9	211.059	201.673	223.265	208.431
Partes relacionadas	33	35.654	6.300	-	-
Outros		4.888	1.613	21.685	18.040
		533.997	**460.574**	**638.483**	**587.789**
Investimentos	12	**2.012.093**	**1.604.629**	**33.783**	**30.812**
Imobilizado	13	**3.310.823**	**3.414.337**	**6.978.033**	**6.638.263**
Intangível	14	**18.238**	**19.840**	**115.062**	**126.715**
		5.341.154	**5.038.806**	**7.126.878**	**6.795.790**
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**5.875.151**	**5.499.380**	**7.765.361**	**7.383.579**
TOTAL		**7.471.965**	**6.338.412**	**9.654.142**	**8.341.816**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora 2009	Controladora 2008	Consolidado 2009	Consolidado 2008
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	16	171.019	149.029	246.117	212.367
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27	251.422	154.497	251.422	154.497
Empréstimos e financiamentos	17	67.954	512.519	221.346	671.913
Debêntures	18	117.340	50.111	126.407	60.591
Tributos e contribuições sociais	19	381.416	370.548	411.616	404.108
Obrigações trabalhistas	20	40.708	36.559	41.233	37.759
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	21	43.061	55.037	48.112	60.270
Provisão para contingências	22	12.580	10.140	12.677	10.262
Concessões a pagar	23	1.857	1.873	37.419	2.343
Benefícios pós-emprego	24	25.478	21.642	25.478	21.642
Partes relacionadas	33	-	-	-	221.306
Outros		41.846	42.748	66.514	55.376
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**1.154.681**	**1.404.703**	**1.488.341**	**1.912.434**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	17	276.776	403.363	1.465.106	1.580.325
Debêntures	18	1.577.213	632.984	1.601.783	665.744
Obrigações trabalhistas	20	4.547	5.648	4.547	5.648
Provisões para contingências	22	71.017	71.512	78.536	75.750
Concessões a pagar	23	307.432	285.782	920.055	556.683
Benefícios pós-emprego	24	358.952	321.800	358.952	321.800
Passivo fiscal diferido	25	36.535	36.535	47.146	38.135
Outros		3.545	5.297	8.409	14.509
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**2.636.017**	**1.762.921**	**4.484.534**	**3.258.594**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	26	2.445.766	2.445.766	2.445.766	2.445.766
Reservas de capital	26	91.695	91.695	91.695	91.695
Reservas de lucros	26	1.143.806	633.327	1.143.806	633.327
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.681.267**	**3.170.788**	**3.681.267**	**3.170.788**
TOTAL		**7.471.965**	**6.338.412**	**9.654.142**	**8.341.816**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Continua...

VEC – 6COL X 52CM – PÁG. 3
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: VEC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pelran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_VEC.indd 3 16/3/2010 16:47:18

...Continuação

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora 2009	Controladora 2008	Consolidado 2009	Consolidado 2008
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Suprimento de energia elétrica		2.746.652	2.361.026	2.828.342	2.383.081
Fornecimento de energia elétrica		232.785	383.042	878.846	1.059.455
Transações no âmbito da CCEE		58.696	285.520	65.075	295.971
Exportação de energia elétrica		60.661	34.395	60.661	34.395
Outras receitas		21.147	23.931	53.395	20.421
		3.119.941	**3.087.914**	**3.886.319**	**3.793.323**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL					
PIS e Cofins		(230.570)	(194.057)	(294.039)	(261.355)
ICMS		(39.870)	(68.308)	(66.491)	(103.515)
ISS		(395)	(357)	(464)	(373)
Pesquisa e desenvolvimento		(25.812)	(25.350)	(28.648)	(27.830)
		(296.647)	**(288.072)**	**(389.642)**	**(393.073)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**2.823.294**	**2.799.842**	**3.496.677**	**3.400.250**
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS					
Energia elétrica comprada para revenda		(199.914)	(166.619)	(392.099)	(445.773)
Transações no âmbito da CCEE		(121.881)	(40.988)	(123.945)	(44.909)
Encargos de uso de rede elétrica e conexão		(217.027)	(205.160)	(263.029)	(235.556)
Custo de produção de energia elétrica	28	(512.471)	(558.923)	(674.146)	(650.948)
Custo dos serviços prestados	28	(10.114)	(11.077)	(10.114)	(11.077)
		(1.061.407)	**(982.767)**	**(1.463.333)**	**(1.388.263)**
LUCRO BRUTO		**1.761.887**	**1.817.075**	**2.033.344**	**2.011.987**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	28	(12.565)	(11.467)	(14.831)	(14.527)
Despesas gerais e administrativas	28	(150.001)	(145.517)	(162.896)	(162.319)
(Constituição) reversão de provisões operacionais, líquida	29	(22.196)	813	(30.894)	(3.094)
Recuperação de PIS e Cofins	30	-	76.431	-	76.431
Ganhos em ações judiciais		8.392	2.595	8.392	2.595
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		4.858	(937)	4.685	(877)
		(171.512)	**(78.082)**	**(195.544)**	**(101.791)**
Resultado do serviço		**1.590.375**	**1.738.993**	**1.837.800**	**1.910.196**
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	12	104.553	54.698	-	-
Amortização de ágio	12	(2.710)	(3.031)	-	-
		101.843	**51.667**	**-**	**-**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	31	69.768	110.095	86.883	123.136
Despesas financeiras	31	(205.598)	(345.453)	(326.672)	(443.812)
		(135.830)	**(235.358)**	**(239.789)**	**(320.676)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		**1.556.388**	**1.555.302**	**1.598.011**	**1.589.520**
Imposto de renda	10	(307.567)	(320.542)	(336.668)	(346.923)
Contribuição social	10	(114.423)	(119.607)	(126.945)	(127.444)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.134.398**	**1.115.153**	**1.134.398**	**1.115.153**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM R$		**1,74**	**1,71**	**-**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora 2009	Controladora 2008	Consolidado 2009	Consolidado 2008
Atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		1.134.398	1.115.153	1.134.398	1.115.153
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:					
Depreciação e amortização	28	217.166	208.375	339.912	266.383
Resultado de participação societária	12	(101.843)	(51.667)	-	-
Variação monetária e cambial, líquida		(82.542)	127.142	(82.364)	154.662
Juros líquidos		62.339	80.672	146.311	147.461
Constituição (reversão) de provisões operacionais, líquida		35.970	(21.940)	46.098	(18.112)
Recuperação de PIS e Cofins	30	-	(76.431)	-	(76.431)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(11.053)	(213)	(5.637)	(4.917)
Outros		(2.986)	1.425	(2.794)	1.450
		1.251.449	**1.382.516**	**1.575.924**	**1.585.649**
Redução (aumento) nos ativos					
Consumidores, concessionárias e permissionárias		16.365	(25.161)	(47.713)	(30.581)
Tributos e contribuições sociais a compensar		1.969	25.363	(5.988)	26.511
Estoques		18.330	(8.273)	14.136	(8.705)
Cauções e depósitos vinculados/judiciais		(18.124)	34.374	(62.798)	59.219
Alienações de bens e direitos		(6.476)	(7.013)	(6.476)	(7.323)
Créditos da conta consumo de combustível (CCC/CDE)		9.494	(10.757)	9.494	(10.757)
Outros		1.564	213	(9.592)	(7.047)
		23.122	**8.746**	**(108.937)**	**21.317**
Aumento (redução) nos passivos					
Fornecedores		21.990	(86.490)	33.749	(63.125)
Tributos e contribuições sociais		(18.149)	140.450	(25.855)	99.452
Obrigações trabalhistas		3.024	6.667	2.345	4.742
Provisão para contingências		(9.524)	(8.767)	(9.519)	(7.235)
Benefícios pós-emprego		(40.250)	(31.390)	(40.250)	(31.390)
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento		(11.976)	9.992	(12.158)	11.302
Outros		(7.354)	1.496	937	16.947
		(62.239)	**31.958**	**(50.751)**	**30.693**
Recursos provenientes das atividades operacionais		**1.212.332**	**1.423.220**	**1.416.236**	**1.637.659**
Atividades de investimento					
Aumento em investimentos, líquido das disponibilidades	12	(313.040)	(885.312)	(2.971)	(831.451)
Aplicação no imobilizado		(110.238)	(69.923)	(315.563)	(401.700)
Aplicação no intangível	14	(3.603)	(607)	(4.621)	(65.331)
Dividendos recebidos de controladas		4.071	64.402	-	-
Recursos utilizados nas atividades de investimentos		**(422.810)**	**(891.440)**	**(323.155)**	**(1.298.482)**
Atividades de financiamento					
Empréstimos, financiamentos e debêntures		1.299.480	400.000	1.404.796	583.531
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures		(789.897)	(103.476)	(946.795)	(187.011)
Disponibilidades recebidas na incorporação de controlada		-	28.344	-	-
Partes relacionadas		(28.745)	-	(221.306)	-
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio		(495.141)	(1.109.783)	(495.141)	(1.109.783)
Recursos utilizados nas atividades de financiamentos		**(14.303)**	**(784.915)**	**(258.446)**	**(713.263)**
Total dos efeitos no caixa e equivalentes		**775.219**	**(253.135)**	**834.635**	**(374.086)**
Caixa e equivalentes					
Saldo inicial		318.620	571.755	420.005	794.091
Saldo final		1.093.839	318.620	1.254.640	420.005
		775.219	**(253.135)**	**834.635**	**(374.086)**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA - DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de Lucros – Reserva legal	Reservas de Lucros – Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31.12.2007		**2.445.766**	**91.695**	**249.496**	**29.896**	**-**	**2.816.853**
Efeito dos ajustes da Lei 11.638/07	2	-	-	-	(4.919)	-	**(4.919)**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.115.153	**1.115.153**
Destinação do lucro:							
- reserva legal	26	-	-	55.758	-	(55.758)	**-**
- dividendos e juros sobre o capital próprio - R$ 1,1586484519 por ação	27	-	-	-	-	(756.299)	**(756.299)**
- reserva de retenção de lucros	26	-	-	-	303.096	(303.096)	**-**
SALDOS EM 31.12.2008		**2.445.766**	**91.695**	**305.254**	**328.073**	**-**	**3.170.788**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.134.398	**1.134.398**
Proposta da Administração de destinação do lucro:							
- reserva legal	26	-	-	56.720	-	(56.720)	**-**
- dividendos e juros sobre o capital próprio - R$ 0,9558426155 por ação	27	-	-	-	-	(623.919)	**(623.919)**
- reserva de retenção de lucros	26	-	-	-	453.759	(453.759)	**-**
SALDOS EM 31.12.2009		**2.445.766**	**91.695**	**361.974**	**781.832**	**-**	**3.681.267**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora 2009	Controladora 2008	Consolidado 2009	Consolidado 2008
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Receitas de vendas e serviços		3.119.941	3.087.914	3.886.319	3.793.323
Recuperação de PIS e Cofins	30	-	76.431	-	76.431
Outros		14.078	1.658	13.307	1.718
		3.134.019	**3.166.003**	**3.899.626**	**3.871.472**
(-) Insumos					
Material	28	(21.453)	(21.042)	(23.300)	(22.733)
Serviço de terceiro	28	(97.420)	(98.153)	(119.222)	(111.217)
Combustível para produção de energia	28	(32.547)	(92.456)	(37.582)	(103.968)
Energia elétrica comprada para revenda		(199.914)	(166.619)	(392.099)	(445.773)
Transações no âmbito da CCEE		(121.881)	(40.988)	(123.945)	(44.909)
Encargos de uso de rede elétrica e conexão		(217.027)	(205.160)	(263.029)	(235.556)
Seguros	28	(8.302)	(7.906)	(9.754)	(9.159)
Outros		(50.272)	(24.235)	(59.988)	(33.372)
		(748.816)	**(656.559)**	**(1.028.919)**	**(1.006.687)**
VALOR ADICIONADO BRUTO		**2.385.203**	**2.509.444**	**2.870.707**	**2.864.785**
Depreciação e amortização	28	(217.166)	(208.375)	(339.912)	(266.383)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		**2.168.037**	**2.301.069**	**2.530.795**	**2.598.402**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Receitas financeiras	31	69.768	110.095	86.883	123.136
Resultado de participações societárias	12	101.843	51.667	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		**2.339.648**	**2.462.831**	**2.617.678**	**2.721.538**

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora 2009	Controladora %	Controladora 2008	Controladora %	Consolidado 2009	Consolidado %	Consolidado 2008	Consolidado %
Remuneração:								
Do trabalho								
Remuneração e encargos	96.696	4,13	94.389	3,83	98.761	3,77	97.682	3,59
Benefícios	35.014	1,50	30.731	1,25	35.213	1,35	30.889	1,13
FGTS	7.076	0,30	6.041	0,25	7.286	0,28	6.380	0,23
Participação nos resultados	16.929	0,72	14.905	0,61	17.010	0,65	14.982	0,55
	155.715	**6,65**	**146.066**	**5,94**	**158.270**	**6,05**	**149.933**	**5,50**
Do governo								
Impostos federais	687.701	29,40	663.026	26,92	793.973	30,33	766.468	28,17
Impostos estaduais	40.496	1,73	68.462	2,78	67.522	2,58	103.674	3,81
Impostos municipais	1.014	0,04	820	0,03	1.117	0,04	863	0,03
Encargos setoriais	114.382	4,89	116.088	4,71	134.243	5,13	133.636	4,91
Encargos s/ concessão a pagar	23.498	1,00	42.785	1,74	60.990	2,33	83.371	3,06
	867.091	**37,06**	**891.181**	**36,18**	**1.057.845**	**40,41**	**1.088.012**	**39,98**
Do capital de terceiros								
Encargos e variações monetárias/cambiais	162.904	6,96	292.106	11,86	243.760	9,31	343.427	12,62
Aluguéis	10.236	0,44	11.586	0,47	11.686	0,45	11.961	0,44
Outras despesas financeiras	9.304	0,40	6.739	0,27	11.719	0,45	13.052	0,48
	182.444	**7,80**	**310.431**	**12,60**	**267.165**	**10,21**	**368.440**	**13,54**
Do capital próprio								
Reserva legal	56.720	2,42	55.758	2,26	56.720	2,17	55.758	2,05
Juros sobre o capital próprio	194.000	8,29	176.000	7,15	194.000	7,41	176.000	6,47
Dividendos	429.919	18,37	580.299	23,56	429.919	16,42	580.299	21,32
Reserva de retenção de lucros	453.759	19,41	303.096	12,31	453.759	17,33	303.096	11,14
	1.134.398	**48,49**	**1.115.153**	**45,28**	**1.134.398**	**43,33**	**1.115.153**	**40,98**
	2.339.648	**100,00**	**2.462.831**	**100,00**	**2.617.678**	**100,00**	**2.721.538**	**100,00**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em Florianópolis (SC), e tem como atividade a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Sua capacidade instalada, incluindo a participação nos consórcios Itá e Machadinho, passou a ser de 6.431 MW, com a entrada em operação da UHE São Salvador, dos quais aproximadamente 80% em usinas hidrelétricas, 18% em termelétricas e 2% em energias alternativas. A capacidade de fornecimento de energia elétrica da Companhia, incluindo o contrato de compra de longo prazo firmado com a controlada Itá Energética S.A. (Itasa), é de 6.468 MW.

Para o ano de 2010 a Companhia possui, através de sua controlada Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP), anteriormente denominada Gama Participações Ltda., dois novos projetos em construção, que irão agregar 38 MW em seu parque gerador em 2010.

Os principais eventos societários realizados no ano de 2009 estão sumarizados a seguir:

a) Emissão de títulos e valores mobiliários

No mês de março de 2009 a Companhia realizou a 4ª emissão de notas promissórias no montante de R$ 300.000, através de distribuição pública restritas, as quais foram destinados ao pagamento de dívidas e ao financiamento do capital de giro.

Em abril de 2009 foi efetuada a 3ª emissão de debêntures da Companhia, a 2ª no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição Pública da Companhia, no valor de R$ 600.000, cujos recursos foram utilizados para a liquidação integral das notas promissórias acima mencionadas e o pagamento de parte da dívida representada pelas notas promissórias emitidas em maio de 2008 e vencidas em maio de 2009.

No mês de dezembro de 2009 foi feita a 4ª emissão de debêntures, através de oferta restrita, no montante de R$ 400.000. Esta emissão será destinada à aquisição da SUEZ Energia Renovável (SER), detentora da participação no Consórcio Estreito (vide detalhes a seguir), à redução dos custos e alongamento de dívidas, bem como ao reforço do capital de giro para a condução dos negócios da Companhia.

Maiores informações sobre as referidas emissões estão contidas nas Notas 17 e 18.

b) Aquisição de projetos de geração de energia eólica

A Companhia, através de sua controlada integral TBLP, adquiriu em novembro de 2009, empresas que possuíam projetos de geração de energia eólica no Estado do Ceará, cuja capacidade instalada é de 121,9 MW. Alguns desses projetos foram habilitados no leilão de energia de reserva promovido pela Aneel no mês de dezembro, porém não tiveram sua energia contratada em razão dos baixos preços ofertados pelos concorrentes no leilão. Maiores informações estão descritas na Nota 12.b.2.

c) Aquisição da SUEZ Energia Renovável S.A. (SER)

Em 21.12.2009 a Companhia assinou o Contrato de Compra e Venda da totalidade das ações ordinárias de emissão da SER. A SER possui participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste), criado para a implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito), em construção na divisa entre Tocantins e Maranhão, cuja capacidade instalada é de 1.087 MW. O valor a ser pago pela aquisição será de R$ 604.390 e as principais condições da aquisição podem ser observadas na Nota 38.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, quando aplicável, as regulamentações do órgão regulador Aneel. Os valores apresentados, textos e tabelas, estão expressos em milhares (de reais e outras moedas), exceto onde indicado de maneira diferente.

Adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil

A Companhia está adotando os dispositivos da Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. A referida lei visou, principalmente, a atualização da lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade.

A Companhia está adotando também a Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, a qual introduziu algumas alterações à legislação societária, Lei nº 6.404/76, e instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, pelo qual foi prevista a possibilidade da neutralidade tributária no biênio 2008/2009 sobre os ajustes contábeis decorrentes da adoção das alterações efetuadas pela Lei nº 11.638/07 para as empresas que não aderiram ao RTT. Este regime vigerá até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis.

A data de transição utilizada para a aplicação dos dispositivos da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 foi 01.01.2008, conforme opção constante da Deliberação CVM nº 565/08.

As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil, entretanto, conforme facultado pela referida deliberação da CVM, os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra lucros acumulados na data de transição, sem efeito retrospectivo sobre as demonstrações contábeis.

Os efeitos no patrimônio líquido de 31.12.2008 resultantes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 decorreram da baixa de gastos diferidos, no valor de R$ 6.689 (R$ 4.919 líquido dos efeitos fiscais), no consolidado, que não tiveram como ser reclassificados para o ativo imobilizado ou intangível.

Alterações nas práticas contábeis brasileiras aplicáveis a partir de 2010

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo CPC.

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, 26 novos pronunciamentos técnicos (CPC) e 12 interpretações técnicas (ICPC), conforme relacionados abaixo, haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010 e com aplicação retrospectiva a 2009 para fins de comparabilidade. A Companhia não aplicou os referidos pronunciamentos antecipadamente em 2009, como facultado pela CVM.

As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW médio, potência instalada e número de funcionários entre outros não são examinadas pelos auditores independentes.

Os pronunciamentos e as interpretações técnicas emitidas em 2009 foram os seguintes:

CPC	Título
15	Combinação de negócios
18	Investimento em coligada
19	Participação em empreendimento controlado em conjunto (*Joint Venture*)
20	Custos de empréstimos
21	Demonstração intermediária
22	Informação por segmento
23	Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro
24	Evento subsequente
25	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
26	Apresentação das demonstrações contábeis
27	Ativo imobilizado
30	Receitas
32	Tributos sobre o lucro
33	Benefícios a empregados
36	Demonstrações consolidadas
37	Adoção Inicial das IFRSs
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
43	Adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40

ICPC	Título
01	Contratos de concessão
03	Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil
07	Distribuição de dividendos in natura
08	Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
09	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial
10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo imobilizado e CPC 28 - Propriedade para investimento

A Companhia analisou os respectivos pronunciamentos técnicos e acredita que, exceto quanto à interpretação técnica ICPC 08, cujos efeitos estão mencionados a seguir, os demais pronunciamentos não resultarão em impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

O ICPC 08 prevê que o valor dos dividendos acima do mínimo estabelecido em Lei não aprovado em assembleia não devem ser provisionados, devendo ser apresentados destacado no patrimônio líquido. Caso essa interpretação técnica fosse adotada no exercício findo em 31.12.2009, o passivo circulante estaria apresentado a menor e o patrimônio a maior no montante de R$ 81.913.

Demonstrações contábeis consolidadas

São eliminados os investimentos da investidora no capital das investidas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as companhias consolidadas.

Os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas da Itasa são consolidados na proporção da participação da Companhia em seu Capital Social, por se tratar de controle compartilhado.

Em face da participação da controladora nas demais sociedades controladas ser de 99,99%, não houve efeito da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações contábeis consolidadas. Maiores informações sobre as controladas que foram consolidadas podem ser verificadas na Nota 12.

A autorização para conclusão das Demonstrações Contábeis da Companhia ocorreu no dia 22.02.2010 em reunião da Diretoria Executiva da Companhia.

Reclassificações

Os contratos de *swap* de submercado de energia, a partir de janeiro de 2009, passaram a ser apresentados líquidos na receita bruta. De modo a facilitar a análise entre os períodos comparados, a rubricas "Receita operacional bruta" e "Energia elétrica comprada para revendas" relativas ao ano de 2008, no resultado consolidado, foram reclassificadas, passando de R$ 3.834.117 para R$ 3.793.323 na "Receita operacional bruta" e de R$ 486.567 para R$ 445.773 na "Energia elétrica comprada para revenda".

Os encargos de transmissão, que até o exercício findo em 31.12.2008 vinham sendo registrados no grupo de contas "Despesas com vendas", passaram a ser apresentados no grupo "Custos de energia elétrica e serviços". De forma a manter a consistência entre os anos apresentados de forma comparativa, os valores relativos ao exercício findo em 31.12.2008 foram reclassificados.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros: são classificados em destinados à negociação e mantidos até o vencimento dependendo da finalidade dos referidos instrumentos. Os destinados à negociação são avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado, e os mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. A Companhia não possui instrumentos classificados como disponíveis para venda, os quais seriam avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos na conta de ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável.

b) Caixa e equivalentes de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São classificados como instrumentos financeiros destinados à negociação e estão registrados pelo valor do custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

Continua...

VEC – 6COL X 52CM – PÁG. 4
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: VEC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pelran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_VEC.indd 4 16/3/2010 16:47:19

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

c) Consumidores, concessionárias e permissionárias: são ativos financeiros mantidos até o vencimento, deduzido de provisão para ajuste ao valor de realização, se aplicável.
d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis riscos na realização de créditos a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias e de outros créditos, com base em análise individual dos créditos existentes.
e) Imposto de renda e contribuição social diferidos (Ativo fiscal diferido): são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, vigentes na data do balanço, e são reconhecidos com base nas diferenças temporárias. A segregação entre circulante e não circulante obedece à expectativa de realização dos valores que lhe dão origem. A controlada PPESA possui isenção parcial do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, por estar localizada em área incentivada da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).
f) Estoques: as matéria-primas, os insumos para a produção de energia elétrica e o almoxarifado estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o valor de mercado. Os adiantamentos a fornecedores estão registrados ao custo.
g) Demais ativos: os sujeitos a juros e variação monetária são instrumentos financeiros mantidos até o vencimento atualizados de acordo com as condições contratadas até a data do balanço, e os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. Ambos são reduzidos de provisão para ajuste ao valor de recuperável, quando aplicável.
h) Investimentos: os investimentos em sociedades controladas e controlada em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos são reconhecidos ao custo de aquisição, que não excede o valor de mercado;
i) Imobilizado: é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão das Usinas, quando aplicável, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro (UC) que compõem os empreendimentos. A Companhia entende que as referidas taxas refletem as vidas úteis dos seus ativos imobilizados. As taxas médias anuais de depreciação apuradas pela Companhia e suas controladas estão demonstradas na Nota 13-a.
Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. Até 31.12.1998, foram capitalizados juros sobre o capital próprio vinculado às obras em andamento, em consonância com a legislação específica do setor elétrico.
j) Intangível: os com vida útil definida são registrados pelo custo de aquisição, reduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear. Os com vida útil indefinida, se aplicável, são contabilizados ao custo e não são amortizados. Ambos são submetidos ao teste de imparidade anualmente ou sempre que existam indícios de que o ativo intangível possa ter perdido valor.
k) Avaliação do valor de recuperação dos ativos: a Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis dessas unidades geradoras de caixa ou intangíveis, ou, ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. De acordo com a avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que as suas unidades geradoras de caixa ou intangíveis não serão recuperados com as suas operações futuras.
l) Empréstimos, financiamentos e debêntures: são instrumentos financeiros mantidos até o vencimento e são atualizados pelas taxas de câmbio ou índices contratuais e pelos juros incorridos até a data do balanço patrimonial, deduzidos dos custos incorridos na captação dos recursos (ver Nota 17 e Nota 18).
m) Demais obrigações: são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.
n) Provisão para contingências: são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, cíveis, trabalhistas, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Estas provisões estão sendo apresentadas líquidas dos depósitos judiciais a elas relacionadas. As referidas provisões são atualizadas pelos índices e taxas estabelecidas pelas autoridades fiscais e os honorários de advogados relacionados com tais provisões são registrados.
o) Benefícios pós-emprego: são registrados com base em avaliação atuarial, pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, complementados pelos valores projetados atuarialmente e atualizados mensalmente pelos índices contratuais, no que se refere às obrigações já contratadas (ver Nota 24).
p) Ajuste a valor presente: os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado.
q) Resultado do exercício: as receitas e despesas são registradas com observância do regime de competência dos exercícios.
r) Reconhecimento dos efeitos inflacionários: estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições legais e contratuais. Em conformidade com as disposições da Lei nº 9.249, de 26.12.1995, a partir de janeiro de 1996 foi extinta a sistemática de correção monetária. Desta forma, os valores correspondentes ao ativo permanente e ao patrimônio líquido estão corrigidos somente até 31.12.1995.
s) Uso de estimativas: a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se à vida útil do ativo imobilizado, à avaliação de imparidade de ativos, ao registro das provisões para crédito de liquidação duvidosa, contingências e benefícios pós-emprego, bem como à apresentação do perfil de exigibilidade das mesmas e de realização do respectivo ativo fiscal diferido.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Caixa e depósitos bancários à vista	7.501	8.761	42.522	25.389
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais *(1)*				
Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)	1.085.336	258.434	1.188.297	313.385
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	25.473	-	30.890
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	13.201	-	16.008
	1.085.336	297.108	1.188.297	360.283
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	12.751	-	15.463
	1.085.336	309.859	1.188.297	375.746
Instituições Financeiras *(2)*				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.002	-	2.084	8.373
Operações compromissadas em Debêntures	-	-	21.737	10.497
	1.002	-	23.821	18.870
	1.093.839	**318.620**	**1.254.640**	**420.005**

(1) São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas por uma taxa pré-fixada e estão lastreadas em títulos públicos federais.
(2) Banco Safra, Banco Itaú Unibanco Holding S.A., Banco do Brasil, Banco Votorantim, Banco Bradesco e Caixa Econômica Federal (CEF).

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo e Multimercado, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos. O referido instrumento financeiro está classificado como mantido para negociação, sendo avaliado pelo valor do custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, o qual corresponde ao seu valor justo.
Os fundos exclusivos não possuem obrigações financeiras significativas, estando estas limitadas aos honorários de serviços de administração dos ativos, de execução das transações de investimentos e de auditoria, além de despesas gerais e administrativas.
A política da Companhia define como caixa e equivalentes de caixa, o caixa, os depósitos à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são classificados como destinados à negociação.
A Tractebel Energia S.A. (TBLE) possuía aplicações financeiras em CDB, no valor de R$ 2.603, no Banco Santos, cujo saldo foi integralmente provisionado para perdas em decorrência da falência do banco decretada no ano de 2005.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora				
	2009				2008
	Vincendos	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias		
Circulante					
Concessionárias	187.986	-	-	187.986	179.973
Comercializadoras	106.003	15.406	-	121.409	145.290
Consumidores livres	21.327	166	183	21.676	36.848
Exportação	-	-	740	740	740
Transações no âmbito da CCEE					
- Correntes	14.453	7.874	538	22.865	3.809
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	12.076	122.574	122.574
- Outras	-	-	-	-	4.381
	124.951	7.874	12.614	145.439	130.764
	440.267	**23.446**	**13.537**	**477.250**	**493.615**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(122.574)
	329.769	**23.446**	**1.461**	**354.676**	**371.041**

Os valores a receber de comercializadoras vencidos até 90 dias correspondem a faturas pendentes de recebimento da controlada integral Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC), as quais foram integralmente quitadas no mês de janeiro de 2010.

	Consolidado				
	2009				2008
	Vincendos	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias		
Circulante					
Concessionárias	251.120	-	-	251.120	212.305
Comercializadoras	62.733	-	-	62.733	62.298
Consumidores livres	92.074	2.677	183	94.934	101.125
Exportação	-	-	740	740	740
Transações no âmbito do CCEE					
- Correntes	15.277	8.078	542	23.897	4.862
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	13.944	124.442	124.442
- Outras	-	-	-	-	4.381
	125.775	8.078	14.486	148.339	133.685
	531.702	**10.755**	**15.409**	**557.866**	**510.153**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(122.574)
	421.204	**10.755**	**3.333**	**435.292**	**387.579**

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 25 dias da data de competência do faturamento.

Agentes com ações judiciais ou inadimplentes
A provisão para devedores duvidosos sobre os valores vincendos foi constituída em virtude de incertezas quanto à realização de créditos decorrentes de transações ocorridas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), atualmente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cujos agentes devedores ingressaram com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico.
Os valores vencidos há mais de 90 dias, identificados com "Agentes com ações judiciais ou inadimplentes", referem-se, substancialmente, a transações no âmbito do MAE, relativos a débitos de agentes inadimplentes na 1ª liquidação do MAE, realizada em 30.12.2002. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas de recebimento do referido crédito, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R$ 12.076, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Circulante				
ICMS	7.189	15.973	8.973	16.027
Imposto de renda	146	-	9.841	3.292
Contribuição social	-	-	5.514	1.226
Cofins	4.015	3.568	37.425	6.392
PIS	865	769	8.119	1.730
INSS	3.040	2.419	3.048	4.028
	15.255	**22.729**	**72.920**	**32.695**
(-) Provisão para perdas na recuperação de créditos de ICMS	-	(5.660)	-	(5.660)
	15.255	**17.069**	**72.920**	**27.035**
Não Circulante				
ICMS	10.507	6.392	13.460	9.944
Cofins	11.685	8.215	47.564	74.370
PIS	2.563	1.809	10.352	16.171
INSS	3.106	6.197	3.106	6.197
	27.861	**22.613**	**74.482**	**106.682**

A provisão para perdas na realização de crédito acumulado de ICMS foi constituída em virtude da dificuldade de compensação total do ICMS sobre a aquisição de combustíveis para produção de energia elétrica na UTE William Arjona, no Estado do Mato Grosso do Sul, tendo em vista que parcela substancial da venda de energia elétrica naquele estado ocorria com diferimento de ICMS.
Em 2008, a Tractebel Energia recebeu Notificação da Secretaria de Estado de Fazenda do Mato Grosso do Sul, informando que a Companhia não teria o direito de manter os créditos acumulados de ICMS, com o argumento de que as vendas de energia elétrica com diferimento ou não-incidência de ICMS eliminam o direito a manutenção dos créditos. Com base nesta decisão, a Companhia decidiu baixar R$ 34.478 do referido crédito e reverter à respectiva provisão para recuperação do mesmo. No corrente ano, a Companhia baixou o saldo remanescente de R$ 5.660 e reverteu a respectiva provisão para perda em razão da impossibilidade de recuperação do crédito.
Os valores a recuperar de PIS e Cofins se referem, substancialmente, a opção pela utilização do direito aos créditos sobre as construções e compras de edificações e aquisições de máquinas e equipamentos, conforme previsto na legislação específica, os quais são compensados no período de respectivamente, 24 e 48 meses, a partir do início da operação comercial das Usinas.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Matéria-prima e insumos para produção de energia	5.969	21.458	10.453	21.458
Almoxarifado	22.190	20.111	22.904	20.800
Adiantamentos a fornecedores	10.504	12.933	10.508	13.244
Outros	756	3.247	787	3.286
	39.419	**57.749**	**44.652**	**58.788**

O almoxarifado é composto de materiais necessários à operação e manutenção das unidades geradoras da Companhia. Os adiantamentos a fornecedores foram realizados, substancialmente, para aquisição de matéria-prima para produção de energia, carvão mineral.

8. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Circulante				
Conta reserva (CCEE)	31.491	-	33.511	1.414
Não Circulante				
Conta reserva serviço da dívida	-	-	63.738	25.162
	31.491	**-**	**97.249**	**26.576**

Conta reserva (CCEE): destina-se a assegurar a liquidação financeira das operações de compra e venda de energia elétrica no âmbito da CCEE, em consonância com as regras daquele mercado, os quais estão aplicados em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e em operações compromissadas com debêntures.
Conta reserva (serviço da dívida): em cumprimento às exigências contidas nos contratos com os agentes financiadores, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF), as controladas da Companhia mantêm recursos financeiros vinculados destinados a garantir o pagamento dos serviços da dívida. Estes recursos também estão aplicados em CDBs e em operações compromissadas com debêntures, e devem ser mantidos em conta reserva durante a vigência dos contratos.
As aplicações nas contas reservas acima mencionadas são realizadas em bancos elegíveis pela Política de Gestão Financeira da Companhia.

9. ATIVO FISCAL DIFERIDO

	Controladora				
	2009				2008
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
RIC *(*)*	145.865	36.466	-	36.466	36.637
Benefícios pós-emprego	263.890	65.972	23.750	89.722	72.255
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675	41.675
Provisão para contingências	109.430	27.358	9.849	37.207	37.668
Provisão para perdas com créditos de ICMS	-	-	-	-	1.924
Depreciação acelerada na UTE William Arjona	18.508	4.627	1.666	6.293	7.429
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	3.469	1.249	4.718	6.144
Ágio incorporado	14.587	3.647	1.313	4.960	6.526
Outros	15.673	3.919	1.409	5.328	5.057
		176.101	**50.268**	**226.369**	**215.315**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		12.227	3.083	15.310	13.642
Não circulante		163.874	47.185	211.059	201.673
		176.101	**50.268**	**226.369**	**215.315**

	Consolidado				
	2009				2008
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
RIC *(*)*	145.865	36.466	-	36.466	36.637
Benefícios pós-emprego	263.890	65.972	23.750	89.722	72.255
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675	41.675
Provisão para contingências	138.632	29.290	12.478	41.768	40.766
Provisão para perdas com créditos de ICMS	-	-	-	-	1.924
Depreciação acelerada na UTE William Arjona	18.508	4.627	1.666	6.293	7.429
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	3.469	1.249	4.718	6.144
Ágio incorporado	14.587	3.647	1.313	4.960	6.526
Outros	67.651	7.473	6.086	13.559	9.563
		181.587	**57.574**	**239.161**	**222.919**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		12.658	3.238	15.896	14.488
Não circulante		168.929	54.336	223.265	208.431
		181.587	**57.574**	**239.161**	**222.919**

(*) Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)
A realização dos ativos fiscais diferidos, oriundos das diferenças temporárias, dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas.
O horizonte de realização do ativo fiscal diferido e sua recuperação, através de geração de lucros tributáveis futuros, foram estimados conforme quadro abaixo:

Ativo fiscal diferido, registrado	Controladora	Consolidado
2010	15.310	15.896
2011	27.233	34.136
2012	26.249	27.488
2013	16.759	17.904
2014	26.357	27.488
2015 a 2016	72.205	73.167
2017 a 2019	42.256	43.082
	226.369	**239.161**
Ativo fiscal diferido, não registrado		
2020	734	734
2021	734	734
2022	734	734
2023 a 2025	2.202	2.202
2026 a 2028	2.202	2.202
2029 em diante	1.686	1.686
	8.292	**8.292**
	234.661	**247.453**

O ativo fiscal diferido não registrado corresponde a RIC, cuja realização ocorre na proporção da depreciação dos respectivos ativos, cujo prazo, atualmente, ultrapassa 10 anos, resultando em ativo fiscal diferido não reconhecido, em observância à Instrução CVM nº 371, de 27.06.2002.

10. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora			
	2009		2008	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.556.388**	**1.556.388**	**1.555.302**	**1.555.302**
Diferenças permanentes				
Amortização de ágio	2.710	2.710	3.031	-
Gratificação e 13º de dirigentes	2.464	-	2.389	-
Doações	4.930	4.930	3.715	3.715
Equivalência patrimonial	(104.553)	(104.553)	(54.698)	(54.698)
Juros sobre o capital próprio	(194.000)	(194.000)	(176.000)	(176.000)
Reversão de ágio amortizado na incorporação de controlada	-	-	(23.032)	-
RIC	(14.655)	-	(14.655)	-
Outras	(3.039)	(3.039)	1.613	414
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.250.245**	**1.262.436**	**1.297.665**	**1.328.733**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(312.562)**	**(113.620)**	**(324.416)**	**(119.586)**
Incentivos fiscais	4.971	-	3.872	-
Outros	24	(803)	2	(21)
Imposto de renda e contrib. social - resultado	**(307.567)**	**(114.423)**	**(320.542)**	**(119.607)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(315.649)	(117.394)	(320.699)	(119.663)
Diferido	8.082	2.971	157	56
	(307.567)	**(114.423)**	**(320.542)**	**(119.607)**

	Consolidado			
	2009		2008	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.598.011**	**1.598.011**	**1.589.520**	**1.589.520**
Diferenças permanentes				
Amortização de ágio	13.517	13.517	3.031	-
Gratificação e 13º de dirigentes	2.612	-	2.537	-
Doações	5.012	5.012	7.265	7.265
Juros sobre o capital próprio	(194.000)	(194.000)	(176.000)	(176.000)
Reversão de ágio amortizado na incorporação de controlada	-	-	(23.032)	-
RIC	(14.655)	-	(14.655)	-
Diferença de base de cálculo nas controladas tributadas pelo lucro presumido	(17.487)	(14.778)	(4.835)	(3.263)
Outras	(4.901)	(4.826)	15.408	11.734
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.388.109**	**1.402.936**	**1.399.239**	**1.429.256**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(347.028)**	**(126.265)**	**(349.809)**	**(128.634)**
Ajuste do IR e CS do ano anterior	(2.123)	31	(1.695)	172
Incentivos fiscais	11.661	-	4.481	-
Outros	822	(711)	100	1.018
Imposto de renda e contrib. social - resultado	**(336.668)**	**(126.945)**	**(346.923)**	**(127.444)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(341.891)	(127.359)	(348.875)	(130.409)
Diferido	5.223	414	1.952	2.965
	(336.668)	**(126.945)**	**(346.923)**	**(127.444)**

A controlada PPESA possui redução de imposto de renda e adicionais, equivalente a 75% calculados sobre o lucro da exploração, pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, em função de estar localizada em área incentivada da Sudam. Esta redução, no valor de R$ 6.608 (R$ 3.894 em 2008), está apresentada no grupo incentivos fiscais, no quadro acima.

11. ALIENAÇÕES DE BENS E DIREITOS

	Controladora e Consolidado	
Classificação no Balanço	2009	2008
Circulante	-	17.448
Não Circulante	86.886	68.469
	86.886	**85.917**

O valor apresentado acima corresponde ao saldo contábil a receber da Elétrica Jacuí S.A. (Eleja) relativo à venda do empreendimento termelétrico Jacuí, líquido do ajuste a valor presente de R$ 13.875 (R$ 18.071 em 2008). A Eleja é uma sociedade de propósito específico (SPE), controlada por sociedade detentora dos direitos de exploração de jazidas de carvão mineral na região do projeto Jacuí, a qual, nos termos do contrato, assumiu a responsabilidade pela conclusão do projeto.
Em garantia ao cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento do preço de compra, a Eleja concedeu a Tractebel Energia, em promessa de penhor e hipoteca, os direitos, bens, máquinas, imóveis e seus acessórios, que foram objeto do contrato de compra e venda entre as partes.
As condições contratuais estabelecem que os valores da venda devam ser atualizados pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) e ser recebidos em 36 parcelas a partir da data de início da operação comercial da UTE Jacuí ou da data que se completarem quatro anos, contados a partir da venda. Considerando que os valores contratuais estão a preço futuro, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente, aplicando a taxa de desconto de 10% a.a., taxa compatível com os parâmetros de mercado na data da transação.
No ano de 2008 a Companhia iniciou um processo de negociação de venda do referido crédito a um potencial interessado em investir na Eleja. Entretanto, no segundo trimestre de 2009, as negociações foram encerradas sem que houvesse um desfecho para que o negócio fosse concretizado.
A partir de fevereiro de 2009 a Eleja deixou de pagar as parcelas mensais devidas, cujo valor acumulado em 31.12.2009 é de R$ 16.266. Em julho de 2009, após diversas tentativas frustradas para que a Eleja retomasse os pagamentos devidos, concluiu-se não restar à Companhia outra alternativa que não fosse a de se iniciar o processo de execução judicial do seu crédito.
Tal execução, prevista contratualmente, foi em montante equivalente à totalidade da dívida, uma vez que falta de pagamento pela Eleja faz com que o total da dívida existente seja considerada automaticamente vencida e exigível.
A Companhia, considerando o pressuposto da prudência, a partir de julho de 2009, deixou de reconhecer os juros e a atualização monetária dos valores a receber da Eleja. Adicionalmente, diante da incerteza quanto ao prazo para realização do crédito em referência, a Companhia reclassificou para o não circulante o saldo que em 30.06.2009 estava apresentado no ativo circulante. O valor nominal da dívida, em 31.12.2009, atualizado pelo IGP-DI, era de R$ 100.253.
A dinâmica da ação de execução permite, em caso de permanência da inadimplência por parte da Eleja, solicitar a penhora dos bens dados em garantia, para a quitação dos valores devidos. Atualmente, esse conjunto de bens, que poderão ser penhorados, possui avaliação de mercado em montante suficiente para a recuperação do crédito registrado, motivo pelo qual a Administração da Companhia julgou não ser necessária à constituição de qualquer provisão para perda.
O processo de execução judicial está sob análise do juízo e a administração da Companhia está envidando esforços para que a citação ocorra em breve.

12. INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Participações societárias permanentes:				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial				
Equivalência Patrimonial	1.945.501	1.535.327	-	-
Ágio	35.780	38.490	-	-
Avaliadas pelo custo de aquisição	28.796	28.796	31.767	28.796
Bens e direitos para uso futuro	1.895	1.895	1.895	1.895
Outros investimentos	121	121	121	121
	2.012.093	**1.604.629**	**33.783**	**30.812**

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, até 31.12.2009, os ativos e passivos registrados no balanço patrimonial de abertura das entidades adquiridas são reconhecidos como investimento pela empresa compradora e o ágio apurado nas aquisições corresponde ao montante pago que excede o valor contábil do patrimônio líquido da entidade adquirida. Este procedimento foi adotado pela Companhia nos balanços individuais da Tractebel Energia e de suas controladas utilizadas como veículo para aquisição de empresas.

Continua...

VEC – 6COL X 52CM – PÁG. 5
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: VEC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
petran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_VEC.indd 5 16/3/2010 16:47:20

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

Para elaboração do balanço patrimonial consolidado, a Companhia considerou que os ágios pagos nas suas aquisições estão fundamentados na exploração do direito de utilização do bem público estabelecido nos contratos de concessão e estão apresentados no ativo imobilizado, juntamente com o valor de cada concessão considerada como parte desses ativos, quando aplicável, em razão desse direito não ser separável, ou seja não poder ser vendido ou transferido individualmente sem o ativo imobilizado.

b) Participações societárias permanentes

b.1) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

			2009		2008	
Empresas	**Lote de mil ações ou quotas**	**Participação (%)**	**Lucro líquido (Prejuizo)**	**Patrimônio líquido**	**Lucro líquido (Prejuizo)**	**Patrimônio líquido**
Itasa *(1)*	253.607	48,75	50.011	636.194	35.160	598.059
CEM *(2)*	-	-	-	-	11.122 *(*)*	-
CESS *(3)*	309.289	99,99	18.610	324.801	(185)	270.474
Lages *(4)*	30.530	99,99	16.831	64.056	7.187	47.225
TBLC *(5)*	4.200	99,99	40.278	72.077	27.599	31.799
EAS *(6)*	645.270	99,99	14.655	653.481	(6.445)	638.826
TBLP *(7)*	509.010	99,90	(9.725)	497.632	(1.652)	235.170
Delta *(8)*	24.468	99,99	(475)	23.040	(68)	20.007
Lagoa Formosa *(9)*	270	99,99	(1)	269	-	270

(*) Lucro líquido em 29.02.2008, data base para a incorporação na Tractebel Energia.
(1) Itá Energética S.A. (Itasa).
(2) Companhia Energética Meridional (CEM), incorporada em 29.02.2008.
(3) Companhia Energética São Salvador (CESS), operação comercial iniciada em agosto de 2009.
(4) Lages Bioenergética Ltda. (Lages).
(5) Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC).
(6) Energia América do Sul Ltda. (EAS), Sociedade de Propósito Específico (SPE) usada como veículo da aquisição de 99,99% da PPESA.
(7) Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP), anteriormente denominada Gama Participações Ltda., SPE utilizada como veículo de aquisição de 99,99% da Tupan Energia Elétrica S.A. (Tupan), Hidropower Energia S.A. (Hidropower), Eólica Beberibe S.A. (Beberibe), Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal), Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca) e, Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda.(EBSC), e para a participação na Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva).
(8) Delta Energética S.A. (Delta), SPE utilizada como veículo para aquisição da Seival Participações S.A.
(9) Lagoa Formosa Bioenergética Ltda. (Lagoa Formosa).

Movimentação dos investimentos

Equivalência Patrimonial

Empresas	**Saldos em 31.12.2007**	**Incorporação de controlada**	**Aumento de capital**	**Equivalência patrimonial**	**Dividendos**	**Ajuste Lei 11.638/07**	**Saldos em 31.12.2008**
Itasa	284.419	-	-	17.140	(7.500)	(2.505)	291.554
CEM	443.744	(454.866)	-	11.122	-	-	-
CESS	268.943	-	3.000	(185)	-	(1.284)	270.474
Lages	40.345	-	-	7.187	-	(307)	47.225
TBLC	4.200	-	-	27.599	-	-	31.799
EAS	1	-	645.270	(6.445)	-	-	638.826
TBLP	1	-	236.821	(1.652)	-	-	235.170
Delta	20.898	-	-	(68)	-	(823)	20.007
Lagoa Formosa	50	-	220	-	-	-	270
Outras	1	-	1	-	-	-	2
	1.062.602	**(454.866)**	**885.312**	**54.698**	**(7.500)**	**(4.919)**	**1.535.327**

Empresas	**Saldos em 31.12.2008**	**Aumento de capital**	**Equivalência patrimonial**	**Dividendos**	**Baixa**	**Saldos em 31.12.2009**
Itasa	291.554	-	24.380	(5.790)	-	310.144
CESS	270.474	37.345	18.610	(1.628)	-	324.801
Lages	47.225	-	16.831	-	-	64.056
TBLC	31.799	-	40.278	-	-	72.077
EAS	638.826	-	14.655	-	-	653.481
TBLP	235.170	272.187	(9.725)	-	-	497.632
Delta	20.007	3.508	(475)	-	-	23.040
Lagoa Formosa	270	-	(1)	-	-	269
Outras	2	-	-	-	(1)	1
	1.535.327	**313.040**	**104.553**	**(7.418)**	**(1)**	**1.945.501**

Ágio - Controladora

Empresas	**Saldos em 31.12.2007**	**Incorporação de controlada**	**Amortização**	**Saldos em 31.12.2008**	**Amortização**	**Saldos em 31.12.2009**
Itasa	5.721	-	(2.288)	3.433	(2.288)	1.145
CEM	22.289	(21.546)	(743)	-	-	-
CESS	35.057	-	-	35.057	(422)	34.635
	63.067	**(21.546)**	**(3.031)**	**38.490**	**(2.710)**	**35.780**

As amortizações dos ágios estão baseadas no fundamento econômico do direito de utilização do bem público estabelecido nos contratos de concessão, conforme previsto na Deliberação CVM 618/09. O ágio na CESS será amortizado até 22.04.2037 e o ágio na Itasa até 30.06.2010.

Informações sobre as controladas

A estrutura societária simplificada da Tractebel Energia está apresentada no relatório de administração que compõe as demonstrações contábeis completas.

1) Itá Energética S.A. (Itasa) - controlada em conjunto

A Itasa tem como objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Itá em parceria através de consórcio, mediante concessão outorgada pela União Federal por intermédio da Aneel, com prazo de vigência de 35 anos, a partir de 28.12.1995. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e possui capacidade instalada de 1.450 MW e 720 MW médios de energia assegurada. Nos termos do Contrato de Consórcio, a controlada Itasa tem direito à quantidade de energia equivalente a 60,5% de 668 MW médios.

As ações representativas do Capital Social da Itasa são detidas pela Tractebel Energia, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Companhia de Cimento Itambé, na proporção de 48,75%, 48,75% e 2,50%, respectivamente.

Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da controlada em conjunto estão demonstrados a seguir, os quais foram consolidados nas demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas, na proporção dos investimentos da Companhia no Capital Social da controlada:

ATIVO	**2009**	**2008**
Ativo circulante	79.207	60.077
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	4.184	5.657
Imobilizado	857.427	899.114
Intangível	20.516	30.769
	882.127	935.540
TOTAL	**961.334**	**995.617**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo circulante	117.447	117.628
Passivo não circulante	207.693	279.930
Patrimônio líquido	636.194	598.059
TOTAL	**961.334**	**995.617**
RESULTADO		
Receitas operacionais brutas	251.953	233.150
Deduções da receita operacional	(25.500)	(23.659)
Receitas líquidas de vendas	**226.453**	**209.491**
CUSTOS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	**(93.432)**	**(90.849)**
LUCRO BRUTO	**133.021**	**118.642**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(33.581)	(20.447)
Outras receitas (despesas), líquidas	1.658	(95)
	(31.923)	**(20.542)**
Resultado do serviço	**101.098**	**98.100**
Despesas financeiras, líquidas	**(25.413)**	**(45.030)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	**75.685**	**53.070**
Imposto de renda e contribuição social	(25.674)	(17.910)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**50.011**	**35.160**

2) Companhia Energética Meridional (CEM)

Em 28.03.2008, a Tractebel Energia incorporou a sua controlada integral CEM, mediante a versão do seu acervo líquido, na data base de 29.02.2008, no valor de R$ 454.866, avaliado a valor contábil por empresa especializada.

A CEM detinha a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, norte do Estado de Goiás, com capacidade instalada de 450 MW e 273,4 MW médios de energia assegurada. A concessão para a construção e exploração do empreendimento tem prazo de vigência de 35 anos, a partir de 27.08.1998 e foi transferida para a Companhia após a conclusão da operação de incorporação.

3) Companhia Energética São Salvador (CESS)

A CESS detém a concessão da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHSA), localizada no Rio Tocantins, nos Municípios de São Salvador do Tocantins e Paraná, no Estado de Tocantins, com potência mínima instalada de 243,2 MW e energia assegurada de 148,5 MW médios. O prazo da concessão é de 35 anos, contados a partir de 23.04.2002, data da assinatura do Contrato de Concessão.

Em outubro de 2006, a CESS comercializou no 3º Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos, que se iniciará em janeiro de 2011, 148 MW médios com empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

O início da operação comercial da primeira unidade geradora foi em agosto de 2009 e da segunda unidade no final do mês de novembro de 2009.

4) Lages Bioenergética Ltda. (Lages)

A Lages detém a autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para, através da central geradora termelétrica Lages localizada no Município de Lages (SC), atuar como produtor independente de energia utilizando-se de um turbogerador a vapor de 28 MW que consome resíduos de madeira como combustível. A autorização para implantação e exploração do empreendimento tem prazo de 30 anos, a contar de 30.10.2002.

A Usina de Cogeração, no ano de 2006, obteve o registro no Comitê Executivo de Mecanismo do Desenvolvimento Limpo (MDL) da Organização das Nações Unidas (ONU) por utilizar resíduos de madeira para negociar créditos de carbono.

5) Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC)

A Sociedade tem por objeto social a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades.

6) Energia América do Sul Ltda. (EAS)

A EAS é uma controlada integral da Companhia que possui o controle acionário da Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA). A PPESA por sua vez, detém a concessão da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, uma usina hidrelétrica com capacidade instalada de 176,1 MW (energia assegurada de 131,6 MW médios) que está em operação comercial desde setembro de 2005, localizada no Rio Correntes, Estado de Mato Grosso. Possui isenção parcial do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, por estar localizada em área incentivada da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

O ágio pago pela EAS teve como fundamento a exploração do direito de utilização do bem público estabelecido no contrato de concessão e, no consolidado, está apresentado no ativo imobilizado, juntamente com o valor de cada concessão considerada como parte desse ativo, em razão desse direito não ser separável, ou seja, não poder ser vendido ou transferido individualmente sem o ativo imobilizado. O ágio será amortizado no prazo da concessão da Aneel que se encerra em 30.09.2034. O saldo em 31.12.2009 era de R$ 391.521, líquido da amortização acumulada de R$ 26.113.

7) Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP)

A TBLP, anteriormente denominada Gama Participações Ltda., tem por objeto social participar no capital e outras sociedades e concentrar os projetos referentes a energias alternativas de sua controladora Tractebel Energia.

Os ágios pagos pela TBLP nas aquisições das empresas abaixo relacionadas tiveram como fundamento a exploração do direito de uso do bem público previstos nos contratos de concessão ou autorização e, no consolidado, estão reconhecidos no ativo imobilizado, juntamente com o valor de cada concessão ou autorização considerada como parte desse ativo, em decorrência desse direito não ser separável, ou seja, não poder ser vendido ou transferido individualmente sem o ativo imobilizado.

As principais informações referentes às controladas da TBLP estão descritas a seguir:

7.1) Tupan Energia Elétrica S.A. (Tupan)

A Tupan detém autorização outorgada pela Aneel para explorar a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Rondonópolis, com capacidade instalada de 26,6 MW, e está em operação comercial desde dezembro de 2007. A PCH está localizada em Rondonópolis (MT), no Rio Ponte de Pedra e, tem energia assegurada de 14 MW médios. A Tupan possui 118,36 GWh/ano de energia contratada com a Centrais Elétricas do Brasil S.A. (Eletrobrás), através do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), até 2027, ao preço de R$ 159,20/MWh (base 31.12.2009).

O ágio pago pela TBLP será amortizado no prazo da autorização da Aneel que se encerra em 18.12.2032. O saldo em 31.12.2009 era de R$ 86.991,líquido da amortização acumulada de R$ 3.796.

7.2) Hidropower Energia S.A. (Hidropower)

A Hidropower detém autorização outorgada pela Aneel para explorar a PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha, com capacidade instalada de 23,7 MW, em operação comercial desde fevereiro de 2007. Localizada em Rondonópolis (MT), no Rio Ponte de Pedra, a PCH tem energia assegurada de 11,9 MW médios. A Hidropower possui 100,49 GWh/ano de energia contratada até 2027 com a Eletrobrás, através do Proinfa, ao preço de R$ 159,20/MWh (base 31.12.2009).

O ágio pago pela TBLP será amortizado no prazo da autorização da Aneel que se encerra em 18.12.2032. O saldo em 31.12.2009 era de R$ 79.517, líquido da amortização acumulada de R$ 3.470.

7.3) Eólica Beberibe S.A. (Beberibe)

A Eólica Beberibe S.A. detém autorização outorgada pela Aneel para explorar o Parque Eólico Beberibe, com capacidade instalada de 25,60 MW e energia assegurada de 8 MW médios. Localizada em Beberibe (CE), possui 85,07 GWh/ano de energia contratada por 20 anos com a Eletrobrás, através do Proinfa, ao preço de R$ 256,83/MWh (base 31.12.2009). A empresa entrou em operação comercial em setembro de 2008.

O ágio pago pela TBLP será amortizado no prazo da autorização da Aneel que se encerra em 03.08.2033. O saldo em 31.12.2009 era de R$ 48.877, líquido da amortização acumulada de R$ 2.073.

7.4) Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal)

A Eólica Pedra do Sal S.A. detém autorização outorgada pela Aneel para explorar o Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 17,85 MW e energia assegurada de 8 MW médios. Localizada em Parnaíba (PI), possui 66,29 GWh/ano de energia contratada com a Eletrobrás através do Proinfa, por 20 anos, ao preço de R$ 243,96/MWh (base 31.12.2009). A operação comercial da sociedade foi iniciada em dezembro de 2008.

O ágio pago pela TBLP será amortizado no prazo da autorização da Aneel que se encerra em 01.10.2032. O saldo em 31.12.2009 era de R$ 23.744, líquido da amortização acumulada de R$ 1.092.

7.5) Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca)

A Hidrelétrica Areia Branca S.A. detém autorização outorgada pela Aneel para explorar a PCH Areia Branca, com capacidade instalada de 19,80 MW. Localizada em Caratinga (MG), possui 90,84 GWh/ano de energia contratada por 20 anos com a Eletrobrás, através do Proinfa, ao preço de R$ 159,51/MWh (base 31.12.2009). A operação comercial da sociedade está prevista para o 2º trimestre de 2010.

O ágio pago pela TBLP será amortizado no prazo da autorização da Aneel que se encerra em 02.05.2030. O saldo em 31.12.2009 era de R$ 7.676, líquido da amortização acumulada de R$ 377.

7.6) Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda. (EBSC)

A EBSC é uma sociedade prestadora de serviços administrativos e tecnológicos para as empresas anteriormente mencionadas e foi adquirida em dezembro de 2008.

7.7) Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva)

A Ibitiúva foi constituída em 2008, para participar, através do Consórcio Andrade, do 1º Leilão de Energia de Reserva, promovido pela Aneel.

O Consórcio Andrade é formado pela Ibitiúva e pela Andrade Açúcar e Álcool S.A., controlada da Açúcar Guarani S.A. e, vendeu 20 MW médios de energia elétrica no referido Leilão, pelo preço atualizado de R$ 167,17/MWh (base 31.12.2009), a ser entregue por um período de 15 anos, a partir de 2010.

A energia elétrica vendida será gerada pela UTE Destilaria Andrade, em implantação no Município de Pitangueiras (SP), que terá capacidade instalada de 33 MW e garantia física de 20 MW médios e, utilizará como combustível o bagaço resultante do processamento da cana-de-açúcar na unidade produtora de açúcar e etanol Andrade do Grupo Guarani. O investimento previsto para a construção da Usina é de R$ 120.000 com recursos próprios e através de financiamento que está em fase final de negociação com o BNDES.

As obras civis tiveram início em 27.04.2009 e estão em ritmo acelerado visando atender o cronograma de implantação, cuja previsão de entrada em operação é para o 2º trimestre de 2010.

7.8) Projetos de Geração de Energia Eólica

Em agosto de 2009, a TBLP adquiriu pelo montante de R$ 2.998, empresas que possuem projetos de geração de energia eólica denominado Projeto Trairi, cuja capacidade instalada é de 121,9 MW. Cinco desses projetos participaram do leilão de energia de reserva promovido pela Aneel em dezembro de 2009, porém não tiveram sua energia contratada.

Os projetos adquiridos possuem medições de vento, certificação de geração de energia, licenças ambientais prévias e contrato de arrendamento e, em fase de execução, estão os projetos básicos e de impacto ambiental, exigidos para a licença de instalação.

O ágio pago pela TBLP no montante de R$ 2.971 tem como fundamento os direitos adquiridos e será amortizado nos prazos das autorizações a partir do início da operação comercial das empresas.

A Companhia está avaliando a melhor alternativa para viabilizar a implantação dos referidos projetos.

8) Lagoa Formosa Bioenergética Ltda. (Lagoa Formosa)

A Sociedade é controlada integral da Tractebel Energia e foi constituída com o objetivo de construir a Usina Cogeração São João, um empreendimento à biomassa de cana-de-açúcar em consórcio com a empresa Dedini Açúcar e Álcool Ltda. (Dedini), pertencente ao Grupo Dedini Agro.

Em setembro de 2007, a Dedini foi adquirida pelo grupo espanhol Abengoa, que optou por desfazer tal parceria. A Tractebel Energia, entretanto, teria direito a uma compensação financeira a título de indenização pelo descumprimento dos termos contratados entre as partes. O projeto havia vendido 23 MW médios, a partir de 2010, no 1º Leilão de Fontes Alternativas promovido pela Aneel, em junho do ano corrente, cujo compromisso de implantação e entrega permanece com a Dedini.

No ano de 2008 a Companhia recebeu parte do valor incontroverso da causa, relativo à multa contratual, no valor de R$ 2.595 e permaneceu em discussão quanto à parte que a Companhia entende como valor indenizável.

Em novembro do corrente ano, foi celebrado um instrumento de transação entre a Companhia e a Abengoa, em razão da ação de execução, na qual formalizou-se um acordo em que a Abengoa concordou em pagar a Tractebel Energia a quantia de R$ 10.000 destinados a recomposição de danos e lucros cessantes sofridos, finalizando assim o litígio entre as partes, sendo essa quantia reconhecida no resultado de 2009.

A Lagoa Formosa não exerceu atividades operacionais até o presente exercício.

9) Delta Energética S.A. (Delta)

A Delta possui o controle da Seival Participações S.A. (Seival), uma *holding* de propósito específico, detentora de 99,99% do Capital Social da Usina Termelétrica Seival Ltda. (UTE Seival), sediada na cidade de Charqueadas (RS).

A aquisição da Seival teve como principal objetivo acrescentar ganhos ao desenvolvimento do projeto para exportação de energia ao Uruguai, uma vez que detém os direitos (incluindo autorização da Aneel, licença prévia e opção de compra de imóvel) para implantar e explorar uma termelétrica a carvão em Candiota (RS), com potência instalada de até 540 MW.

O preço de aquisição foi de R$ 23.813 e a diferença entre o montante pago e o valor contábil patrimonial da Seival foi de R$ 19.528, o qual será amortizado a partir do início da operação comercial da UTE Seival.

Em 2009 as Sociedades não exerceram quaisquer atividades operacionais.

b.2) Avaliadas pelo custo de aquisição

Machadinho Energética S.A. (Maesa)

A Companhia possui R$ 28.793 de investimento na Maesa avaliado ao custo de aquisição, considerando que a Companhia não tem o controle individual ou compartilhado desse investimento, equivalente à participação acionária de 2,82%. A Maesa é uma sociedade de propósito específico constituída com a finalidade de contratar o fornecimento de bens e serviços necessários à implantação da Usina Hidrelétrica de Machadinho (UHE Machadinho), bem como à obtenção do financiamento e fornecimento de garantias correspondentes para a construção do empreendimento. O Consórcio Machadinho é composto pela Tractebel Energia S.A., no qual participa com 19,28% e por outras empresas consorciadas, que juntas detém 80,72%.

13. ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição

		Controladora			
		2009			2008
	Taxas médias de depreciação	**Custo corrigido**	**Depreciação amortização acumulada**	**Valor líquido**	**Valor líquido**
Imobilizações em Serviço					
Geração Hidráulica					
UHE Salto Santiago	2,42	645.107	(534.962)	110.145	120.623
UHE Salto Osório	2,68	333.147	(246.513)	86.634	93.194
UHE Passo Fundo	2,35	121.064	(96.517)	24.547	26.085
UHE Itá (em consórcio)	3,58	1.233.372	(308.935)	924.437	968.610
UHE Machadinho (em consórcio)	3,18	179.851	(37.032)	142.819	149.148
UHE Cana Brava	3,03	964.585	(192.280)	772.305	805.808
		3.477.126	**(1.416.239)**	**2.060.887**	**2.163.468**
Geração Térmica					
Complexo Jorge Lacerda	4,69	2.556.432	(1.546.683)	1.009.749	1.074.101
UTE Charqueadas	8,34	63.119	(51.734)	11.385	8.000
UTE Alegrete	3,62	8.289	(7.403)	886	933
UTE William Arjona	4,31	174.706	(83.580)	91.126	95.260
		2.802.546	**(1.689.400)**	**1.113.146**	**1.178.294**
Equipamentos Gerais e Outros	10,00	**60.236**	**(25.517)**	**34.719**	**25.430**
		6.339.908	**(3.131.156)**	**3.208.752**	**3.367.192**
Imobilizações em Curso					
Geração Hidráulica					
UHE Salto Santiago		7.181	-	7.181	4.737
UHE Salto Osório		4.148	-	4.148	1.465
Outras UHE (obras de adição)		1.348	-	1.348	3.193
		12.677	**-**	**12.677**	**9.395**
Geração Térmica					
Complexo Jorge Lacerda		41.510	-	41.510	21.447
UTE Charqueadas		52.571	-	52.571	21.998
Outras UTE (obras de adição)		601	-	601	236
		94.682	**-**	**94.682**	**43.681**
Equipamentos Gerais e Outros		**5.107**	**-**	**5.107**	**3.824**
		112.466	**-**	**112.466**	**56.900**
Total das imobilizações		**6.452.374**	**(3.131.156)**	**3.321.218**	**3.424.092**
Obrigações especiais		**(10.395)**	**-**	**(10.395)**	**(9.755)**
		6.441.979	**(3.131.156)**	**3.310.823**	**3.414.337**

		Consolidado			
		2009			2008
	Taxas médias de depreciação	**Custo corrigido**	**Depreciação amortização acumulada**	**Valor líquido**	**Valor líquido**
Imobilizações em Serviço					
Geração Hidráulica					
UHE Salto Santiago	2,42	645.107	(534.962)	110.145	120.623
UHE Salto Osório	2,68	333.147	(246.513)	86.634	93.194
UHE Passo Fundo	2,35	121.064	(96.517)	24.547	26.085
UHE Itá (em consórcio)	3,58	1.777.400	(436.552)	1.340.848	1.405.332
UHE São Salvador	3,62	1.276.151	(18.031)	1.258.120	-
UHE Machadinho (em consórcio)	3,18	179.851	(37.032)	142.819	149.148
UHE Cana Brava	3,03	964.585	(192.280)	772.305	805.808
UHE Ponte de Pedra	3,66	1.187.747	(111.106)	1.076.641	1.121.642
PCH Rondonópolis	4,04	184.484	(10.432)	174.052	181.618
PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha	3,80	156.011	(10.731)	145.280	151.360
		6.825.547	**(1.694.156)**	**5.131.391**	**4.054.810**
Geração Térmica					
Complexo Jorge Lacerda	4,69	2.556.432	(1.546.683)	1.009.749	1.074.101
UTE Charqueadas	8,34	63.119	(51.734)	11.385	8.000
UTE Alegrete	3,62	8.289	(7.403)	886	933
Unidade de Cogeração Lages	4,38	76.164	(18.275)	57.889	60.837
UTE William Arjona	4,31	174.706	(83.580)	91.126	95.260
		2.878.710	**(1.707.675)**	**1.171.035**	**1.239.131**
Geração Eólica					
EOL Beberibe	4,70	185.770	(11.732)	174.038	182.610
EOL Pedra do Sal	4,08	118.610	(5.546)	113.064	-
		304.380	**(17.278)**	**287.102**	**182.610**
Equipamentos Gerais e Outros	10,00	**61.129**	**(25.678)**	**35.451**	**25.665**
		10.069.766	**(3.444.787)**	**6.624.979**	**5.502.216**
Imobilizações em Curso					
Geração Hidráulica					
UHE Salto Santiago		7.181	-	7.181	4.737
UHE Salto Osório		4.148	-	4.148	1.465
UHE São Salvador		49.805	-	49.805	870.081
PCH Areia Branca		133.518	-	133.518	98.586
Outras UHE (obras de adição)		2.835	-	2.835	4.717
		197.487	**-**	**197.487**	**979.586**
Geração Térmica					
Complexo Jorge Lacerda		41.510	-	41.510	21.447
UTE Charqueadas		52.571	-	52.571	21.998
UTE Destilaria Andrade		62.378	-	62.378	10.180
Outras UTE (obras de adição)		4.233	-	4.233	1.070
		160.692	**-**	**160.692**	**54.695**
Geração Eólica - Pedra do Sal		**174**	**-**	**174**	**107.792**
Equipamentos Gerais e Outros		**5.221**	**-**	**5.221**	**3.854**
		363.574	**-**	**363.574**	**1.145.927**
Total das imobilizações		**10.433.340**	**(3.444.787)**	**6.988.553**	**6.648.143**
Obrigações especiais		**(10.520)**	**-**	**(10.520)**	**(9.880)**
		10.422.820	**(3.444.787)**	**6.978.033**	**6.638.263**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora			Consolidado		
	Em serviço	**Em curso**	**Total**	**Em serviço**	**Em curso**	**Total**
Saldo em 31.12.2007	**2.670.671**	**64.027**	**2.734.698**	**4.010.038**	**724.178**	**4.734.216**
Ingressos						
UHE Salto Osório	-	12.354	12.354	-	12.354	12.354
UHE Cana Brava	825.608	476	826.084	-	-	-
UHE Ponte de Pedra	-	-	-	1.129.404	7.374	1.136.778
UHE São Salvador	-	-	-	-	288.516	288.516
PCH Rondonópolis	-	-	-	181.923	-	181.923
PCH Eng. José Gelazio da Rocha	-	-	-	151.626	-	151.626
PCH Areia Branca	-	-	-	-	98.586	98.586
Complexo Jorge Lacerda	-	23.467	23.467	-	23.467	23.467
UTE Charqueadas	-	20.007	20.007	-	20.007	20.007
UTE Destilaria Andrade	-	-	-	-	10.180	10.180
EOL Beberibe	-	-	-	197.490	-	197.490
EOL Pedra do Sal	-	-	-	-	107.815	107.815
Demais usinas	472	17.494	17.966	598	18.681	19.279
Transferência dos ativos diferido e intangível	-	-	-	3.196	255	3.451
Transferência para o realizável de créditos de PIS e Cofins *(*)*	-	-	-	(13.459)	(72.427)	(85.886)
Transferências	80.925	(80.925)	-	93.059	(93.059)	-
Depreciação	(207.467)	-	(207.467)	(248.627)	-	(248.627)
Baixas	(3.017)	-	(3.017)	(3.032)	-	(3.032)
Saldo em 31.12.2008	**3.367.192**	**56.900**	**3.424.092**	**5.502.216**	**1.145.927**	**6.648.143**
Ingressos						
UHE Salto Osório	-	3.563	3.563	-	3.563	3.563
UHE Salto Santiago	-	7.490	7.490	-	7.490	7.490
UHE São Salvador	-	-	-	-	455.875	455.875
PCH Areia Branca	-	-	-	-	34.930	34.930
Complexo Jorge Lacerda	-	55.556	55.556	-	55.556	55.556
UTE Charqueadas	-	35.417	35.417	-	35.417	35.417
UTE Destilaria Andrade	-	-	-	-	52.199	52.199
EOL Pedra do Sal	-	-	-	-	10.815	10.815
Demais usinas	-	8.469	8.469	-	13.370	13.370
Transferências	54.929	(54.929)	-	1.451.119	(1.451.119)	-
Depreciação	(211.961)	-	(211.961)	(326.756)	-	(326.756)
Baixas	(1.408)	-	(1.408)	(1.600)	(449)	(2.049)
	3.208.752	**112.466**	**3.321.218**	**6.624.979**	**363.574**	**6.988.553**
Obrigações Especiais	(10.395)	-	(10.395)	(10.520)	-	(10.520)
Saldo em 31.12.2009	**3.198.357**	**112.466**	**3.310.823**	**6.614.459**	**363.574**	**6.978.033**

(*) Transferência para o ativo circulante e realizável a longo prazo dos créditos de PIS e Cofins sobre as aquisições de máquinas e equipamentos e edificações da CESS.

Conforme mencionado na Nota 23, a Companhia, no ano de 2009, registrou a concessão da UHE São Salvador. A outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União foram reconhecidas a valor presente da concessão no ativo imobilizado em contrapartida com o passivo circulante e não circulante.

c) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas

A Lei nº 8.987/95, de 13.02.2005, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, prevê o seguinte em seu Art. 36, *"A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido"*.

Continua...

VEC – 6COL X 52CM – PÁG. 6
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: VEC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pelican 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_VEC.indd 6 16/3/2010 16:47:21

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

O Decreto nº 2003, de 10.09.1996, que regulamenta a produção de energia elétrica por produtor independente e por autoprodutor, estabelece o que segue em seu Art. 20, *"No final do prazo da concessão ou autorização, os bens e as instalações realizados para a geração independente e para a autoprodução de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados.*
Parágrafo 1º. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do poder concedente.
Parágrafo 2º. No caso de usinas termelétricas, não será devida indenização dos investimentos realizados, assegurando-se, porém, ao produtor independente ou ao autoprodutor remover as instalações."
Considerando a interpretação da legislação anteriormente mencionada de que não haverá indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original, a Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2007, passou a depreciar estes ativos de acordo com as taxas determinadas pela Aneel, limitada ao prazo de concessão, em que pese os contratos e a legislação preverem a possibilidade da renovação da concessão.

d) Apropriação dos encargos financeiros
Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos da CESS e da Areia Branca, cujos valores consolidados em 2009 foram de R$ 41.175 e R$ 4.923, respectivamente, estão sendo reconhecidos no imobilizado em curso. No ano de 2008 o valor capitalizado da CESS foi de R$ 44.890.

e) Obrigações especiais
Referem-se a obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica e representam os valores aplicados nos empreendimentos sob concessão, com recursos da União e de doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador. A quitação dessas obrigações dar-se-á no vencimento das respectivas concessões, estabelecido pelo Poder Concedente.

f) Redução ao valor recuperável de ativos
A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou, ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. Até o momento não existem indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos na Companhia.

g) Concessões e autorizações do Órgão Regulador
A Companhia e suas controladas possuem as seguintes concessões e autorizações para exploração de energia elétrica:

	Detentora da concessão ou autorização	Capacidade instalada MW	Data do ato	Vencimento
I - Concessões				
UHE Salto Santiago	Controladora	1.420	28.09.1998	27.09.2028
UHE Salto Osório	Controladora	1.078	28.09.1998	27.09.2028
UHE Passo Fundo	Controladora	226	28.09.1998	27.09.2028
UHE Itá	Controladora/Itasa	1.450	28.12.1995	16.10.2030
UHE Machadinho	Controladora	1.140	15.07.1997	14.07.2032
UHE Cana Brava	Controladora	450	27.08.1998	26.08.2033
UHE Ponte de Pedra	PPESA	176	01.10.1999	30.09.2034
UHE São Salvador	CESS	243	23.04.2002	22.04.2037
II - Autorizações				
Complexo Jorge Lacerda	Controladora	857	28.09.1998	27.09.2028
UTE Charqueadas	Controladora	72	28.09.1998	27.09.2028
UTE Alegrete	Controladora	66	28.09.1998	27.09.2028
UTE William Arjona	Controladora	190	02.06.2000	28.04.2029
UTE Destilaria Andrade	Consórcio Andrade	40	05.04.2000	04.04.2030
Unidade de Cogeração Lages	Lages	28	30.10.2002	29.10.2032
PCH Rondonópolis	Tupan	27	19.12.2002	18.12.2032
PCH Eng. José Gelazio da Rocha	Hidropower	24	19.12.2002	18.12.2032
PCH Areia Branca	Areia Branca	20	03.05.2000	02.05.2030
EOL Pedra do Sal	Pedra do Sal	18	02.10.2002	01.10.2032
EOL Beberibe	Beberibe	26	04.08.2003	03.08.2033

A concessão relativa à UHE Itá está compartilhada com a controlada em conjunto Itasa (ver Nota 12.b.1) e a Companhia possui 1.090 MW da capacidade instalada. Com referência à concessão da UHE Machadinho a Tractebel Energia detém 404 MW do total instalado. A participação remanescente pertence a outros concessionários que compõem o Consórcio Machadinho (ver Nota 12.b.2).

h) Indisponibilidade dos bens
De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

i) Bens da União utilizados pela Companhia
A Companhia exerce a posse e opera a Usina Termelétrica Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW e uma vila residencial com 15 casas, localizada no Município de Alegrete (RS), de titularidade da União e cedida em regime especial de utilização.

14. ATIVO INTANGÍVEL

a) Composição

	Controladora					
	2009			2008		
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de uso	14.730	(10.138)	4.592	11.110	(9.225)	1.885
Ágio incorporado da CEM	44.578	(30.932)	13.646	44.578	(26.623)	17.955
	59.308	**(41.070)**	**18.238**	**55.688**	**(35.848)**	**19.840**

	Consolidado					
	2009			2008		
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de uso	17.260	(11.058)	6.202	15.741	(9.475)	6.266
Direito de compra de energia	64.561	-	64.561	64.561	-	64.561
Ágio incorporado da CEM	44.578	(30.932)	13.646	44.578	(26.623)	17.955
Ágio incorporado da Itasa	72.793	(61.668)	11.125	72.793	(54.388)	18.405
Ágio Seival Participações	19.528	-	19.528	19.528	-	19.528
	218.720	**(103.658)**	**115.062**	**217.201**	**(90.486)**	**126.715**

O direito de uso e o direito de compra de energia possuem vidas úteis definidas. O primeiro está sendo amortizado em cinco anos e o segundo será amortizado durante a vigência do contrato de compra, de 2013 a 2023.
Os ágios incorporados da CEM e da Itasa também possuem vida útil definida e serão amortizados, respectivamente, até fevereiro de 2013 e dezembro de 2011. A amortização do ágio pago pela Seival Participações ocorrerá a partir do início da operação comercial da Usina, cuja data ainda não pode ser prevista devido ao estágio em que se encontra o projeto.

b) Mutação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2007	**2.185**	**72.081**
Ingresso direito de uso	607	770
Ingresso direito de compra de energia	-	64.561
Transferências do ativo diferido e imobilizado	-	7.059
Transferência do ágio da incorporação CEM	17.956	-
Amortização	(908)	(17.756)
Saldo em 31.12.2008	**19.840**	**126.715**
Ingresso direito de uso	3.603	4.621
Transferência para o imobilizado	-	(3.118)
Amortização	(5.205)	(13.156)
Saldo em 31.12.2009	**18.238**	**115.062**

15. UNIDADES 4 E 5 DA UTE WILLIAM ARJONA

As unidades geradoras 4 e 5 da Usina Termelétrica William Arjona, com potência total de 70 MW,utilizam gás natural para geração de energia elétrica e foram implantadas com o objetivo específico de atender a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), sob a regência do Contrato de Suprimento de Energia Elétrica firmado em 10.01.2002, com vigência até 31.12.2004.
A Administração da Companhia vinha considerando a possibilidade de desativar tais unidades geradoras no final do contrato com a CBEE. Em linha com esta possibilidade, a Companhia amortizou o valor econômico destes ativos no período de sua utilização, atingindo um valor residual compatível com o valor estimado de alienação.
Em 26.10.2004 a Administração da Companhia comunicou à assessoria do MME que, após o término do contrato com a CBEE, as referidas unidades geradoras seriam mantidas e estariam à disposição para operação centralizada, de acordo com as normas e procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a partir de 01.01.2005, nas mesmas condições das unidades 1, 2 e 3.
Desta forma, o processo de depreciação das referidas unidades não foi interrompido. Concomitantemente com a depreciação, a Companhia vem revertendo a amortização acelerada reconhecida ao longo do contrato com a CBEE.
O valor residual das unidades geradoras 4 e 5 em 31.12.2009 e 2008 é de R$ 33.134.

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Energia elétrica comprada	53.766	46.492	76.770	78.579
Transações no âmbito da CCEE	370	2.002	2.325	3.851
Encargos de uso da rede elétrica	69.742	64.196	76.502	67.852
Combustíveis fósseis/biomassa	630	-	798	145
Materiais e serviços	46.511	36.339	89.722	61.940
	171.019	**149.029**	**246.117**	**212.367**

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora					
	2009			2008		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas	15.824	127.240	143.064	24.173	175.841	200.014
BNP Paribas (*Floating Rate Note*)	-	100.293	100.293	-	129.526	129.526
Deutsche Bank	-	-	-	4.490	-	4.490
Encargos	3.060	-	3.060	4.568	-	4.568
	18.884	**227.533**	**246.417**	**33.231**	**305.367**	**338.598**
Moeda nacional						
Eletrobrás	30.318	10.796	41.114	27.445	41.114	68.559
BNDES	14.965	34.917	49.882	14.947	49.823	64.770
Banco do Brasil	3.529	3.530	7.059	3.529	7.059	10.588
Notas Promissórias	-	-	-	400.000	-	400.000
Encargos	258	-	258	33.367	-	33.367
	49.070	**49.243**	**98.313**	**479.288**	**97.996**	**577.284**
	67.954	**276.776**	**344.730**	**512.519**	**403.363**	**915.882**

	Consolidado					
	2009			2008		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas	15.824	127.240	143.064	24.173	175.841	200.014
BNP Paribas (*Floating Rate Note*)	-	100.293	100.293	-	129.526	129.526
Deutsche Bank	-	-	-	4.490	-	4.490
Encargos	3.060	-	3.060	4.568	-	4.568
	18.884	**227.533**	**246.417**	**33.231**	**305.367**	**338.598**
Moeda nacional						
Eletrobrás	30.318	10.796	41.114	27.445	41.114	68.559
BNDES	75.412	573.608	649.020	47.816	389.259	437.075
Agentes Financiadores do BNDES	71.504	561.833	633.337	52.650	725.722	778.372
Banco do Brasil	7.495	30.630	38.125	7.495	38.125	45.620
BRDE	6.835	11.391	18.226	6.826	18.203	25.029
Caixa Econômica Federal (CEF)	5.479	49.315	54.794	5.157	51.574	56.731
Notas Promissórias	-	-	-	400.000	-	400.000
ABN AMRO Real	-	-	-	55.026	-	55.026
Bradesco	-	-	-	829	-	829
Encargos	5.419	-	5.419	35.438	10.961	46.399
	202.462	**1.237.573**	**1.440.035**	**638.682**	**1.274.958**	**1.913.640**
	221.346	**1.465.106**	**1.686.452**	**671.913**	**1.580.325**	**2.252.238**

Em maio de 2008 a Companhia emitiu 40 (quarenta) Notas Promissórias no valor total de R$ 400.000, as quais venceram e foram resgatadas em maio de 2009. A liquidação financeira ocorreu com recursos próprios e oriundos da 3ª emissão de debêntures simples da Companhia, conforme mencionado na Nota 18.
Em março de 2009 a Companhia concluiu o processo de distribuição pública restrita da 4ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, ocorrida nos termos da Instrução CVM nº 400, tendo sido emitidas 300 Notas Promissórias no valor total de R$ 300.000, com vencimento em março de 2010, tendo como coordenador o Banco Votorantim. As referidas Notas Promissórias foram quitadas antecipadamente, em abril de 2009, com os recursos oriundos da 3ª emissão de debêntures simples da Companhia, conforme descrito na Nota 18.

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2007	**71.255**	**345.302**	**416.557**	**121.024**	**970.731**	**1.091.755**
Ingressos	400.000	-	400.000	416.708	166.823	583.531
Incorporação da CEM	15.203	62.153	77.356	-	-	-
Aquisição da PPESA	-	-	-	42.023	252.135	294.158
Aquisições efetuadas pela TBLP *(*)*	-	-	-	54.488	225.025	279.513
Transferências	64.727	(64.727)	-	142.906	(142.906)	-
Encargos gerados	72.475	110	72.585	114.956	47.992	162.948
Variações cambiais	10.879	69.364	80.243	11.275	69.364	80.639
Remuneração de garantias depositadas	-	(8.839)	(8.839)	-	(8.839)	(8.839)
Amortizações	(122.020)	-	(122.020)	(231.467)	-	(231.467)
Saldo em 31.12.2008	**512.519**	**403.363**	**915.882**	**671.913**	**1.580.325**	**2.252.238**
Ingressos	300.000	-	300.000	309.000	96.316	405.316
Transferências	66.619	(66.619)	-	222.709	(222.709)	-
Encargos gerados	58.862	54	58.916	110.439	71.196	181.635
Variações cambiais	(7.866)	(69.816)	(77.682)	(7.866)	(69.816)	(77.682)
Remuneração de garantias depositadas	-	9.794	9.794	-	9.794	9.794
Amortizações	(862.180)	-	(862.180)	(1.084.849)	-	(1.084.849)
Saldo em 31.12.2009	**67.954**	**276.776**	**344.730**	**221.346**	**1.465.106**	**1.686.452**

(*) Referem-se aos ingressos referentes aos empréstimos das empresas Tupan, Hidropower, Pedra do Sal, Eólica Beberibe e Areia Branca, adquiridas pela TBLP, controlada integral da Companhia.

c) Composição por tipo de moeda estrangeira e indexadores nacionais

	Controladora					
	2009			2008		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano (USD)	83.265	144.981	42,06	89.076	208.169	22,73
Euro (EUR)	40.456	101.436	29,42	40.279	130.429	14,24
		246.417	**71,48**		**338.598**	**36,97**
Moeda nacional						
CDI		-	-		433.011	47,28
TJLP		50.093	14,53		65.045	7,10
Não indexado		48.220	13,99		79.228	8,65
		98.313	**28,52**		**577.284**	**63,03**
		344.730	**100,00**		**915.882**	**100,00**

	Consolidado					
	2009			2008		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano (USD)	83.265	144.981	8,60	89.076	208.169	9,24
Euro (EUR)	40.456	101.436	6,01	40.279	130.429	5,79
		246.417	**14,61**		**338.598**	**15,03**
Moeda nacional						
CDI		-	-		488.866	21,71
TJLP		1.353.626	80,26		1.299.049	57,68
UMBNDES590 *(*)*		6.996	0,42		11.236	0,50
Não indexado		79.413	4,71		114.489	5,08
		1.440.035	**85,39**		**1.913.640**	**84,97**
		1.686.452	**100,00**		**2.252.238**	**100,00**

(*) Índice relativo à cesta de moedas calculado pelo BNDES.

d) Variação das moedas estrangeiras e indexadores

	(%)	
Moeda - indexador	**2009**	**2008**
Dólar Americano (USD)	(25,49)	31,94
Euro (EUR)	(22,57)	24,14
TJLP	6,12	6,25
CDI	9,84	12,35
UMBNDES590	(25,66)	33,86

e) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora			Consolidado		
	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
2011	15.824	29.290	45.114	15.824	180.354	196.178
2012	11.710	14.965	26.675	11.710	163.751	175.461
2013	7.597	4.988	12.585	7.597	142.423	150.020
2014	3.673	-	3.673	3.673	117.050	120.723
2015	100.293	-	100.293	100.293	89.027	189.320
2016 a 2023	-	-	-	-	542.693	542.693
2024	88.436	-	88.436	88.436	2.275	90.711
	227.533	**49.243**	**276.776**	**227.533**	**1.237.573**	**1.465.106**

f) Condições Contratadas

	Encargos	Condições de Pagamento		
		Vencimento	Encargos	Principal
Moeda estrangeira				
TBLE				
STN	*Libor* + 1,075% a.a.	04/2024	Semestrais, em Abril e Outubro	
BNP Paribas (*Floating Rate Note*)	*Euribor* + 2,75% a.a.	11/2015	Anual em Novembro	Parcela única em Nov/2015
Moeda nacional				
TBLE				
Eletrobrás	12% a.a.	04/2011	Mensais, até o vencimento	
BNDES	TJLP + 4% a.a. *(a)*	04/2013	Mensais, até o vencimento	
Banco do Brasil	8,14% a.a. *(d)*	12/2011	Mensais, até o vencimento	
Itasa				
BNDES	TJLP + 4% a.a. *(a)*	09/2013	Mensais, até o vencimento	
Agentes financiadores (BNDES) *(b)*	TJLP + 3,85% a.a. *(a)*	09/2013	Mensais, até o vencimento	
Lages				
BRDE	TJLP + 2,25% a.a. *(a)*	08/2012	Mensais, até o vencimento	
CESS				
BNDES	TJLP + 2,7% a.a. *(a)*	10/2023	Mensais, até o vencimento	
Agentes financiadores (BNDES) *(b)*	TJLP + 3,25% a.a. *(a)*	10/2023	Mensais, até o vencimento	
PPESA				
BNDES	TJLP + 5% a.a. *(a)*	04/2015	Mensais, até o vencimento	
BNDES	UMBNDES + 5% + Taxa Variável *(c)*	04/2015	Mensais, até o vencimento	
Agentes Financiadores (BNDES) *(b)*	TJLP + 4,5% a.a. *(a)*	04/2015	Mensais, até o vencimento	
Tupan				
CEF	TJLP + 3,5% a.a. *(a)*	12/2019	Mensais, até o vencimento	
Hidropower				
Banco do Brasil	8,08% a.a. *(d)*	10/2017	Mensais, até o vencimento	
Areia Branca				
BNDES	TJLP + 2,5% a.a. *(a)*	06/2024	Mensais, a partir de julho de 2010	
Beberibe				
BNDES	TJLP + 3,5% a.a. *(a)*	12/2023	Mensais, a partir de janeiro de 2010	
Pedra do Sal				
BNDES	TJLP + 1,92% a.a. *(a)*	12/2023	Mensais, a partir de janeiro de 2010	

(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.
(b) Os Agentes Financiadores do BNDES são Itaú Unibanco Holding S.A., Banco Bradesco, Banco Santander e Banco Votorantim.
(c) Taxa variável trimestral, reajustada nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira.
(d) Taxa fixa já considerando o bônus de adimplência de 15% para pagamento até a data de vencimento.

g) Garantias

g.1) Tractebel Energia S.A.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira
Secretaria do Tesouro Nacional (STN): (a) Cessão e transferência à União dos recebíveis, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento; (b) depósito, em forma de caução, no valor R$ 76.470, em 31.12.2009, o qual está apresentado em conta retificadora do financiamento correspondente.
Não há garantias concedidas para os demais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Companhia.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional
Eletrobrás: (a) Procuração ao credor com poderes de, em caso de inadimplência, transferir para o seu próprio nome, os valores necessários para o pagamento de sua dívida, a partir da conta bancária arrecadadora de receitas da Companhia; (b) Notas Promissórias no montante referente ao do financiamento, estando os títulos vinculados aos termos contratuais.
Banco do Brasil: (a) Cessão e transferência de crédito no valor de R$ 8.726, representado por venda de energia elétrica ou outros recursos com a mesma finalidade; (b) caução de Nota Promissória no valor correspondente ao do financiamento.
BNDES: Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito e do Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures: Em consequência da incorporação da CEM pela Tractebel Energia, ocorrida em 28.03.2008, as garantias anteriormente existentes nos dois Contratos, foram substituídas por Carta de Fiança do Itaú Unibanco Holding S.A., no valor de R$ 131.966, com validade até 15.10.2013.

g.2) Itasa
BNDES e Agentes Financiadores do BNDES: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Itá; (b) Penhor de Direitos Creditórios decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com seus acionistas; (c) conta reserva num montante equivalente a três meses da dívida do BNDES (substituída por fiança bancária) e três meses das despesas contratuais de operação e manutenção da UHE Itá. Além dessas garantias, os sócios caucionaram a totalidade das ações da Itasa ao BNDES e Agentes Financiadores.

g.3) Lages Bioenergética Ltda.
BRDE: (a) Cessão dos direitos creditórios do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado com a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc), com a interveniência da Companhia; (b) cessão dos Direitos de Indenização decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Vapor e Compra e Venda de Biomassa celebrados com as empresas Sofia Industrial e Exportadora Ltda. e a Battistella Industria e Comércio Ltda.; (c) cessão dos Direitos Emergentes da Autorização concedida pela Aneel para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica; (d) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a, em média, quatro meses do serviço da dívida.

g.4) Companhia Energética São Salvador
BNDES e Agentes Financiadores do BNDES: (a) penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE São Salvador; (b) conta centralizadora de direitos creditórios para recebimento dos direitos de crédito da CESS; e (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto.

g.5) Ponte de Pedra Energética S.A.
BNDES e Agentes Financiadores do BNDES: (a) penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Ponte de Pedra; (b) conta centralizadora de direitos creditórios para recebimento dos direitos de crédito da PPESA (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto.

g.6) Tupan Energia Elétrica S.A.
Caixa Econômica Federal (CEF): (a) hipoteca de terreno e imóveis; (b) alienação fiduciária de equipamentos; (c) totalidade das ações representativas do Capital Social; e (d) recebíveis e conta reserva. A Companhia está em negociação para substituir as fianças pessoais emitidas pelos antigos sócios, por uma Carta Fiança Corporativa da Tractebel Energia S.A.

g.7) Hidropower Energia S.A.
Banco do Brasil: (a) totalidade das ações representativas do Capital Social; e (b) recebíveis e conta Reserva. A Companhia está negociando a substituição das fianças pessoais emitidas pelos antigos sócios, por uma Carta Fiança Corporativa da Tractebel Energia S.A.

g.8) Eólica Beberibe S.A. e Hidrelétrica Areia Branca S.A.
BNDES: (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do Capital Social; e (c) recebíveis e conta reserva.

g.9) Eólica Pedra do Sal S.A.
BNDES: (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do Capital Social; e (c) recebíveis e conta reserva.

Continua...

VEC – 6COL X 52CM – PÁG. 7
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: VEC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pelran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_VEC.indd 7 16/3/2010 16:47:23

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

h) Compromissos contratuais (*covenants*)
A Companhia possui os seguintes *convenants* estabelecidos em seus contratos de empréstimos e financiamentos:

Dívida	*Covenants*
TBLE	
BNDES	Patrimônio líquido/ativo total ≥ 30%
PPESA	
BNDES e Agentes financiadores	Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
CESS	
BNDES e Agentes financiadores	Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
Lages	
BRDE	(Passivo circulante + passivo não circulante)/ativo total ≤ 66%
Itasa	
BNDES e Agentes financiadores	Patrimônio líquido/ativo total ≥ 40%
Hidropower	
Banco do Brasil	(i) Patrimônio líquido/ativo total ≥ 0,35 (ii) Margem EBITDA (*) (EBITDA/ROL) ≥ 0,80 (iii) EBITDA (*)/despesas financeiras ≥ 2,70 (iv) Dívida financeira Total/EBITDA (*) ≤ 4,0 (v) Ativo circulante/passivo circulante ≥ 1,2 (vi) Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
Tupan	
CEF	(i) Patrimônio líquido/ativo total ≥ 21% (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3 (iii) Capital Social/ativo imobilizado ≥ 21%

(*) EBITDA: Lucro operacional - resultado financeiro - depreciação e amortização, conforme definido pelo Contrato.

As empresas Eólica Pedra do Sal S.A. e Eólica Beberibe S.A. terão os *covenants* exigidos a partir de 30.04.2010 e a Hidrelétrica Areia Branca S.A., a partir de 30.06.2010.
Os *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia, exceto quanto ao a seguir comentado.
A Hidropower possui cláusulas restritivas em seu contrato de financiamento que requerem a manutenção de índices financeiros, entre eles o de liquidez corrente e de cobertura do serviço da dívida. Quando estes índices não são alcançados, a Hidropower, após ser notificada oficialmente pelo Agente Financeiro, deve proceder o aumento de capital em dinheiro, para cobrir tal insuficiência.
O passivo circulante da Hidropower encontra-se acima do nível requerido pelo contrato de financiamento, o que afeta negativamente tanto o índice de liquidez quanto o de cobertura do serviço da dívida, porém a administração não considera que haverá descumprimento de cláusula de contrato e o consequente vencimento antecipado de dívida, já que sua controladora, Tractebel Energia, manifestou formalmente que está negociando o equacionamento da situação junto ao banco e que, se necessário, irá capitalizar a Companhia dentro do prazo previsto caso a mesma seja notificada pelo Agente Financeiro. Até o presente momento não houve a referida notificação prevista no Contrato.

18. DEBÊNTURES

a) Composição

	2009			2008		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Tractebel Energia S.A.						
1ª Emissão (1ª Série)	-	139.817	139.817	9.141	140.000	149.141
1ª Emissão (2ª Série)	59.976	-	59.976	-	60.000	60.000
2ª Emissão (Série Única)	-	396.941	396.941	-	381.080	381.080
Cana Brava (Série Única)	13.124	38.842	51.966	11.917	51.904	63.821
3ª Emissão (Série Única)	-	601.617	601.617	-	-	-
4ª Emissão (Série Única)	-	399.996	399.996	-	-	-
Encargos	44.240	-	44.240	29.053	-	29.053
Total Controladora	**117.340**	**1.577.213**	**1.694.553**	**50.111**	**632.984**	**683.095**
Itasa (1ª e 2ª Séries)	8.055	24.570	32.625	9.154	32.760	41.914
Encargos	1.012	-	1.012	1.326	-	1.326
Total Consolidado	**126.407**	**1.601.783**	**1.728.190**	**60.591**	**665.744**	**726.335**

Em março de 2009 a Companhia emitiu 60.000 debêntures simples, da forma escritural, não conversíveis em ações da emissora, de séria única, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 10, perfazendo, na data de emissão, o montante total de R$ 600.000. A taxa de remuneração estabelecida no processo de *bookbuilding*, em 17.04.2009, foi de 117% do CDI. Os juros vencem semestralmente e o principal será amortizado em parcela única, em 01.04.2011.
A liquidação total da oferta pública das debêntures ocorreu no dia 28.04.2009 e os recursos obtidos por meio da oferta destinaram-se ao pagamento integral desta mesma data da 4ª emissão das Notas Promissórias, emitidas em março de 2009, e de parte da dívida representada pelas Notas Promissórias da 3ª emissão, emitidas em maio de 2008 e vencidas em 15.05.2009.
Os custos das transações incorridos na captação de recursos através dessa emissão foram de R$ 5.242, os quais foram contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 556/08. Dessa forma a taxa de juros efetiva das debêntures para fins de apropriação da despesa de juros contábil será de 118% do CDI.
Em dezembro de 2009 a Companhia emitiu 400 debêntures simples, da forma escritural, não conversíveis em ações da emissora, de séria única, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 1.000, perfazendo, na data de emissão, o montante total de R$ 400.000. A taxa de remuneração foi de 110% do CDI. Os juros vencem semestralmente, nas datas de 05.05 e 05.11 dos anos de 2010 a 2015.
A amortização das debêntures ocorrerá a partir do 24º mês após a data de emissão, inclusive, anualmente, na proporção de 1/5 do Valor Nominal Unitário, sendo a primeira amortização em 05.11.2011 e a última na data de vencimento, ou seja, em 05.11.2015.
A liquidação total da oferta ocorreu no dia 07.12.2009 e os recursos obtidos por meio da oferta serão destinados à aquisição futura da SUEZ Energia Renovável (SER), à redução de custos e alongamento de dívidas, bem como ao reforço do capital de giro para a condução dos negócios da Companhia.
Os custos das transações incorridos na captação de recursos através dessa emissão, cujos valores atingiram R$ 3.479, foram contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido. Assim sendo, a taxa de juros efetiva das debêntures para fins de apropriação da despesa de juros contábil passou a ser de 111% do CDI.

b) Mutação das debêntures

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2007	**32.138**	**560.302**	**592.440**	**56.560**	**664.919**	**721.479**
Incorporação da CEM	13.850	63.692	77.542	-	-	-
Transferências	29.272	(29.272)	-	37.462	(37.462)	-
Encargos gerados	55.266	114	55.380	61.453	139	61.592
Variações monetárias	(1.843)	38.148	36.305	2.879	38.148	41.027
Amortizações	(78.572)	-	(78.572)	(97.763)	-	(97.763)
Saldo em 31.12.2008	**50.111**	**632.984**	**683.095**	**60.591**	**665.744**	**726.335**
Ingressos	-	1.000.325	1.000.325	-	1.000.325	1.000.325
Transferências	73.120	(73.120)	-	81.310	(81.310)	-
Encargos gerados	102.299	1.745	104.044	105.930	1.745	107.675
Variações monetárias	(2.643)	16.775	14.132	(3.322)	16.775	13.453
Amortizações	(105.488)	-	(105.488)	(118.043)	-	(118.043)
Outros	(59)	(1.496)	(1.555)	(59)	(1.496)	(1.555)
Saldo em 31.12.2009	**117.340**	**1.577.213**	**1.694.553**	**126.407**	**1.601.783**	**1.728.190**

c) Condições contratadas

	Quantidade em circulação	Remuneração	Condições de Pagamento: Juros/atualização monetária	Condições de Pagamento: Principal	Garantia
TBLE					
1ª Série	14.000	IGPM + 9,29% a.a.	Anualmente em 02.05	Parcela única em 02.05.11	Sem garantia
2ª Série	6.000	103,9% do CDI	Semestrais em 02.05 e 02.11	Parcela única em 02.05.10	Sem garantia
2ª Emissão Série Única	35.000	IPCA + 7% a.a.	Anualmente em 15.05	3 parcelas em 15.05.12, 15.05.13 e 15.05.14	Sem garantia
3ª Emissão Série Única	60.000	117% do CDI	Semestrais em 01.04 e 01.10	Parcela única em 01.04.2011	Sem garantia
4ª Emissão Série Única	400	110% do CDI	Semestrais em 05.05 e 05.11	5 parcelas em 05.11.11, 05.11.12, 05.11.13, 05.11.14 e 05.11.15	Sem garantia
Cana Brava Série Única	7.773	TJLP + 4% a.a. *(*)*	Semestral em 01.04 e 01.10, até 01.04.2013	Semestral, variando de 4,7027% em 01.04.08, a 7,5737% em 01.04.13	Recebíveis decorrentes da geração e comercialização de energia
Itasa					
1ª Série e 2ª Série	8.400	IGPM + 9,4% a.a.	Anualmente em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série)	7 parcelas iguais, em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série) de cada ano, até 01.12.13 (1ª série), e 01.06.13 (2ª série)	Penhor dos Direitos Creditórios dos contratos de venda de energia para os seus acionistas

(*) O montante correspondente à parcela da TJLP que excede 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.

d) Variação dos indexadores

Indexador	(%) 2009	2008
TJLP	6,12	6,25
IGP-M	(1,71)	9,81
CDI	9,84	12,35
IPCA	3,93	5,89

e) Vencimentos das debêntures apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
2011	835.192	843.382
2012	228.008	236.198
2013	220.974	229.164
2014	212.700	212.700
2015	80.339	80.339
	1.577.213	**1.601.783**

f) Compromissos contratuais (*covenants*)
A Companhia possui os seguintes *convenants* estabelecidos em seus contratos de debêntures:

Dívida	*Covenants*
TBLE	
1ª série, 2ª Série e 2ª, 3ª e 4ª emissão (Série única)	EBITDA(*)/Despesas Financeiras Consolidadas ≥ 2,0 Dívida Consolidada/ EBITDA(*) ≤ 2,5
Cana Brava (Série única)	Patrimônio Líquido/Ativo Total ≥ 30%
Itasa	
1ª e 2ª Série	Patrimônio Líquido/Ativo Total ≥ 40%

(*) EBITDA: Lucro operacional - resultado financeiro - depreciação e amortização, conforme definido no Contrato.

Os *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos de debêntures estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Circulante				
Imposto de renda	272.187	259.647	274.642	262.753
Contribuição social	80.189	77.520	81.090	79.496
ICMS	6.823	15.567	30.090	33.456
PIS e Cofins	17.003	12.732	19.486	15.796
INSS	3.682	2.086	4.174	2.499
Outros	1.532	2.996	2.134	10.108
	381.416	**370.548**	**411.616**	**404.108**

A Companhia vem recolhendo o imposto de renda e a contribuição social mensalmente sobre a base de cálculo estimada, em consonância com a legislação em vigor.

20. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora			
	2009			2008
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Provisões de férias e encargos	13.030	-	13.030	12.594
Provisão para participação nos resultados e bônus gerencial	23.424	-	23.424	21.552
Programa de Desligamento Voluntário	3.703	3.561	7.264	6.367
Outras	551	986	1.537	1.694
	40.708	**4.547**	**45.255**	**42.207**

Consolidado
O balanço patrimonial consolidado de 2009 inclui o valor de R$ 525 (R$ 1.200 em 2008), referente a provisões trabalhistas reconhecidas no passivo circulante das controladas Itasa, CESS, PPESA e controladas da TBLP.

21. OBRIGAÇÕES COM O PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
FNDCT	826	12.640	975	13.907
MME	413	6.320	559	6.953
Projetos	41.822	36.077	46.578	39.410
	43.061	**55.037**	**48.112**	**60.270**

A Tractebel Energia, na condição de empresa geradora de energia elétrica, autorizada à produção independente, está obrigada a aplicar anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Os referidos recursos tem a seguinte destinação: (i) 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento desenvolvidos pela Companhia, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel; e (iii) 20% para o MME, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.
Do saldo consolidado de R$ 46.578 pendentes de aplicação em 31.12.2009, R$ 27.023 encontram-se comprometidos com projetos de pesquisa em andamento e o restante do valor ainda não possui projetos vinculados junto à Aneel.
Ressalta-se que o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Tractebel Energia visa à inovação tecnológica no setor energético e a capacitação técnico-científica de pesquisadores brasileiros, abrangendo temas de investimento, tais como: fontes alternativas de geração de energia elétrica, gestão de bacias e reservatórios, meio ambiente, manutenção e eficiência energética, entre outros.

22. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui notificações fiscais e cíveis que estão sendo impugnadas administrativamente, bem como processos judiciais que tramitam em diversas instâncias, algumas das quais, na avaliação dos consultores jurídicos se revestem de riscos prováveis. Todos esses processos estão provisionados por valores julgados suficientes para cobertura das contingências, conforme abaixo:

a) Composição

	Controladora					
	2009			2008		
	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida
Tributárias						
Contribuição social	107	-	107	15.152	(3.914)	11.238
INSS	27.461	(16.810)	10.651	29.358	(13.022)	16.336
	27.568	**(16.810)**	**10.758**	**44.510**	**(16.936)**	**27.574**
Cíveis						
Contratos com fornecedores	22.179	-	22.179	18.931	-	18.931
Benefício de aposentadoria	23.895	-	23.895	5.122	-	5.122
Doença ocupacional e acidente do trabalho	13.146	(1.297)	11.849	12.298	(1.272)	11.026
Ambientais	3.823	-	3.823	3.472	-	3.472
Ações diversas	2.763	(439)	2.324	5.057	(11)	5.046
	65.806	**(1.736)**	**64.070**	**44.880**	**(1.283)**	**43.597**
Trabalhistas	**16.056**	**(7.287)**	**8.769**	**21.399**	**(10.918)**	**10.481**
	109.430	**(25.833)**	**83.597**	**110.789**	**(29.137)**	**81.652**
Classificação no Balanço						
Circulante			12.580			10.140
Não circulante			71.017			71.512
			83.597			**81.652**

	Consolidado					
	2009			2008		
	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida
Tributárias						
Contribuição social	107	-	107	15.152	(3.914)	11.238
INSS	27.461	(16.810)	10.651	29.358	(13.022)	16.336
	27.568	**(16.810)**	**10.758**	**44.510**	**(16.936)**	**27.574**
Cíveis						
Contratos com fornecedores	22.179	-	22.179	18.931	-	18.931
Benefício de aposentadoria	23.895	-	23.895	5.122	-	5.122
Doença ocupacional e acidente do trabalho	13.146	(1.297)	11.849	12.298	(1.272)	11.026
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust)	26.239	(23.049)	3.190	16.940	(16.771)	169
Ambientais	3.823	-	3.823	3.472	-	3.472
Ações diversas	7.189	(439)	6.750	10.267	(1.030)	9.237
	96.471	**(24.785)**	**71.686**	**67.030**	**(19.073)**	**47.957**
Trabalhistas	**16.056**	**(7.287)**	**8.769**	**21.399**	**(10.918)**	**10.481**
	140.095	**(48.882)**	**91.213**	**132.939**	**(46.927)**	**86.012**
Classificação no Balanço						
Circulante			12.677			10.262
Não circulante			78.536			75.750
			91.213			**86.012**

Contingências tributárias

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
Em 31.12.2008, R$ 15.054 referiam-se a auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), em decorrência da Companhia ter compensado Base de Cálculo Negativa de competências de 1989 e 1990 na apuração da CSLL, na Declaração de Rendimentos da Pessoa Jurídica dos exercícios de 1996 e 1997. De acordo com a ementa do referido auto, a compensação de base de cálculo negativa de CSLL somente tem amparo legal a partir de 01.01.1992.
A autuação referente ao exercício de 1996 foi julgada desfavoravelmente à Companhia, pelo Conselho de Contribuintes, com a respectiva baixa pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em 26.01.2009. Consequentemente, a provisão, no valor de R$ 8.243 bem como os depósitos vinculados ao processo foram baixados em 2009.
Em relação à autuação do exercício de 1997, em 03.02.2009 a Câmara Superior de Recursos Fiscais declarou inexigível o crédito tributário, cancelando de forma definitiva o seu lançamento, em virtude da decadência do direito de constituição do crédito tributário pela RFB. Desta forma, a provisão no valor de R$ 6.959 foi revertida em 2009 e o respectivo depósito será resgatado após liberação da Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)
As principais contingências relativas ao INSS são as seguintes:
A Companhia recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) pelo não recolhimento de contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho. A Companhia defende que não há respaldo na legislação citada na notificação para as mencionadas competências, e que somente pode ser cobrado o adicional de contribuição caso o empregado tenha direito à aposentadoria especial, o que não é o caso no período em referência. O Conselho de Recursos da Previdência Social, diante dos argumentos de defesa apresentados pela Companhia, decidiu converter o julgamento em diligência para a realização de perícia. Em julho de 2009 a Receita Federal do Brasil emitiu Ofício informando que parte do valor da notificação estava prescrito, motivo pelo qual a provisão de R$ 4.721 foi revertida. O saldo remanescente em 31.12.2009 é de R$ 15.039 (R$ 18.111 em 31.12.2008).
A Companhia também possui notificação do INSS em função de pressuposta falta de recolhimento dos encargos previdenciários sobre verbas remuneratórias creditadas a funcionários. O objeto da notificação foi contestado pela Companhia, sob a alegação de que as importâncias pagas em decorrência dos acordos coletivos de trabalho tinham natureza indenizatória. A Companhia obteve êxito no julgamento de primeira instância, onde foi declarada nula a NFLD e o INSS foi condenado a restituir os depósitos convertidos em renda. Esta ação judicial encontra-se em grau de recurso no Tribunal Regional Federal (TRF) devido à apelação cível interposta pelo INSS. A provisão em 31.12.2009 é de R$ 9.168 (R$ 8.308 em 31.12.2008).

Contingências cíveis

Contratos com fornecedores
A principal contingência refere-se, basicamente, à ação ordinária de indenização ajuizada pela Companhia de Interconexão Energética (Cien), a qual requer o reconhecimento do direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como à rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual pela Tractebel Energia. Após a apresentação das contestações pela Companhia, o processo se encontra suspenso, a pedido da Cien, desde 23.04.2007. Em 16.06.2009 foi determinada a intimação da Aneel com a finalidade de se conhecer o interesse de participação dessa agência reguladora no referido processo. Em 25.08.2009 a Justiça Federal, após ouvir a Aneel, decidiu pela não obrigação da participação dessa na ação e devolveu o processo à Justiça Estadual, onde se encontra concluso para julgamento. O valor provisionado em 31.12.2009 é de R$ 16.279 (R$ 15.045 em 31.12.2008).

Benefício de aposentadoria
Refere-se à ação ajuizada contra a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (Elos) e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul), por meio da qual requerem os participantes da Elos a declaração de nulidade da limitação ao salário de contribuição ou, alternativamente, que sejam declaradas ineficazes as opções feitas pelos autores que limitavam o salário de sua contribuição. A Companhia figura como assistente das rés, em razão da cisão parcial da Eletrosul, com a criação da Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul), denominação anterior da Tractebel Energia. A decisão de primeiro grau, confirmada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina em Acórdão que aguarda julgamento de embargos, é contrária aos interesses da Elos e Eletrosul. Em decorrência de aspectos antes não considerados e da intenção da administração da Companhia de manter negociação com os autores da ação, foi constituída, no ano de 2009, uma contingência adicional de R$ 16.740. O valor provisionado em 31.12.2009 é de R$ 23.895 (R$ 5.122 em 31.12.2008).

Doença ocupacional e acidente do trabalho
Correspondem a ações ajuizadas por ex-empregados, cujo objeto versa, principalmente, sobre lesão por esforço repetitivo e eventual dano da capacidade auditiva. As previsões iniciais de condenação não se confirmaram e o resultado dessas ações tem sido amplamente favorável à Companhia. A provisão é constituída para cada causa considerando o provável desembolso futuro que a Companhia espera ter para encerrar a ação por acordo ou condenação.

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust)
Refere-se à ação ajuizada pela PPESA, controlada integral da Energia América do Sul Ltda., visando reduzir o valor a recolher da Tust ao montante equivalente ao cobrado da UHE Itiquira. De junho de 2006 a janeiro de 2007 a PPESA passou a recolher a Tust de forma reduzida e a provisionar e depositar judicialmente a diferença entre o valor cobrado e o pago. A partir de fevereiro de 2007, a PPESA substituiu os depósitos judiciais por uma carta de fiança bancária. A fim de reduzir o custo da fiança contratada, a Companhia vinculou ativos financeiros à referida fiança, os quais estão sendo apresentados em conta retificadora desta provisão.

Ambientais
A Companhia tem provisionado o valor de R$ 3.823 (R$ 3.472 em 31.12.2008) relativo a quatro processos ambientais, cujos objetos versam principalmente sobre o reflorestamento de áreas de preservação permanente (APP) e danos causados pela construção da UHE Cana Brava. As ações estão seguindo seus trâmites normais.

Ações diversas
Decorrem, principalmente, de ações de desapropriação e indenização impetradas por pessoas físicas e jurídicas atingidas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas.

Contingências trabalhistas
Referem-se a ações trabalhistas em andamento movidas por ex-empregados, sindicato e por trabalhadores de empresas terceirizadas, cujos objetos correspondem, principalmente, aos pedidos de vínculo empregatício e de reintegração. As demais ações trabalhistas estão relacionadas à cobrança de adicional de periculosidade, horas extras, equiparação salarial, horas *in itinere* e FGTS.

b) Movimentação

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Provisão bruta
Saldo em 31.12.2007	**39.929**	**46.558**	**20.018**	**106.505**
Adições	-	2.576	7.110	9.686
Atualizações	4.850	6.785	3.016	14.651
Pagamentos	-	(1.123)	(7.645)	(8.768)
Reversões	(269)	(13.161)	(1.100)	(14.530)
Incorporação de controlada	-	3.245	-	3.245
Saldo em 31.12.2008	**44.510**	**44.880**	**21.399**	**110.789**
Adições	181	17.358	2.453	19.992
Atualizações	3.224	4.921	1.976	10.121
Pagamentos	(4.978)	(231)	(4.314)	(9.523)
Reversões	(15.369)	(1.122)	(5.458)	(21.949)
Saldo em 31.12.2009	**27.568**	**65.806**	**16.056**	**109.430**

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Provisão bruta
Saldo em 31.12.2007	**39.929**	**52.694**	**20.018**	**112.641**
Adições	-	7.232	7.110	14.342
Adição relativas a PPESA	-	13.803	-	13.803
Atualizações	4.850	7.914	3.016	15.780
Pagamentos	-	(1.123)	(7.645)	(8.768)
Reversões	(269)	(13.490)	(1.100)	(14.859)
Saldo em 31.12.2008	**44.510**	**67.030**	**21.399**	**132.939**
Adições	181	24.546	2.453	27.180
Atualizações	3.224	7.304	1.976	12.504
Pagamentos	(4.978)	(1.247)	(4.314)	(10.539)
Reversões	(15.369)	(1.162)	(5.458)	(21.989)
Saldo em 31.12.2009	**27.568**	**96.471**	**16.056**	**140.095**

c) Contingências de risco possível ou remoto
A Companhia é parte, também, em outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com processos de naturezas semelhantes, não apresentam risco provável e, portanto, não foram provisionadas, sendo apenas evidenciadas nas notas explicativas. Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	Controladora					
	2009					2008
	Risco possível	Risco remoto	Total bruto	Depósito judicial	Total líquido	Total líquido
Tributárias	424.060	169.834	593.894	(161.298)	432.596	233.687
Cíveis	23.200	9.785	32.985	(4.838)	28.147	33.038
Trabalhistas	8.944	15.621	24.565	(1.513)	23.052	22.238
	456.204	**195.240**	**651.444**	**(167.649)**	**483.795**	**288.963**

	Consolidado					
	2009					2008
	Risco possível	Risco remoto	Total bruto	Depósito judicial	Total líquido	Total líquido
Tributárias	424.164	169.834	593.998	(161.402)	432.596	233.687
Cíveis	38.670	9.793	48.463	(5.512)	42.951	47.762
Trabalhistas	8.944	15.621	24.565	(1.513)	23.052	22.238
	471.778	**195.248**	**667.026**	**(168.427)**	**498.599**	**303.687**

A Companhia possui depósitos judiciais que estão vinculados a provisões de risco possível e remoto que, na sua maioria, são exigidos para garantia da condenação em execução ou efetivação de depósito recursal. Estes valores são atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante.

Contingências tributárias de risco possível
Os principais objetos relativos às contingências tributárias de risco possível são os seguintes:

PIS e Cofins
A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal, por entender que a Instrução Normativa SRF nº 468/2004 invadiu a competência do Poder Legislativo ao dar novo conceito ao termo "preço predeterminado", previsto no art. 10 da Lei nº 10.833/2003. A Companhia entende que a acepção do referido termo já está consagrada no Sistema Tributário Nacional e vem sendo usado desde o Decreto-Lei nº 1.598/1977, o que implica ser a referida Instrução Normativa ilegal.

Continua...

VEC – 6COL X 52CM – PÁG. 8
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: VEC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pelfran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_VEC.indd 8 16/3/2010 16:47:24

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

Em consequência, a Companhia recolheu o PIS e a Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes de contratos firmados anteriormente a 31.10.2003, com prazo superior a um ano e a preço predeterminado, com base no regime de tributação cumulativa previsto na legislação anterior, no período de novembro de 2004 a maio de 2005, no valor de R$ 44.640, atualizado até 31.12.2009. No período de junho de 2005 a outubro de 2006 depositou os valores que entendia indevidos em conta vinculada ao Juízo onde tramita a ação, no montante de R$ 140.504, atualizado até 31.12.2009.
Em virtude de previsão de decisão favorável do TRF da 4ª Região, a Companhia suspendeu os depósitos em novembro de 2006. Em 11.04.2007, o TRF concluiu o julgamento do referido mandado de segurança, dando-lhe, por unanimidade, integral provimento para reconhecer a ilegitimidade e inconstitucionalidade das Instruções Normativas nºs 468 e 658, tanto no que se refere à aplicação da cláusula de correção monetária, quanto no que diz respeito à aplicação da cláusula de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos da Companhia.
Em 06.07.2007, a Companhia recebeu Auto de Infração Fiscal por não ter recolhido ou depositado, nem informado em Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), os valores do PIS e da Cofins relativos aos meses de novembro e dezembro de 2006. O não recolhimento ou depósito dos valores, muito embora questionados judicialmente, não teria amparo jurídico segundo o entendimento da Delegacia da Receita Federal. Em 07.08.2007, a Companhia impugnou o Auto de Infração alegando que são indevidos os valores sob os mesmos fundamentos jurídicos sustentados no Mandado de Segurança impetrado em julho de 2005.
Na opinião dos consultores jurídicos, o risco de perda da demanda judicial é inferior à chance de êxito, razão pela qual a Companhia não está provisionando o valor não recolhido a partir da competência junho de 2005. A contingência atualizada, em 31.12.2009, na controladora e no consolidado, é de R$ 345.911, R$ 205.407, líquida dos depósitos judiciais acima mencionados (R$ 163.556, em 31.12.2008).

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)
As principais autuações avaliadas como possível decorre de Autos de Infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal, em decorrência de a Companhia ter efetuado compensações de débitos de imposto de renda e contribuição social, em denúncia espontânea, através do Pedido de Ressarcimento ou Restituição via Declaração de Compensação (PER/DCOMP), sem a incidência de multas. Desta forma, a Receita Federal homologou parcialmente os pedidos de compensação e a Companhia apresentou manifestações de inconformidade, as quais se encontram pendentes de julgamento. A Companhia defende que não se pode cogitar que a administração tributária possa impetrar multa contra a Companhia que possuía créditos fiscais a compensar e que declarou os seus débitos através de denúncia espontânea. O montante atualizado da autuação, em 31.12.2009, na controladora e no consolidado, é de R$ 43.761 (R$ 39.654 em 31.12.2008);

Compensação de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)
Em 2009, a Companhia recebeu despachos decisórios não homologatórios de PER/DCOMP, por ter utilizado valores de imposto de renda e contribuição social indevidos ou pagos a maior, apurados por estimativa mensal, para compensar os mesmos tributos devidos nos próprio período de apuração. Segundo o entendimento da RFB, o recolhimento indevido ou a maior somente poderia ser utilizado na compensação do IRPJ ou CSLL devidos a partir do exercício seguinte ao de apuração.
Uma vez que os excessos de estimativas mensais já estavam em poder da União Federal a partir do momento em que foi efetivado o recolhimento, a Companhia entende que tem faculdade de utilizar o excesso de pagamento por estimativa para fins de compensação dentro do próprio período de apuração. O valor da contingência atualizada em 31.12.2009, na controladora e no consolidado, é de R$ 1.457.

INSS
As principais notificações classificadas como possíveis, são as que seguem:
- Auto de infração referente a notificações de cobrança de contribuição previdenciária sobre parcelas indenizatórias. A Companhia foi absolvida parcialmente na esfera administrativa e ingressou com medida judicial, tendo obtido êxito em primeiro grau. Atualmente, aguarda julgamento de apelação do INSS. O valor atualizado da autuação, em 31.12.2009, é de R$ 3.910 (R$ 3.186 em 31.12.2008).
- Notificações fiscais decorrentes da aplicação de suposta solidariedade e transferência de responsabilidade, da Eletrosul para a Tractebel Energia, em questionamentos relativos à incidência de encargos previdenciários sobre serviços de mão de obra prestados por empresas terceirizadas, até a data de cisão da Eletrosul, e consequente constituição da Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul), atualmente Tractebel Energia. Em 2008, o Conselho de Contribuintes reconheceu a decadência das contribuições para determinados autos, tendo a Companhia efetuado a baixa dos respectivos processos. Outros autos com o mesmo objeto ainda estão pendentes de julgamento por parte deste Conselho. Em 31.12.2009, o valor atualizado da notificação é de R$ 1.437 (R$ 1.627 em 31.12.2008).

Contingência tributária de risco remoto

Recuperação de PIS e Cofins
Em 1998, foi publicada a Lei nº 9.718 ampliando a base de cálculo do PIS e da Cofins que, até então, incidiam apenas sobre o faturamento das empresas.
A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da referida lei, logrando êxito na demanda, o que lhe permitiu compensar as contribuições calculadas sobre as receitas diversas das decorrentes de faturamento, relativamente ao período de apuração 02/1999 a 11/2002, para o PIS, e 02/1999 a 01/2004, para a Cofins.
A principal receita computada no cálculo do valor a compensar diz respeito à rubrica contábil denominada "Receita de Subvenção da Conta de Consumo de Combustível (CCC)".
Em 2009, a Receita Federal do Brasil (RFB) intimou a Companhia a recolher o valor de R$ 135.982, já incluídos os juros e multas, referente ao período de abril de 2004 a janeiro de 2007, alegando que a "subvenção CCC" representa faturamento e, portanto, era devida a sua inclusão na base de cálculo do PIS e da Cofins no período acima mencionado. O valor total da notificação atualizado em 31.12.2009 é de R$ 141.612.
Ocorre que, na avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, os argumentos da RFB não procedem e podem ser facilmente contestados, porquanto o conceito atribuído à sistemática da "subvenção CCC", para fins de contabilização de combustíveis fósseis consumidos pelos agentes geradores de energia elétrica, não era compatível com a natureza jurídica de receita. Desta forma, a Companhia efetuou a manifestação de inconformidade da intimação na esfera administrativa e, se necessário fará, na esfera judicial. Mesmo que a "subvenção CCC" tivesse a natureza de receita, que não tem, não representaria "faturamento" que era a única receita passível de tributação pelo PIS e pela Cofins.
De fato, até 2005 o combustível adquirido com recursos da CCC/CDE era contabilizado por ocasião de seu consumo nas usinas como "custo de operação" em contrapartida com uma receita de "subvenção".
A Aneel alterou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica para modificar o conceito que vinha sendo utilizado inadequadamente e, a partir de 2006, o lançamento contábil passou a ser "custo de operação" em contrapartida de uma conta retificadora para neutralizar o resultado. Esta alteração está fortemente fundamentada em Notas Técnicas emitidas por aquela Agência.
Em face da síntese acima apresentada, é entendimento da Administração de que o risco de perda no processo é remoto.

Contingências cíveis
As ações cíveis, de risco possível, correspondem, basicamente, a ações de desapropriações e indenizações impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido afetadas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas da Companhia.
A PPESA é parte em auto de infração na esfera administrativa, lavrado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), no valor de R$ 11.944, em 31.12.2009 (R$ 10.800 em 31.12.2008), referente a supostos danos ambientais causados pela Empresa quando do enchimento do reservatório da Usina. A PPESA apresentou defesa administrativa que se encontra em grau de recurso administrativo perante o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Contingências trabalhistas
As contingências trabalhistas, de risco possível, referem-se, principalmente, a ações movidas por ex-empregados requerendo o vínculo empregatício, a reintegração e a complementação de aposentadoria.

23. CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
UHE Cana Brava	309.289	287.655	309.289	287.655
UHE Ponte de Pedra	-	-	289.335	271.371
UHE São Salvador	-	-	358.850	-
	309.289	**287.655**	**957.474**	**559.026**
Classificação no Balanço				
Circulante	1.857	1.873	37.419	2.343
Não circulante	307.432	285.782	920.055	556.683
	309.289	**287.655**	**957.474**	**559.026**

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões foram registrados no ativo imobilizado em contrapartida com os passivos circulante e não circulante.
Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base na taxa de desconto de 10% a.a. para a UHE Cana Brava e UHE São Salvador, prevista nos respectivos Editais de Concorrência para a licitação das referidas concessões, e de 8,28% a.a. para a UHE Ponte de Pedra, taxa de mercado na data da aquisição da empresa.
Até a entrada em operação comercial das Usinas a atualização do passivo em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo e, a partir daí, reconhecida diretamente no resultado.
A concessão onerosa da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHE São Salvador), pertencente a controlada CESS, foi reconhecida no segundo trimestre de 2009. Pela concessão a Companhia pagará à União, por intermédio da Aneel, o valor original de R$ 555.000, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual reajustado. O início do pagamento ocorreu em 15.09.2009 após a entrada em operação comercial da 1ª unidade geradora da UHE São Salvador.
A Companhia tem a obrigação de pagar à União pela outorga da concessão para exploração do potencial de energia hidráulica do aproveitamento hidrelétrico Cana Brava, Ponte de Pedra e São Salvador, os valores abaixo indicados, em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores de pagamento anual, com atualização baseada na variação anual do IGP-M (UHE Cana Brava e UHE Ponte de Pedra) e do IPCA (UHE São Salvador).
Os valores históricos e atualizados, em 31.12.2009, são os seguintes:

	Valor histórico		Valor atualizado	
UHE Cana Brava				
Ano	**Anual**	**Total**	**Anual**	**Total**
De 01.01.2010 a 31.07.2023	680	9.237	1.857	25.219
De 01.08.2023 a 31.07.2033	61.280	612.800	167.311	1.673.105
		622.037		**1.698.324**
UHE Ponte de Pedra				
De 01.01.2010 a 30.09.2019	200	1.950	483	4.712
De 01.10.2019 a 30.09.2020	16.200	16.200	39.148	39.148
De 01.10.2020 a 30.09.2034	31.109	435.531	75.176	1.052.468
		453.681		**1.096.328**
UHE São Salvador				
De 01.01.2010 a 30.04.2037	19.820	**543.393**	37.081	**1.016.491**

a) Mutação	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2007	**-**	**-**	**-**	**1.639**	**234.188**	**235.827**
Aquisição da PPESA	-	-	-	462	241.277	241.739
Incorporação da CEM	1.670	244.614	246.284	-	-	-
Transferências	1.617	(1.617)	-	2.153	(2.153)	-
Encargos gerados	-	20.305	20.305	-	37.854	37.854
Variações monetárias	-	22.480	22.480	-	45.517	45.517
Amortizações	(1.414)	-	(1.414)	(1.911)	-	(1.911)
Saldo em 31.12.2008	**1.873**	**285.782**	**287.655**	**2.343**	**556.683**	**559.026**
Transferências	1.848	(1.848)	-	11.633	(11.633)	-
Concessão da CESS	-	-	-	38.082	314.015	352.097
Encargos gerados	-	28.258	28.258	-	64.728	64.728
Variações monetárias	-	(4.760)	(4.760)	-	(3.738)	(3.738)
Amortizações	(1.864)	-	(1.864)	(14.639)	-	(14.639)
Saldo em 31.12.2009	**1.857**	**307.432**	**309.289**	**37.419**	**920.055**	**957.474**

b) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
2011	1.857	34.317
2012	1.857	31.365
2013	1.857	28.688
2014	1.857	26.254
2015	1.857	24.041
Após 2016	298.147	775.390
	307.432	**920.055**

24. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO
Os benefícios pós-emprego mantidos pela Companhia são os seguintes:

a) Plano de Benefícios de Previdência Complementar
A Companhia, através da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar (PREVIG) mantém Plano de Benefícios de Previdência Complementar para seus empregados. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras Companhias pertencentes ao Grupo GDF SUEZ.
Os Planos de Benefícios administrados pela PREVIG são dos tipos Benefício Definido e Contribuição Definida. O Plano de Benefício Definido encontra-se fechado para novas inscrições de empregados.

a.1) Plano de Benefício Definido
O Plano de Benefício Definido tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e os auxílios.
O custeio do Plano de Benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados.
- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez e por idade;
- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de auxílio reclusão; e
- Auxílio funeral.

Anteriormente à constituição da PREVIG, o Plano de Benefício Definido era administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (Elos), patrocinado pela Companhia e pela Eletrosul sem solidariedade entre as patrocinadoras. Em outubro de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou a rescisão do Convênio de Adesão com a Elos e a total transferência de gerenciamento do plano de benefícios para a PREVIG. Apesar da citada rescisão, face liminares obtidas por entidades sindicais e pela Associação dos Aposentados da Eletrosul, os participantes que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da Eletrosul, bem como pelos participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido até aquela data, permaneceram no Plano de Benefícios administrado pela Elos sob a responsabilidade da Companhia, que paga 51,34% do valor das despesas administrativas da Elos (a parcela restante, de 48,66%, é custeada pelo Plano de Benefícios da Eletrosul). As despesas são limitadas em 15% das respectivas receitas previdenciais da Elos vinculadas a essa massa de participantes e o valor de responsabilidade da Companhia, no ano de 2009, foi de R$ 1.938 (R$ 1.770 em 2008).
A Companhia, no dia 15.05.2007, celebrou acordos com a Elos, Eletrosul, PREVIG e Associação de Aposentados da Eletrosul visando o restabelecimento da adesão com a Elos, permitindo aos participantes optarem em permanecer na Elos ou transferir-se para a PREVIG. Em ambas as opções tendo a Companhia como patrocinadora do Plano.
A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG vinculadas a esse Plano de Benefícios, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais. O valor dessas despesas no exercício de 2009 foi de R$ 1.374 (R$ 1.273 em 2008).

As premissas atuariais e hipóteses utilizadas na avaliação dos benefícios estão descritas a seguir:

Premissas	2009	2008
Taxa de desconto (a.a.)	10,50%	10,25%
Taxa de retorno esperado dos ativos (a.a.)	11,34%	10,50%
Crescimento salarial futuro do participante ativo e autopatrocinado (a.a.)	4,50%	5,00%
Crescimento dos benefícios da previdência social e do Plano patrocinado pela Cia (a.a.)	4,50%	5,00%
Inflação	4,50%	5,00%
Fator de capacidade (Salários e Benefícios)	100%	100%

Hipóteses	2009 e 2008
Tábua de Mortalidade (ativos)	AT 2000 (por sexo)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 *Disabled*
Tábua de Entrada em Invalidez	Watson Wyatt 1985 *Disability Class 1*
Tábua de Rotatividade	T-1 *Service Table*
Idade de Aposentadoria	Primeira data em que completam todas as carências
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	90
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

Outras Hipóteses	2009 e 2008
Participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40), que optarão pela conversão	100%
Fator de conversão do SB-40	140%

O demonstrativo do passivo atuarial decorrente de benefícios pós-emprego reconhecido no balanço patrimonial da Companhia é o seguinte:

	Controladora e Consolidado					
	2009			2008		
	Plano de aposentadoria	Gratificação de confidencialidade	Total	Plano de aposentadoria	Gratificação de confidencialidade	Total
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	1.183.628	-	1.183.628	1.307.226	-	1.307.226
Valor justo dos ativos	(869.149)	-	(869.149)	(808.818)	-	(808.818)
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	-	1.795	1.795	-	1.737	1.737
Subtotal	314.479	1.795	316.274	498.408	1.737	500.145
Valor líquido dos ganhos (perdas) atuariais não reconhecidas no balanço	69.482	(1.326)	68.156	(155.690)	(1.013)	(156.703)
Passivo reconhecido no balanço	**383.961**	**469**	**384.430**	**342.718**	**724**	**343.442**
Classificação no balanço						
Circulante			25.478			21.642
Não circulante			358.952			321.800
			384.430			**343.442**

O valor das perdas atuariais excedentes a 10% do valor presente das obrigações atuariais, no montante de R$ 3.144, não reconhecido no passivo atuarial, será registrado no resultado, de forma linear, pelo período de aproximadamente 8,41 anos, que corresponde ao tempo médio de contribuição futura estimado para os empregados participantes do plano. O valor da referida perda a ser reconhecida no resultado de 2010 será de R$ 374.
Parte do passivo atuarial reconhecido no balanço patrimonial está coberto por obrigações contratadas e/ou reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as Fundações. A composição do passivo nas demonstrações contábeis é a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	2009			2008
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Obrigações contratadas/reconhecidas				
Contrato de confissão de dívidas passadas	19.722	100.289	120.011	130.617
Passivo atuarial não contratado				
Cobertura dos custos relativos à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40) e contribuições correntes	2.133	3.124	5.257	4.138
Déficit atuarial e gratificação de confidencialidade	3.623	255.539	259.162	208.687
Passivo atuarial registrado	**25.478**	**358.952**	**384.430**	**343.442**

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e sobre as mesmas incidem juros de 6% a.a. A expectativa de realização dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

	Elos	PREVIG	Total
2011	15.855	1.919	17.774
2012	13.129	1.955	15.084
2013	13.937	2.072	16.009
2014	14.794	1.682	16.476
2015	1.593	1.518	3.111
2016 a 2029	18.257	13.578	31.835
	77.565	**22.724**	**100.289**

A movimentação dos benefícios pós-emprego está resumida a seguir:

	Plano de aposentadoria	Gratificação de confidencialidade	Total
Passivo em 31.12.2007	**327.764**	**1.019**	**328.783**
Despesas do exercício de 2008	45.120	230	45.350
Contribuições	(30.166)	-	(30.166)
Benefícios pagos	-	(525)	(525)
Passivo em 31.12.2008	**342.718**	**724**	**343.442**
Despesas do exercício de 2009	71.983	276	72.259
Contribuições	(30.740)	-	(30.740)
Benefícios pagos	-	(531)	(531)
Passivo em 31.12.2009	**383.961**	**469**	**384.430**

Os valores a serem reconhecidos no resultado, de janeiro a dezembro de 2010, relativamente ao plano de Benefícios Definidos e Gratificação de confidencialidade, são os seguintes:

	Plano de aposentadoria	Gratificação de confidencialidade	Total
Custo do serviço corrente	208	55	263
Custo dos juros	119.478	155	119.633
Rendimento esperado dos ativos do plano	(95.010)	-	(95.010)
Amortização das perdas atuariais	276	98	374
Contribuição dos empregados	(138)	-	(138)
	24.814	**308**	**25.122**

a.2) Plano de Contribuição Definida
Além do plano de Benefício Definido, a PREVIG passou a administrar o plano tipo Contribuição Definida, encerrando o plano inicial para novas inscrições em 05.10.2004, data da aprovação do novo plano, comunicada pela SPC.
No plano de Contribuição Definida, o custeio do Plano de Benefícios é constituído por contribuições básicas dos participantes e da patrocinadora. A contribuição básica da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados.

b) Gratificação de confidencialidade
Consiste no pagamento de uma remuneração ao empregado da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

25. PASSIVO FISCAL DIFERIDO
Na controladora refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos de R$ 36.535, calculados sobre a provisão de venda de energia elétrica no âmbito do MAE no valor de R$ 107.456, correspondente ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Considerando que o valor da receita está sendo contestado judicialmente por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, segundo o disposto em Despacho da Aneel, eventual êxito dos agentes impetrantes caracterizará a inexistência da receita e do respectivo ativo, razão pela qual a mesma está sendo tratada como provisão e considerada diferença temporária para fins fiscais. No consolidado, em 31.12.2009, inclui um montante adicional de R$ 10.611 relativo, substancialmente, a imposto diferido sobre a diferença entre a base fiscal e contábil da controlada PPESA.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social autorizado
A Companhia está autorizada a aumentar o seu Capital Social até o limite de R$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. A Companhia não possui ações em tesouraria.

b) Capital Social subscrito e integralizado
A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil e listada no segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa.
O Capital Social da Companhia, em 31.12.2009, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação, em 31.12.2009, é de R$ 5,64 (R$ 4,86 por ação em 31.12.2008).
O quadro societário da Companhia está assim constituído:

	% do Capital	
Acionistas	2009	2008
GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA)	68,71	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00	10,00
BNDES Participações S.A. (BNDESPAR)	2,45	2,13
Outros	18,84	19,16
	100,00	**100,00**

A quantidade de ações da Companhia em circulação está demonstrada no quadro abaixo:

	Total de ações da Companhia	Total de ações detidas pelo Controlador e Administradores	Total de ações em circulação
Saldo em 31.12.2008	**652.742.192**	**448.808.713**	**203.933.479**
Resgate de aluguel de ações de Administradores	-	69.050	(69.050)
Aquisição de novas ações por Administradores	-	10.000	(10.000)
Saldo em 31.12.2009	**652.742.192**	**448.887.763**	**203.854.429**

c) Composição das reservas

	2009	2008
Reserva de Capital		
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	**91.695**	**91.695**
Reservas de Lucros		
Reserva legal	361.974	305.254
Reserva de retenção de lucros	781.832	328.073
	1.143.806	**633.327**

c.1) Reserva de Capital
Refere-se à remuneração do capital próprio aplicado em imobilizações em curso, calculada à taxa de 10% a.a. durante o período de 01.01.1986 a 31.12.1998, conforme legislação específica do setor elétrico. Essa reserva poderá ser utilizada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, e para incorporação ao Capital Social.

c.2) Reserva legal
Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social. A referida reserva somente pode ser integralizada para compensar prejuízos ou aumentar o Capital Social.

c.3) Reserva de retenção de lucros
A Administração da Companhia, com base em orçamento de capital a ser submetido à Assembleia Geral Ordinária, está propondo a constituição de reserva de retenção de lucros no valor de R$ 453.759, sem prejuízo à distribuição de dividendos, para serem investidos, principalmente, na aquisição da Usina Hidrelétrica Estreito, nas obras nas Usinas Destilaria Andrade, Areia Branca, São Salvador e Estreito e na manutenção do parque gerador da Companhia.

27. DIVIDENDOS
O Conselho de Administração, em reunião realizada em 07.08.2009, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações contábeis levantadas em 30.06.2009, no valor de R$ 348.006, correspondentes a R$ 0,5331449226 por ação, os quais foram pagos em 26.08.2009.
Em 05.11.2009 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio, no valor de R$ 194.000, correspondentes a R$ 0,2972076915 por ação, com base na posição acionária de 17.11.2009 e com data de pagamento a ser definida pela Diretoria Executiva da Companhia.
Os valores acima mencionados, líquidos do imposto de renda retido na fonte, estão sendo imputados aos dividendos referentes ao exercício de 2009.
Os juros sobre o capital próprio foram registrados em despesas financeiras e revertidos nessa mesma rubrica, não sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício, em virtude dos mesmos não produzirem efeitos no lucro operacional, mas tão-somente nas linhas do imposto de renda e da contribuição social.
A política de dividendos da Tractebel Energia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e, além disso, determina intenção de pagar em cada ano calendário, dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em valor não inferior a 55% do lucro líquido ajustado, em distribuições semestrais.

	2009	2008
a) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	1.134.398	1.115.153
Constituição da reserva legal (5%)	(56.720)	(55.758)
Base de cálculo	1.077.678	1.059.395
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	**323.303**	**317.819**
b) Dividendos/juros sobre o capital próprio propostos		
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	166.019	151.402
Dividendos intercalares	348.006	580.299
Dividendos adicionais propostos	81.913	-
Subtotal	595.938	731.701
IRRF dos juros sobre o capital próprio	27.981	24.598
Total	**623.919**	**756.299**
Dividendos/juros sobre o capital próprio antes da retenção do imposto de renda, por ação ordinária **(em R$ 1,00)**:	0,9558426155	1,1586484519

Os dividendos adicionais propostos, no valor de R$ 81.913, correspondem a R$ 0,1254900014 por ação, serão pagos após deliberação da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações contábeis.

Continua...

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

A destinação do lucro líquido do exercício, no montante total de R$ 623.919, equivalente a 55% do lucro líquido do exercício, foi refletida nas demonstrações contábeis no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

28. DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora					
	2009					2008
	Custos		Despesas			
	Produção de energia	Serviços prestados	Com vendas	Gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	105.457	7.514	9.117	45.642	167.730	157.518
Administradores	-	-	-	12.059	12.059	10.513
Material	18.978	241	28	2.206	21.453	21.042
Serviço de terceiro	52.932	1.882	1.034	41.572	97.420	98.153
Combustível p/ produção de energia	32.547	-	-	-	32.547	92.456
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	77.276	-	-	-	77.276	80.442
Depreciação e amortização	211.046	-	-	6.120	217.166	208.375
Seguros	7.460	429	-	413	8.302	7.906
Taxa de fiscalização	-	-	-	8.654	8.654	7.783
Contribuições e doações	637	109	-	9.635	10.381	9.448
Contribuições setoriais	-	-	2.438	202	2.640	2.514
Aluguéis	4.594	72	204	5.366	10.236	11.586
Outros	1.544	(133)	(256)	18.132	19.287	19.248
	512.471	**10.114**	**12.565**	**150.001**	**685.151**	**726.984**

	Consolidado					
	2009					2008
	Custos		Despesas			
	Produção de energia	Serviços prestados	Com vendas	Gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	106.607	7.514	9.117	46.818	170.056	161.331
Administradores	-	-	-	12.636	12.636	11.336
Material	20.799	241	28	2.232	23.300	22.733
Serviço de terceiro	70.547	1.882	1.236	45.557	119.222	111.217
Combustível p/ produção de energia	37.582	-	-	-	37.582	103.968
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	91.900	-	-	-	91.900	93.551
Depreciação e amortização	328.764	-	-	11.148	339.912	266.383
Seguros	8.911	429	-	414	9.754	9.159
Taxa de fiscalização	-	-	-	9.892	9.892	8.778
Contribuições e doações	759	109	-	9.835	10.703	12.656
Contribuições setoriais	-	-	3.439	364	3.803	3.439
Aluguéis	5.842	72	238	5.534	11.686	11.961
Outros	2.435	(133)	773	18.466	21.541	22.359
	674.146	**10.114**	**14.831**	**162.896**	**861.987**	**838.871**

29. CONSTITUIÇÃO (REVERSÃO) DE PROVISÕES OPERACIONAIS, LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Benefícios pós-emprego	18.524	(1.876)	18.524	(1.876)
Contingências cíveis	20.926	(4.924)	29.027	(1.017)
Contingências tributárias	(11.938)	4.605	(11.938)	4.605
Contingências trabalhistas	(5.343)	1.382	(5.343)	1.382
Outras	27	-	624	-
	22.196	**(813)**	**30.894**	**3.094**

30. RECUPERAÇÃO DE PIS E COFINS

A Companhia reconheceu no primeiro trimestre de 2008, receita não recorrente de R$ 76.431, relativa principalmente à recuperação de PIS e Cofins pagos sobre os valores relativos à recuperação do consumo dos combustíveis fosseis adquiridos com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que, de acordo com a orientação contida em Despacho da Aneel, deixaram de ser reconhecidos como receita e passaram a ser contabilizados em conta retificadora de custo da produção de energia elétrica, a partir de novembro de 2005.

31. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras	**2009**	**2008**	**2009**	**2008**
Renda de aplicações financeiras	38.057	65.315	53.587	76.839
Juros sobre valores a receber	9.285	9.964	10.646	10.731
Variação monetária sobre depósitos judiciais	15.180	19.081	15.190	19.518
Variação monetária sobre contas a receber e outras	(948)	7.802	(945)	7.823
Outras	8.194	7.933	8.405	8.225
	69.768	**110.095**	**86.883**	**123.136**
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	163.962	128.471	243.760	178.010
Remuneração de garantias depositadas (STN)	9.794	(8.839)	9.794	(8.839)
Encargos sobre concessões a pagar	28.258	20.305	64.728	37.854
Encargos sobre passivo atuarial	47.797	43.341	47.797	43.341
Encargos sobre tributos e contribuições sociais	6.279	2.623	6.588	3.254
Variação monetária sobre dívidas	14.132	36.305	13.454	41.027
Variação monetária sobre concessões a pagar	(4.760)	22.480	(3.738)	45.517
Variação monetária outras	4.364	10.096	4.372	10.909
Variação cambial sobre dívidas	(77.682)	80.243	(77.682)	80.243
Outras	13.454	10.428	17.599	12.496
	205.598	**345.453**	**326.672**	**443.812**
Despesas financeiras, líquidas	**135.830**	**235.358**	**239.789**	**320.676**

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

a.1) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia e suas controladas, têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados pelo Comitê de Gestão Financeira, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os seguintes:

a.1.1) Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos. As aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas obedecem à alocação de no mínimo 60% dos recursos em Títulos Públicos Federais (na modalidade de compra final e/ou operações compromissadas) e no máximo 40% dos recursos em Títulos Privados (aquisições de CDBs - Certificado de Depósitos Bancários de bancos elegíveis e ainda operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresa de Leasing controladas por bancos elegíveis), considerando o consolidado dos valores aplicados por cada empresa. A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poors para identificar os bancos elegíveis de recebimento dos recursos. Os mesmos atendem aos dois seguintes critérios: possuir Patrimônio Líquido de no mínimo R$ 1 bilhão e possuir *Rating* no mínimo equivalente a br A-.

a.1.2) Exposição ao risco cambial

A parcela dos empréstimos atrelados à moeda externa, no montante de R$ 246.417, em 31.12.2009, corresponde a 5,5% da dívida da Companhia, dos quais 3,2% ao dólar e 2,3% ao euro, sendo que os vencimentos da dívida estão distribuídos no longo prazo, com concentrações em 2015 e 2024. Tendo em vista que o efeito decorrente do vencimento do endividamento é mínimo no curto e médio prazo e, devido à impossibilidade de fazer um *hedge* eficiente de balanço em função da inexistência de uma curva *forward* de longo prazo, a Companhia não detinha em 31.12.2009 nenhum instrumento de derivativos para proteção do seu passivo. Maiores detalhes sobre a composição da dívida em moeda externa podem ser observados na Nota 17.

a.1.3) Exposição ao risco de taxa de juros e índices flutuantes

A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da *Libor*, *Euribor*, TJLP, taxa DI, UMBNDES, IGP-M e IPCA. A composição da dívida por taxa de juros e índice, líquida das garantias depositadas, e os percentuais em relação ao total dessas dívidas é como segue:

Taxa de juros e índices flutuantes	Valor	%
TJLP	1.409.830	43,73
CDI	1.086.705	33,71
IPCA	414.584	12,86
IGP-M	181.376	5,63
Libor Dólar	22.805	0,71
Euribor	101.436	3,15
UMBNDES	6.996	0,21
	3.223.732	**100,00**

a.2) Risco de crédito

Nos contratos bilaterais de longo prazo firmados com distribuidoras, a Companhia busca minimizar o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Nas transações de venda para clientes industriais, os chamados Consumidores Livres, para minimizar o risco de crédito diante desses parceiros comerciais, a Companhia, através de sua área de crédito, procede a uma análise de crédito prévia e estabelece, em conjunto com o Comitê de Crédito, o limite de crédito e garantias a serem exigidas das contrapartes.

Nas operações no mercado financeiro, a Companhia também possui limites de crédito com as instituições financeiras, os quais são revisados periodicamente pelo seu Comitê de Gestão Financeira, com base em avaliação interna e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.

Conforme mencionado na Nota 4, a Companhia mantém aplicações financeiras em Fundo de Investimentos Exclusivo. O montante das aplicações por instituição financeira está dentro dos limites definidos pela Companhia, através de sua política de créditos para instituições financeiras.

a.3) Riscos hidrológicos

De acordo com os dados do ONS, a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) era gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada UHE, incluindo as UHE da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. A geração hidrelétrica representava aproximadamente 80% da Capacidade Instalada total das usinas da Companhia, o que equivale a 5.124 MW. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da Energia Assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os resultados financeiros futuros da Companhia.

a.4) Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, bem como responsabilidade pessoal dos administradores, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como consequência, os sócios e administradores da empresa poluidora poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental. Os Riscos Ambientais são mitigados pela Companhia através de sua Política de Meio Ambiente focada no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

b) Valor de mercado

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente nos empréstimos, financiamentos e debêntures foram identificadas diferenças significativas entre os valores de mercado e os valores contábeis, principalmente em virtude destes instrumentos financeiros possuírem prazos de liquidação bastante alongados e custos diferenciados em relação às taxas praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, a administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes, ou cotações do mercado internacional, quando disponíveis.

	Controladora			
	2009		2008	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	246.417	250.096	338.598	358.279
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	98.313	99.078	577.284	579.271
Debêntures	1.694.553	1.624.791	683.095	572.924
	2.039.283	**1.973.965**	**1.598.977**	**1.510.474**

	Consolidado			
	2009		2008	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	246.417	250.096	338.598	358.279
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	1.440.035	1.443.770	1.913.640	1.921.091
Debêntures	1.728.190	1.658.428	726.335	616.164
	3.414.642	**3.352.294**	**2.978.573**	**2.895.534**

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos. Em decorrência do histórico de volatilidade do Real diante das moedas estrangeiras, segue demonstrada uma análise de sensibilidade da dívida em moeda externa da Companhia, considerando um cenário básico projetado para 31.12.2010 e outros dois levando-se em conta uma desvalorização do Real de 25% e 50% em relação ao cenário base. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação destes cenários no resultado financeiro da Companhia no exercício de 2010 seriam os seguintes:

	Valor contábil	Cenário base	Cenário I *Variação de 25%*	Cenário II *Variação de 50%*
STN	144.981	24.047	66.304	108.561
BNP Paribas	101.436	13.863	42.688	71.512
	246.417	**37.910**	**108.992**	**180.073**

33. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui contratos com suas controladas, conforme a seguir especificados:

Itasa

Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 167 MW médios e de 61 MW médios de energia de propriedade da Itasa na UHE Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16.10.2030, reajustados anualmente pelo IGP-M e pela variação do Dólar acrescido da inflação norte americana, respectivamente. O saldo devedor dos contratos em 31.12.2009 é de R$ 2.265.465 e R$ 503.968, respectivamente.

Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção da UHE Itá, celebrado pela Companhia, no âmbito do Consórcio Itá, com vigência até 16.10.2030, cujos valores são reajustáveis anualmente pelo índice IGP-M, sendo que o saldo devedor em 31.12.2009 é de R$ 209.786.

Lages

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela controlada, de até 26 MW médios mensais de energia elétrica de propriedade da Companhia, com vigência até 31.03.2017. O saldo devedor, aproximado, em 31.12.2009 é de R$ 34.560.

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da Lages não possuir quadro próprio de empregados. A remuneração prevista no Contrato corresponde a R$ 180 por ano, reajustada anualmente pelo INPC.

Contrato de Operação e Manutenção da Unidade de Cogeração Lages, com término em 31.03.2012, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base na variação da remuneração definida em Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados da Companhia. O saldo remanescente do contrato, em 31.12.2009, é de R$ 3.915.

TBLC

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. O valor anual pago pela TBLC é de R$ 360, reajustado anualmente pela variação do INPC.

Contratos de Compra e Venda de Energia com o objetivo de fornecer energia para que a TBLC cumpra com os seus contratos de venda de energia, com as seguintes características:

a) 150 MW médios mensais com vigência entre 01.03.2008 e 01.03.2015, cujo saldo devedor em 31.12.2009 é de R$ 518.404.

b) 190 MW médios mensais com vigência entre 01.01.2009 e 31.12.2016, cujo saldo devedor em 31.12.2009 é de R$ 782.781.

CESS

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. A CESS paga anualmente o valor de R$ 192 e o reajuste é anual pela variação do INPC.

Contrato de Operação e Manutenção da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHSA), com término na data-fim do financiamento (15.10.2023), através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base na variação do IGP-M e o saldo devedor, em 31.12.2009 é de R$ 51.305.

SUEZ-Tractebel S.A. (Controladora Indireta)

Em 17.04.2007, a Companhia celebrou contrato com a SUEZ-Tractebel S.A., sua controladora indireta, com sede em Bruxelas, Bélgica, cujo objeto é a prestação de serviços de consultoria em assuntos específicos por parte daquela empresa. A contratação foi aprovada por unanimidade pelos acionistas minoritários da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 17.04.2007, tendo o acionista controlador renunciado ao seu direito de voto. O prazo do contrato é de 36 meses, condicionada a sua revalidação, pelos acionistas minoritários, a cada período de 12 meses, em Assembleia convocada para este fim, conforme ocorreu nas AGE's do dia 08.04.2008 e de 14.04.2009. O valor dos honorários durante a vigência do contrato está limitado ao montante anual não cumulativo de 1.500.000,00 Euros, devendo os serviços executados e respectivos honorários ser submetidos ao conhecimento do Conselho Fiscal da Companhia, no qual tem assento um membro eleito pelos acionistas minoritários. Em 31.12.2009 havia saldo residual correspondente a R$ 1.901.

Controladas da Tractebel Energias Complementares Participações Ltda.

A Companhia firmou contratos com vigência por prazo indeterminado que tem por finalidade a prestação dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira das seguintes controladas indiretas, pertencentes a Tractebel Energias Complementares Participações Ltda.: Hidrelétrica Areia Branca S.A., Hidropower Energia S.A., Eólica Beberibe S.A., Eólica Pedra do Sal S.A., Tupan Energia Elétrica S.A. e Ibitiúva Bioenergética S.A. O valor anual do conjunto de empresas é R$ 672, reajustado anualmente pela variação do INPC.

PPESA (Controlada indireta)

A Companhia firmou contrato com vigência por prazo indeterminado que tem por finalidade a prestação dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada indireta. O valor anual é de R$ 192 e é reajustado anualmente pela variação do INPC.

GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA)

A Companhia possui saldo a pagar referente aos juros sobre o capital próprio deliberados na RCA do dia 07.11.2009 e, de outros pequenos valores referentes a prestação de serviços entre as empresas, no montante de R$ 57.

Os valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado estão abaixo indicados:

	Ativo				Passivo				
2009	Contas a receber	Dividendos	Mútuo	Total	Fornecedores	Partes relacionadas	Dividendos e JSCP *(c)*	Outros	Total
ITASA	2.315	5.790	-	8.105	6.296	-	-	11	6.307
LAGES	750	4.929	-	5.679	-	-	-	-	-
TBLC	66.319	-	-	66.319	-	-	-	-	-
PPESA	126	-	-	126	-	-	-	-	-
CESS	137	-	-	137	-	-	-	-	-
IBITIÚVA	22	-	35.654	35.676	-	-	-	-	-
AREIA BRANCA	284	-	-	284	-	-	-	-	-
SUEZ TRACTEBEL *(a)*	4	-	-	4	-	-	-	790	790
LEME *(b)*	-	-	-	-	125	-	-	-	125
GSELA	57	-	-	57	-	-	169.590	-	169.590
OUTRAS	113	-	-	113	-	-	-	117	117
Total	**70.127**	**10.719**	**35.654**	**116.500**	**6.421**	**-**	**169.590**	**918**	**176.929**
2008	**102.517**	**9.000**	**9.966** *(*)*	**121.483**	**11.535**	**194.356** *(d)*	**102.793**	**661**	**309.345**

(*) Refere-se a mútuo com a controlada CESS, composto por R$ 3.666 apresentado no ativo circulante na rubrica "outros" e R$ 6.300 no realizável a longo prazo em conta específica.
(a) SUEZ Tractebel S.A.
(b) Leme Engenharia Ltda.
(c) Juros sobre o capital próprio.
(d) Valor referente à aquisição das empresas da Econergy pela TBLP em 2008.

	Resultado								
	Receita Operacional				Custo de Energia Elétrica		Despesas		
		Receita de Serviços							Resultado de participações
2009	Suprimento de energia	Operação e manutenção	Administração	Total	Compra energia	Combustíveis	Gerais e administrativas	Total	societárias
ITASA	-	11.164	-	11.164	125.421	-	-	125.421	24.380
LAGES	4.539	1.675	158	6.372	-	-	-	-	16.831
TBLC	534.570	-	225	534.795	-	10.474	-	10.474	40.278
EAS	-	-	-	-	-	-	-	-	14.655
CESS	51.278	-	304	51.582	-	-	-	-	18.610
DELTA	-	-	-	-	-	-	-	-	(475)
PPESA	-	-	113	113	-	-	-	-	-
TBLP	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.725)
SUEZ TRACTEBEL	-	-	-	-	-	-	5.821	5.821	-
IBITIÚVA	-	-	140	140	-	-	-	-	-
OUTRAS	-	-	250	250	-	-	-	-	(1)
Total	**590.387**	**12.839**	**1.190**	**604.416**	**125.421**	**10.474**	**5.821**	**141.716**	**104.553**
2008	**413.177**	**12.882**	**685**	**426.744**	**166.379**	**10.654**	**5.389**	**182.422**	**54.698**

Remuneração das pessoas chaves da Administração

A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da Administração estão apresentados a seguir. O único benefício de longo prazo é o de aposentadoria (pós-emprego).

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Honorários e benefícios de curto prazo	6.751	5.911	7.233	6.595
Encargos sociais	1.920	1.731	2.015	1.870
Bônus dos Administradores e encargos	2.718	2.284	2.718	2.284
Benefícios pós-emprego	670	587	670	587
	12.059	**10.513**	**12.636**	**11.336**

Os administradores não possuem remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

34. GARANTIAS A TERCEIROS

Itasa

A Companhia e demais acionistas da Itasa são intervenientes nos contratos firmados entre a investida, BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE Itá. As intervenientes deram, em caução, a totalidade das ações de emissão da Itasa, de suas propriedades, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2009 é de R$ 135.989 (R$ 172.731 em 31.12.2008).

Lages

A Companhia é interveniente fiadora no Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre a Lages e o BRDE, tendo cedido, em caução, as quotas de participação no Capital Social da controlada, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas no referido contrato. A dívida em 31.12.2009 totaliza R$ 18.290 (R$ 25.117 em 31.12.2008).

CESS

A Companhia é interveniente nos contratos firmados entre a investida e o BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE São Salvador. A interveniente cedeu, em caução, a totalidade das ações de emissão da CESS, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2009 é de R$ 670.994 (R$ 612.678 em 31.12.2008).

PPESA

A Energia América do Sul Ltda., controlada integral da Companhia e controladora da PPESA, é interveniente nos contratos firmados entre a investida e o BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE Ponte de Pedra. A interveniente concedeu em caução, a totalidade das ações de emissão da PPESA, de sua propriedade e os direitos emergentes da concessão e do contrato de compra e venda de energia elétrica com a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2009 é de R$ 225.180 (R$ 270.043 em 31.12.2008).

Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca

Em 2009 a Companhia passou a ser interveniente nos contratos firmados entre essas controladas indiretas e o BNDES, vinculados, respectivamente, às Usinas Eólicas Beberibe e Pedra do Sal e a construção da Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca. A interveniente cedeu, em caução, a totalidade das ações de emissão da Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca, de propriedade da sua controlada integral Tractebel Energias Complementares Participações Ltda., até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida dessas empresas em 31.12.2009 era de R$ 103.430, R$ 71.542 e R$ 63.860, respectivamente.

Tupan e Hidropower

A companhia está negociando com os agentes financeiros dessas empresas, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, respectivamente, as trocas das garantias e após a conclusão desse processo passará a ser a interveniente dos contratos de financiamento dessas controladas indiretas.

35. SEGUROS

A Companhia possui apólice de seguros abrangente de riscos operacionais com valor declarado para danos materiais de US$ 4.867.212, equivalentes a R$ 8.474.789, em 31.12.2009, e de lucro cessante de curto prazo com valor declarado de US$ 140.761, equivalentes a R$ 245.093, em 31.12.2009, e de lucro cessante de longo prazo com valor declarado de US$ 166.167, equivalentes a R$ 289.330, em 31.12.2009. O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de US$ 250.000, equivalentes a R$ 435.300, em 31.12.2009, por evento.

Além dessas coberturas, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000, equivalentes a R$ 87.060, em 31.12.2009. Estas apólices incluem a UHE Itá, explorada em consórcio com a controlada em conjunto Itasa, Unidade de Co-geração Lages, UHE Ponte de Pedra, UHE São Salvador, PCH's Rondonópolis (Tupan), José Gelazio da Rocha (Hidropower) e Areia Branca, Eólicas Pedra do Sal e Beberibe.

Os seguros contratados relativos às controladas, em 31.12.2009, têm as seguintes principais características:

Lages: seguro de riscos operacionais com cobertura de US$ 40.032, equivalentes a R$ 69.704, em 31.12.2009.

CESS: seguro de riscos operacionais com limite máximo de indenização de US$ 231.575 equivalentes a R$ 403.218, em 31.12.2009.

Ponte de Pedra: seguros de riscos operacionais com cobertura de US$ 193.600, equivalentes a R$ 337.096, em 31.12.2009 e lucro cessante de longo prazo com valor declarado de US$ 13.242, equivalentes a R$ 23.057, em 31.12.2009.

Tupan e Hidropower: seguros de riscos operacionais com valor para danos materiais de US$ 24.074, equivalentes a R$ 41.918, em 31.12.2009, para cada uma das empresas e lucro cessante de longo prazo para a Tupan com valor declarado de US$ 850, equivalentes a R$ 1.480, em 31.12.2009 e lucro cessante de longo prazo para a Hidropower com valor declarado de US$ 792, equivalentes a R$ 1.379, em 31.12.2009.

Pedra do Sal: seguros de riscos operacionais com valor para danos materiais de US$ 24.882, equivalentes a R$ 43.324, em 31.12.2009 e lucro cessante de longo prazo com valor declarado de US$ 6.878, equivalentes a R$ 11.976, em 31.12.2009.

Beberibe: seguros de riscos operacionais com valor para danos materiais de US$ 49.565, equivalentes a R$ 86.302, em 31.12.2009 e lucro cessante de longo prazo com valor declarado de US$ 6.763, equivalentes a R$ 11.776, em 31.12.2009.

Ibitiúva: seguros de riscos de engenharia com limite máximo de indenização de R$ 100.576 e de responsabilidade civil com cobertura de R$ 1.000.

Além destes seguros estratégicos, a Companhia possui seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivo as suas controladas, bem como, seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

36. CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui compromissos de longo prazo, dentre os quais se destacam:

a) Contrato de Conexão

A Companhia mantém Contrato de Conexão com a Eletrosul e com a Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), com vigência até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Companhia, ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro.

Em relação às empresas adquiridas recentemente, os Contratos de Uso de Conexão são os seguintes:

- Eólica Beberibe S.A.: Companhia Energética do Ceará (Coelce).
- Eólica Pedra do Sal S.A.: Companhia Energética do Piauí (Cepisa).

Em 31.12.2009 o saldo remanescente dos contratos de conexão é de R$ 237.124.

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição

Para o Uso do Sistema de Transmissão e da Rede Básica, a Companhia e suas controladas Ponte de Pedra Energética S.A. e Companhia Energética São Salvador mantém contratos com o ONS, e para usinas que não estão conectadas diretamente à rede básica, são mantidos Contratos de Uso da Distribuição, conforme abaixo mencionado:

- UTE Willian Arjona: Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. (Enersul).
- UTE Alegrete: AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (AES Sul).
- UTE Jorge Lacerda A: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc).
- Tupan e Hidropower: Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (Cemat).
- Beberibe: Companhia Energética do Ceará (Coelce).
- Pedra do Sal: Companhia Energética do Piauí (Cepisa).

Os contratos, em sua grande maioria, têm vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Companhia ou a extinção das empresas transmissoras e distribuidoras, o que ocorrer primeiro.

Em 31.12.2009 o saldo remanescente dos contratos é de R$ 6.104.882.

Continua...

VEC – 6COL X 52CM – PÁG. 10
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: VEC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pelican 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_VEC.indd 10 16/3/2010 16:47:26

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 *(Em milhares de reais)*

c) Contratos Bilaterais de Compra e Venda de Energia Elétrica
De acordo com os dados acerca da energia assegurada e contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia mostra que a atual capacidade está com os seguintes níveis de contratação:

	MW médios (*)				
Ano	Recursos próprios	Compras para revenda	Disponibilidade total	Disponibilidade contratada	% Contratados
2010	3.365	680	4.045	3.907	96,59%
2011	3.504	352	3.856	3.593	93,18%
2012	3.617	306	3.923	3.630	92,53%
2013	3.617	278	3.895	3.470	89,09%
2014	3.617	253	3.870	2.990	77,26%
2015	3.617	200	3.817	2.760	72,31%

(*) As informações de MW médio não são revisadas pelos auditores independentes.

A receita operacional bruta da Companhia, em 31.12.2009, composta por natureza de clientes, é a seguinte:

	2009		2008	
	Valor	%	Valor	%
Distribuidoras	2.272.501	58,47	1.763.889	46,50
Consumidores livres	878.846	22,62	1.059.455	27,93
Comercializadoras	555.841	14,30	619.192	16,32
CCEE	65.075	1,67	295.971	7,80
Exportação de energia	60.661	1,56	34.395	0,91
Outras	53.395	1,38	20.421	0,54
	3.886.319	**100,00**	**3.793.323**	**100,00**

Os clientes que em 31.12.2009 participavam em percentual superior a 5% na receita operacional bruta da Companhia são os seguintes: Celesc, Rio Grande Energia S.A. (RGE), Cemig Distribuição S.A., CPFL Comercialização Brasil S.A. e Companhia Paulista de Força e Luz.

d) Compra de Energia Elétrica da Argentina
Em maio de 1998, a Tractebel Energia e a Cien firmaram o Contrato pelo qual a Cien comprometeu-se a fornecer a Tractebel Energia 300 MW de potência firme com energia associada, por um prazo de 20 anos, contados a partir do início da operação comercial do sistema de transmissão entre o Brasil e a Argentina, em 21.06.2000.
Conforme os termos acordados, a potência firme e energia associada objeto do contrato seriam provenientes da Argentina e disponibilizadas pela Cien através das instalações de interconexão de energia, construídas e operadas pela mesma, interligando os dois países através da estação conversora de frequência de Garabi.
Em março de 2005 o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), preocupado com a garantia do suprimento energético associado ao intercâmbio internacional, recomendou à Aneel que instruísse processo de realização de testes para a comprovação da existência de disponibilidade de potência e energia entre o Brasil e a Argentina. Com base no resultado destes testes o valor atribuído à Cien para o atendimento do contrato com a Tractebel Energia foi reduzido de 300 MW para, aproximadamente, 72 MW.
Por força do ocorrido, a Companhia entendeu que ficou caracterizado o inadimplemento contratual por parte da Cien, tornando-se aplicáveis as penalidades previstas no contrato. A Cien, contudo, não pagou quaisquer das penalidades aplicáveis, nem buscou sanar o inadimplemento.
Neste contexto, como precaução, a Companhia foi levada a diversas medidas, visando neutralizar os eventuais impactos comerciais, preservar seus compromissos e resultados, contemplando, entre outras, a efetivação de compras que serviriam como compensação à redução das garantias físicas de energia relativas às interconexões de responsabilidade da Cien.
Em paralelo, a Companhia tornou a iniciativa de avaliar, em caráter excepcional, possíveis alternativas para a resolução das pendências envolvendo o contrato, chegando a elaborar algumas proposições para a apreciação da Cien. Malgrado os esforços, não houve avanço nestas negociações, pelas seguidas rejeições da Cien às propostas apresentadas.
Posteriormente, em 20.06.2006, constatou-se que a Cien não disponibilizava sequer os 72 MW remanescentes, levando a Aneel a publicar Resolução Normativa, reduzindo de 72 MW para "zero" os valores de garantia física atribuídos à Cien para o atendimento do contrato com a Tractebel Energia. A redução para "zero" valeria até que a Cien comprovasse a existência de disponibilidade, o que não veio a ocorrer.
Cabe destaque, também, às negociações realizadas entre os governos do Brasil e da Argentina, que resultaram no Acordo de Entendimentos entre os países, assinado em dezembro de 2005, visando o estabelecimento de condições especiais para um período dito de "transição", até 31.12.2008. Segundo este Acordo, a partir de 2009 seriam, então, restabelecidas as condições plenas de exportação para o Brasil, o que, até o momento, não se verificou.
A Companhia buscou ainda outras ações mitigadoras, atuando junto à Aneel e CCEE para a adequação da questão do lastro, e apresentando ao Ministério de Minas e Energia (MME) contribuições à intermediação de acordos, à redefinição de responsabilidades ou, no limite, ao término das obrigações.
Diante da necessidade de resolver tal imbróglio, que se arrasta desde 2005 sem perspectiva concreta de solução, a Tractebel Energia, tendo em vista o inadimplemento total da Cien, recorreu ao poder judiciário solicitando principalmente a rescisão do contrato, com o pagamento da devida multa, e o ressarcimento dos prejuízos causados pelo não recebimento da energia contratada. No presente momento não é praticável se fazer qualquer estimativa quanto ao valor envolvido na referida ação. Por oportuno, todas as medidas necessárias para o cumprimento das operações comerciais da Tractebel Energia, bem como para o restabelecimento do equilíbrio de seu portfólio, já foram tomadas previamente ao longo dos últimos anos.

e) Compra de Gás Natural
A Companhia celebrou contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul (MSGÁS), com vigência de cinco anos a partir de 2001, início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona (UTWA), localizada em Campo Grande (MS), renováveis por mais cinco anos.
Com o vencimento do prazo do contrato, em 22.05.2006, a Companhia manifestou interesse em renovar o acordo, porém a MSGÁS comunicou que a renovação dependeria de reajuste no preço do produto, conforme determinação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), vendedora do gás para a MSGÁS e anuente no contrato.
Ante a ameaça da Petrobras de cortar o suprimento de gás para a Usina, a Companhia ajuizou Medida Cautelar Preparatória, com pedido de antecipação de tutela, que foi deferida, para obrigar a manutenção do fornecimento do gás, nos termos do contrato.
Dessa decisão a Petrobras recorreu para o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, que manteve a decisão. Inconformada, interpôs recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde, em Medida Cautelar, obteve efeito suspensivo que lhe autorizou, a partir de novembro de 2007, a suspensão do fornecimento. Em razão desta decisão, a Companhia tem comprado energia na CCEE para suprir o lastro da energia vendida da UTWA. Quando conveniente e necessário, a usina tem operado com óleo diesel como combustível, uma vez que a mesma possui essa flexibilidade.
Como consequência do ajuizamento da Medida Cautelar Preparatória, a Companhia ajuizou Ação Ordinária, que foi julgada procedente para o fim de determinar que os contratos de compra e venda de gás natural firmados entre a Companhia e MSGÁS e entre MSGÁS e Petrobras e seus respectivos aditivos sejam renovados pelo período de 05 anos, iniciando-se em 23.05.2006. O período em que houve a interrupção do fornecimento de gás em decorrência deste litígio deverá ser acrescido ao final do contrato, que terá o seu encerramento proporcionalmente prorrogado. O preço e a quantidade de gás deverão ser aqueles contratados e reajustados conforme os parâmetros estabelecidos no Programa Prioritário de Termelétricas (PPT). Dessa decisão a Petrobras interpôs embargos de declaração, que foram rejeitados, e ingressou com Recurso de Apelação perante o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, onde se encontra aguardando julgamento.
Recentemente, o STJ extinguiu a Medida Cautelar e o Recurso Especial da Petrobras por perda do objeto. Em consequência, na Medida Cautelar Preparatória foi proferido despacho determinado à MSGÁS e à Petrobras continuarem fornecendo gás para Arjona a partir de 26.11.2009.

f) Contratos de Arrendamentos
Os contratos de arrendamento abaixo foram classificados como operacionais em razão de não haver a possibilidade da transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no final do prazo do contrato, nem da opção de compra do ativo.
f.1) Eólica Beberibe S.A.: possui quatro contratos de arrendamento de terrenos utilizados para a instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas. A vigência dos contratos varia de 17.05.2027 até 28.09.2032 e os valores são compostos por parcela fixa e variável, esta correspondente a um percentual sobre a receita bruta. As parcelas fixas são reajustadas pelo IGPM, pela variação do dólar e pelo índice de inflação dos Estados Unidos da América (EUA), dependendo de cada contrato. Em 2009, o total da despesa foi de R$ 687.
O total dos pagamentos mínimos futuros para cada um dos seguintes períodos é:

2010	281
2011 a 2015	1.125
2016 em diante	11.997
	13.403

f.2) Eólica Pedra do Sal S.A.: possui um contrato de arrendamento do terreno onde está localizado o seu parque gerador, com prazo de vencimento em 2029. O valor mensal pago corresponde a um percentual sobre a receita operacional bruta. Em 2009, o total da despesa foi de R$ 296.
O total dos pagamentos mínimos futuros para cada um dos seguintes períodos é:

2010	356
2011 a 2015	1.423
2016 em diante	5.011
	6.790

f.3) Projetos de geração de energia eólica adquiridos em 2009: os projetos adquiridos pela controlada TBLP, possuem oito contratos de arrendamento de terrenos utilizados para a instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas. Os vencimentos dos contratos variam entre 2032 e 2042 e os pagamentos ocorrem mensalmente em parcelas fixas e variáveis, estas últimas ocorrerão a partir da entrada em operação de cada um dos projetos.
O total dos pagamentos mínimos futuros para cada um dos seguintes períodos é:

2010	390
2011 a 2015	1.560
2016 em diante	8.701
	10.651

g) Contratos para construção da UTE Destilaria Andrade
A Controlada indireta Ibitiúva, assinou contrato com a Areva Koblitz para serviços de engenharia, aquisição de equipamentos e construção da UTE Destilaria Andrade, cujo montante remanescente em 31.12.2009 era de R$ 38.142. A vigência do contrato é de até 01.06.2010.
A Ibitiúva também assinou contrato com a Leme Engenharia Ltda., empresa pertencente ao Grupo GDF SUEZ, para controle de qualidade do projeto da UTE Destilaria Andrade, no valor remanescente em 31.12.2009 de R$ 595, com vigência até 01.04.2010.

37. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA
As transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa e os pagamentos feitos no exercício são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Pagamentos efetuados no exercício				
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	177.771	97.116	256.049	142.734
Imposto de renda e contribuição social	422.486	282.774	468.486	351.353
Transações que não envolveram o caixa				
Contabilização da concessão a pagar da UHE São Salvador	-	-	352.097	-
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio creditados	275.913	176.000	275.913	176.000
Dividendos propostos a receber de controladas	7.418	4.041	-	-
Aquisição de empresas pela controlada TBLP	-	-	-	221.306
Efeito dos ajustes da Lei nº 11.638/07	-	(4.919)	-	(4.919)

38. EVENTO SUBSEQUENTE
a) SUEZ Energia Renovável S.A. (SER)
A Companhia assinou o contrato de compra e venda da totalidade das ações ordinárias de emissão da SER, empresa controlada pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA). A SER é detentora de participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste), criado em 05.11.2002 para a implantação e exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Estreito (AHE Estreito), que possui capacidade instalada de geração de 1.087 MW e 641,08 MW médios de energia assegurada (a energia assegurada será reduzida para 590,41 MW médios após a entrada em operação comercial da Usina Hidrelétrica Serra Quebrada, prevista para janeiro de 2017, de acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE)). Os demais consorciados do Ceste são Companhia Vale do Rio Doce (30%), Estreito Energia S.A. (Grupo Alcoa - 25,49%) e Camargo Corrêa Geração de Energia S.A. (4,44%), sendo a liderança exercida pela SER. A concessão do AHE Estreito é compartilhada entre as consorciadas do Ceste, na proporção de suas respectivas participações no consórcio. O total dos aportes realizados pela GSELA na SER até a data da assinatura do contrato é de R$ 324.390.
Conforme previsto no artigo 256, § 1º da Lei das Sociedades Anônimas (LSA), a avaliação da SER, tendo como data-base 30.09.2009, foi realizada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. através de laudo de avaliação elaborado com base na metodologia de fluxo de caixa descontado (Laudo de Avaliação).
Com base nos resultados apontados no Laudo de Avaliação, foi definido que o preço de compra a ser pago pela Tractebel Energia à GSELA é de R$ 604.390, sendo (i) R$ 302.195 pagos no prazo de até 30 dias contados da assinatura do contrato, atualizados monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e acrescidos de juros remuneratórios à taxa de 6% ao ano *pro rata temporis*, desde a presente data até a data de seu efetivo pagamento; e (ii) R$ 302.195 pagos (a) até 31.07.2010, desde que obtidas as anuências prévias referidas a seguir, ou (b) caso as mesmas não tenham sido obtidas até 31.07.2010, em até 10 dias úteis após a obtenção da última anuência prévia necessária, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios à taxa de 6% ao ano *pro rata temporis*, desde a presente data até a data de seu efetivo pagamento. O valor patrimonial da SER em 31.12.2009 é de R$ 548.760. A primeira parcela no montante atualizado de R$ 304.556 foi paga no dia 19.01.2010.
A aquisição será submetida à ratificação pela assembleia geral de acionistas da Tractebel Energia, consoante o disposto no artigo 256, II, "b", da LSA. A ratificação da aquisição ensejará aos acionistas inscritos até a presente data nos registros da Companhia e que vierem a dissentir das deliberações da assembleia geral que deverá ser realizada para ratificar a aquisição, o direito de retirada, conforme tratado na LSA. Informações adicionais acerca do referido direito de retirada, tais como, valor patrimonial da ação para fins de reembolso, prazo e procedimentos a serem adotados pelos acionistas dissidentes, serão prestadas oportunamente, por ocasião da convocação da assembleia geral que deverá ser realizada para ratificar a aquisição.
A eficácia da aquisição estará sujeita a condições suspensivas usuais em transações dessa natureza, incluindo, mas sem limitação, a aprovação da aquisição pela Aneel a anuência de terceiros, incluindo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras instituições financeiras credoras da SER, nos termos dos respectivos contratos de financiamento celebrados pela SER. Dessa forma, o investimento será reconhecido pela Companhia após o atendimento de todas essas condições suspensivas estabelecidas no contrato. A diferença entre o valor a ser pago, que corresponderá ao *fair value*, e o valor patrimonial na data do fechamento da aquisição terá como fundamento o direito de uso do bem público estabelecido no contrato de concessão e será alocado no ativo imobilizado, juntamente com o valor da concessão a ser considerada como parte desse ativo, em razão desse direito não ser separável, ou seja, não poder ser vendido ou transferido individualmente sem o ativo imobilizado.
b) Pré-pagamento do financiamento da Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA)
Em 17.02.2010, a PPESA, subsidiária indireta e integral da Companhia, executou a amortização antecipada da totalidade de seu endividamento financeiro com o BNDES e bancos repassadores (Itaú BBA, Unibanco, Bradesco e Banco do Brasil). A amortização antecipada no montante somou R$ 223.187 foi uma iniciativa da Companhia como parte do plano da incorporação da PPESA e de sua *holding* controladora Energia América do Sul Ltda. na Companhia, objetivando a simplificação de sua estrutura societária.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA
Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu referenciadas no Parecer dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor-Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Miroel Makiolke Wolowski
Diretor de Implantação de Projetos
Marco Antonio Amaral Sureck
Diretor de Planejamento e Controle

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Comercialização e Negócios
José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia
Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 22 de fevereiro de 2010

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente: **Maurício Stolle Bähr**
Vice-Presidente: **Jan Franciscus María Flachet**
Conselheiros: **Manoel Arlindo Zaroni Torres**, **Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos**, **Dirk Beeuwsaert**, **Alain François Marie Luoise Janssens**, **Luiz Antônio Barbosa**, **José Pais Rangel**, **Luiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro**

DIRETORIA EXECUTIVA
Diretor-Presidente: **Manoel Arlindo Zaroni Torres**
Diretor de Comercialização e Negócios: **José Luiz Jansson Laydner**
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: **Eduardo Antonio Gori Sattamini**
Diretor de Implantação de Projetos: **Miroel Makiolke Wolowski**
Diretor de Produção de Energia: **José Carlos Cauduro Minuzzo**
Diretor de Planejamento e Controle: **Marco Antonio Amaral Sureck**
Diretor Administrativo: **Luciano Flávio Andriani**

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador – CRC RJ 072259/O-5 T-SC

PARECER DO CONSELHO FISCAL
Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., Paulo de Resende Salgado, Carlos Guerreiro Pinto e Manoel Eduardo Lima Lopes, abaixo assinados, após examinarem o Relatório Anual da Administração, incluindo as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2009, e com base no parecer dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu sobre essas Demonstrações Contábeis, emitido em 22/02/10, declaram que o referido documento está em condições de ser apreciado pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2010

Paulo de Resende Salgado
Conselheiro Presidente

Carlos Guerreiro Pinto
Conselheiro

Manoel Eduardo Lima Lopes
Conselheiro

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES
Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Tractebel Energia S.A. e controladas
Florianópolis – SC

1. Examinamos os balanços patrimoniais (individual e consolidado) da Tractebel Energia S.A. ("Companhia") e de suas controladas levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados correspondentes aos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas suas operações correspondentes aos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2010

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" SC
Paulo Roberto Marques Garrucho
Contador
CRC 1RJ 052.813/O-1 "S" SC

Deloitte.

VEC – 6COL X 38CM – PÁG. 11
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: VEC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pelran 11 3885.9696
[19425]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-09_VEC.indd 11 16/3/2010 16:47:27